

108-1  
7/20

# REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



N.º 23

— 1959 —

Vol. XXIII

# REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

\*\*\*

DIRETOR RESPONSÁVEL

EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA

\*\*\*

N.º 23 — 1959 — Vol. XXIII

## DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES DE 1959 — 1960

---

Presidente :	—	<b>Dr. Manuel Ferreira da Silva Neto</b>
1º Vice-Presidente :	—	<b>Dr. Urbano de Oliveira Lima Neto</b>
2º Vice-Presidente :	—	<b>Desemb. Luiz Magalhães</b>
Secretário Geral :	—	<b>Epifânio da Fonseca Dória</b>
1º Secretário :	—	<b>Profª D. Maria da C. Melo Costa</b>
2º Secretário :	—	<b>Dr. Flavio da Rosa Melo</b>
Orador :	—	<b>Dr. José Bonifácio Fortes Neto</b>
Orador :	—	<b>Dr. Avante Amaral de Oliveira</b>
Orador :	—	<b>Dr. Antônio Garcia Filho</b>
Tesoureiro :	—	<b>Contador João Barbosa dos Santos</b>

**Comissão de Fazenda e Orçamento :** Clovis Rollemberg, Coronel Francisco de Souza Porto e Onésimo de Araújo Pinto.

**Comissão de História :** Drs. João B. P. Garcia Moreno, Desemb. João Bôscio de Andrade Lima e Profª Ofenísia Soares Freire.

**Comissão de Geografia :** Prof. Napoleão Agêlio de Oliveira Dória, Desembargadores Waldemar Fortuna de Castro e Dr. Joel Macieira de Aguiar.

**Comissão de Manuscritos e Autógrafos :** Drs. Olavo Ferreira Leite, Gonzalo Rollemberg Leite e Luiz Rabelo Leite.

**Comissão de Admissão de Sócios :** Drs. Lauro Dantas Hora, João Maynard Barreto, e Antônio de Oliveira Brandão.

**Comissão de Revista :** José Apóstolo de Oliveira Neto, Profª D. Maria Aguiar Barreto e Dr. Paulo Costa.

**Comissão de Estatística :** Prof. José Hermenegildo da Cruz e Drs. José Aloísio de Campos e Francisco Alberto Bragança de Azevedo.

## RÍTMO NORMAL

EPIFANIO DÓRIA

*Com este volume entra esta Revista no ritmo normal de sua publicação, realizando uma tiragem por ano. Vicissitudes várias a afastaram do programa inicial de saída trimensal. Este volume corresponde ao ano de 1959.*

*É oportuno acentuar que não conseguimos ainda adquirir uma técnica capaz de torná-la absolutamente perfeita, de modo a atender bem aos seus leitores, mas estamos empenhados, se Deus o permitir, em fazê-la chegar a um grau de perfeição que a todos contente, com matéria escolhida e menos claudicante revisão.*

*Para tanto é indispensável a colaboração assídua e esclarecida de quantos, com seu teor de entusiasmo pelas coisas do pensamento e com o seu cabedal de saber e altruísmo, nos queiram ajudar. Necessitamos de gente nova que tome a si, com eficiência, brilho e desprendimento gasto para ajudar-nos nesta rota.*

*Vimos de longe no múnus, a partir do número onze, saído em 1926, mas abrangendo os anos de 1921 a 1926. Por aí se pode ver que das 22 tiragens feitas, inclusive esta, treze o foram sob nossa direção. As tiragens primitivas, salvo erro, eram de duzentos exemplares, feitas na Imprensa Oficial do Estado, nos termos da Lei n. 694, de 9 de novembro de 1915.*

*O Art. 3º da referida Lei estabelecia :*

*"A Revista Trimensal do Instituto será impressa, por ordem do Governo, na tipografia oficial".*

*Conseguir, porém, essa ordem era coisa difícil, e se o presidente do sodalício não fôsse pessoa bastante prestigiada junto*

à situação, o problema era então insolúvel. Havia ainda uma circunstância desanimadora a influir contra a saída normal da Revista, — as preterições na Imprensa Oficial, provavelmente razoáveis, pois o montante da matéria oficial do Estado havia de ser grande, não admitindo delongas na sua divulgação.

Tais circunstâncias levaram o então presidente do Instituto, o saudoso Almirante Amintas Jorge, a contratar a publicação do número 10 (Ano VI-X, vol. V, fascículo I-II, pela antiga numeração), com a tipografia da "A Cruzada", que não estava então suficientemente aparelhada para uma boa editoriação, pelo que fez uma tiragem que deixou muito a desejar.

Assumindo a direção da Revista em 1926 adotamos a conduta do Almirante Amintas, não recorrendo à Imprensa Oficial do Estado, em face das dificuldades com que nos esbarrávamos. Contratamos então a publicação da Revista, cuja tiragem aumentamos para trezentos exemplares, com o "Estabelecimento Gráfico José Lins de Carvalho", onde tiramos os ns. 11, 12, 13 e 14.

O n. 15, consagrado ao centenário de nascimento do notável sergipano Dr. Tobias Barreto, foi tirado na Imprensa Oficial do Estado, e constou de 500 exemplares. O n. 16, correspondente à década de 1930 — 1940 e constante de 300 exemplares, foi tirado também na Imprensa Oficial do Estado. A partir do n. 17, correspondente aos anos de 1941 — 1942 e impresso em 1943, as tiragens passaram a ser feitas na Livraria Regina, sendo de 400 exemplares cada tiragem, até o n. 21, passando a 500 exemplares a partir do n. 22.

Não se conclua pela exposição aqui feita que os êxitos da Revista foram fruto do nosso esforço único. Eles resultaram de nossa cooperação dedicada e constante e do trabalho desenvolvido pelos presidentes do Instituto, com os quais temos servido no curso de 34 anos, durante os quais a direção e responsabilidade da Revista tem estado a nosso cargo.

## O PROGRESSO DOS POVOS CATÓLICOS-LATINOS

ROLANDO DE SERIGÍ

Ex-Capitão de Cavalaria do Exército Constitu-  
cionalista  
Laureado pelo Departamento Municipal de Cul-  
tura de S. Paulo  
Da Academia Sergipana de Letras  
Do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe  
Comendador da Ordem "Confraternità della  
Crociata di Cristo"—Trieste—Lúbia

— ● —

A faculdade de progredir, na sua linguagem e na sua indústria, caracteriza o animal humano; pôde a zoologia, com fâtos anatômicos e histológicos, classificar o homem entre os vertebrados mamíferos; a psicologia, porém, exige a sua colocação em lugar separado, singular, a tudo superior no seio da natureza viva.

Lutam, para viver, todos os animais, guiados pelo instinto de conservação individual e de espécie, cada um adestrado para se defender no meio em que se formou; mas, no ciclo da vida individual, sômente o homem evolui na arte de sua defêsa contra a natureza e melhora a sua linguagem aperfeiçoando as suas relações sociais, ao influxo de motivos econômicos primordialmente.

A evolução animal é instintiva; a do homem é consciênte; aquela se percebe na vida da espécie, esta se observa na vida individual. A capacidade de assim progredir, no seu trabalho e na sua moral, foi o sopro divino que constituiu, no cérebro humano, a alma espiritual, através de cujo instrumento o Creador deu à creatura humana o poder maravilhoso de escravisar as fôrças da

natureza ambiente para transformá-las em elementos de trabalho e de conforto. Na alma do homem, o instinto da conservação da espécie amplia-se numa vasta solidariedade, cujos termos se definem pelos costumes e leis de justiça nas relações dos indivíduos de uma sociedade, que foi primeiro a família, depois a tribo, a nação, o império, a humanidade inteira, finalmente.

O progresso humano tem duas faces, o melhoramento da arte de trabalhar e o aperfeiçoamento das relações entre os homens no sentido da felicidade de todos. Temos, no primeiro caso, a técnica do trabalho humano; temos, no segundo, a moral das sociedades humanas.

O progresso técnico se verifica, durante os milênios da existência do homem na face da terra, no sentido de um maior rendimento econômico, isto é, conseguindo-se maior eficiência com menor esforço. Utilizar, em seu proveito, as forças da natureza tem sido, em todos os tempos, o empenho do homem trabalhador.

Quando o selvagem, descobrindo o fogo, escravizou a força natural do calor, deu êle um passo de importância primacial no caminho de sua evolução industrial. Quando construiu, para arma de defesa e ataque, o admirável instrumento constituído pelo arco e flecha, deu outro passo de tão grande significação que tal invento, sem melhorar-se, atravessa, nas mãos dos homens caçadores e guerreiros, os milênios pré-históricos e os séculos dos tempos históricos até a idade média. Quando o homem selvagem aprende os rudimentos da cerâmica e domestica os animais, êle entra, bárbaro, ainda, num período evolutivo superior, no qual permanece, na sua vida pastoril, o longo tempo primitivo do barbarismo. Quando êsse homem bárbaro consegue escravizar a força natural, representada pelo poder redutor do carvão de madeira em face do óxido de ferro, êle arranca do seio da natureza o metal maravilhoso de que faz a ponta da sua flecha, o corte do seu machado, a lâmina da sua espada, o gume do seu alvião e o bico de sua charrua. Por meio do carvão, que separa o oxigênio do metal, o homem bárbaro realiza o milagre químico da fabricação do ferro, e a humanidade entra, quando se considera civilizada por ter aprendido a escrever, na era do instrumento de ferro.

Durante toda a antiguidade, durante toda a Idade Média, durante os três séculos da idade moderna, até o fim do século XVIII,

quando se inventa a **máquina a vapor**, a civilização permanece na época do instrumento de ferro.

Duas épocas, apenas, tem a civilização humana, a do instrumento de ferro e a da máquina de ferro.

Nos tempos antigos medievais, isto é, durante a velha civilização do instrumento de ferro, os recursos industriais dos Egípcios, dos Gregos e dos Romanos eram idênticos aos dos povos latinos e ânglo-saxões da Idade Média e dos chamados tempos modernos que precederam a nova era da máquina.

Durante a imensa época do instrumento de ferro, a civilização industrial paralizou-se; mas, a humanidade, ao passo que expandia na face da terra, melhorava o mundo de suas relações sociais. Os **costumes**, fruto da experiência do selvagem e do bárbaro, na sua vida de trabalho e de relações, foram escritos pelo homem civilizado e transformados em leis de justiça. Desenvolveu-se no espírito humano a noção de autoridade, cujo primitivo germe fôra a obediência da mulher e dos filhos ao pai de família, simples efeito da presença do mais forte num campo de relação social; transforma-se em conceito político de governo a primitiva força do chefe da tribo; no governo das nações, aparece a noção do direito divino, quando o chefe de um povo reúne as funções de guerreiro, de juiz e de sacerdote. A revolta da inteligência individual contra uma evolução social, conduzida pelos mais fortes em prejuízo dos mais fracos, moderava o abuso da força, abrandava os senhores no tratamento dos escravos, revigorava o espírito de justiça, provocava as manifestações de bondade.

Num vasto meio social, quando a formidanda força de Roma escravizava um povo eleito por espírito religioso, aparece no extremo oriental do Mediterrâneo, que foi o mar da civilização do instrumento de ferro, a figura do Nazareno divino, cuja palavra de amor vinha abalar a velha ordem social da antiguidade, proclamando que as almas de todos os homens são iguais perante Deus.

Essa idéia fundamental do cristianismo, idéia de igualdade e de fraternidade, aos poucos ia preenchendo o abismo que separava o senhor do escravo, o marido da mulher, o nobre do plebeu, o rico do pobre, o vencedor do vencido. Em milênios de existência, a moral evoluiu sob o critério da força; o pai de família, o



chefe da tribo, o rei de um povo, eram senhores; séculos já passaram e outros hão de passar antes de modificar-se o curso evolutivo de moral, ao influxo das idéias cristãs de igualdade e de fraternidade.

Enquanto a civilização ocidental evoluia em torno às águas do Mediterrâneo, povoando os países da Ásia Menor, do Norte da África e da Europa, o seu aspecto industrial permanecia o mesmo; tãda a sua atividade evolutiva se realizava no terreno moral; os recursos do homem trabalhador contemporâneo de São Tomás de Aquino eram idênticos aos do contemporâneo de Platão. Nem outra coisa significa o fãto, de notícia vulgar aos estudantes de história, de haver sido Aristóteles o mestre da erudição medieval e de haverem os livros clássicos da antiguidade entretido o pensamento europeu até o século dezoito.

Antes, porém, de haver a civilização deixado, rigorosamente, a era do instrumento de ferro para começar a da máquina de ferro, antes de deixar de ser a civilização europeia do Mediterrâneo para ser uma civilização universal do Atlântico e do Pacífico, três fãtos se verificam de mais alta importância para o progresso da humanidade: o emprêgo da pólvora na arma de fogo, o uso da bússola na navegação marítima, a invenção da imprensa.

A um frade do Convento de Freiburg, atribui-se a fabricação da pólvora, no meio do século XIV; os árabes trouxeram a bússola, do extremo oriente e talvez ao italiano Amalfi se deva a sua introdução na Europa, naquêle mesmo século; no fim do seguinte, Gutemberg aperfeiçoa um prelo rudimentar e vulgarisa o conhecimento da arte de imprimir.

A arma de fogo e o prelo fazem, no trabalho humano, a transição do instrumento para a máquina.

A bússola nas viagens marítimas, dos séculos XV e XVI, amplia o território da civilização europeia; o Mediterrâneo, que foi o grande lago dos Grêgos e dos Romanos, é substituído, pelo Atlântico e pelo Pacífico, mares abertos à civilização pelo heroísmo de Portugal.

Na pólvora e na bússola, o homem surpreende dois segredos da natureza morta; na primeira, êle aproveita o violento poder oxidante do salitre sôbre o carvão em pó e sôbre o enxofre; na segunda, utiliza a misteriosa fôrça magnética da terra sôbre uma

pedra que é um óxido de ferro; numa e noutra, o homem encontra, para evoluir no seu trabalho, em face do carvão e do ferro.

O benefício supremo destes dois elementos, entretanto, só mais tarde aparece no campo da atividade humana.

A bússola e a pólvora, aquela nas viagens marítimas e esta na arma de fogo, dilatam, nos três séculos da idade moderna, o território dos povos europeus, acarretando, com isso, uma profunda agitação na calmaria social dos tempos anteriores. Os portugueses e os espanhóis num heroísmo aventureiro e religioso, descobrem terras virgens da América e abrem ao comércio europeu o terreno fértil das velhas civilizações orientais. Nêsse trabalho ciclópico dos navegadores do começo da idade moderna, representa a arma de fogo o papel decisivo de instrumento de domínio dos povos europeus sobre os de todos os mares, onde a sua bandeira aparece, prestigiada pelos seus canhões de ferro fundido.

A arma de fogo, e nada mais, constitui a superioridade dos europeus sobre os povos do Oriente; a própria conquista de terras habitadas pelos selvagens americanos não se teria realizado sem o concurso, relativamente formidável dêsse instrumento explosivo, verdadeiro embrião da máquina de destruir, representada pela artilharia do nosso tempo.

Aos navegadores que descobriam terras selvagens e conquistavam para seus reis e seus povos o comércio dos países orientais, nunca faltou animação religiosa provada pela presença dos capelães e missionários, parceiros do heroísmo dos Vasco da Gama, dos Cristóvão Colombo e dos Pedro Álvares Cabral, símbolos da atividade marítima civilizadora dos povos católicos-latinos.

Ao papel protetor desempenhado pela Igreja católica nos séculos da invasão dos bárbaros, benefício de memória impercível que lhe ficou devendo a civilização latina, ela, veio juntar, como serviço imortal, a orientação cristã que lhe deve a obra de colonização americana e de conquistas orientais.

Na passagem da antiguidade para a Idade Média, quando o império romano do ocidente ficou à mercê dos bárbaros do norte, tão bem aparelhados na indústria da guerra quanto os próprios soldados de Roma, a Igreja católica, por obra de santidade dos seus missionários, convertendo à fé cristã os grandes guerreiros

invasores, suavizava o embate das conquistas e facilitava a rápida assimilação dos vencedores pelos vencidos, conservando intacta, com a mentalidade cristianisada, a civilização latina.

A humanidade consciênte do seu destino não poderá esquecer o benefício incomparável da ação da Igreja católica em face do movimento invasor dos bárbaros, do terceiro século em diante: enquanto no Oriente, o poder temporal de Constantinópla absorve a autoridade eclesiástica e o patriarca é um súdito imperial, o pontífice romano, autônomo, desenvolve a sua benéfica influência, com seu imenso prestígio religioso, para salvar, com a cristandade, a obra social dos latinos, na sua cultura jurídica, nos seus costumes políticos e no helenismo das suas artes.

A obra admirável de tranquilidade social realizada no mundo cristão do Ocidente, nos séculos da Idade Média, foi imenso benefício que deve a humanidade à Igreja católica romana, em cuja vida administrativa, no correr dos séculos, muitas insubordinações surgiram, no terreno filosófico, sob o influxo de interesses políticos e pessoais. Dois, dentre os muitos cismas, conseguiram ligações políticas de maior vulto e lograram perdurar na história da cristandade: o primeiro teve o amparo do império romano do Oriente; o segundo, foi protestante, logrou existência política nos pequenos países germânicos ou foi obra religiosa do próprio governo da Inglaterra, com Henrique VIII, em cuja meia dúzia de casamentos não podia consentir a autoridade espiritual do pontífice romano.

Com o primeiro cisma, separaram-se de Roma os povos do Mediterrâneo oriental e que não eram latinos; com o segundo, separaram-se os povos que são germanos e ânglo-saxões.

Fiéis à fé católica Romana continuaram, até hoje, os povos mais diretamente ligados ao sangue e à civilização dos romanos. São os povos que falam as quatro grandes línguas néo-latinas, o italiano, o francês, o espanhol e o português.

Póde a etnologia discutir a relativa homogeneidade desses povos; a sua descendência política e filológica, porém, os reúne sob a denominação de latinos; mais do que tudo os prende reunidos à sua mentalidade religiosa, orientada pelo espírito inspirado do pontífice romano.

O progresso desses povos católicos-latinos, depois que a civilização européia deixou a era do instrumento de ferro e entrou na época da máquina a vapor, é o que vai constituir o objeto de nossa pequena e dispretenciosa digressão.

Reconhecemos que os povos latinos perderam, no correr do século pretérito, a sua hegemonia industrial na Europa.

Isto, todavia, não representa uma prova de decadência física, intelectual ou moral.

O atraso industrial dos povos latinos, ou melhor, o seu menor poder industrial, vem a ser um simples efeito mesológico; vem da natureza morta de seus países a razão de sua menor eficiência industrial. A máquina a vapor, que se constituiu em prodigioso auxiliar da indústria moderna, exige, para sua vida, um meio cósmico, que falta, ou existe em más condições, nos países latinos. A máquina a vapor exige carvão de pedra para a sua alimentação, pois bem, os países latinos são pobres desse material, ao passo que os povos ânglo-saxões são dele riquíssimos.

Com o aparecimento da máquina a vapor, o maior poder industrial passou para os países ricos de carvão de pedra.

Nos séculos de transformação da economia universal, na transição da era do instrumento para a época da máquina, a colaboração dos povos latinos na civilização européia foi consideravelmente superior à obra dos outros povos.

Sem espaço para escrevermos sobre o que foi o trabalho latino do século dos descobrimentos ao século da máquina a vapor, na literatura, nas artes e nas ciências, diremos duas palavras ligeiras sobre a marcha do seu pensamento positivo, sobre o seu trabalho de experimentação científica em cujos resultados se baseiam tôdas as práticas industriais modernas.

A Itália foi, nos tempos da renascença o país do entusiasmo pelo estudo da mentalidade grêga e romana, conservada durante os mil anos medievais, em manuscritos e monumentos de arte; a própria Igreja católica, com Nicoláu V e com Leão XI, além de outros ilustres pelo saber e pelas idéias, abrigava, nas fileiras do seu clero, eminentes estudiosos, cujos nomes ficaram na história das ciências rudimentares e das artes brilhantes do renascimento.

O palácio do Vaticano foi o grande campo de trabalho de Rafael de Urbino e Miguel Ângelo.

O gênio enciclopédico de Leonardo da Vinci deixou nas paredes das Igrejas, dos Mosteiros e dos Conventos a flôr das suas obras imortais; foi da Vinci, no fim de sua vida opulenta de criações o porta-vôz da renascença italiana na capital de França, donde a cultura clássica, iluminada pelo gênio dos francêses, difundia-se na Inglaterra e nos países do norte, levando por tôda parte o cunho clássico do pensamento italiano.

A Itália, longe das preocupações expansionistas dos povos ibéricos, que se haviam lançado à vida dos mares e das conquistas territoriais, foi o país latino por excelência, que trouxe para os tempos modernos todo o reservatório da cultura antiga, que ela, com brilho incomparável, aumentou em todos os séculos da idade moderna.

Bonaventura Cavalieri, jesuíta de Milão, publica, em 1530, a sua geometria das superfícies incomensuráveis, trabalho precursor das locubrações matemáticas de Newton e de Leibnitz; mais tarde, Roberval, em Paris, amplia as observações de Cavalieri, enquanto Pascoal escreve preciosas contribuições para o progresso do cálculo diferencial.

Matemático e filósofo, Descartes enche com o seu nome tôda a primeira metade do século XVII; é sua criação a geometria analítica, ciência em que, por algebra, se resolvem os problemas mais intrincados das linhas, das superfícies e dos volumes.

A obra de Pascoal e de Descartes, utilizada por Monge, professor da Politécnica de Paris, se desenvolve na geometria descritiva, que Poncelet estuda com espirito prático de engenheiro.

Deixando o ramo das matemáticas e observando a história da astronomia, vamos vê-la, nos seus fundamentos e no seu progresso, brilhantemente constituída pelos nomes latinos.

Galileu Galilei vulgarisa a idéia de Nicoláu Copérnico; os trabalhos geniais de Newton são sujeitos à análise matemática de Clairaut e de d'Alembert, de Lagranje e de Laplace.

Da ridente Itália, terra-mater do gênio latino, vêm os nomes dos primeiros físicos da renascença e dos tempos modernos; Galileu Galilei antes, Torricelli, depois. Com Blaise de Pascoal e Mariotte aparece o concurso da França imortal, acrescido depois com Pitot, Gay-Lussac e Rainault.

A termodinâmica moderna, iluminada pelo gênio prático de Sadi Carnot, deve os primeiros passos da termometria a Galileu Galilei, o herói de um acidente histórico perante a Congregação do Index, acidente adulterado pela malevolência contra a Igreja romana, de cujo Pontífice e de cujos cardeais o grande sábio italiano recebeu tôdas as provas de deferência e boa vontade, prejudicadas, infelizmente pelo seu temperamento impetuoso e pela perfídia dos seus desafetos.

Reatando a narrativa da colaboração latina no desenvolvimento das ciências de aplicação industrial, diremos que Descartes foi o creador da teoria das ondulações, que Newton contestou, mas que Fresnel, mais tarde, esclareceu com irresistível argumentação matemática.

O telescópio e o microscópio foram exclusivas criações do espírito e da indústria de um povo latino; a elles se prendem os nomes de Galileu, Grimaldi, Fresnel, Arago, italianos e francezes que ensinaram ótica às gerações modernas.

O nome de Volta, físico de Como, se ligou para sempre à electro-térmica, cuja fertilidade industrial nos surpreende todos os dias. As observações de Volta, desenvolvidas por Du Fay, Dalibard e Coulomb, serviram a Cristiano Oersted, da Dinamarca, na descoberta fundamental de que uma corrente da pilha de Volta, num fio metálico, cria na sua vizinhança um campo magnético.

Dois sábios francezes, Ampère e Arago, analisam o fenómeno observado por Oersted, e, sobre a sua análise, Faraday baseia a sua famosa descoberta das correntes de indução, descoberta genial a que se prende todo o formidável desenvolvimento das poderosas máquinas elétricas, que permitem o transporte da energia das grandes quedas d'água a centenas de quilômetros de distância.

Ao lado de Faraday, que nasceu em Londres, aparece Gramé, que nasceu na Bélgica, na lista das grandes colaborações do progresso humano, nesta última fase de sua evolução.

Em nenhum ramo de conhecimento moderno, entretanto, brilha mais o nome latino do que na química, assim teórica como prática.

Lavoisier foi o seu creador como ciência nova, de estudo experimental, nos moldes rigorosos do espírito positivo contemporâneo.

Ele deixou, ao morrer moço ainda, sacrificado pela revolução francesa, completa a obra de filósofo e químico de laboratório, obra que foi compreendida e continuada por Ampère, Dumas, Proust e Bertholet.

Nos estudos de biologia, nomes latinos brilham de longa data; Cuvier funda a morfologia comparada, corrigindo a obra de Aristóteles, fonte da sabedoria antiga e medieval. Os dois Jussieu, com Geofroy de Sainte-Hilare, Quatrefages e Buffon, ligam seus nomes, vulgarizados hoje, aos mais modernos estudos de botânica e zoologia.

Em anatomia humana, de velha data, os mestres italianos são o oráculo do mundo inteiro, desde Mondino de Bologna, que ensinou no século XIV, até Marcelo de Malpighi, médico de Inocêncio XIII.

A André de Versale, belga de nascimento, mas italiano de educação científica, se considera o fundador da anatomia moderna, como ciência experimental nascida nos anfiteatros de dissecação.

Fabrizio de Acquapendente observa, em 1574, as dobras membranosas das veias e dá um passo na explicação do aparelho circulatório.

Um estudante inglês, que cursava a escola de medicina em Pádua, William Harvey, conhecedor dos estudos de Columbus e de Servetus, prestou à ciência o serviço inolvidável de explicar de modo decisivo e definitivo a circulação do sangue.

Ao entrar no século XIX, é na obra volumosa de Bichat, professor da escola de Paris, que os médicos de todo o mundo estudam anatomia.

Os nomes de Romé de Lisle e de René Haui figuram como fundadores da mineralogia moderna, depois que estabeleceram as leis da cristalografia; Buffon, Lamarck, Cuvier lançaram as bases da paleontologia científica.

Sabem os que seguem as profissões liberais, de Direito, Medicina ou Engenharia, que os compêndios latinos, vindos da Itália e da França, trazem nas suas páginas a claridade meridiana de um privilegiado espírito de exposição didática, inconfundíveis nas comparações.

A literatura moderna, como arte da palavra escrita, na poesia e no romance, tem um cunho de superioridade, universalmente reconhecida, quando vem de origem latina.

A França e a Itália não perderam ainda a hegemonia literária que souberam manter, em todos os tempos como continuadoras da cultura grêga e romana.

Esse rápido lance de vista por sôbre a história da civilização ocidental, em cujo desenvolvimento os povos latinos desempenharam papel singularmente brilhante, basta para nos convencer de que no fim do século XVIII, pouco antes de Napoleão I, à frente dos francêses, dominar tôda a Europa continental e ameaçar a Inglaterra, os países latinos não eram povos decadentes, as nações católicas não eram de raças inferiores.

Ao entrarmos no século XIX, os efeitos da máquina a vapor, na vida industrial dos povos ocidentais, começam de se fazer sentidos, favoráveis aos países ricos de carvão de pedra; os povos latinos, pobres de combustível mineral, por maior que seja a capacidade industrial de sua raça, ante a fatalidade do novo fator do progresso, fator geológico, começam a trilhar caminho de dificuldades insuperáveis, na concorrência do mercado universal.

Vem daí a aparência de sua inferioridade.

A ignorância das causas reais do seu relativo menor progresso industrial, leva os críticos à hipótese de que se dêra uma decadência étnica, uma degenerescência da raça latina.

Não atinam êsses críticos precipitados, que apregoam a decadência da raça, com o absurdo da hipótese de que o animal humano, continuando a viver no mesmo clima, alimentando-se do mesmo trigo e do mesmo vinho, viesse a cair em degenerescência no fim de meio século apenas, através duas gerações tão sòmente.

Não houve, porém, decadência dos povos latinos; nenhuma degenerescência étnica se deu nos países católicos.

Houve, sim, uma profunda alteração nas condições de progresso industrial, ou melhor, de poder industrial.

É o que vamos mostrar, em poucas palavras, aos olhos dos moços, da juventude esperançosa da Pátria, com o fim de lhes incutir no ânimo uma nobre confiança na raça de que são filhos, um nobre orgulho dos seus antepassados, uma altiva convicção de que, no meio em que trabalha o povo latino, nenhuma outra



raça teria progredido mais, teria realizado melhor obra de civilização industrial e moral.



A explicação do progresso industrial encontra-se no estudo da história da siderurgia; a história da civilização é paralela à história do ferro.

Durante toda a antiguidade e toda a Idade Média, a indústria humana contentava-se, para todos os ramos de sua atividade, com o emprego do simples instrumento de ferro.

Para sua fabricação, uma relativamente mesquinha quantidade de metal era bastante. A pequena forja do progresso direto de redução do minério de ferro era o acauhado forno siderúrgico.

A uma indústria caseira se reduzia o trabalho da fusão de ferro; perto das jazidas de minério, espalhadas por todos os países, numa época de florestas abundantes, estabeleciam-se as famílias dos mestres de forja, cujos filhos eram operários auxiliares dos trabalhos do fole e da bigorna.

Este processo direto de fabricação de ferro maleável, conhecido pelos bárbaros da antiguidade, prevaleceu em toda a Europa até o fim da Idade Média.

Um mestre de forja, no século XIV, porventura, observa que o minério de ferro, aquecido de mais em presença de abundante carvão, corria fundido para o fundo da forja e depois de frio endurecia mais do que o ferro doce, embora perdesse a maleabilidade; depois, o mestre de forja observa que esse ferro guza, de novo aquecido, em presença de minério, se torna menos fuzível e readquire a sua maleabilidade, isto é, se transforma em aço.

Estava descoberto o processo indireto da fabricação do aço: primeiro se fabrica o ferro guza e, depois, se transforma o guza em aço.

Esta solução barateava a produção de aço, permitindo corridas grandes de ferro guza, que começava a ter maior procura para fusão dos canhões, cuja indústria se desenvolvia de ano para ano, após o conhecimento da pólvora.

Entra a indústria siderúrgica na sua idade moderna, quando, abandonando o método direto de fusão do aço, conhece o pro-

cesso indireto, em que antes corre o guza e depois faz a descarburetação para obter um produto maleável, que é o aço.

Habitando-se o mestre de forja a produzir o guza liquido, começa a vida do forno fechado, cada vez mais alto, cujas dimensões eram limitadas pelo poder dos foles, das trompas e dos engenhos fornecedores de ar comprimido.

Perde a siderurgia o caráter de pequena indústria quando os altos fornos, devoradores de carvão e de minério, vão prosperar nos países ricos, ao mesmo tempo, de jazidas de minérios e de florestas.

A Espanha, a Suécia, a Inglaterra, a França eram os primeiros produtores siderúrgicos da Idade Moderna.

Pouco antes do reinado de Isabel, uma crise de falta de madeira nos arsenais de construção naval aparece na Inglaterra: eram os altos fornos que davam cabo das florestas.

Um edito da grande soberana proíbe, em 1558, a produção de carvão de madeira em alguns condados do centro do país; em 1584, outra lei proíbe, formalmente a construção de altos fornos nos condados do sul. Começa a decadência da siderurgia na Inglaterra; então, da Suécia, da Espanha, das colônias americanas, os ingleses importam o ferro de que precisam para suas indústrias.

Tenta o mestre de forja inglês o emprêgo, no alto forno, da hulha que extrai de suas minas; mas, bruto como vem da terra, o carvão de pedra tem muito betume e, no forno, se aglomera de mistura com o minério e o calcário, entope o forno e acarreta o seu apagamento.

Um século inteiro se gasta em experiências, até que, em 1753, Abraham Derby ensina a empregar o *coke*, produto que fica na retorta em que se faz a destilação da hulha.

Esta sensacional descoberta salva a siderurgia britânica.

A uma crise quase mortal sucede uma prosperidade intensa na indústria siderúrgica da Inglaterra. Em 1740, a sua produção ficava na cifra modesta de 17.350 toneladas; em 1788, crescia para 61.900 e nunca mais deixou de progredir.

Conseqüência do uso da hulha no alto forno, foi o crescimento da produção de suas minas, que de 2.612.000 toneladas em

1700, passou a 10.080.000 em 1800, quando a máquina a vapor ainda se não tinha utilizado na locomotiva e nos navios.

A substituição do carvão de madeira pelo coke de carvão de pedra, no meio do século XVIII, acarreta uma profunda modificação da geografia do alto forno; em volta das minas de carvão, surge uma grande atividade siderúrgica; aparece o predomínio dos países ricos de jazidas hulheiras no mercado universal do ferro.

As minas de carvão na Inglaterra, a partir de 1760, aumentam todos os anos a sua atividade, mas o trabalho mineiro luta contra um poderoso obstáculo, a inundação dos poços e das galerias pelas águas de infiltração, cujo esgotamento se tornava impossível nas grandes profundidades. O problema das bombas hidráulicas das minas de carvão preocupava o mundo técnico da Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, como o do combustível para os altos fornos o havia preocupado meio século antes.

Aparecem as tentativas de Savary e de Newcomb; é, porém, James Watt o gênio mecânico da solução do problema técnico formulado nas minas de carvão.

Em 1776, êle tira carta patente da sua máquina a vapor de simples efeito; em 1782, tira privilégio da máquina de duplo efeito.

A primeira bastava para resolução sofrível do problema das minas de carvão; a segunda, evolução da primeira, foi o instrumento portentoso da grande revolução industrial do século passado.

Ao gênio de James Watt deve a máquina a vapor os dispositivos fundamentais do seu funcionamento; efetivamente, muito pouco se lhe ajuntou que não fôsse apenas o aperfeiçoamento da sua construção.

A técnica do alto forno, de outro lado, completa-se com a prática da "puclagem", se me fôr permitido o neologismo, operação ensinada por Henry Cort, em 1784, e pela qual se transforma o ferro guza em aço maleável, na sola do forno de reverbêro, em que o metal é aquecido, fóra da fornalha, pelas chamas refletidas na abóbada refratária do aparelho. Pouco depois, na França, em 1811, Aubertot aproveita os próprios gases do alto forno para o aquecimento dêses fornos de reverbêro, com grande economia do trabalho siderúrgico. Mais tarde, em pleno século XIX, na

Baviera, uma usina começa a prática de aquecer o ar fornecido ao alto forno, procedimento técnico que representa, a contar de 1832, um grande progresso para a economia siderúrgica.

Depois que Stephenson, a partir de 1829, e Fulton, ainda em 1807, conseguem utilizar a máquina a vapor na locomotiva e nos navios, o grande surto industrial do século passado entra na estrada vastíssima da sua máxima evolução.

Foi nosso pensamento, na exposição suscinta que fizemos, pôr em relevo as circunstâncias naturais que conduziram, no caminho das descobertas úteis, o génio inventivo do homem.

A Inglaterra, pelo poeta chamada a ilha de carvão no mar ancorada, tinha condições geológicas que arrastaram seus filhos ao emprêgo de carvão de pedra no alto forno e à descoberta evolutiva da máquina a vapor.

Nunca se verificou, tão venturosamente, como na história industrial da velha Albion, que a necessidade é mãe das invenções

Não poderíamos resumir, nas poucas páginas escritas, a descrição do que foi, para o progresso humano, o efeito prodigioso da máquina a vapor, elemento vital das fábricas, das estradas de ferro e da navegação marítima.

Temos tempo, entretanto, de escrever alguns algarismos, que traduzem, na síntese mais expressiva do pensamento, o milagre de progresso realizado pela máquina durante o século passado. Meçamos a base do edificio industrial, isto é, o desenvolvimento da produção de carvão de pedra :

#### NA INGLATERRA FOI O SEGUINTE :

1700 .. .. .	2.612.000	toneladas
1800 .. .. .	10.080.000	toneladas
1855 .. .. .	64.453.079	toneladas
1856 .. .. .	101.630.544	toneladas
1880 .. .. .	146.969.409	toneladas
1900 .. .. .	225.000.000	toneladas

NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE foi maior ainda a rapidez do progresso:

1830 .. .. .	500.000	toneladas de hulha
1850 .. .. .	7.000.000	toneladas de hulha
1870 .. .. .	29.342.581	toneladas de hulha
1880 .. .. .	63.822.830	toneladas de hulha
1890 .. .. .	142.000.000	toneladas de hulha
1900 .. .. .	242.000.000	toneladas de hulha

NA ALEMANHA, rápido, embora, é inferior nos seus valores:

1853 .. .. .	10.714.556	toneladas de hulha
1864 .. .. .	25.612.899	toneladas de hulha
1869 .. .. .	34.343.913	toneladas de hulha
1880 .. .. .	58.118.035	toneladas de hulha
1900 .. .. .	150.000.000	toneladas de hulha

NA FRANÇA, menos rápido, tem menores valores ainda:

1820 .. .. .	1.000.000	toneladas
1840 .. .. .	3.000.000	toneladas
1860 .. .. .	8.000.000	toneladas
1869 .. .. .	11.181.000	toneladas
1880 .. .. .	19.300.000	toneladas
1900 .. .. .	34.000.000	toneladas

A comparação dos algarismos da produção de hulha na França e na Alemanha, até princípios d'este século, facilita comprehender a evolução industrial d'esses países no século XIX; os números descrevem a rapidez do progresso alemão contrastando com o desenvolvimento francês.

De modo incisivo, mostram os algarismos da produção hulheira norte-americana a razão do seu vigoroso e rápido progresso.

Os números relativos à indústria siderúrgica são paralelos aos que traduzem o progresso da produção de carvão de pedra:

NA INGLATERRA a siderurgia desenvolveu-se no seguinte passo:

1800 .. .. .	150.000	toneladas de ferro
1820 .. .. .	400.000	toneladas de ferro
1830 .. .. .	677.418	toneladas de ferro
1840 .. .. .	1.396.400	toneladas de ferro
1860 .. .. .	3.826.752	toneladas de ferro
1880 .. .. .	7.749.233	toneladas de ferro
1900 .. .. .	8.800.000	toneladas de ferro

O progresso da indústria siderúrgica nos Estados Unidos da América do Norte, mais rápido do que o da indústria britânica, define-se nos seguintes algarismos:

1810 .. .. .	53.808	toneladas de ferro
1830 .. .. .	165.000	toneladas de ferro
1840 .. .. .	286.913	toneladas de ferro
1860 .. .. .	919.770	toneladas de ferro
1869 .. .. .	1.916.641	toneladas de ferro
1880 .. .. .	4.295.414	toneladas de ferro
1890 .. .. .	9.400.000	toneladas de ferro
1900 .. .. .	13.650.000	toneladas de ferro

Menos vertiginoso do que o da indústria norte-americana, foi o progresso da siderurgia alemã, que alcançou, na sua produção, a da própria Inglaterra. Tornemos público os algarismos relativos à indústria do ferro da Alemanha:

1834 .. .. .	110.000	toneladas
1844 .. .. .	171.000	toneladas
1854 .. .. .	368.000	toneladas
1860 .. .. .	529.087	toneladas
1869 .. .. .	1.413.028	toneladas

1880 .. .. .	2.729.038 toneladas
1890 .. .. .	4.600.000 toneladas
1900 .. .. .	8.600.000 toneladas

Por serem particularmente interessantes, sobretudo aos que estudam a evolução industrial das grandes nações modernas, os algarismos relativos à França, ponhamo-los logo em seguida aos que traduzem o progresso da siderurgia alemã. Na França foi a seguinte a marcha da indústria do ferro no século pretérito:

1820 .. .. .	111.000 toneladas
1830 .. .. .	266.000 toneladas
1840 .. .. .	347.000 toneladas
1850 .. .. .	405.000 toneladas
1860 .. .. .	898.000 toneladas
1869 .. .. .	1.282.550 toneladas
1880 .. .. .	1.725.000 toneladas
1890 .. .. .	1.900.000 toneladas
1900 .. .. .	2.600.000 toneladas

Os números representativos do progresso industrial da França e do da Alemanha explicam, à luz dos motivos econômicos, os fatos da vida política desses dois grandes países.

A superioridade militar dos vencedores de SEDAN, em 1870, era também consequência da sua mais poderosa indústria siderúrgica.

A vitória do MARNE veio mostrar, meio século depois, que o povo gaulês não se tinha degenerado nas brilhantes qualidades do gênio militar. A vitória fica do lado de quem dispõe de maior poder industrial; foi essa a lição da grande guerra passada, é essa a lição mais recente da conflagração mundial de 1939-1945.

Vem a propósito estudarmos os algarismos que traduzem, no mundo industrial da véspera da guerra de 1914-1918, a situação relativa dos povos que nela tomaram parte.

No ano anterior à guerra, foi a seguinte a produção mundial de carvão de pedra.

Estados Unidos da América do Norte	525.427.837 toneladas
Inglaterra .. .. .	260.416.338 toneladas
Alemanha .. .. .	253.800.090 toneladas
França .. .. .	40.844.218 toneladas
Todos os outros países reunidos ..	168.200.000 toneladas

Sobressai, nêsse quadro, a posição de três únicos países no conjunto de todos os outros.

Os números relativos à produção de ferro revelam a pujança da indústria alemã, relativamente à da inglesa:

Estados Unidos da América do Norte	31.482.406 toneladas
Alemanha .. .. .	19.291.920 toneladas
Inglaterra .. .. .	10.481.917 toneladas
França .. .. .	4.207.308 toneladas
Rússia .. .. .	4.548.375 toneladas
Todos os outros países reunidos .. ..	9.121.198 toneladas

Aí temos, revelação dêsses algarismos, o quadro industrial das nações contemporâneas antes da primeira grande guerra mundial.

Mostram êstes números o estado de uma geografia comercial, contemporânea da grande guerra de 1914-1918, profundamente diversa da que vigorava durante as guerras de Napoleão I.

A portentosa revolução industrial da máquina a vapor e do alto forno, realizada no século que separou a guerra sustentada pela França de Napoleão Primeiro, da guerra sustentada pela Alemanha de Guilherme Segundo, essa revolução industrial, dizemos, teve como resultado a concentração do poder econômico, base de todos os outros, nas mãos de três povos, principalmente o norte-americano, o inglês e o alemão.

A grande guerra de 1914-1918, fazendo voltar ao domínio da França territórios fartos de minério e de carvão de pedra, veio alterar a situação industrial relativa dos povos vizinhos e que,



com sorte diversa, uma vez se encontraram em SEDAN e outra no MARNE.

Depois da guerra citada, que afastou da concorrência um dos três povos que lutavam pelo predomínio industrial, ficaram duas nações da mesma raça e da mesma língua.

Aos que conhecem as condições da prodigiosa riqueza natural dos Estados Unidos da América do Norte, em combustível, principalmente, é fácil avaliar do seu futuro imperialismo comercial, vitorioso, inevitavelmente, sobre qualquer outro.

Assim como o atrazo relativo da Inglaterra em face dos Estados Unidos não representa prova de uma decadência da raça inglesa, o relativo atrazo industrial da França, durante o século passado, não representa nenhuma degenerescência da raça latina.

Em resumo e para terminar:

Os povos católicos-latinos foram, na civilização ocidental, os continuadores vigorosos da cultura grêga e romana; mais tarde, nos séculos da idade moderna, foram dos principais colaboradores da expansão européia das terras do Atlântico e do Pacífico.

Até o começo da idade contemporânea, fim do século XVIII e princípio do XIX, caminhavam, eles, na vanguarda dos povos civilizadores.

Surge, porém, no mundo industrial a máquina a vapor, cuja vida ficava na mais absoluta dependência do carvão de pedra.

Os países católicos são pobres de jazidas de hulha, ao passo que os protestantes são riquíssimos. Essa diferença fundamental das condições geológicas das duas regiões, a católica e a protestante, acarretou, no correr, apenas, do século XIX, a grande desigualdade do poder industrial das duas raças, a latina e a ânglo-saxônia.

Aos que conhecem a técnica das indústrias modernas fácil é avaliar a tremenda consequência, no mercado mundial, de serem os latinos pobres de combustível e serem os ânglo-saxões muito ricos desse material, em cuja energia térmica a indústria moderna encontra a sua própria vida.

A estupenda revolução da máquina a vapor, na geografia econômica do ocidente, consistiu em atrair para a vizinhança das

minas de carvão de pedra a atividade manufatureira da grande indústria.

Essa revolução econômica, incomparavelmente mais profunda e de maior alcance, para a civilização humana, do que o foi a revolução francesa com todos os seus despropósitos sanguinários, não tem sido, entre nós, brasileiros, estudada com o caráter de vulgarização que lhe deveríamos dar em nossas escolas.

No espírito um tanto medieval dos que estudam a história da civilização moderna, os nomes dos principais atores do formidando drama histórico da França, de 1789 a 1815, têm relêvo muito superior ao dos nomes que fizeram a revolução **industrial** dessa época, revolução cujo processo maravilhoso continua em nosso tempo e abre, com a potência infinita das máquinas hidro-elétricas, um novo horizonte aos países pobres de carvão, mas ricos de quedas d'água.

Quando estudarmos, à luz dos conhecimentos de geologia econômica, a revolução industrial da máquina a vapor, que coincidiu por ventura com a revolucionária mudança de regime político da França, compreenderemos, sem nenhum desdóiro para o gênio trabalhador dos povos católico-latinos, compreenderemos a razão de sua marcha industrial inferior à dos povos tento-ânglo-protestantes.

De um estudo, assim feito, baseado em conhecimento de ciências positivas aplicadas, geologia, metalurgia e mecânica, principalmente, provirá uma esclarecida convicção de que os povos latinos jamais sofreram a diminuição da sua energia mental, jamais sofreram nas qualidades brilhantes da sua raça inconfundível, capaz de tôdas as iniciativas e de tôdas as realizações de progresso compatíveis com o meio cósmico em que trabalham.

Desta convicção, feita à luz do estudo da história e das ciências positivas aplicadas, um desvanecido sentimento de patriotismo surgirá, efeito da gratidão reconhecida que os espíritos conscientes do seu destino ficam a dever aos antepassados, na sua religião e na sua indústria, na sua Fé e no seu trabalho.

## APONTAMENTOS HISTÓRICOS E TOPOGRAPHICOS DA VILLA DE CAMPOS

Pelo Professor Joaquim José de Montalvão

Uma antiga tradição deu o nome à esta Freguesia e Villa. Diz ella que apparecêo uma Imagem de Nossa Senhora em um campo, distante da sede, hoje, da Villa umas 40 tarefas, ahi erigirão uma Capella e junto à ella algumas moradas de casas, dando-se à essa pequena povoação o nome de Paraiso, e que mais logo a Imagem de Nossa Senhora desapparecêo da Capella e ficando os moradores sorprendidos, a encontrarão no logar, onde hoje se acha edificada a Igreja Matriz, sendo n'esse tempo esse logar, que actualmente é a sede da Villa, uma grande matta, onde caçavão caetetus, conforme ouvi dizer um Velho de nome Miguel da Rocha, que a 48 annos contava 150 annos de idade, que muitos caetetus carregou em seus hombros do logar, onde hoje é a praça da Matriz. Os moradores do povoado — Paraiso — levarão a Santa Imagem para sua Capella, e que tendo de novo desapparecido, foi encontrada no mesmo logar, d'onde a levarão, e ahi edificarão-lhe uma pequena Capella, derribarão a matta e mudarão a povoação de Paraiso para ahi, dando à nova povoação a denominação de Capella de Nossa Senhora dos Campos do Rio-Taripe, por sêr a povoação edificada junto á esse rio, rio, que hoje chama-se rio rial, pôr têr á muitos annos descançado á margem d'elle a Armada Rial. Mais logo foi essa povoação creada Freguesia, e isto em data tão remota, que, não obstante os muitos esforços, que se tem empregado, não se tem encontrado a data de sua criação; sabe-se apenas, também por tradição, que foi Vigário d'ella um Padre portuguez da familia Montalvão; tam bem sabe-se do mesmo modo, que foi Vigário d'ella um Padre de nome Requião. Em 1835 foi elevada a cathegoria de Villa e mais logo foi creado Foro Civil. A Villa de Campos e seu Termo pertencêo antigamente a jurisdição do Cacique Moribéca. Não se sabe com certesa, si em algum tempo residirão indiginas nesta Villa e seu Termo; mas é provavel, que tenhão alguns residido, em vista de

alguns sitios de nomes indiginas que naturalmente, elles devem têr dado os nomes, sendo estes: Itapirité, Jabebiry, Seriry e outros. A Villa de Campos é banhada por dous rios o Rial ao sul, em cuja margem se acha situada, o Jabebiry ao norte e ambos elles reunidos a leste. A sua posição topographica é a mais bella possível. Compõe-se das seguintes ruas: Visconde de Paranaguá abrangendo duas grandes ruas, onde existe o commercio, feira e açougue; Barão de Cotegipe; D. or Tobias na praça da matriz, Conselheiro João Alfredo na praça da Matriz; Conselheiro Zacharias, onde se acha a Eschola publica; Senador Candido Mendes na rua da praça da matriz, onde se acha a casa da Camara Municipal. D. Vital na praça da matriz e a do Conselheiro Saraiva. Os seus edificios publicos são: uma bôa Igreja Matriz; um cemitério com uma capella em estado de ruina; uma Capella da Santa Cruz, dependendo esta da approvação do Prelado Diocesano; uma bôa casa da Camara Municipal e de um curral para manança de gado. Não tem cadêa publica; mas tem allugada a custa da Provincia, uma casa com as dívidas proporções, de propriedade do Tenente Coronel Luiz Antonio da Costa Mello. A repartição, se é que esse nome possa têr, de pesos e medidas do sistema metrico acha-se em uma casa de propriedade do Tenente Coronel Luiz Antonio da Costa Mello, pago o alluguel pela Camara Municipal. Faz parte da feira e banca de vender carne vérdre dous bécos cobertos de propriedade particular. Tem na passagem do rio Jabebiry, passagem importante, pôr sêr estrada rial do norte da provincia para a praça comercial da Cidade da Bahia, um pequeno pontilhão, que tendo principio pôr pessoa particular, achase hoje aperfeiçoado pela Camara Municipal. A rua do commercio acha-se calçada as espensas da Camara Municipal e dos proprietarios das casas. A mesma rua está arborizada pelos mesmos proprietarios. O Termo e Freguesia de Campos divide-se de norte á leste com as Freguesias de Simão Dias, Lagarto, Riachão e Itabaianinha, da Provincia de Sergipe e de sul á oeste com as Freguesias da Missão da Saude, Bom Conselho, Ribeira, e Coité da Provincia da Bahia. A sua extensão é de norte á sul quatro legoas e de leste á oeste quinze legoas, sendo deste lado pouco habitado. O rio rial tem (1) legoas de curso, sendo seus tributarios os rios: Mucambo, Caripau, Jacaré, Pastorado, Jabebiry, Itamerim e Guararema. O rio Jabebiry, posto que tenha pequeno curso, tem como seus tributarios os riachos: Sene, Eliséo, Salgado, Gravatá e Pedra. As Serras mais importantes do Município de Campos são: a do Canine, que dizem haver ali metal de prata, fun-

---

(1) O Autor não mencionou o número de léguas de curso do Rio Real embora fôsse sua intenção.

damentando essa crença as fortes detonações, que tem ouvido sahir d'ella; a da Praça, dos Cavallos, do Barriga e da Roma. O terreno presta-se muito bem para o plantilho de fumo, algodão, canas, mandioca e cereaes. A oitenta annos passados, mais ou menos, salvando as poucas excepções, os habitantes desta terra erão preguiçosos, nada cultivavão vivendo da pesca e da caça; trajavão mal, andavão sempre armados, e offerecendo-se qualquer oportunidade não trepidavão para fazer desordens. Os pobres allumiavão-se com fôgo de alecrim e candeia, os abastados e mediocres com azeite de mamona. As mulheres pobres trajavão uma saia e outra na cabeça servindo de chale, as ricas e mediocres trajavão bem conforme o uso daquele tempo: Os homens ricos tambem trajavão bons uniformes. Hoje a Villa de Campos é verdadeira antítese do que foi n'esse tempo: é um povo laborioso, de boa índole, traja bem e tem horror as armas prohibidas pôr lei. A maior parte dos habitantes desta Villa de um e outro sexo sabem ler e escrever. O commercio é soffrivel. Tem Juiz Municipal formado e um Districto de Sub-delegacia, sendo sua sede no Povoado Jabebery. A familia Montalvão é oriunda de Portugal e a sua historia, conforme a tradição de pessoas muito idosas da mesma familia é a seguinte: Aureliano de Montalvão, filho do Marquez do Castello de Montalvão, Senhor feudal, e que dizem têr sido Vice-Rei do Brazil, tencionou casar-se com uma moça de nome Maria de Castro, e como não pertencesse ella a classe nobre, o Marquez negou absolutamente o seu consentimento. Aureliano em vista desta repulsa casou-se occultamente com Maria de Castro, e ficou morando na casa paterna; mas tendo decorrido já alguns meses a mulher achava-se grávida, e quando estava prestes á dar á luz, Aureliano projectou e pôz em execução viagem para o Brazil, levando com sigo a mulher, um Irmão e um Primo, que sabião do segredo. Viajarão incognitos, sem que pessoa alguma soubesse d'essa viagem. Ainda viajavão no mar quando a mulher deu á luz um filho, e morreu de parto. O menino foi baptisado com o nome de Loupo e que depois o Pai dando-lhe sobrenome e cognome, chamou-se Loupo Gomes de Montalvão. Aureliano e seus companheiros de viagem, chegando ao Brazil, tiverão seus receios de serem procurados pelo Marquez, e pôr isso fizeram-se ao centro e chegando á esta terra de Campos, então pequena povoação, ahi se estabelecerão e ha algum tempo depois tiverão certeza de têr morrido o Velho Marquez, em vista do que, elles communicarão tôdo o occorrido de sua fuga, a morte de Maria de Castro e o seu estabelecimento nesta Freguesia de Campos, que então se chamava Freguesia de Nossa Senhora do Rio Tarpe dos Campos Riaes, e que mais logo deu-se-lhe o nome de Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio-

-Rial, á seus parentes e estes tractarão de obtêr para elles os cargos, que se podião exercer nos logares centraes da Colonia ou Reino do Brazil. Exercerão com effeito tódos os cargos inherentes áquelle tempo, sendo assim elles os mandões da terra; mas um incidente veio perturbar-lhes a paz e perder a influencia local. Aureliano casou-se contra a vontade de seu Pai, era uma dívida, e elle a devia pagar e como de facto pagou, como veremos. Loupo Gomes de Montalvão amou extremosamente uma môça Camponesa de nome Izabel e tencionou casar-se com ella; mas o Pai se opôz com todas as forças; porem o môço proceguio firme em seu proposito, e o Pai vendo que se realisava o casamento, de combinação com o Irmão e Primo, resolverão-se a fazerem-se ao centro, levando com elles Loupo e com effeito executarão de prompto o seu projecto; mas o que aconteceu? Loupo achando-se longe de Campos fugio da companhia do Pai e veio tractar do casamento com Izabel: Conforme a Lei que vigorava naquelle tempo, elle era menor, e não podia casar-se sem o consentimento paterno: e o que fez elle? Reccorrêo á protecção do mesmo Vigario da Freguesia, que era seu parente e parente amississimo de seu Pai, este levado pelo Espirito Evangelico, escreveu á Aureliano pedindo-lhe que lhe concedesse licença para elle celebrar o casamento de seu parente, e que retirando para bem longe a aristocracia, isto não era mais do que saldar um debito que elle Aureliano contrahio com o seu velho Pai, em vista do que Aureliano authorisou ao Vigario para fazer o casamento, que se realisou; porem em termos tão grosseiros, que Izabel disse, que serião amaldiçoados todos os seus descendentes que herdassem do seu Sôgro. Desse consorcio tiverão filhos; mas aqui só menciono um pôr ser meu ascendente, é este Angelo dos Reis. Angelo dos Reis teve muitos filhos; mas só menciono dous, que são: José Mauricio de Oliveira e Luiza de Montalvão, pôr serem estes meus ascendentes. José Mauricio de Oliveira, casando-se teve uma filha, que lhe deu o nome de Thereza. Thereza teve mais filhos; mas só menciono aqui o nome de uma filha de nome Maria José, pôr ser esta minha Mãi. Luiza Irmã de José Mauricio teve muitos filhos; mas só faço menção de um, que é Antonio José de Montalvão, pôr ser este meu Pai. Sendo verdadeira esta tradição, como creio ser, é o Marquez de Montalvão pelo meu lado paterno, meu 5.º Avô e pelo lado materno meu 6.º Avô. Não me dei á este trabalho para mostrar brasões dos meus ascendentes: só o fiz, pôrque devo legar á minha posteridade a procedencia de sua familia. Aureliano, seu Irmão, e Primo iórão residir no alto certão do Piauihy ,onde trabalhando em commum, se enriquecerão muito, envelhecerão e morrerão; mas quando somente restava um; porem muito velho, este mandou um Escravo com uma carta aos Campos do Rio Rial,

para ser entregue á Loupo Gomes de Montalvão, e na falta deste aos seus descendentes, com o fim de tomar conta dos muitos bens existentes. Esta carta foi entregue á Luiza de Montalvão, casada com José Ferreira, e Neta de Loupo Gomes de Montalvão. Nessa occasião não se achava seu Marido; mas chegando elle, a mulher lhe entregou a carta e historia-lhe o que ouvio dizer, ou lhe contou o Escravo portador. O que o Escravo disse foi o seguinte: que seus senhores erão tam ricos, que os talheres com que se servião tinhão os cabos de ouro e de prata. O Escravo fiel, tendo cumprido o seu dever, voltou immediatamente para o seu velho Senhor. Chegando em casa José Ferreira, meu Avô, sua Mulher Luiza de Montalvão, minha Avó, lhe entregando a carta, pediu-lhe que não fosse em procura desses bens, para não pesar sobre ella e sua posteridade a maldição lançada pôr Izabel, sua Avó, á todos os seus descendentes, que herdassem bens de Aureliano, de seu Irmão e de seu Primo. José Ferreira, não obstante amar muito á sua Mulher, fêz viagem para o certão do Piahy; mas chegando ao Monte Santo, ahi lhe reapareceo úma hernia, que já soffria a muitos annos, de sorte que se vio obrigado a voltar para casa, e apenas chegando, morrêo logo naquelles dias. Os de mais herdeiros, entenderão que a morte de José Ferreira foi úm acto Providencial, e pôr isso nenhum mais se arrojou chegar até a residencia do velho, que restava da familia Montalvão, ficando assim tôdos os bens entregues á Corôa, e a familia Montalvão no estado de pobreza. Loupo Gomes de Montalvão morrêo em Sergipe, sendo sepultado na Igreja de São Gonçalo, (2) que se acha desde muito tempo em ruina, onde deve estar uma lousa, que cobre sua sepultura com a divida inscripção. Verissimo de Oliveira Serpa, uriundo do Reconcavo fez úma fazenda de gado vaccum e cavallar, dando-lhe a denominação de Fazenda-Grande, distante desta Villa três legoas, hoje do Termo de Itapicurú; esta fazenda passou não sei pôr que titulo, ao dominio de úma D. Maria, e desta á dous môços, Irmãos, do Reconcavo, sendo úm d'elles Domingos de Sousa e Oliveira e o outro Luiz de Mello de Faria e Oliveira: a fazenda era muito grande, e pôr isso foi dividida em duas; Domingos de Sousa ficou na Fazenda-grande, e Luiz de Mello na Fazenda, que lhe deu o nome de Molungú. Domingos de Sousa teve cinco filhos, que são: Padre Martinho, Domingos de Sousa, Antonio José de Faria, José de Sousa e Oliveira, e Salvador de Gois e Sousa; teve mais cinco filhas, das quaes casou-

---

(2) O Dr. Manoel dos Passos de Oliveira Teles afirmou a parentes do Autor que viu ainda a pedra tumular e o epitáfio de Loupo Gomes de Montalvão nas ruinas da igreja de São Gonçalo, onde está erecta a imagem de Cristo Redentor, em São Cristóvão, nesta Estado.

-se uma com Thomé Tavares de Freitas, e dando-se mal esta com o casamento, as quatro preferirão o celibato, morrendo tôdas muito velhas, depois de terem vivido honestamente. Luiz de Mello teve cinco filhos, que são: Padré Felix, Antonio de Faria e Oliveira, Luiz de Mello de Oliveira, Francisco Felix e José Soterio; tambem teve filhas, e d'entre ellas uma conhecida por D. Anna. Estas duas familias amarão-se tanto em principio, que os parentes só casavão com as parentes e vice-versa, formando-se assim uma grande e numerosa familia. A esta familia, alliaram-se tres môços que se dizem sêr do Reconcavo, sendo elles: José Tavares de Freitas, Thomé de Freitas e Martinho de Freitas. Estes môços, conforme a tradição, erão estourados: mandavão e erão obedecidos, á qualquer pessoa, passar de baixo da harriga de cavalos, dar topadas em mandacarús, etc. e que pôr isso mesmo Thomé Tavares de Freitas e Martinho de Freitas fôram assassinados, deixando prole; e esta reunida aos parentes do lado materno, conservarão o mesmo gosto, isto é de casarem os parentes com parentas e vice-versa. Assim mesclada a grande familia do Rio Rial, que, se denominava com os appellidos, ou cognomes — Sousa, Mello, Faria, e Oliveira; com os Tavares de Freitas, formarão uma só familia, e esta poderosa e rica. Desta familia casaram-se quatro môços com quatro môças da Cotinguiba, pertencentes á familia de — Andrade e Souto Maior, e um ou mais môços dessa familia casarão-se com uma ou mais môças da grande familia supra do Rio Rial, augmentando-se assim o prestigio da familia Rio-Rialense. A familia Montalvão, tendo caído em estado de pobreza perderão os cargos de jurisdição, passando estes á grande familia do Rio Rial, onde se conservão até hoje com algumas alterações, não obstante achar-se a mor parte d'essa familia, residente neste Municipio no estado de pobreza, e para provar o que venho de dizer, respeito achar-se desde longos annos confiado o governo desta terra de Campos á grande familia do Rio-Rial, deu-se mais a coherencia de têr sido nomeado Juiz Municipal deste Termo o Doutor Abedias de Oliveira 3.<sup>o</sup> Neto de Luiz de Mello de Faria e Oliveira, fundadôr da fazenda Mohungú. Existem neste Termo e em suas proximidades muitas pessoas pertencentes á familia Dias; mas esta familia, tendo excellente procedencia pôr descender de Belchior Dias Moreira, descendente de Diógo Alvares, conhecido pôr Caramurú e de D. Catharina Paraguasú, tem degenerado a ponto de não sêr mencionada na historia da Villa de Campos, visto não constar, mesmo tradicionalmente, que os seus ascendentes tenham occupado cargos publicos nesta Villa. Essa familia possuiu muitos terrenos e hoje, pouco possuia. O Povoado de S. Vicente do Jabebiry teve o seu principio assim. Uma velha costumava rezar a trezena de S. Vi-



cente, sendo esta muito concorrida; um homem de nome — Manoel Torquato, dispondo de alguns bens da fortuna, vendo o fervor da devoção, que tinha aquelle povo á São Vicente, erigio uma Capella, mandando vir ao mesmo tempo a Sagrada Imagem do Santo. Ali fizerão-se grandes festejos, e em pouco tempo estava creada a Povoação. Casando-se o Tenente José Francisco dos Santos Lima com uma filha de Manoel Torquato, depois de têr adquerido alguma fortuna, augmentou a Capella, e mais crecêo o logar. Pôr morte deste succedeo-lhe seu filho Luiz Cirylo Lima, e tendo este mudado-se para á Cidade da Bahia, lhe succedeo seu Cunhado José Gabriel de Sousa Freire: durante a vida de José Gabriel, o Povoado teve algum impulso: teve Cadeiras publicas do sexo masculino e feminino, que foram depois suprimidas, e foi creado Districto de Subdelegacia; mas pôr morte de José Gabriel o Povoado decressêo achando-se hoje com poucas casas; mas continuando sempre a devoção de São Vicente. Manoel Torquato erigio a Capella com o fim de serem sepultados ali elle e seus descendentes. Não consta que Belchior Dias Moreira morasse em tempo algum no Canine. São estes os apontamentos, que pude obter; e se pôr acaso este trabalho tiver imperfeições, devem ser desculpadas; pois que só o fiz fundado na tradição. Villa de Campos 12 de Janeiro de 1888.

---

(Nesta cópia foram conservadas a ortografia e a disposição do original).

## A MORTE DE UM BRAVO

(Campanha de Canudos)

Gen. JOÃO PEREIRA

As forças expedicionárias do valoroso coronel Antônio Moreira César haviam chegado, enfim, aos 3 de março de 1897, ao morro da Favela, aquêles morro desnudo e sáfaro, que tão famoso ia fazer-se, a começar dali. Constituíam-nas o 7.º Batalhão de Infantaria, comandado interinamente pelo major Rafael Augusto da Cunha Matos, o 9.º, sob o comando do coronel Pedro Nunes Tamarindo, frações do 16.º e 33.º dirigidas pelo capitão Joaquim Quirino Vilarim, uma bateria de quatro Krupps do 2.º Regimento de Artilharia de Campanha, comandada pelo capitão José Salomão Agostinho da Rocha, um esquadrão de cinqüenta praças do 9.º Regimento de Cavalaria, ao mando do capitão Pedreira Franco, um contingente da força policial baiana, serviço de saúde e uma comissão de engenharia. Fizeram-no, porém, depois de largas e fadigosas marchas, por caminhos agros e pulverulentos, e, o que mais é, castigadas cotidianamente do sol queímoso daquelas regiões ignotas e desamparadas. De feitio que, como é fácil de imaginar-se, eram, naquele infausto e já longínquo dia, as mais desfavoráveis possíveis, verdadeiramente, as condições da tropa para uma arremetida séria, e, sobretudo, contra um inimigo reconhecidamente audaz, e, do mesmo passo, fortalecido pela crença despropositada de invencibilidade que lhe infundira, em anos sobresseguidos de predicação, o esmaniado que o chefiava, Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro. Isto não obstante, levado muito mais, talvez, dos impulsos da lamentável enfer-

midade que o torturava, do que mesmo do seu sabido e proclamado arrôjo, Moreira César não trepidou em acometer, imediatamente, aquêle antro perigoso da ignorância e do bandoleirismo.

Pouco passava, ainda, das 13 horas, quando, apoiada pelos canhões de Salomão da Rocha, a infantaria, depois de transpor o Vasa-Barris, penetrou naquela cidadela desmedida e lóbrega. Tanto, porém, que o fêz, já se não pôde manter no dispositivo com que iniciara, entusiásticamente, o ataque. Entrou a fragmentar-se em grupos, que se iam tornando cada vez menores, à proporção que enveredavam, estonteadamente, por suas mil ruelas tortuosas e desasseadas, a refregar a arma branca e a tiros com a caterva abominanda dos conselheiristas, e acabou por dissolver-se de todo o ponto. Ora, essa desagregação da tropa, quando ocupava, apenas, uma parte do arraial, pois a outra, à direita, onde findava o caminho de Geremoabo, continuava incólume, foi, naturalmente, um grave mal, que nem mesmo o emprêgo do esquadrão de cavalaria e do contingente policial alcançara remediar, e cujas funestas conseqüências não tardariam a manifestar-se.

Ainda, de feito, não caíra a noite, com seus mistérios e com seus pavores, e já aquela congêrie imensa em que se transmudara a tropa, antes coesa, disciplinada e impávida, começava a atravessar, de novo, precipitadamente, o rio. E o pior é que já a êsse tempo se havia acolhido a um palhal em ruínas, a Fazenda Velha, com dois ferimentos sérios, o comandante da expedição.

Transposto o Vasa-Barris, os oficiais e praças amontoaram-se junto à artilharia, num tumulto enorme, aturdidos e desalentados. O lugar, porém, em que ela se localizara estava bem próximo do Vasa-Barris, e, portanto, passível, talvez, de um assalto à noite, pelos quadrilheiros. Deliberou-se, assim, deslocarem-se todos para o morro do Mário, quatrocentos metros à retaguarda.

Apesar de tudo, alguns oficiais ainda pensaram em novo ataque, no dia subsequente, à Meca dos sequazes do Conselheiro. Com a notícia, porém, pela madrugada, da morte de Moreira César, não houve mais cogitar de outras quaisquer operações contra os turbulentos, porque no ânimo da maioria não passou a imperar, irresistivelmente, senão a ânsia de encontrar, na retirada, a salvação. E a retirada iniciou-se, efetivamente, já antes mesmo de raiar o dia. Para protegê-la, permaneceram, apenas, no morro

do Mário, com as suas guarnições reforçadas por elementos de infantaria, os canhões de Salomão da Rocha.

A principio, a jagunçada se manteve quêda. Não os hostilizou. Quando êles, porém, se movimentaram, de ordem de seu intrépido e disciplinado chefe, investiu-se violentamente, sequiosa de sangue e de vingança, num vozeio horrendo, estimulada pelo badalar incessante do sino em baixo no falanstério anacoreta insano.

Pouco depois, a retirada, em razão do pânico que se aposara das forças expedicionárias, transiez-se em desabalada fuga. Sòmente Salomão da Rocha é que se não deixou arrastar na enxurria daquela debandada louca. Continuou a retirada, com a sua bateria, em marcha ordenada e lenta, durante a qual parava, de quando em quando, para reduzir a tiros a corja de amotinados brancos, que tentava, por todos os meios, apoderar-se de seus canhões.

Dava, assim, aquêlê modesto capitão de artilharia, naquelas paragens remotas e desgovernadas, o exemplo edificante de um chefe bravo, que não sabe furtar-se aos perigos, nem mesmo à morte, no cumprimento de seu dever. Enquanto a grande maioria dos oficiais e praças da expedição se deixava tomar do pânico, Salomão da Rocha afrontava, com assombrosa serenidade e determinação, aquelas hordas tumultuárias de individuos facinorosos, vezados à mangalaca e aos crimes de tôda a sorte.

Aquêlê espetáculo maravilhoso, porém, em que um oficial, até então sem fama, enfrentava, estóico, com tão pouca gente, aquelas vagas rugidoras e impetuosas de celerados, não podia, de ver está, prolongar-se por muito tempo. Havia de ter, evidentemente, a breve trecho, um epilogo, pois o círculo dos agressores se restringia, de instante a instante, em tôrno de seus canhões embora êstes continuassem, a espaços, a arreversar, atroadoramente, projéteis e mais projéteis sôbre o matagal terrível, por onde êles buscavam aproximar-se, em correrias doidas, para a decisão daquela peleja porfiosa e sanguinolenta.

Afinal, antes de chegar ao Angico, por já ser, então notável o número de artilheiros mortos e feridos pela ferócia daquela malta infeliz de sertanejos rudes, e, também, o de animais de tiro

abatidos no transcorrer da luta, sucedeu o irremediável: de repente, a bateria immobilizou-se.

Nesse momento, o coronel Pedro Nunes Tamarindo, que havia retornado à retaguarda — no afã, talvez, de reparar, naquela hora desesperadora, o êrro que, por fraqueza ou por apatia, cometera em não ter assumido, conforme lhe impunha o pôsto, o comando da expedição, logo que foi ciente da morte de Moreira César — ao dar com aquela cena impressionante, de heroicidade e abnegação, representada ali por Salomão da Rocha à testa de seus comandados, ordenou reiterados toques de alto, na persuasão de que ainda pudesse salvar aquêles poucos homens que se não quizeram desonrar na fuga. Em vão, porém, soaram as cornetas estrídula e convulsivamente, as notas daquele toque, salvador, talvez, daquelas vítimas de um destino injusto, se atendido pelos que fugiam. Porque êstes, longe de se deterem, para o auxílio aos companheiros que ali estavam na iminência do aniquilamento, corriam com mais pressa ainda, alarmados, esbaforidos, desorientados, vendo por tōda a parte o inimigo misterioso.

Veio, então, o epilogo daquele drama estupendo da artilharia. Mal perceberam os pandilheiros que ela se immobilizara, e já não podia prosseguir na marcha, atiram-se, com desmarcada fúria, contra o valente soldado sergipano que a comandava e contra os escassos supérstites das guarnições das peças, e os deixaram, ali, sem vida, golpeados, impiedosamente, a facão e a foice.

Se o corpo, porém, de Salomão da Rocha, ficou ali, naquele chão crestado pelas soalheiras, o seu nome saiu dali, para engastar-se, por todo o sempre, gloriosamente, na História Pátria.

Salomão era, positivamente, de boa tēpera, como o aço de seus canhões. Por isso, não esmoreceu, não fraquejou, não se deixou levar na enxurrada dos apavorados: morreu lutando, como os bravos morrem.

## **GUMERSINDO: Jornalista**

**ZÓZIMO LIMA**

Gumersindo Bessa, atleta do pensamento jurídico nacional, confinado na província, cujo centenário de existência atormentada memoramos a 2 de janeiro deste ano de 1959, foi, também, principalmente às vésperas da queda do Império, quando paixões exacerbadas pelo ideal republicano eclodiam com o vigor e a força do fiat genesiaco, jornalista vigoroso, que terçou armas na arena da imprensa sergipana em períodos agitados da política, com a mestria e o desassombro de Hipólito Costa, Gonçalves Lêdo, Evaristo da Veiga, José do Patrocínio, Quintino Bocaiuva, Carlos de Lact, Bravos lidadores da pena a partir do governo colonial de d. João VI, do Império de Pedro I, da Regência e da Monarquia de Pedro II, até à alvorada da República.

A trajetória jornalística do notável sergipano que naquela data relembramos, começou aos 16 anos, na cidade de Estância, seu berço natal, quando iniciava a aprendizagem das matérias do curso secundário.

As primeiras demonstrações de pruridos jornalísticos em Gumersindo Bessa apareceram no pequeno semanário "A ÁGUA", que recebia, também, a colaboração de João de Ávila Franca, que se formaria, mais tarde, em engenharia militar, e Izaias Simões Andrade, que desapareceu no anonimato, quando penetrou, viril, na realidade da vida prática.

Não se tem notícia, hoje, à falta de arquivos, perdido para sempre, de qualquer exemplar da gazeta estudantil que guardaria as primeiras, — certamente amorosas, próprias da adoles-

cência, — revelações da inteligência que se projetaria, mais tarde, como jurista, principalmente, em todos os quadrantes do Brasil.

As primeiras vacilações do seu espírito quanto à escolha da carreira que abraçaria, no futuro, foram conjuradas com a resolução definitiva, após debate interior com a consciência, de renunciar aos propósitos de seguir a carreira eclesiástica. Vocação frustrada, deixara o Seminário da Bahia à aproximação das superiores ordens canônicas. Ficara-lhe, entanto, a devoção à Igreja, com a satisfação rigorosa dos preceitos que a mesma impõe.

Matriculara-se no curso de Direito, em cuja Faculdade cintilavam as fulgurações do gênio de Tobias. Conquistado o pergamino doutoral torna a Sergipe e, depois de algumas tentativas advocatícias, ingressa na magistratura, onde as decepções se acumulam por força da politica abandonhada, compelindo-o a, desiludido, despir-se da garnacha para voltar à advocacia, com o recreio, por vezes perigoso, do jornalismo de combate.

A sua fama de jurista atravessa as fronteiras do Estado e invade as áreas onde pontificam famanazes mestres, intérpretes, exegetas do Direito. O seu amor telúrico, ao torrão em que nasceu, fá-lo renunciar ao convite que lhe manda o Cons.<sup>o</sup> Carlos de Carvalho para reger a cadeira de direito criminal na Faculdade Livre do Rio de Janeiro.

Não me é dado, nestas linhas, tratar de Gumersindo como jurista. Tento, apenas, pela rama, resumindo, focalizar o homem de imprensa, que él eo foi, dos mais cultos, fascinantes, atrevidos.

Sente-se, no que êle produziu, na imprensa, o prazer da luta. Gozava nos entreveros da polêmica. E êle a alimentava, quando necessário, num clima de elevação, com adversário de credenciais honrosas, para aniquilá-lo num floretear próprio de arrojado e elegante duelista.

Nas suas defezas, nos seus memoriais, nos seus recursos, nos seus pedidos de habeas-corpus, nos seus pareceres magistraes, sente-se, por uma espécie de traição sub-consciente imposta pelo irreprimível pendor jornalístico, o articulista na veemente defeza ou acusação de transgressores de princípios éticos, políticos, sociais e religiosos.

Esgrimia a arma com cavalheirismo quando o contendor lhe saía à frente com nobreza e destemor próprio de guerreiros impávidos e ímpolutos. Quando, porém, o plunitivo se lhe apresentava com a audácia própria dos deseducados, então, aí, o lidador descalçava as luvas e a golpes de catana estrafegava o ludrico gazeteiro arvorado em defensor da ordem social e dos auto-interesses.

Os **profiteurs** de todas as categorias, os palúrdios estoirando de ciência infusa, os pernósticos, os exhibicionistas, docomaniacos em estado anagógico ao caírem-lhe na região da controvérsia jurídica ou literária eram ferozmente maltratados com o gládio e os punhos da lógica indestrutível e do ridículo dilacerante, aniquilador.

Pensava Gumersindo como José Veríssimo, que "um dos prazeres mais saborosos do homem é derrubar deuses". Ele se deliciava com esse exercício em que o talento conjugado com a dicaciedade o tornaram temível iconoclasta.

Foi o jornal "A REFORMA", por ele fundado em 1887, a trincheira formidanda deante da qual tombavam os falsos cruzados da República e da Democracia. Com aquela catapulta punha abaixo os portões de aço da fortaleza da insidia, em cujas amêias se pavoneiavam os defensores da fementida liberdade e das consciências escravizadas pela politicagem obscurantista.

"A REFORMA" tinha por lema: "A RAZÃO POR APOIO, A LIBERDADE POR INSTINTO". E terminava o seu artigo programa com esta sentença de Strauss: "No meio das lutas e antiteses deste mundo, não esqueçamos nunca a tolerância".

Num dos seus artigos lapidares Gumersindo, escrevendo sobre a liberdade, que foi sempre o seu paládio, afirmava: "A imprensa produz sempre a liberdade; inimiga irreconciliável da tirania, é a protetora de todos os oprimidos".

Lê-se, ainda hoje, com prazer, de Gumersindo, a série de artigos sobre autonomia municipal, traçados dentro do espírito teórico de Tocqueville, os quais parece que serviram de padrão aos defensores da idéia atualmente debatida pelos advogados do municipalismo.

No caso da convocação da Câmara Municipal, por determinação do presidente da Província, Araujo Gois, a fim de reintegrar



o procurador Francisco Teles Duarte, — o que foi negado pela maioria do Conselho, — Gumersindo escreveu: "Enquanto a indignação nos der alento, não consentiremos que o bacharel Araujo Gois cõlha em paz os proventos da sua desfaçatez. Teremos sempre as nossas gotas de absinto para despejá-las na taça de mel dos seus gozos de sibarita".

A irreverência, a audácia, a ousadia, a intrepidez, a bravura explodem na "A VOLTA DOS AUGUSTUS" e em "FARIZEUS DA ORDEM", artigos referentes à acusação aos drs. Leandro Maciel, Matos Teles e Cel. José Gonçalves, acusados infamemente de articuladores de elementos para o assassinio do Juiz de Direito de Japarutuba.

Atenho-me apenas ao jornalista e não ao jurista, filósofo, sociólogo, — facetas intelectuais de Gumersindo que deverão ser postas em evidência, estudadas, analisadas por outrem afeito à especialidade. Gumersindo, sôbre êsses aspectos, embora perfuntoriamente, já foi esmerilhado por Prado Sampaio, Carvalho Neto, Hunald Cardoso e João Dantas Martins dos Reis. Êste ilustre desembargador e estudioso da nossa história publicou recentemente trabalho sôbre Gumersindo, opulento em anotações preciosíssimas, as quais serão apreciadas com prazer por quantos estimam as letras jurídicas, de preferência.

O grande sergipano, que contendeu sem desvantagem com o luminar da jurisprudência brasileira, Rui Barbosa, revelando-se, além de conhecedor exímio do Direito, acatado vernaculista, tanto quanto o seu opositor, era também cronista apreciado, frequentando, como tal, as colunas do "Diário da Manhã", sob o pseudônimo de Marfório.

Eram lidos com alegria, sempre que publicados, os artigos e crônicas de Marfório, Aulus Gellius, Cherubim de la Ronda e outros nomes atraz dos quais se ocultava Gumersindo.

Tornou-se conhecido nos jornais do Rio e do Recife. Em Sergipe, além da "A Reforma", seu jornal, escreveu muito no "O Republicano", na "Gazeta de Sergipe", no "Jornal de Sergipe", no "Estado de Sergipe", no "Diário da Manhã", no "O Momento" e no "Correio de Aracaju". No "O MOMENTO" deu abundantes provas de panfletário vigoroso, contra a política do saudoso Mons. Olímpio Campos.

Quando chegaram às mãos do eminente político e poeta brasileiro Francisco Otaviano de Almeida Rosas os primeiros números da "A REFORMA", Gumersindo recebeu, datado de 1.º de janeiro de 1887, do Rio, a seguinte carta: "Meu colega: Fui honrado com o primeiro número da "A Reforma", e muito me regozijou a deliberação dos sergipanos liberais de fundar um órgão de nossas idéias. Uma ou outra decepção porque temos passado, não é motivo para se esmorecer. Você é moço, deve ter fé, e helenista como se mostra na sua eloquente redação, deve lembrar-se do conceito do nosso mestre Platão sobre os deveres da mocidade. Avante, pois, e Deus lhe dê forças, já que lhe deu o amor da boa causa. É disponha do seu colega afetuosamente — (a) F. Otaviano".

Francisco Otaviano morria pouco depois, em 28 de maio de 1889, antes de ver proclamada a República, à qual era sobremodo infenso, e Gumersindo sobreviveu-lhe muitos anos, na advocacia, no jornalismo, na política, para, depois de tudo desiludido, amargurado, insensivelmente confinar-se no quadro tipológico de Pende, que o classificaria de taquipsíquico e hiperestésico, sem, contudo, desprender-se das "molas psíquicas" de Klages, que se compõem das substâncias subjetivas do amor à verdade, ao belo e ao justo.

Aprazia-lhe, ainda, nos solilóquios, conversar espiritualmente com Cujaccius, João das Regras, Troplong, Planiol, Tobias, mestres do Direito, e dialogar com Hartmann, Schopenhauer e Kant, filósofos da velha Germânia, e com os sábios da Helade e de Lácio. Toma-lhe de assalto, em crises frequentes, a ergastenia, tornando-o implacavelmente misantrôpo. Apraz-lhe a solidão, agora.

Bom filho, bom esposo, bom pai, era escravo da lealdade para com os amigos. A morte trágica de Fausto Cardoso feriu-lhe profundamente o coração. Vivia, agora, das recordações, na saudade do passado que lhe não fôra, entretanto, um rosal sem espinhos.

A esclerose, que começára, sorrateiramente, de há muito, a lavar o organismo do gigante, amiudava, agora, em crises dispnéicas.

O clima do seu antigo engenho "MUCURI", de espaços largos e orlados, à distância, de florestas e canaviais, talvez lhe amenizasse os sofrimentos.

Gumersindo viaja, com alguns retalhos de esperança, mas o organismo vai aos poucos se abatendo, a caminho do total aniquilamento, até que, na madrugada de 24 de outubro de 1913, a sua alma abandona o ergástulo da carne, aqui na terra, para subir aos pés do Criador.

Relação da Freguezia de Nossa Senhora dos Campos do Sertão do Rio Real de cima da Capitania de Sergipe d'Elrei, termo da Villa de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, pelo Vigário André de Freitas Paiva.

2 de junho de 1757 (Annexa ao n.º 2.666).

“Nesta freguezia de Nossa Senhora dos Campos do Sertão do Rio Real de cima não há logares nem povoações aldeadas que constem de muitas cazas e vizinhos juntos senão somente de fazendas ou citios em que habitão os moradores por estes certos, em distancia huns dos outros de legoa meya e coarto para com esta largueza poderem comodamente criarem as suas criações de gados vacuns e cavalares e mais criações meudas, e estas ditas fazendas ou citios se denominão e differença por diversos nomes como v. g. Campo grande, Pé da Serra, a Lagoas, Retiro, Ilha, S. Jorge, Mizericordia etc.

Ha tambem nesta dita freguezia outras fazendas ou citios por dentro das matas para a parte do mar em distancia da Igreja Matriz oito e mais legoas aonde se não crião gados, e só servem de plantar mandioquas e outros legumes de que se sustentão os moradores deste certão e só uzão estes moradores das fabricas das farinhas que fazem das raizes da dita mandioqua, vindo-a vender pelas partes aonde a não ha, e tambem estas asituações se differença húas das outras com seus nomes como V. g. Jardim, Borda da Mata, Canafistula, Terra nova & havendo tambem a distancia de húas a outras povoações de legoa e meya e coarto e menos, vivendo cada hú no seu citio ou fazenda com a sua familia de filhos e escravos (quem os tem) e estes pastores e agricultores tem feito 125 povoações em toda esta dita freguezia.

Nesta dita freguezia de Nossa Senhora dos Campos do rio real de cima não ha rios correntes nem navegaveis, porque os que ha são o dito rio real que passa por junto da matriz pouco mais de hũ tiro de besta da parte do sul, cujo divide a dita freguezia de Nossa Senhora dos Campos da do Itapecurú de cima, e o Rio Iabebiri que passa tambem hũ quarto de legoa desviado da dita Matriz, tendo este a sua nasçença dentro do limite da mesma freguezia, e se vem meter no dito rio real pouco abaixo da dita Matriz ficando esta em meio e aqui perde o nome; e supposto que pelos verões se cortão estes ditos rios e ficão em poços, são tão caudaes pelos invernos que sabindo de suas madres alagão os campos impedindo passagem aos moradores e viandantes em quanto durão os ditos invernos por não haverem pontes nem embarcações de nenhum genero, nem materiaes de que se possão fabricar perto, por cujo motivo padecem os moradores nestes ditos tempos de inverno a falta da administração dos Sacramentos pelos parochos não poderem acudir ás suas obrigações que muitas vezes se poem em precipicios por não faltarem a elles.

Este dito Rio Real tem a sua nasçença asima da dita Matriz dez ou doze legoas dia e meyo de viagem, e vem dividindo as ditas freguezias como fica dito vivendo muitos povos na beira delle da parte do sul ficando tão perto da Matriz do dito Rio Real que se estão ouvindo falar, sendo freguezes da Matriz de Nossa Senhora da Nazareth do Itapecurú de cima que lhe fica distante cinco legoas.

Tem esta dita freguezia vinte legoas de nascente ao poente e do sul ao norte tres compondo-se de varias serras inhabitaveis, e tem 1350 pessoas de communhão entre forros e captivos, e supposto pareça limitado numero de pessoas, he porque os Parochos das freguezias vizinhas lhe tirarão muitos dos freguezes que se lhe tñhãõ comutado quando se criou freguezia dizendo-lhes pertencião os ditos povos as suas parochias e nesta forma ficarão muitos povos junto desta Matriz pertencendo a outra jurisdicção sendo desta soccorridos muitas vezes com os Sacramentos. Ha tambem nesta dita freguezia hua Capella com a invocação de Nossa Senhora da Conceição filial da mesma freguezia que lhe fica para a parte do nascente em distancia de seis legoas; como tambem ha hua missão com hua aldeia de gentio que terá 300 almas

dominados pelos religiosos da Companhia de Jesus em que assistem dois padres em distancia desta dita freguezia seis legoas para a parte do nascente, e da dita Capella de Nossa Senhora da Conceição tres legoas para a parte do sul. Divide-se esta dita freguezia da do Lagarto pelas serras de Iabebiri e hua e outra freguezia pertencem á capitania da cidade de Sergipe del-Rei que lhe fica em distancia de vinte legoas pouco mais ou menos, e da villa do Lagarto de que he termo em distancia de dez legoas; e esta he a verdadeira informação que se pode dar da freguezia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real de cima”.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro vol. XXXI, pags. 227 e 228.

Vem no livro Memórias Históricas e Políticas da Bahia por Inacio Acioli anotado por Braz do Amaral, Vol. V pág. 429.

**PATRIMÔNIO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA  
SANTANA DE SIMÃO DIAS**

**Concêrto dos mortos**

**(Drama histórico em quatro atos)**

*Prof. SEBRÃO, sobrinho*

**No ádito**

Há, em mim, misteriosa fôrça impulsionadora, que me choca de encontro aos luminosos domínios da cultura. Gozando da beleza panorâmica desta Cidade do Senhor dos Passos, ao invés de contentar-me com a fragância hebetadora dos alvos ervâncios das margens do poético Ganhamoroba, ao invés de inebriar-me com a paisagem taful que me cerca, capaz de tornar sibarita a qualquer homem predisposto ao trabalho, tenho fôrças para reagir contra a molícia do meio ambiente e leio, investigo, anoto; leio muito, estudo bastante, embora, infelizmente, graças à própria obscuridade e à falta de talentos, pouco ou nada aproveite do que forcejo por observar, associar, para exprimir-me. Paciência e resignação não me faltam !

Aquí, em Maruim, onde estou faz dez anos, gozando da amenidade do clima e da hospitalidade generosa e cativante da gente terrautês, recebi, certa feita, honrosa carta do ilustre e saudoso mestre dr. Pedro Garcia Moreno, na qual me inqueria acerca-de pontos controversos, colidentes, de afirmativas minhas a pontos capitais da brilhante conferência do ilustre padre dr. João de Matos Freire de Carvalho e, em defêsa, lhe respondi, como devia fazê-lo, buscando acentuar os pontos fracos, inverídicos do cimêlio lavor.

Falecido o Mestre, que, em vida, tanto me honrou com sua correspondência contínua, pensei em escrever o trabalho adiante e o fiz, dando-o a ler a meu ilustre amigo dr. Marcos Ferreira de Jesus, simandiense dos mais distinguidos, quer como cultor das boas-lettras, quer como homem público, de quem sempre tive não pequenas provas de consideração e de amizade, verdadeiro gentleman que é, dele recebendo a honra de suas letras em a epístola que junto a êste, onde seu autor extravasa a finura de espírito até mesmo quando acentua que faço "leves reparos" ao ANÁPOLIS do Padre dr. João de Matos, quando o que fez minha horrível tesoiira foi, dessa conferência e do que se ha escrito em-tôrno-de Simão Dias, uma outra fábrica de confete, enquanto sereno, como sempre o faço, fico a espera da Apostta, que, por mais que eu a desafie, atirando-lhe a luva, não é capaz de aparecer-me à frente, obrigando-me a mostrar-lhe a nínfa cristalina em que me dessedento no áureo altar de Clio, a deusa da História: Os mortos que parecem encarnar-se em meu trabalho, em vida afirmaram o que lhes faço reiterarem neste modesto drama, mas amoldado na Verdade, da qual me não separo, porque não sou escravo para mentir, dôa a quem doer, mesmo contra mim próprio, si o merecer, e todos que escrevemos estamos passíveis de cochilos, de erros, que é condição humana. Avassaladora fôrça e irresistível compulsão impelem-me a que tais irreverências em prol de Sergipe. E é só.

Maruim, — 1957.

Meu caro Profs. Sebrão

Li o seu trabalho sôbre história de Simão Dias. Pesquisador impenitente que você é, traça com mão de mestre o acontecimento histórico e fato, mesmo fazendo falar os mortos, com segurança de conhecimento buscado nos velhos documentos, o fato tal como aconteceu. Assim o panorama da formação de Simão Dias e seus arredores: matas de Simão Dias, Lagôa da Mata, Saco do Capim, Saco Grande e tantos logares ainda agora tão meus conhecidos. E o velho Chico Gato e suas façanhas que de histórias tornaram-se muitas em hestórias. Braz Rabelo e seu vaqueiro Simão Dias, nome que deu origem à cidade. E assim todo



o seu interessante trabalho historico em que faz você leves reparos ao de Pe. Dr. João de Matos. Digo-lhe li com muí interesse e agrado e agradeço o seu cuidado delicado em me proporcionar instantes de recordações amenas.

Seu muito admirador e amigo  
**Marcos Ferreira**

### Ato 1.º

(Dorme o professor Besmar Brisonho, quando alguêm lhe acorda a alma, deixando-lhe o corpo em repouso).

— Acorde-se, primo!

Prof. Besmar — Quem é?

— Não me conhece mais?! Só porque me desencarnei! Sòmente, porque me despi da personalidade transitória em o último exílio?!

Prof. Besmar — A! É o mestre dr. Pedro Garcia Moreno?!

Dr. Moreno — É êle mesmo, que se sente em paz e feliz onde está, livre dêste “mundo juncado de enganos”, como cantava o poeta Tobias Barreto.

Prof. Besmar — Quer dar-me uma botija? Descobriu alguma?!

Dr. Moreno — Não seja material, meu primo! Liberte-se do cálculo azinhavrado! Eleve seu espírito à plaina mais alta! Quero proporcionar-lhe o aprazimento de uma conferência histórica com as almas, com os chamados mortos, quando são, perenemente, os vivos. Lembra-se das cartas que lhe fiz, quando materializado em o último evo, em meu pretérito avatar, relativamente ao histórico de Simão Dias, contestando-me você os argumentos por mim esposados e auferidos no ANÁPOLIS, a bela conferência de nosso parente padre doutor João de Matos Freire de Carvalho, vigário do Cuité, que você quase me convenceu da sem razão do illustre prelado?

Prof. Besmar — Sim! Fi-lo e o faço! No propósito justo de homenagear a nossa parenta, antepassada sua e dele, d. Ana

Francisca de Meneses, embora mal informado, valendo-se de seu prestígio pessoal somado ao de sua família, conseguiu, temporariamente, a grande injustiça contra Simão Dias.

Dr. Moreno — Bem! Isto será discutido depois. O luar está esplêndido. Aproveitemo-lo e vamos passear por aí afora. Olhe, vamos a fazenda de nosso parente, meu tio Chico Gato. Quer conhecê-lo pessoalmente?

Prof. Besmar — Que prazer! Vamos a Simão Dias?!

Dr. Moreno — Não! Aos Campos de Camassari, em Itaporanga, na fazendola dele. É uma sorte de terras, um quinhão que houve em reteio do inventário do alferes José Henriques Guimarães, seu devedor. Sua residência, entretanto, é na Vila de Simão Dias. Como você deve saber, o alferes Francisco de Paula Vieira Gato é uma criatura alegre, sempre bem humorada e gosta de cantar martelo. Está fardado de Alferes da Guarda Nacional e de espada à cinta, como foi sepultado. É meu tio e de d. Ambrozina.

Prof. Besmar — Mas vai custar muito tempo, muitas horas, para chegarmos lá. Que pena!

Dr. Moreno — Que nada, homem! É num abrir e num fechar de olhos. Você se esquece de que está, como eu, pesar de vivo, de presa de uma carcassa deletéria, própria do exílio terráqueo, desmaterializado?! Como estamos, meu primo, sem a carne que nos torna bípedes implumes, deslocamo-nos, fácil, no espaço, como o pensamento retroage no tempo. Temos o dom de ubiquidade na Geografia e na História. É mais breve que o Lunik. Pronto!...

## (CAIO O PANO)

### Ato II

(Deitado numa rede, a baloiçar-se, no alpendre de uma fazenda, alguém canta martelo, a pontilhar na viola. Param perto os viajantes e o prof. Besmar se queda espantado ao ver que a viola é a espada do cantor fardado de Alferes da Guarda Nacional, no qual adivinha ser Chico Gato).

Dr. Moreno — Vai saudar-nos. Preste a atenção.

Chico Gato canta:

“Tabaiana dá cebola;  
Lagarto fumo e jaca é;  
A Samba é terra de criôla;  
Simão Dias, bode e café.  
.....  
Do fessô é a Tabaiana;  
Lagarto faz união;  
Da Samba o doutô se ufana;  
De Simão Dias, coração”.

Dr. Moreno — Muito bem, tio Chico. O senhor canta bem e nos fez boa recepção.

Chico Gato — Esperava-os. Pressenti que vinham ver-me e por isto improvisei os versos com os nós dos dedos na Duridana, que é hoje minha viola, já que não tenho mais meu saudoso bacamate boca-de-sino para festejar a chegada de ambos. Quantas cruces havia nele, quantos cabras safados mandei comer terra, uns vinte e cinco!...

“Simão Dias testemunha  
As lutas de Chico Gato;  
Coragem foi minha cunha  
Contra todo maragato.

Esta é minha propriedade,  
Na Capela posseiro é;  
Mas de lá tenho saudade,  
“Dos terreus do Passé,

(De longe, alguém respondeu:)

“Dos terremos do Passé,  
Não! A mim ninguém engana:  
Curral Novo, Moita, eis é  
Tudo terra de Santana”.

Dr. Pedro Moreno — É o padre doutor João de Matos Freire de Carvalho, vigário do Cuité. Agunte-se, primo, que vamos ter roupa suja para lavar-se! A polémica vai ser de arrojo. Como

vai ser, não sei, mas se prepare, porque o fogo vai ser grande. O padre dr. João de Matos não é brincado!

(Chega o padre que cumprimenta afetuosamente a todos. Depois, voltando-se para o professor Besmar, interroga-o:)

Padre Matos — Que é que o sr. chama de Simão Dias?!

Prof. Besmar — Duas coisas unificadas em uma só: as matas e as Cidades, que tudo é a mesma coisa.

Padre Matos — Labora o sr. em êrro, que é lugar comum entre os historiadores. A Mata de Simão Dias começa a uma légua ao Oeste da Capela, a Cidade Anápolis.

Prof. Besmar — Labora vossa reverendíssima em êrro e nele persiste por capricho! Não quer convenser-se da verdade! Simão Dias, o Francês, primeiro cachorro da Velha-Lôba, que se conta haver sido vaqueiro e procurador de Brás Rabelo, cujas fazendas se iniciavam em Palmares, no saugrador do Tigre, na passagem velha do Piauítinga e daí até Geremoabo, Monte Santo, as famosas Matas de Simão Dias subdividiavam-se com diversas denominações. Só no atual Município de Simão Dias há denominações de denominações!

Padre Matos — Ignoro! Cite um a só!

Prof. Besmar — O "Sítio Boca da Mata", com quatro léguas de extensão, que contém, em si, as fazendas Borda da Mata, Taboca, Boca do Mato de Cima e Deserto. Na fazenda Saco do Capim, havia o Engenho Santana. Ainda outra, reverendo: No lugar Cramindó, havia o Sítio Riacho da Malhada, Saco Grande, a grande fazenda chamada Sítio Pastinho. Tudo isso, senhor, eram as Matas de Simão Dias.

Padre Matos — Entretanto, a verdade histórica, haurida, escrupulosamente, dos fatos e seus documentos, é que até 1757 a região dessas Matas ainda não tinha o nome de Matas de Simão Dias; porque êste nome só começa a aparecer, na História, do meiado para o fim do século 18...

Prof. Besmar — Si vossa reverendíssima tivesse visto o mapa geográfico de Barleos, elaborado em 1642, onde se vê sua Capela, a Capela de Simão Dias, justamente no local em que está a Matriz; si vossa reverendíssima tivesse lido as escrituras de 9 de novembro de 1648, em que Baltazar de Barbuda e Gaspar Maciel de Sá venderam suas terras à Ordem do Carmo em Palmares, e

de 31 de janeiro de 1650, no mesmo local, onde o nome de Simão Dias é registrado, não se aventuraria a acreditar nas balelas dos inventores de um Simão Dias bodegueiro em Meio Alqueire e que tais mentirolas, feitas de encomenda, boas para fazerem boi dormir! Simão Dias é itabaianista e, dele, inspirar-me para, a Itabaiana, que ia até o Rio Real, chamar eu de Velha-Lôba, pois que o pseudo procurador e vaqueiro de meu avoengo Brás Rabelo teve a sorte de Rômulo e Remo.

Padre Matos — Já ouviu falar no capitão Manuel de Carvalho Carregosa e em sua mulher d. Ana Francisca de Meneses?

Prof. Besmar — Perfeitamente, são itabaianistas e meus parentes. Eu sou, sr., um Carvalho, um Afonseca Dória, um Tavares da Mota. De Itabaiana, saiu ela para residir nos limites de Itaporanga, em San-Cristovam de Sergipe, e daí para o julgado do Lagarto, ao casar-se com o Carregosa, o Mercador tornado senhor do Engenho Moendas, nos limites de Salgado; sabendo até que no julgado da Vila do Lagarto, onde residia, em direção ao Sertão, ainda quando não tinha a alta patente nas Milícias, obtivera, pelo Alvará de 27 de julho de 1751, a sesmaria de uma légua de largo por três de comprido, no Riacho Timbó. Como ainda sei que na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, êle, Capitão de Milícias, e a espôsa, d. Ana Francisca de Meneses, a sete de dezembro de mil setecentos e oitenta e quatro, no escritório do tabelião Afonso da Franca Côte Real, no impedimento de José da Costa Barjão, perante as testemunhas o moço Félix da Franca Côte Real e Manuel Guedes Soares, disseram que eram senhores e possuidores de umas poucas de terras denominadas Curral Novo, para baixo de Simão Dias, — escute, preste bem a atenção, acure todo o sentido —, para baixo, aquém, as quais houveram de compra a Antônio José de Sousa Freire de Brito e Castro, na Cidade do Salvador, nas quais terras tinham roças e fazenda de criar gados, e delas deram quinhentas braças de largo e meia légua de comprido, começando a dita a correr do nascente para o poente, pelo rio Caiçá acima, com trinta "vacas lêmeas", situadas nas terras doadas, compreendendo dentro da dita terra a Mata da Moíta, e tudo para a criação de uma Capela de Santana, que queriam levantar nas ditas terras. Pela doadora, analfabeta, assinou seu filho Manuel de Carvalho Carregosa, o moço.

Padre Matos — Dou-me por feliz por proporcionar-lhe tais conhecimentos, ao tempo que se me enseja por perguntar-lhe: Foi êsse casal ou foi o anônimo Simão Dias quem construiu a Capela?

Prof. Besmar — Não há certeza de quem erigisse o templo, a casa de oração, a humilde ermida sertaneja, si Simão Dias ou si outrem ! Certo que ainda vivia êle, antes da invasão holandesa, quando ela estava erecta e Barleos a registra em seu aludido mapa. O capitão Carregosa é que não, reverendíssimo senhor ! Si o fizesse, a actual Cidade de Simão Dias estaria localizada no Curral Novo, em a Moita da Mata, para baixo, Caiçá acima !

Padre Matos — Francamente, o senhor está a contradizer-se ! Não compreendo sua embrulhada ! Cita a escritura, que é clara ao dar terras e vacas para a erecção da Capela e diz que essa Capela já estava erecta desde o tempo de Simão Dias, enquanto o chama de pseudo procurador e vaqueiro de Brás Rabelo, no que está comigo, isto é, em a não existência de tal tipo.

Prof. Besmar — Por quem é, excelência reverendíssima, Simão Dias teve existência real, foi o primeiro itabaianista civilizado, nascido, em 1594 à sombra de uma queixabeira, filho espúrio de um colono branco e de uma índia e do maraba se aproveitou nosso illustre patricião doutor Joaquim José de Oliveira para romantiza-lo como procurador e vaqueiro de meu octavô paterno Brás Rabelo Falcão, colono pernambucano, um dos fugitivos de 1635 para as Capitanias do sul, o qual, solteiro, fixando-se na Freguesia de Santiago de Iguape, aí se casou com minha octavó D. Isabel Brandão, filha única do Coronel Melchior Brandão Coelho e de sua primeira mulher d. Maria Pestana. Senhor de Engenho, Brás Rabelo Falcão nunca foi mercador de fazenda na Cidade da BAÍA DO SALVADOR DE TODOS OS SANTOS nem nunca foi proprietário de terras em Sergipe. Si Simão Dias foi procurador e vaqueiro, foi de outro, talvez de algum antepassado da familia Brito. Simão Dias existiu e a lenda de seu nascimento se prestou para a romantização do vaqueiro e procurador probos do estoriógrafo dr. Oliveira.

Quanto a confusão que diz achar faça eu relativamente à Capela, peço licença para esclarecer-lhe. Vossência, além de Cônego e Vigário Geral, é Doutor em Direito Canônico e, por isso, mais

do que eu, sabe quando uma escritura tinha execução ! Mister é que fôsse registrada no Cartório da Provedoria ! Ora, vossa reverendíssima sabe que a escritura em apreço só foi consertada, em a Vila do Lagarto, a 22 de setembro de 1797 pelo tabelião local Gaspar José de Carvalho e pelo escrivão da Provedoria Felipe José de Santiago.

Padre Matos — E que tem isso?!

Prof. Besmar — Sendo a doação feita em 1784, em 1797, quando foi executada, só havia as terras ! As trinta vacas tomaram o caminho dos doadores.

Padre Matos — Qual caminho ?

Prof. Besmar — O da Eternidade, segundo vossência.

Padre Matos — Eu, que disse eu ?

Prof. Besmar — Que o capitão Carregosa faleceu em 1789, aos setenta anos de idade, havendo nascido em 1719; e sua consorte, naturalmente após êle, não existindo o registro do óbito dela, por terem desaparecido os assentos de 1793 a 1824.

Padre Matos — E por que não foi ela?!

Prof. Besmar — Porque é ainda vossa reverendíssima quem afirma tal, embora enganado pela cigana ! São palavras suas :

“Deante das disposições legais de seus paes na Escripura da criação do logar e dote da Capella, seu filho Capitão Geraldo José de Carvalho, ahí residente, fez erigir a Capella ordenada”.

Ora, isto é uma inverdade: Não me interrompa, porque lhe vou mostrar a falsidade dessa alegação. Continua vossa reverendíssima :

“Derribou logo um logar na **Mata da Moita**, formando uma praça, onde deixou de pé um gameleiro que era em frente da hoje caza do Coronel José Prata. Com as madeiras do roçado levantou a Capella, onde está hoje a Igreja Matriz; fez caza de morada e engenho de assucar junto à Capella”.

Foi aqui que a cigana lhe enganou, reverendissimo senhor ! Vossa reverendíssima, prêsa da melhor intenção, espoliou, em pleito judicial, os proprietários da então Vila de Simão Dias, em junho de 1898, proprietários por usocapião, pois que o lesado foi o real proprietário, o primeiro titular de Passé, Antônio da Rocha Pita e Argôlo, Barão, Visconde com Grandeza e Conde de Passé, que comprou essas terras aos Britos, rivais da Casa da Torre em

latifúndio, sobrando razão a tio Chico cantar, na Duridana, aqueles versos. Cante de novo, tio Chico, o baião.

(Chico Gato faz da espada viola, pontilhando-a com os nós dos dedos, e canta):

“Esta é minha propriedade,  
Na Capela posseiro é;  
Mas de lá tenho saudade,  
Dos terrenos do Passé”.

Prof. Besmar — Sim, vossa reverendíssima cometeu espoliação judicial, valendo-se da ignorância histórica de seus conterrâneos, os simandienses! Mudou o local do patrimônio para a Cidade, em terras alheias!...

Padre Matos — Protesto, fi-lo de boa fé, bem documentado!

Prof. Besmar — De boa fé, acredito. Sei-o um cavalheiro honesto. Quanto a bem documentado, não! Foi vencido pela vaidade de ver o nome de uma avoenga eponimizando a Cidade nativa, embora lesando direitos alheios!

Padre Matos — Protesto solenemente! As terras em que está a Cidade de Anápolis foram doadas pelo capitão Manuel de Carvalho Carregosa e por sua esposa, d. Ana Francisca de Menezes, e a Capela foi erecta pelo filho deles, capitão Geraldo José de Carvalho, nelas, e com a renda das “trinta vaccas fêmeas”. Ela é minha ANÁPOLIS! Protesto em nome da falecida!...

Chico Gato — Anaspe... Anape... Que língua travada é essa, padre João?! É nagô ou latim?! Vós-mecê está errado, a razão é do fessô! (Dirigindo-se ao dr. Pedro Moreno): O padre diz a música de orelha, o fessô pela parte..

(Formidável gargalhada do dr. Pedro Moreno. Cai o pano).

### Ato III

(O mesmo cenário e as mesmas personagens)

Padre Matos — Protesto em nome da falecida!... É regra geral de hermenêutica jurídica-o patrimônio adstringe-se ao padroado. Assim, a Capela de Santana devia e deve acompanhar o



terreno doado, onde pastavam “as trinta vaccas femeas”.

Prof. Besmar — Em 1784, o doador Carregosa queria erigir em suas terras uma Capela dedicada à Senhora Santana e faleceu em 1789 sem executar o intento. Seu filho Geraldo resolveu por metade o plano e tal treze anos depois, em 1797, aproveitando a Capela de Simão Dias, onde residia, em terras do Passé, entregando-lhe as terras doadas por seu genitor em 1784, mas das vacas e suas produções coisa nenhuma, pois que não foi preciso edificar a ermida. Deu-lhe o orago de Senhora Santana.

Chico Gato (rindo-se) Não houve produção ! As vacas fêmeas passaram no arco-da-velha, viraram machas e o urubu comeu...

(Gargalhada geral).

Padre Matos — Protesto em nome da falecida ! Capela de Santana sempre, em todos os tempos, foi o nome da terra, que o senhor chama de **Simão Dias**, nome novo de um reles indivíduo do povo, que foi vitorioso por artes do Demo ! O povo, a gente comum, nunca se deixou enganar ! E ainda hoje há quem costume dizer: “vou para a **Capella**”, referindo-se à localidade, sem mais adjectivantes. Professor Besmar, não é facilidade minha no afirmar-lhe, segundo a versão que sempre eu ouvi dos venerandos octogenários monsenhor João Batista de Carvalho Daltro e seu irmão coronel José Zacarias de Carvalho, o Simão Dias havia sido vaqueiro na fazenda de gados ahí de seus ascendentes Manuel de Carvalho Carregosa e Geraldo José de Carvalho.

Prof. Besmar — Então vossência admite um outro Simão Dias anterior ao botequineiro do arraial ou sítio Meio Alqueiro?! Excelência, si tenho sérios motivos para duvidar das afirmativas do cronista dr. Oliveira, quando faz meu antepassado Brás Rabelo Falcão proprietário nos limites da Itabaianassu e aí amolda a figura lendária do primeiro civilizado cachorro da Velha-Lôba procurador e vaqueiro do fidalgo açucrocrata de Santiago de Iguapé, no recôncavo baiano, não duvido do guarajoara Simão Dias, nascido em 1594, casado em 1631 com d. Maria Damiana, sem sucessão, como diz o aludido cronista. O que sei é, além da lenda de seu nascimento à sombra de uma quixabeira e, por haver-lhe morrido a mãe abaü, foi amamentado por uma cabra, que deu seu nome, **SIMÃO DIAS**, a uma enorme fazenda e que, nela, elle ou outra alma piedosa fez erigir-se uma ermida, conhecida por

CAPELA DE SIMÃO DIAS e ao arraial se chamava de Capeia ou, tomando a parte pelo todo, metonimicamente, como era costumeiro o fazer-se, SIMÃO DIAS. A Capela de Simão Dias foi registrada, como já o acentuei, no mapa de Barleos e Felisbello Freire a trocou por um curral. Ali é evidente o tempo.

Dr. Moreno — Que importa?! Num curral, nasceu Jesus. Noutra, na velha Passagem da Igreja de Nossa Senhora Imperatriz do Sertão dos Campos do Rio Real de Cima, teve seu berço Tobias Barreto de Meneses e não muito distante, mas nesses mesmos campos, em a Samba Velha, adveio minha querida genitora.

Prof. Besmar — Ao ilustre sergipano e brilhante cronista dr. Joaquim José de Oliveira coube a tarefa de romantizar a personalidade marcante de Simão Dias, o itabaianista, o guarajoara, o progno papa-cebola.

Chico Gato (irônicamente) — Padre João, proteste em nome da falecida !

Padre Matos — Sim, meu tio, protesto em nome da falecida, pois que não vou comparar meus informantes, homens velhos, com o holandês que nunca veio ao Brasil e escreveu de oitiva, com um tal dr. Oliveira ! Meu Simão Dias viveu ali do século 18 para o 19. Simão Dias nenhum fundou e colonizou e povoou Anápolis ! Ele era um forasteiro — o que aí esteve ao ser criado o lugar ; e nada deixou que dê de si a mínima prova de proprietário em terras, fazendeiro, abastado, beneficiante, fundador, nada, em summa ! O que dele existe é, apenas, a simples versão de um pobre morador infecundo ; que, todavia logrou a sorte, quase sempre caprichosa, de ver e deixar seu nome unido ao lugar. A Fortuna é cega ! Bêbedos e ladrões têm sorte !...

Chico Gato — A sorte é para os bêbedos e ladrões?! Dizia meu parente o tenente José Cornélio da Fonseca, de Itabaiana, que, quem ia a Capital da Província, mentia uma semana ; quem ia a Baía, mentia um mês ; quem ia a Côrte, mentia um ano ; quem ia a Roma, mentia a vida inteira ! Teria ido Simão Dias a Roma?!...

Padre Matos — Isto é comigo, meu tio?!

Chico Gato — Nanja, padre João; mas quem não mente não é filho de boa gente! Esse papa-cebola tem viajado muito no mundo da Lua. Puxa!

Padre Matos — Simão Dias era um João Ninguém, um vaqueiro...

Prof. Besmar — Debaixo do guarda-peito de um vaqueiro palpita, por vezes, coração caracterizador de homem de bem. Vaqueiros foram bandeirantes ou capitães de mato, desbravadores de nossa terra, do Brasil.

(Escuta-se uma voz):

... — Obrigado, senhor professor, pela parte que me toca. Ser vaqueiro é ser rei e, si tem filho, é sucedido por esse, de geração a geração.

(Surge no cenário um homem fardado de Capitão da Guarda Nacional, que é abraçado, cordialmente, por Chico Gato, que o apresenta):

Chico Gato — Apresento à ilustre companhia uma das mais altas patentes da Guarda Nacional de Simão Dias, um de seus proprietários mais abastados, um dos poucos homens de bem do Termo da Vila de Senhora Santana de Simão Dias, o distinto senhor capitão Francisco José do Espírito Santo e Sousa, proprietário do sítio Boca-da Mata, que tem quatro léguas de extensão, subdividido pelas fazendas Borda-da Mata, Taboca, Boca-do-Mato-de-Cima e parte da do Deserto, das quais falou, pouco há, o prof. Besmar, que conhece o território de Simão Dias, como o de Sergipe inteiro, como conhece as palmas das mãos.

Capitão Francisco José — Muito agradecido, seu alferes Chico Gato, porém muito mais obrigado ficaria eu a vós-mecê si me apresentasse com o maior cargo que tenho e que tanto me honra, o de vaqueiro procurador do excelentíssimo senhor Conde de Passé em suas grandes lotações de terras no Município que tem o nome venerando do grande vaqueiro Simão Dias, natural de Itabaiana. Meus senhores, peço licença para que tomem parte nesta tertúlia histórica meus companheiros de excursão, todos proprietários no julgado de Simão Dias.

(Aprovação de todos. Cai o pano)

Ato IV

(O mesmo cenário e uma assemblea com as personagens anteriores e os companheiros de excursão do capm. Francisco José, que ocupa a presidência da mesa).

Capitão Francisco José — Senhores, fomos invocados da paz de nossos túmulos e aqui estamos reunidos. Temos, como posseiros e proprietários das terras de Simão Dias, de esclarecer a estoutros senhores pontos controversos da História delas, afim de que tenha aplicação a frase de D. Pedor II, de que a Justiça de Deus está na voz da História. Todos somos proprietários e vaqueiros de nossos gados nas terras que são nossas e que nos servem de domicílio. Só quem tem vaqueiro são os que vivem distante de suas fazendas. Por exemplo: Quem não mora em Geremoabo, Bom Conselho, Patrocínio do Cuitê, tendo fazenda lá, tem vaqueiro, que é um cargo de absoluta confiança, cargo hereditário, que passa de pai para filho, neto, bisneto, enquanto bem servir. Por vezes, mudam os proprietários, sucedem outros donos, mas o vaqueiro fica como dono eventual, na ausência do proprietário, que só aparece para assistir a partilha, quando aparece, pois que quase sempre o vaqueiro é quem se apresenta ao patrão para prestar-lhe contas! É vaqueiro e procurador, é o representante do dono. Muitas vezes, é o vaqueiro também proprietário e, não raro, em melhores condições financeiras do que o patrão! Não empequenece o uniforme de coiro dos capitães do mato. É um baronato.

Tem a palavra o sr. Antônio Francisco de Jesus.

Antônio Francisco — Começou mal, sr. Presidente, iniciando os trabalhos desta assemblea por dar a palavra a um analfabeto. Apenas tenho a alegar que sou proprietário de fazenda em Água Branca e que sou vaqueiro de meu pouco gado. É só o que tenho a dizer. (Palmas).

Capitão Francisco José — Tem a palavra o sr. Pedro Alexandrino de Andrade.

Pedro Alexandrino — Falo, senhores, por mim e em nome de Pedro Vidal de Oliveira e de Francisco Antônio de Oliveira, todos membros da simandiense família chamava da Venda. Não é verdade a afirmativa de que êsses dois e o querido José Marçal

de Araújo Andrade tivessem comprado os terrenos da Cidade de Simão Dias, como o insinuou, falsamente, nosso vizinho Cristovam Moreira da Costa, foreiro do Senhor de Passé, ao mesmo titular. O que compraram ao dono das terras das antigas Matas de Simão Dias e não como afirmam, fora de toda verdade, o referido Cristovam, ao capitão Manuel de Carvalho Carregosa, morador no julgado da então Vila do Lagarto; o que compraram e nos pertencem são as terras da mencionada Água Branca, terras que principiam na divisão do riachinho que passa atrás da Cidade de Simão Dias, na passagem da estrada que desce do bêco da casa do capitão Domingos José de Carvalho, que vai para Santa Cruz da Boa Vista e daí, por esta acima, até à passagem que vai para o Tanque Novo, confrontando com a casa de Cristovam Moreira da Costa, o mal informante, pois que aí nos dividimos com terras do Conde de Passé. Somos proprietários e somos nossos próprios vaqueiros, vaquejamos nossos próprios gados. (Palmas; apoiados).

Capitão Francisco José — Agradeço ao último orador as justiceiras referências a meu prestimoso patrão sr. Conde de Passé. — Tem a palavra o senhor Comandante-superior Antônio Manuel da Fraga.

Comand. super. Fraga — Do Conde de Passé, adqueri a Fazenda Saco do Capim. Proprietário do Engenho Santana, por mercê imperial ocupando o posto de Comandante-Superior da Guarda Nacional, prefiro o de Capitão do Mato, o de vaqueiro dessa fazenda simandiense. Tenho vaqueiros em minhas diversas fazendas na Província da Baía, em terras que adqueri da Casa da Torre, por seu procurador e vaqueiro o capitão Manuel Félix, digno colega de vós-mecê, sr. capitão Francisco José. (Palmas; aplausos).

Capitão Francisco José — Em nome do distinto e criterioso capitão do mato da Casa da Torre em o julgado de Geremoabo, o honrado vaqueiro capitão Manuel Félix e em meu próprio, reitero agradecimentos ao generoso comandante-superior Fraga, bem como às palmas dos dignos membros desta assemblea. Tem a palavra o sr. Antônio da Silva Vieira.

Sr. Silva — Ao norte desta Cidade, ficam as terras chamadas do Silva, por mim adquiridas ao titular de Passé. (Palmas).

Capitão Francisco José — Tem a palavra o proprietário Barnabé Martins Fontes da Fraga.

Barnabé Martins — É nossa a Fazenda Velha do Sene.

Capitão Francisco José — Fale d. Ana Francisca dos Santos.

D. Ana — Que posso falar, si sou analfabeta! Graças a gloriosa Senhora Santana, sou proprietária de terras no Município de Simão Dias.

Chico Gato — Do Naípe! (Risadas).

Padre Matos — Que é isto, tio Chico?!... Respeite a falecida!...

Capitão Francisco José — Tem a palavra o proprietário Pedro José da Gama.

Pedro José — Eu, José Antônio de Sousa, Manuel Maximino de Santana e Francisco José de Santana somos condôminos do Saco da Cova.

Capitão Francisco José — Tem a palavra Joaquim José de Santana.

Joaquim José — Sou um dos proprietários do Cramindó, no sítio Riacho da Malhada.

Capitão Francisco José — Tem a palavra Manuel Joaquim de Santana.

Manuel Joaquim — Em Cramindó, sou proprietário do sítio Pastinho.

Capitão Francisco José — Tem a palavra José Soares de Meneses.

José Soares — Idem, sou proprietário no sítio Pastinho, no Cramindó.

Capitão Francisco José — Tem a palavra João da Fonseca Dória.

Dória — Eu e os mais hereus de minha "família" somos senhores de terras no Cramindó, as quais terras se dividem do Serrote do Riacho da Malhada, rumo direito ao Serrote que vem do Saco Grande, dividindo-se com as terras do Conde de Passé. Sou um Afonseca capa-bode de raça papa-jaca e de raiz para-cebola. Sou vaqueiro e vergôntea de vaqueiros. (Palmas).

Capitão Francisco José — Tem a palavra d. Antônia Francisca de Jesus, viúva dêsse grande capitão de mato, dêsse saudoso vaqueiro simandiense, capitão Domingos José de Carvalho, essa

itabaianista irmã do guarajuara alferes Chico Gato, nosso anfitrião e colega de vaqueirice.

Viúva Carvalho — Fale por mim meu filho Francisco Antônio de Carvalho.

Francisco Antônio — Meu pai, grande proprietário no Sertão baiano, no de Simão Dias só tinha as terras do engenho Boa Sorte, fundado em 1833, e que o vulgo chama de Mercador, porque fica à margem do riacho do mesmo nome, a quatro quilômetros ao poente da Cidade. Pertence a minha mãe e a seus filhos, todos capitães de mato, vaqueiros ! Nossas casas de aposentadoria na Vila são em terras do Conde de Passé e não em terras de nosso bisavô capitão Carregosa. (Sussurro. Risada de Chico Gato).

Chico Gato — Deus te abençoi, Cassunguê !

Capitão Francisco José — Tem a palavra Félix José de Carvalho.

Félix José — Sou filho natural do Capitão Geraldo José de Carvalho com uma filha de frei José Marcelino, frade dos Palmares, e daí ser eu conhecido por Félix do Carmo. Meu pai sempre me teve em conta de filho e meus irmãos legítimos também. Tanto que sendo o capitão Domingos o administrador das terras da Senhora Santana, era eu quem tinha o trabalho de arrecadar dos foreiros delas, entre os quais eu, em minha propriedade Laranjeiras.

Padre Matos — Estou vitorioso; obrigado, tio Félix.

Capitão Francisco José — É cedo para tais efusões ! Tem a palavra o capitão José de Matos Freire de Carvalho, criterioso administrador das terras da Padroeira da Freguesia de Simão Dias.

Chico Gato — É aqui que a porca torce o rabo ! Zezé do Burí vai deslindar a meada.

José de Matos — A fé e honra de meus antepassados, juro que sou homem de verdade e a ela me cingirei. Como Procurador da Senhora Santana, Padroeira da Freguesia de Simão Dias, sei, verdadeiramente, que as terras do Patrimônio não tem um só palmo na Cidade de Simão Dias... (Palmas).

Chico Gato — Protesto em nome da falecida... (Risadas).

Dr. Moreno — Meu tio, continui...

Padre Matos — No entanto, o senhor me disse haver conhecido o indivíduo Simão Dias, que vivia nesse lugar em 1810 ou 1815, mais ou menos...

José de Matos — Meu filho, sou um tabareu honrado, um capitão de mato, como foi meu pai e são todos meus irmãos. Não posso colaborar com vós-mecê.

Importa-me dizer que o Patrimônio principia na passagem do rio Caissá, estrada que vai para o Olho d'Agua Grande, rumo direito ao sul até à casa de Alexandre da Silva Vieira e por esta, no mesmo rumo, a meter no riachinho que vem do tanque novo, e por este abaixo até onde faz barra com o Caissá, e deste acima até o lugar onde principia a divisão.

Dentro destes limites é que estão as terras doadas por meu pai, Geraldo José de Carvalho.

Padre Matos — Por muito respeito que me invereça o venerando capitão Zezé do Buri, peço vênia para esclarecer o engano palpitante. Meu tio fala em nome da tradição e tanto que atribui ao velho Geraldo a dádiva do padroado, quando foi o pai do velho Geraldo, o capitão Carrêgosa, cuja escritura empana à falsa tradição.

José de Matos — Meu pai não era capaz de gabolice...

Padre Matos — Das vacas, porém, nem notícias.

Prof. Besmar — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Capitão Francisco José — Tem a palavra o prof. Besmar.

Prof. Besmar — As terras não são idênticas! A Escritura de doação, lavrada em 1782, da qual fôra doador o capitão Carrêgosa e que pretendia levantar nas terras doadas uma Capela com a invocação de Senhora Santana, auxiliando-a com trinta vacas, nunca foi executada pelo mesmo doador, que faleceu cinco anos depois, em 1789. Sua morte foi seguida pela da esposa, sem que tivesse execução a referida escritura! Treze anos depois, o filho primogênito de ambos, resolveu dar as mesmas terras para o patrimônio, mas sem erigir nenhuma Capela nas mesmas terras, aproveitando a velha ermida do arraial Simão Dias, aproveitamento que lhe evitava de entrar com as trinta vacas, e, assim, legalizou o ato com a própria escritura de 1784, afim de evitar inútil despesa com um outro instrumento público ou de pública forma, fazendo conferir, consertar a primitiva escritura pelo ta-



belião de Lagarto Gaspar José de Carvalho e pelo escrivão da Provedoria Felipe José de Santiago. Eis o que houve e que tanto confundiu o ilustre autor de ANAPOLIS ! O patrimônio, feito em terras desmembradas do engenho Laranjeiras e que seria para uma ermida que nele se edificaria em honra da Senhora Santana, passou a pertencer à velha Capela de Simão Dias, que o não possuía até então .

Padre Matos — Não me embarco em tal canoa ! Onde ficava o Curral Novo, nome primitivo da Cidade?!

Prof. Besmar — Curral Novo fica onde sempre esteve, excelência reverendíssima. Curral Novo, para distinguir-se do curral velho, onde residira o itabaianista vaqueiro de Brás Rabelo, o nobre Simão Dias, é um sítio desmembrado, como o foram as terras do patrimônio, anexas a êle, do engenho Laranjeiras. Enquanto as terras do patrimônio foram desmembradas pelo capitão Geraldo José de Carvalho, o sítio Curral Novo o foi pelo nosso companheiro de concessão o sr. Félix José de Carvalho, que o vendeu ao vigário geral cônego José Francisco de Meneses Sobral. Cidadão honrado como é, encareço de sua senhoria melhor elucidação.

Sr. Félix — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Capitão Francisco José — Tem a palavra o sr. Félix.

Sr. Félix — Meu ilustre sobrinho, na melhor das intenções, não me compreendeu e tanto que me agradeceu, na errônia presunção de que minhas palavras lhe fizessem fé, quando, ao contrário, foram e são contra a ingrata tese que espôsa. Como as terras do patrimônio, retiradas por meu pai, capitão Geraldo, do engenho Laranjeiras, desmembrei dessa minha propriedade o sítio Curral Novo e o vendi a meu digno amigo o vigário geral cônego José Francisco de Meneses Sobral, o qual, por seu trespasse, o deixou a seus dois filhos órfãos José Benvindo de Meneses Sobral e Maria da Glória de Meneses Sobral, residentes com sua mãe e tutora no Térmo da Cidade de San-Cristovam de Sergipe, a senhora d. Maria Pastôra Perpétua da Silveira. Dito sítio Curral Novo se limita assim: Principiam suas terras do riachinho atrás do Tanque Velho, rumo direito a Alagoa Sêca, que fica atrás da Santa Cruz da Boa Vista, e dela a Pia dos Coxos e daí pela estrada do Tabuleiro Comprido até o Tabuleirinho do Curral Novo,

onde há um caminho que segue para o Caissá, na passagem de Manuel Nunes, e dessa passagem, rio acima até onde faz barra o dito riachinho acima, para o Sul, até o lugar onde principia a divisão. É só o que tenho a dizer.

Chico Gato — Eita que a pamonha está fervendo! (Risada geral).

Padre Matos — Sou incapaz de felônias! Mas, afinal as terras da Cidade de Simão Dias, já que repelem a minha Anápolis, a quem pertencem?!

Prof. Besmar — Sr. Presidente, vós-mecê é o único proprietário ou posseiro que falta fazer esclarecimento ao plenário. Em nome desta colenda tertúlia histórica, tem a palavra, naturalmente elucidadora, que fará justiça ao Rômulo de Itabaiana, Simão Dias. (Muito bem; palmas).

Capitão Francisco José — Das terras que me são próprias, já foram aludidas, reiteradamente. São quatro léguas de extensão, formadoras do sítio Boca-da-Mata, subdivididas pelas fazendas Borda da Mata, Taboca, Boca do Mato de Cima e Deserto, parte.

Agora, passo a fazer exposição das terras, também, nesse Município de Simão Dias, do sr. Conde de Passé, da qual sou procurador: Uma sorte de terras chamada Queimadas, que começa na passagem do rio Jacaré, chamado Caissá; a fazenda Pracatu; a fazenda Tanque; o sítio Espírito Santo no lugar Caatinga; a fazenda Sítio; o sítio Queimada.

Também sou procurador do mesmo excelentíssimo senhor, — notai bem, senhores—, de uma porção de terras, conhecidas por TERRAS DE SIMÃO DIAS, em cuja se acha colocada a Cidade de SIMÃO DIAS, cujos limites são os seguintes:

— COMEÇAM A CORRER DA PASSAGEM DO RIO CAISSÁ, ESTRADA REAL QUE AÍ DIVIDE COM MANUEL DE CARVALHO CARREGOSA, RIO DO CAISSÁ ACIMA ATÉ SUA NASCENÇA, DE ONDE COMEÇAM A DESCAMBAR AS ÁGUAS PARA O MESMO RIO CAISSÁ E PELA PARTE ABAIXO, ESTRADA DIREITA, ATÉ ACIMA DA SERRA DA FURNA, E POR ELA ACIMA ATÉ ONDE SE

JULGAR CORREREM AS ÁGUAS PARA O MESMO RIO CAISSÁ, ADVERTINDO QUE EM CIMA DA SERRA DESCAMBAM AS ÁGUAS PARA O MESMO RIO CAISSÁ E PARA O JACARÉ, ENTRE ESTA DIVISÃO HÁ AS MESMAS NASCENÇAS DO CAISSÁ.

É só o que tenho a alegar. (Palmas).

Chico Gato — O rabo é que é difícil de esfolar, mas o foi e bem! Francamente, eu sabia dessa patranhada toda; mas, coisa de família, me não ficava bem descobrir! O velho Carregosa era bom na promessa, mas difícil de soltar o que tinha prêso na mão. Dele se queixavam os irmãos Manuel de Sirqueira e Araújo, Francisco José da Piedade, Anacleto de Sirqueira, mulher de Matias Curvelo, Marcela de Araújo, Josefa Maria e Maria de Gois.

Dr. Moreno — Dois Manueis?!

Chico Gato — Dois manés, o Carregosa e o Sirqueira, tudo papa-cebola! Criaram-se no Lagarto com os tios Domingos de Sirqueira e o padre Pedro de Sirqueira de Araújo, fessô particular, bicho bom na palmatória; deixou fama de carrasco chora-menino. Residia no sítio Assu e nunca acabou de construir a Matriz do Lagarto! Morreu a 27 de outubro de 1783 e a Igreja de Nossa Senhora da Piedade ficou ainda por acabar. Morreu velhinho e virou promessa de Santa Cruz! Não fez como o primo padre Antônio de Araújo do Lago, fundador, a 16 de junho de 1739, da Igreja do Carmo, em San-Cristovam de Sergipe. Era o padre-mestre lagartense, filho de Domingos de Sirqueira e de d. Marcela de Araújo, moradores do sítio Assu, onde teve patrimônio, na metade dele. Seus pais eram de Itabaiana. Papa-cebola e papa-jaca são como lançadeiras de tear: daqui pra lá e de lá pra cá... O padre-mestre Pedro de Sirqueira, dizem os mais velhos, tinha um gato de estimação de sã Frogaciana, a burriinha dele, a que chamava de papa-rato. Ao fogo, chamava de Clarismundo; á água, de Abundância e, á casa, de Traficância. Contavam os antigos que certo discípulo, querendo vingar-se do mestre, melou o rabo do gato de azeite e tocou fogo, correndo o bichano para casa, enquanto o cão do moleque gritava:

“Mestre papa-hóstia do diabo,  
Saia dos braços de Frogaciana:  
Lá vai papa-rato com Clarismundo no rabo,  
Si não acudir com Abundância,  
Lá se vai a Traficância”. (Risadas).

Padre Matos — Meu pesar é que a Senhora Santana vai perder o patrimônio!

Chico Gato — Só si meu boca-de-sino negar fogo! Minha viola Duridana não tem volta, não é cimitarra ou guela de ema!..

Prof. Besmar — Não há perda de padroado! O que tem em si continua por uso capião, por ação publiciana, por benefício salutar. Tem direito de posse e acresce que pode adquirir o que, por justo título, sempre lhe pertenceu. Tudo depende do bairrismo e da hiperdulia nativa, consagrada à piedosa padroeira, a milagrosa Senhora Santana de Simão Dias. O que se requer, o que é necessário, é a patriótica inspiração para levar-se avante o espírito de sacrifício de cada simandiense digno dêsse nome.

Padre Matos — Muito bem pensado! Senhores, a una voce: Viva a Senhora Santana de Simão Dias!

(Todos, a uma só voz): — Viva!

Professor Besmar (dirigindo-se ao dr. Moreno) — Mestre e primo amigo, leve-me de volta. Foi bem aplicado o processo de John A. Larsen, insigne psiquiatra do Institute of Juvenile Research, de Chicago, para descobrir a Verdade e do qual nos falou o saudoso legisconsulto sergipano doutor Carvalho Neto, o processo da psicologia experimental, chamado cardii-pneumi-psicógrafo, que o notável simandiense traduziu, com aquela ironia, que lhe era fortaleza, caissara do espírito combativo, — pegamentira! O ilustre padre doutor Matos não faltou, propositadamente, a verdade. Foi vítima de um engano, aliás tão comum a todos os cronistas que têm versado o assunto, geralmente confundindo o verdadeiro padroado do orago simandiense com o adquirido pelo culto autor de ANÁPOLIS em as terras do titular de Passé, confundidas com as do Curral Novo, vizindárias daquelas... Caissá é fortificação, é malhada, é celeiro, é curral e Simão Dias é a terra sergipense das boiadas.

Dr. Moreno — Razão, pois, tinha o genial Tobias Barreto, quando dizia que a Verdade, para brilhar, não pintava o rosto nem usava veu. No entanto, forçoso é conhecer-se que, para adquirir-se a certeza do que seja verdade, muito se terá de andar entre cardos e meandros terríveis! Estou satisfeito pela elucidação da dúvida. A verdade está consigo. Aceite meu parabém. Satisfez-me à curiosidade. É com a dúvida que se penetra no recinto sagrado da deusa imortal.

Prof. Besmar — Obrigado, Mestre, muito obrigado! Como a Grécia clássica, igualmente acho que o pensamento seja distinção a serviço da deusa imortal. Não no tenho como mero prazer ficcionista nem, inda menos, como fâmulos da Fraqueza ou como servo do obscurecimento. A Verdade, sobretudo, a Verdade!...

Conserte-se a História, indubitável se codifique no concôrto da deusa imperecível em prol de todas as realidades, como um aracaju, um mbaracagüpe incola, — a Terra do Sol nascente, o esplendor matinal da Ordem, do Direito, da Justiça neste marnel lírico de ficcionismo, avassalador ático de Estórias, de fantasias.

(DESCE O PANO).

## A QUESTÃO DO ACRE SETENTRIONAL E O TRATADO DE PETRÓPOLIS

Polêmica entre GUMERSINDO BESSA E RUY BARBOSA

J. Dantas Martins dos Reis

Não há, em Sergipe, quem possa ignorar minha admiração e reverência pela inteligência e cultura de GUMERSINDO BESSA, como jurista de escol e jornalista notável.

Mas, tendo de me manifestar sobre a polêmica que a respeito da chamada questão do ACRE manteve com o preclaro RUY BARBOSA, por quem tenho também a máxima admiração, preciso ficar num campo de inteira imparcialidade, encarando a discussão como se desenrolou entre aqueles gigantes das letras jurídicas, RUY como procurador do Estado do AMAZONAS (autor), e GUMERSINDO pelos acreanos, na imprensa, fóra do pleito forense.

Em Sergipe, GUMERSINDO foi muito lido, mas poucos sergipianos conhecem os artigos de RUY na polêmica que com ele sustentou, pela imprensa, razão por que, comumente se diz que foi advogado dos acreanos, havendo levado RUY de vencida, quando, apenas, o enfrentou em publicações na imprensa, não tendo tomado parte na discussão em Pretório.

Um ilustrado colega perguntou-me, certa vez, como GUMERSINDO entrou nessa memorável polêmica com RUY BARBOSA a favor dos acreanos.

Em Dezembro de 1905, FAUSTO CARDOSO consultou-me se era lícito a assistência, por parte dos acreanos, no pleito do AMAZONAS contra a UNIÃO, e o convidou para patrocinar dita pretensão.

A sua resposta, por carta, foi negativa de referência a acceitação do convite, acrescentando: — “Acho melhor, disse êle, que me dispense. A causa triunfará sem o meu concurso”. — FAUSTO CARDOSO insistiu alegando a justiça da causa, que era nacional e o prestígio da sua amizade. Cedeu afinal. Recebeu cópia da petição inicial da ação de reivindicação proposta.

FAUSTO CARDOSO chamou-o ao Rio para defender os acreanos, pondo à sua disposição certa importância para as despesas de viagem. Respondeu por telegrama: “Recuso dinheiro. Irei minha conta” e remeteu o — MEMORIAL EM PROL DOS ACREANOS, — que foi logo publicado, em Sergipe, e no “Jornal do Comércio”, do Rio, esclarecendo, por telegrama, que “matéria jurídica alega-se mesmo fóra dos autos”. Recusou receber oito contos de reis postos à sua disposição, por intermédio de LONDON AND BRASILIAN BANK, EM BAHIA. Depois, então, publicou os seus artigos, contra a Réplica de RUY, artigos êstes que foram imediatamente respondidos pelo Conselheiro, mesmo antes de serem todos publicados, pela segunda vez, no Jornal do Comércio.

GUMERSINDO BESSA começou — escrevendo o — MEMORIAL EM PROL DOS ACREANOS — encimando-o com as palavras de Amador Arraes.

“O caminho da verdade é único e simples e o da falsidade, vário e infinito”.

A ação versou sobre a reivindicação, pelo ESTADO DO AMAZONAS, contra a UNIÃO, do território do ACRE SETENTRIONAL.

Os trabalhos jurídicos que publicou, expondo com clareza seu pensamento, desenvolveu-os brilhantemente, porém taxou os artigos de RUY BARBOSA de viciados de paralogismo, gerados pela *ambiguitas verborum*, criando a confusão de noções diferentes.

Depois de publicada a Réplica do excelso RUY BARBOSA, no mesmo Jornal, foi que o preclaro GUMERSINDO BESSA deu a lume, pela segunda vez, naquele jornal, o PRIMEIRO de seus oito artigos, sob o título — EM PROL DOS ACREANOS, — o que fez em 16 de Junho de 1906. Nêle escreveu: — “Isso não é sofisma nem escaparote. Sofisma será o procurar o nosso

direito nos livros estrangeiros". Concluiu seu primeiro artigo desta forma:

"Vejo as coisas assim. Não sei se também sou vítima dessa "lesão grave do órgão da visão jurídica" que o Autor, com quebra de urbanidade, descobriu na Ré.

O que sei é que não é menos mórbida a tendência para fazer romances jurídicos".

O insigne RUY não se fêz esperar e no seu primeiro artigo sob o título — EM PROL DA VERDADE — explicou sua posição e prometeu: — "Será então a oportunidade, que não hei de perder, asseguro, de ventilar e triturar, um por um, os sofismas, com que, na imprensa periódica, se tem buscado adulterar a verdade, quanto aos fatos e ao direito, em prejuízo do meu constituinte". E acrescenta: "Não são nem as doutrinas do autor, nem o tom de sobrançeria e menospreço, com que se refere aos meus trabalhos. Tais direitos pode exercer à vontade, sem embargos meus". Aí já responde a GUMERSINDO, com um certo amargor, quando achou no seu trabalho, a Réplica, "opulenta exibição de vária leitura", e lhe contesta a exação das citações, não achando nada que lhe merecesse consideração, entre os 83 dos seus artigos. GUMERSINDO apesar de, em seu segundo artigo, o chamar de, — "estrela do fóro brasileiro" — "o confessor e mártir da fé jurídica", — "o mestre dos mestres", — afirma: — "nunca blasonei de Jurisconsulto", rende homenagem a seu contendôr, e ainda outras censuras lhe fêz.

Ruy agastado, por ser muito orgulhoso, como dissêra alguém, fêz arguições contrárias as afirmativas de GUMERSINDO, esclarecendo: "Mas quem assume a posição assumida pelo meu culpador intervindo, lá de Sergipe, em uma questão debatida no fóro do Rio de Janeiro, para arrastá-la ao proscênio dos jornais, levantando, contra o patrono de um dos contendores, o escândalo de uma arguição de indelicadeza literária e profissional, tinha obrigação de se haver com o maior tento, e não vir a público senão munido com as armas da certeza".

GUMERSINDO ainda aponta senões, lapsos e cochilos perpetrados por RUY, depois de declarar que — "A aguia não apanha môscas" e lembra aquêlê dito de PLINIO, repetido por CARNEIRO RIBEIRO: — *Nemo mortalium e omnibus horis*



sapis, e alude “à psicopatia de RUY, que não passou despercebida ao venerando CARNEIRO RIBEIRO”.

E para suavizar sua crítica, num outro artigo refere-se a RUY como “uma das mais angélicas inteligências que Deus suscitou entre os homens”, — “não precisaria citar e citar sem conta e sem fim”.

Ruy que era uma força sobrenatural, como disse LEVY CARNEIRO, revidando, muito molestado, achou que GUMERSINDO o arrastou a proscênio e o maltratou, — “não contente, afirma, de me impôr de sua casa os maiores pecados jurídicos, aprouve-lhe aplicar-me uma ensinadela de boa educação”.

Alude, ainda, a se o haver dito ser elle “o doente de psicopatia que não distingue entre a realidade e a ficção tomando a ficção por realidade”. Termina, em revide, ao encontro que acabamos de narrar, o seu último artigo, com estas palavras candentes:

“Critiquizar é mais fácil que dar lições de urbanidade. A polidez sente-se, vê-se, insinua-se, impõe-se, com as maneiras, com a modestia, com a distinção, com a bondade, como um perfume suave; não se emprôa e declama: não está, como as luvas de pelica no mercado, ao alcance do primeiro Narcizo, que as apeteça. Vem-nos das qualidades d'alma, do ambiente doméstico em cujo seio nascemos; e do nosso coração se derrama, sem bulha, pelo nosso lar, pela nossa vida, pelas nossas obras, pelos nossos amigos, pelos nossos filhos. Os meus poderão aprender com o Sr. GUMERSINDO BESSA, quando elle estudar mais, letras jurídicas; mas, com os exemplos, da casa de seu pai, não terão de ir buscar à vizinhança, ou a Sergipe, a escola da civilidade”.

A discussão de GUMERSINDO BESSA com RUY BARBOSA, provocada pelo primeiro, fóra dos autos da questão proposta pelo Estado do Amazonas contra a União, na qual não apresentou mandato, não figurando como advogado no pleito, deu oportunidade, motivada por frases indelicadas de GUMER-

SINDO, a que RUY as retrucasse na maneira por que o fêz, concluindo-se, afinal, a discussão em que cada qual escreveu oito artigos.

E assim findou a memorável polêmica que muito interessou aos juristas do Brasil. RUY BARBOSA enfeichou mais tarde, em volume, os seus oito artigos publicados no Jornal do Comércio, de 18 de Junho a 2 de Julho de 1906, sob o título EM PROL DA VERDADE — “extremando os êrros de linguagem e ortografia, que a revisão deixara escapar”, dando ao mesmo o título — A TRANSAÇÃO DO ACRE NO TRATADO DE PETRÓPOLIS (Polêmica).

RUY era um “combatente perigoso”. “Tinha orgulho e muito orgulho: mas se irritava quando aludiam a seu orgulho”. Um fato narrado por João Mangabeira bem o comprova. — “Contou-me Tobias Monteiro, diz êle, que, uma feita, logo depois que MANUEL VITORINO entrou para o lugar de RUY, na Comissão de Finanças do Senado, os intrigantes foram levar-lhe a falsa noticia de que aquêle iria, à primeira oportunidade, atacar a gestão financeira do govêrno provisório”. E Tobias descreve: “Os olhos de RUY fuzilaram. O semblante tomou uma expressão tigrina. E êle explodiu: “Tomara que o faça”. “Eu o estracalho”. E fêz, instintivamente, com o rosto e os queixos, o movimento do cão que dilacera uma lebre”. O Desembargador Antão de Moraes, de São Paulo, reproduzindo esta narração, acrescenta: — “E o adversário seria Manuel Vitorino. Um dos maiores talentos que já fulguraram na política brasileira, um dos nossos grandes oradores”. Era reconhecida a sua bravura, a sua coragem. “Quando os correligionários do Marechal Hermes exultavam com a fragilidade do competidor do candidato oficial, PINHEIRO MACHADO que conhecia perfeitamente o Conselheiro, respondeu: “Vocês se enganam. Não podemos ter pior candidato”. “Há uma coisa que o RUY tem mais do que talento: é coragem”.

Seu natural era tímido, escreve Antão de Moraes; e essa timidez se exterioriza nas palavras de modéstia e humildade com que quase sempre prefaciava as suas atitudes”. Pugnou com brilho inexcédível pelo direito do Amazonas ao Acre Setentrional escrevendo petição inicial e réplica, importantes trabalhos

que constituem uma brochura de 145 páginas, e dois alentados volumes das razões finais, trabalho magistral e fulgurante.

Adversário que o enfrentasse, diz o desembargador Antão de Moraes, era um homem intelectualmente liquidado. Dizia Nilo Peçanha que o que não apreciava em RUY era o sistema que êle tinha de fazer a barba dos outros sem sabão. "RUY, acrescenta êle, nesses recontros, estando em jôgo sua probidade pessoal ou científica, ou seu procedimento de estadista, reunia todas as armas de seu saber e o seu talento fulgurava em cintilações maravilhosas.

O lutador, uma vez na arena, não tremia diante de adversário algum; e sendo de natural tão bondoso e refletido, nesses momentos, irradiava chispas de indignação". E a seguir ainda escreveu: "Entretanto, RUY BARBOSA não se movia por vaidade literária. Em se lhe não tocando na dignidade pessoal ou profissional, não se tratando, como disse, de uma acusação em que apparecesse ofendida sua probidade de homem ou de político, deixava-o indiferente a critica maldosa ou de negatividade". Pena foi que a importante demanda proposta pelo ESTADO DO AMAZONAS contra a UNIÃO, por cujo direito propugnou com tanto brilhantismo o excelso RUY BARBOSA, não tivesse sido apreciado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal. Mas, o seu magnífico trabalho não se perdeu pelos ensinamentos que nos deixou.

Os direitos por êle defendidos, foram finalmente reconhecidos por um Tribunal Nacional, — a Constituição de 1934, — em seu artigo 5 das disposições transitórias, como acentuou LEOPOLDO CUNHA MELO, em Discurso — RUY BARBOSA e o Tribunal de Contas, — pág. 29, proferido em seu centenário. E LAURITA PESSOA afirma, simplesmente, que "a questão não foi adiante, resolveu-se por um acordo" (in Eptacio Pessoa, 2º vol. pág. 75). Um testemunho interessante e merecedor de toda aceitação, por ser de um amigo íntimo de GUMERSINDO, que o frequentava em sua intimidade.

Contou-me, em palestra, o poeta e homem de espírito Arthur Fortes, que, certa vez, falou a GUMERSINDO sobre o interesse, valor e resultado da notável polémica, desejoso de ouvir sua palavra sincera e franca a respeito, dizendo-lhe, apenas: — "RUY

é invencível; eu não devia o ter enfrentado. Venceu-me até no título dos artigos. Enquanto intitulei os meus — EM PROL DOS ACREANOS — êle, aos dêle, designou — EM PROL DA VERDADE — que está acima de tudo”.

Mas, com a notável e jurídica polêmica, coube a GUMERSINDO BESSA a glória de se haver defrontado com RUY BARBOSA, que, declarara de início, sempre exercer a advocacia “observando a regra de não discutir senão nos autos, ou no recinto dos tribunais os pleitos cujo patrocínio lhe cabiam”. Mas, abriu exceção “a essa norma”, e veio a imprensa responder a GUMERSINDO.

Assim ficaram em arquivo “as páginas escritas pelo próprio punho do seu bravo e erudito autor”, na frase precisa de Cunha Melo.

E, do outro lado, as de Gumersindo Bessa que tanto elevaram o nome do seu emérito autor.

É o que posso dizer em linguagem simples, em prosa deslegante, e sem pretensões literárias.

## O CENTENARIO DO PROFESSOR RODRIGUES DÓRIA

Alexandre Passos

Os homens que, na sua trajetória pela terra, prestaram bons serviços, têm que ser, de quando em quando, lembrados pelos que conhecem, ou têm informação do seu trabalho construtivo. Até aí prevalece a opinião oral, porque a recordação escrita também se impõe, uma vez que, além de se não evoluar, poderá, serenamente, pormenorizar fatos, sem se cingir a lisonjas pueris, destoantes de uma intenção voltada ao agradecimento de uma comunidade, ou da pátria, ao bom exemplo, que merece frutificar. E os exageros prejudicam a muitas biografias e simples perfis, em livros ou em artigos, concorrendo para a desconfiança do leitor ávido, da verdade. Ambos serão prejudicados: o biógrafo e o biografado. Ademais, a biografia reflete uma época, com os seus grandes homens e os homens mediócrs também, porque aquêles a êstes devem alguma coisa, pelo menos a oportunidade de estabelecer diferenciações.

Não se trata apenas do indivíduo humano, mas de fatos econômicos e quiçá culturais, — considerando-se cada qual dentro de sua autonomia, — que gravitam ou gravitaram em tórpo dele. Por isso mesmo, quanto mais distante tanto mais à vontade se encontra quem escreve a respeito de alguém. As paixões, os parentes próximos e os amigos mais íntimos dêsse alguém, poderão perturbar, atrapalhar mesmo, a análise justa e serena de quem deseje dizer a verdade, sem a preocupação de agradar, demonstrando parcialidade. Foi o que, há menos de três anos, fiz com a apresentação dos livros "Agrário de Menezes e o Romantismo" e "Manuel Victorino e o Desencanto Político".

Felizmente, o vulto do qual procuro dizer algo nada tem, como não tiveram aquêles, que lhe venha marear a memória illustre de quem, lutando quase sôzinho, logrou um lugar ao sol.

É meu desejo recordar a personalidade de José Rodrigues da Costa Dória, cujo centenário de nascimento será comemorado a 25 de junho do ano em curso.

Numa época em que as coisas do espírito parecem, aos menos avisadas, superadas por outras que apenas um mínimo de atenção e de entusiasmo, para fins econômicos dirigidos, exigem, é razoável a recordação de pessoas notáveis pela atuação moral, intelectual e, mais do que tudo, pela utilidade a muitos. São êstes os que ficam, enquanto os outros entrarão, mais cedo do que se pensa, no olvido.

Quanto àquêle a quem, dentro do espaço que se me concede, direi o suficiente para que seja recordado com simpatia e fique mais conhecido dos novos, a direção dêste ensaio melhor o dirá que a própria palavra, que, sem conteúdo, nenhuma significação terá.

José Rodrigues da Costa Dória nasceu em Propriá, então vila, porém já cabeça de comarca, na província de Sergipe, a 25 de junho de 1859. Foram seus pais o advogado provisionado Gustavo Rodrigues da Costa Dória, homem de boas letras, e Dona Maria da Soledade da Costa Dória, digna representante da bondade e austeridade das donas-de-casa de antanho.

Teve a infância normal de menino do interior, mas, aos dez anos, já manifestava pendor para uma carreira que lhe desse independência e destaque social.

Fêz o curso primário nos próprios pagos, sob as vistas rigorosas do genitor, que lhe ministrou rudimentos de Português, Francês e Latim. Em Aracaju, estudou preparatórios no velho Ateneu Sergipense. Bom estudante, chegou a lecionar a colegas mais jovens, principalmente, a língua inglêsa, que viria a cultivar com carinho, e Matemática.

Passou quase todo o ano de 1876 na Bahia, estudando as matérias complementares para a matrícula na respectiva Faculdade de Medicina, o que se efetivou no ano seguinte.

A princípio, Rodrigues Dória residiu no convento do Carmo, no qual seu pai possuía bons amigos. Nos dias úteis, o tiro das nove da noite, do Forte São Marcelo, e o badalar dos sinos das duas igrejas, a do convento e a da sua Ordem Terceira, às mesmas horas, já o encontravam estudando as matérias básicas do curso médico, à luz de grossa vela de sebo. O início das aulas práticas no Hospital de Caridade, fariam com que êle procurasse uma "república" de estudantes, não daquelas turbulentas e mal vistas pelos vizinhos, mas a de jovens estudiosos, como os seus conterrâneos Felisbelo Freire e Teodoreto do Nascimento. Aquê- le um ano mais adiantado do que êle, e êste mais atrasado quatro anos, pois se matriculara em 1880.

No regime republicano, os três representariam Sergipe, na Câmara Federal.

A 16 de dezembro de 1882, Rodrigues Dória colou gráu de doutor em Medicina, após a defesa, com a melhor nota de aprovação, da tese sob o título: "Das febres intermitentes complicadas do elemento tífico".

Mas era preciso ganhar dinheiro na clinica, e o jovem médico escolheria a cidade sergipense de Laranjeiras, para trabalhar. Havia lugar para êle e outros colegas, que viam os seus esforços compensados, sem ganância.

Uma reforma do ensino médico criou novas cadeiras e transformou os lugares de substitutos, por seção, em adjuntos, por matéria. Rodrigues Dória, então, regressa à Bahia, após dois anos de ausência. Disputa o lugar de adjunto à cadeira de Medicina Legal, e é o primeiro classificado, o que o não impede de correr o risco de ser preterido, por outro candidato. Vem ao Rio, e o Imperador, reconhecendo o seu direito, o nomeia a 5 de dezembro de 1885.

Em 1888, concorre à cadeira de Patologia Médica, vaga pelo falecimento do Conselheiro Demétrio Ceríaco Tourinho, quando apresentou a tese "Afinidades patológicas entre o reumatismo, a gota e a diabetes". Foi classificado; mas o primeiro lugar coube ao Dr. Anísio Circundes de Carvalho, que foi nomeado.

Em 20 de março de 1891, foi empossado, por ato de reforma, no lugar de substituto, — denominação restabelecida por Benjamin Constant —, da 2.<sup>a</sup> seção. Essa transferência o prejudicou,

uma vez que a vaga de catedrático de Medicina Legal, com a jubilação do Conselho Virgílio Damásio, seria sua. A 24 de setembro de 1892, toma posse da cátedra de que era substituto, isto é, da de Botânica e Zoologia, pois o seu titular falecera prematuramente.

Embora cumprisse as suas obrigações, através do estudo e da assiduidade, Rodrigues Dória não se entusiasmou por uma cátedra para a qual não fizera concurso. Com a fundação da Faculdade de Direito da Bahia, em março de 1891, êle, que a ajudara a instalar, foi designado catedrático de Medicina Legal, depois Medicina Pública.

A reforma do ensino, de 1911, denominada Rivadávia, por ser êste o ministro que a referendou, a fim de nomear notável cientista para a cadeira de História Natural Médica, pô-lo em disponibilidade, com tôdas as vantagens económicas e morais. Assim, chegou a ser o decano das congregações das duas faculdades, dirigindo-as, interinamente, algumas vêzes.

Mas a sua dedicação foi, sem dúvida, transferida à Faculdade de Direito, à qual, no regresso de uma de suas viagens à Europa, presenteou com um rico museu da sua especialidade.

E a politica? A politica não podia deixar de atraí-lo. A troca de sua cátedra, na Faculdade de Medicina da Bahia, talvez para êsse resultado tivesse influido.

Seus amigos, Severino Vieira e Luis Tarquinio, instaram para que Rodrigues Dória aceitasse a sua inclusão numa chapa de conselheiros municipais, juntamente com o segundo e outras pessoas de projeção politica e social, no município de Salvador. Êle anuiu, e foi eleito. Serviu de 1896 a 1899.

Por sua vez, Sergipe o elege deputado federal, em 1897, renovando-lhe o mandato, consecutivamente, até a renúncia, para ser eleito presidente do seu Estado natal, em cujo cargo se empossou em 24 de outubro de 1908. Um conluio doméstico pretendeu depô-lo, mas o Presidente da República, Nilo Peçanha, enojado da traição do próprio cunhado de Rodrigues Dória, mandou repô-lo. Governou com acêrto, dotando a Escola Normal de prédio condigno e contratando, em São Paulo, um técnico para executar a reforma do ensino primário.



Foi operosa a sua atuação no Congresso Nacional, desde a primeira legislatura em que ele atuou, estreando em agosto de 1897, para encaminhar o projeto de reforma do Código Penal, em terceira discussão. A iniciativa da construção da Estrada de Ferro Timbó a Propriá foi sua.

Voltando à Câmara Federal, em 1918, na qualidade de relator da Comissão de Saúde Pública, apresentou longo parecer, concluindo-o com o projeto da criação do Ministério da Instrução e Saúde, atendendo à mensagem do presidente Epitácio Pessoa, enviada ao Congresso Nacional, em setembro de 1919, nessa direção.

Freqüentou a tribuna parlamentar com eficiência, para encaminhar projetos ou discutir assuntos de proveito público. O mesmo aconteceu em 1934, quando, mais uma vez, representou o seu Estado natal, com um projeto de Código Criminal Brasileiro, divulgado pela imprensa. Erraram os que não o elegeram para a legislatura ordinária de 1935 a 1937.

Há um fato que põe em foco o caráter de Rodrigues Dória. Em 1897, quando se prendiam congressistas, durante o estado-de-sítio, decorrente do atentado ao presidente Prudente de Moraes, ele, várias vezes, visitou Manuel Victorino, seu antigo mestre e, depois, colega de Congregação, na Faculdade de Medicina da Bahia, então impedido de sair, e tendo a sua residência vigiada pela polícia.

Rodrigues Dória escrevia corretamente, mas sem preocupações literárias, procurando, antes, ser claro e minucioso. Colaborou em jornais leigos da Bahia, de Sergipe e do Rio de Janeiro, assim como em revistas especializadas. Discursou outro tanto e pronunciou várias conferências. Além das obras há pouco citadas, farei menção às publicadas, em avulso, e por mim lidas. "Envenenamento e veneno" (1892); "A idade e o sexo em matéria penal" (1894); "Gênio e degeneração" (1910); "Peritos" (1915), tôdas extraídas da *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*. Em congressos científicos: ao 3.º Brasileiro de Medicina e Cirurgia, reunido na Bahia, em 1890, apresentou a tese: "Deve-se modificar o Código Penal de acôrdo com os progressos da Medicina Legal?". Ao 6.º de Medicina e Cirurgia, reunido em São Paulo, na qualidade de delegado do Estado de Sergipe: "Toxemia e Crime"

(1907). Ao 2.<sup>o</sup> Panamericano, reunido em Washington, em fins de dezembro de 1915 e princípios de 1916, cabendo-lhe a incumbência de representar o Estado da Bahia e entidades científicas brasileiras: "Os fumadores de maconha; efeitos e males do vício" e "O êrro essencial de pessoa na lei brasileira do casamento civil". Ambas foram aplaudidas, mas a primeira causou sensação, notando-se que o perigo da maconha ou diamba, que, ao tempo, abrangia apenas pequena área de uso, por pessoas incultas e inocentes, foi por êle previsto, caso a plantação da erva assumisse grandes proporções. E foi o que aconteceu. Hoje, além de se ter infiltrado em tódo o país, é o entorpecente mais utilizado por tódas as classes, em virtude da facilidade de sua aquisição. Há quem a cultive em chácaras e roças, conforme se tem verificado. Os jornais cariocas, há pouco, publicaram um telegrama de São Paulo, segundo o qual um empregado de uma escola plantara doze pés de maconha, numa área de recreio dos alunos, já auferindo lucros.

Em 1916, apresentou as teses "Os loucos de todo o gênero na legislação brasileira" e "Regulamento do meretrício" ao 1.<sup>o</sup> Congresso Médico Paulista.

Membro correspondente da Academia Nacional de Medicina, leu, na sessão de 1.<sup>o</sup> de junho de 1922, a comunicação: "Questões médico legais relativas ao casamento".

À Sociedade de Medicina Legal e Criminologia da Bahia, da qual foi fundador e presidente, apresentou, em 1916: "Crítica ao n.<sup>o</sup> IX do Art. 183 e ao Art. 219 do Código Civil Brasileiro".

Outros trabalhos seus poderão ser lembrados, tais como: "Os traumatismos morais e o Código Penal" e "Infanticídio", lições professadas na Faculdade de Direito da Bahia (1894); "Legislação e doutrina" (1914); "O menino nasceu vivo, e quanto tempo gozou de vida extra-uterina?" (1915); "O projeto de reforma do Código Penal Brasileiro" (1915); "O crime, suas causas, seus autores e seu tratamento" (1925).

A êsses poderão ser juntados dois, mais alentados: "Responsabilidade Criminal — Seus modificadores" (1929) e "Epilepsia e epilêpticos notáveis" (1932). Neste trabalho, afasta-se da obra do Dr. Cabanês, "Grands Névropathes — Malades immortels" (Paris s/d), quanto aos nomes apresentados, sendo comum ape-

nas o de Byron. Dória apresenta as seguintes figuras: Saul, Nabucodonosor, São Paulo, César, Maomé, Lutero, Carlos V, Ivan — o terrível, Richelieu, Newton, Pedro o grande, Napoleão Bonaparte, Dosloiewisky, Flaubert, D. Pedro I, Machado de Assis, Moreira César, José Veríssimo e Graça Aranha, "segundo informações que também no-las deu Afrânio Peixoto" — previne o autor, quanto aos dois últimos.

O professor e doutor — títulos que não lhe foram simples ornamentos — José Rodrigues da Costa Dória faleceu a 14 de fevereiro de 1938, no arrabalde de Itapagipe, na capital da Bahia, de cujo meio cultural e social participou e à qual, sem prejuízo do seu amado Sergipe, dedicava especial carinho.

Homem singular, no bom sentido do adjetivo, êle foi daqueles que, muito cedo, se traçaram uma norma de comportamento para a consecução dos seus desígnios. Estes, entretanto, não foram com facilidade obtidos. A inveja e o egoísmo, que, na maioria das vezes, acompanham a concorrência, experimentaram investidas, algumas das quais do nosso conhecimento. Sempre alerta, as soube vencer com elegância e piedade.

Merece, pois, o respeito pósteros.

## N A P O L E Õ N I C A

### OS PRIMEIROS DEGRAUS DA GLÓRIA

ABDON LIMA

Les seules bonnes histoires sont celles qui ont été écrites par ceux mêmes qui commandent aux affaires, ou qui étoient participants à les conduire.

Montaigne

Conta Marc Maurot, em seu curioso livro "Ça Ira" — "Récits des temps révolutionnaires", que em certa noite de junho de 1795, duas jovens elegantes chamavam a atenção dos transeuntes, tanto pela distinção do porte quanto pela beleza dos vestidos. Uma delas, pouco tempo depois amante do célebre dramaturgo e poeta Marie-Joseph Chénier, membro da Convenção, era viúva do Sr. de la Bonchardie e ainda não tinha 20 anos. Sua amiga, da mesma idade, risonha e viva, a viscondessa de Ligne, interpelou abruptamente um jovem moreno, baixo, trajado com umas roupas bem surradas, que passava apressado perto dela. — "Oh! estás em Paris, Bonaparte? Para onde vais assim correndo, meu amigo?" ("Ah! é sem dúvida teu oficial de Toulon!", murmurou-lhe ao ouvido sua bela amiga). Enquanto conversavam, o jovem encaminhava-se para elas. A alegria de seu sorriso e de seus olhos fazia esquecer imediatamente sua pobre indumentária. "Oh! minha senhora, dizia, inclinando-se, o general destituído de seu posto, se é preciso vos fazer uma confissão, digo que corro atrás de um escudo de seis francos! — "Um escudo de seis francos! replicou, rindo, a viscondessa; olha, meu amigo, toma dois

escudos". Bonaparte estendeu a mão, aceitou e correu para se juntar a um de seus camaradas, que já ia distante" (1)

Havia substituído Carnot na direção das operações, desde 4 de abril de 1795, o deputado moderado e antigo oficial de artilharia, indivíduo medíocre: Aubry. Um dos seus primeiros atos, como ministro da guerra, fôra reformar os generais Masséna e Bonaparte, que pouco antes se ilustraram no exército dos Alpes, na campanha da Itália. Apresentava-se para Bonaparte um duro período de privações e pobreza. Tinha apenas 25 anos o grande filho da Córsega.

Pediu uma audiência ao ministro da guerra. Vivia em extrema penúria. Alugara um quarto no Hotel de Metz, na rua do Mail, situado no 3.º andar, n.º 14. Fazia suas sóbrias refeições numa casa de pasto da rua de Valois, "Aux trois Bornes, ou na casa de um Sr. Justat, negociante de vinhos, na rua dos Petits-Pères, que lhe vendia a crédito e a quem chegou a dever quinze francos, na época muito dinheiro, principalmente para Bonaparte. Foi uma felicidade encontrar Bourrienne, antigo camarada da escola de Brienne. Mas êste, se bem que diplomata, também dispunha de pouco dinheiro. Os dois encontravam-se diariamente. Quantos projetos não teriam feito! Principalmente Bonaparte, que vivia sempre a revolver idéias. Que decidiria o ministro da Guerra? Procurava saber dos funcionários como ia seu caso; e êstes escutavam pacientemente êste pigmeu ardoroso, eloquente, cujos argumentos eram sempre justos e exaltados pela adversidade".

Certa vez quiz enriquecer por meio de especulações comerciais. Deu-se o caso que, ao passar um dia na rua Montholon, aí viu algumas casas em construção. Concebeu logo o projeto de alugá-las e sublocá-las, e esperava obter bons lucros no negócio. Mas, era preciso capital, e o futuro imperador não dispunha de níquel. E tão grande era a falta de dinheiro, que chegou a empenhar seu relógio na casa de Fauvelet, negociante de móveis que mantinha uma espécie de casa de penhor. Assim ruíu por terra seu projeto de se tornar dono de casa de cômodos.

---

(1) — Viscondessa De Fara — "Mémoires sur Charles X".

Vamos ler o que d'ele diz e como o apresenta Cambacérès (2).

“Eu morava então no n.º 31 da rua Chabannais. Às 8 horas da manhã batem na minha porta. Mando entrar. Vejo um homenzinho magro, pálido, mal penteado, de cabelos lisos e pendentes como orelhas de cão (era a moda), mal vestido, metido numas botas demasiado curtas e num paletó muito comprido, gravata esfiapada, chapéu surrado; mas d'este monstrengo saía uma mão fina, branca, bem delineada; via-se uma boca encantadora, que animava um sorriso benevolente ou mordaz, e depois que olhos... Ah! que olhos!... Semelhantes aos do leão, da Águia, dois relâmpagos perpétuos, doces, terríveis, perscrutadores, confiantes, nos quais estavam pintados o gênio e a magnanimidade; belos dentes, e acima de tudo um ar de rei sob as vestes de um pobre envergonhado; e mais ainda: uma voz cheia, sonora, fácil, vibrante, a agitar o coração; gestos simples, naturais, nobres e contudo imperiosos; a força, derivando da superioridade do pensamento, surgia de sua personalidade; era uma fascinação mágica, continua, irresistível.

“À primeira vista fui tomado de admiração e fiquei encantado logo à primeira frase pronunciada: — “Cidadão, eu sou o general Napoleão Bonaparte, que haveis destituído injustamente”. (Foi Aubry, o tolo, que não gostava d'ele e que lhe reprovava a pouca idade. Eu fazia parte da comissão da guerra; mas Aubry não se imiscuía na jurisprudência, pois era minha especialidade; em compensação, eu não me interessava pelos assuntos militares. Apresentaram-me um relatório sôbre desobediência. Calei-me e assinei humildemente, passando a Aubry a responsabilidade).

“Respondi, portanto, ao jovem:

“—Ah! general, não penso assim; sem dúvida houve engano; mas, fui eu o culpado, lamento agora ter laborado em êrro.

“—É o que desejava ouvir; sois um sábio: sômente os tolos têm a pretensão de infalibilidade, menos o Papa.

“Pus-me a rir, e continuei:

“— Certamente, general, estaríeis com o direito de me censurar se eu não houvesse enxergado em tudo isso senão uma

---

(2) — “Les Après-Dîners de Cambacérès”, d'après Lamoignon-Langou.

questão de praxe. Seria um grande absurdo de minha parte julgar-vos como militar; vi somente o funcionário público recusando-se a obedecer à autoridade constituída. O fato é evidente, não o negais; agi como outro qualquer teria agido em meu lugar. Agora quero falar-vos de coração aberto: confesso que se cometeu uma injustiça a vosso respeito; vós sois um dos que têm o direito de subir e não dos que devem ser jogados na multidão. Sei que se deve a vós a tomada de Toulon, que salvou a República!

“O general vinha discutir comigo e deixou-me disposto a se tornar seu amigo”.

Conforme o testemunho de Cambacérès, aí está, depois de Thermidor (3), a fisionomia do homem que vamos encontrar em ação durante a campanha que devia terminar com a tomada de Toulon.

Paremos aqui nas últimas palavras de Cambacérès e passemos a pena a Barras(4), que vai dizer dos feitos e gestos de Bonaparte durante o sítio de Toulon pelos ingleses, não sem salpicar, aqui e ali, o sal da maledicência: “Preocupado com os preparativos que exigia uma operação tão considerável como a retomada de Toulon, atualmente em poder de forças estrangeiras, achei que devia primeiramente cuidar com atenção da parte de nossas costas na Provença, onde os inimigos podiam operar novos desembarques. Precisava de um oficial capaz de fazer reconhecimentos e colocar baterias. Para tal operação bastava um tenente inteligente. Designei para isso um dos mais jovens que se apresentaram. Executou sua missão com presteza e pontualidade. Satis-

---

(3) — 9 Thermidor (27 de julho de 1794), conforme o Calendário Republicano, marca o dia da queda de Maximiliano Robespierre e de seu irmão Joseph, de Saint-Just, Couthon, Le Bas, que se suicidou com um tiro ao ser condenado à guilhotina. Hanriot e mais 17 ligados ao “Incorruptível”, apelido que lhe dera Marat, outro sanguinário. Foi o fim da fase odiosa e sangrenta da Revolução, chamada “O Terror”.

(4) — O general Paul Barras, visconde, membro da Convenção e depois do Diretório, era o representante do povo junto aos exércitos do Sul (Midi). Após ter contribuído para a ascensão de Bonaparte, foi expulso da França e colocado sob vigilância por seu antigo protegido. Em suas “Memórias” reportam aqui e ali alguns ressentimentos, mas a injustiça do protegido não perturbou o julgamento do antigo protetor. Sem Barras, talvez houvesse falhado o golpe de 9 Thermidor.

feito com o relatório que me enviara, depois de cumprida a missão, disse-lhe: "Agradeço-vos, capitão (5)"; ao que elle me respondeu, mui respeitosa e modestamente: "Peço-vos desculpa, sou apenas tenente". — "Vós sois capitão, repliquei-lhe, porque o mereceis e porque tenho o direito de vos promover". Foi esta a minha primeira entrevista com Bonaparte.

"Eu seguira, então, para o campo do general Lapoyte. A mais rigorosa disciplina era aí observada; mas, chegando a Ollioules, fiquei espantado com a desordem que reinava na divisão de Carteaux; a disposição estratégica estava mal combinada: suas baterias não causavam nenhum dano aos navios inglezes ancorados no pôrto de Toulon. Esta famosa colubrina (6), que depois prestou tão grande auxilio, fôra colocada sem arte e os seus tiros não produziam o menor efeito. Nossas munições de guerra e nossos mantimentos eram desperdiçados. Sôbre isso conversei com meu colega Saliceti. Concordamos que se tornava necessário e urgente destituir Carteaux; comunicamos nossas observações à Comissão de Salvação Pública: foi nomeado o médico Doppet general em chefe do exército de Toulon. Esta escolha de um homem estimável sob vários aspectos não podia ser aprovada quanto à capacidade; a êsse respeito escrevemos francamente à Comissão de Salvação Pública; nenhuma censura tínhamos a fazer a êsses dois militares, a não ser que estavam aquém de uma missão como a de que se tratava.

Era Carteaux, sem nenhuma dúvida, o que se pode chamar ordinariamente um bom homem, quando queremos designar um homem medíocre; mas não tinha nenhuma experiência de guerra. Era casado com uma mulher pretensiosa, que desejava imiscuir-se na administração e até nos assuntos militares. Segundo a opinião de alguns militares, — e principalmente do jovem capitão de artilharia, que, já nessa época, não era inclinado a dizer nem a ouvir

---

(5) — Quando de sua volta da expedição da Sardenha, obtivera Bonaparte, a 8 de março de 1793, a promoção a capitão comandante do 4.º regimento de artilharia. Elle era capitão de 2.ª classe (graduado, como se diz hoje), desde fevereiro de 1792.

(6) — A colubrina era um pequeno canhão de cano longo, usado desde o século XV até o XVIII. As colubrinas veneziannas distinguam-se pelos ornamentos que as tornavam verdadeiras obras de arte.



dizer bem dos outros, e que, ao mesmo tempo que fazia a côrte a Carteaux e à sua mulher, dêles se ria constantemente, — era a Senhora Carteaux quem preparava as ordens do dia, e até assinava-as, ingênuamente ou imprudentemente: **Senhora Carteaux.** Doppet era um médico cheio de patriotismo, que abandonara a profissão para seguir a advocacia; depois abandonara esta e seguira a militar, e tornara-se general. Não desejo concluir que seus antecedentes fôsem incompatíveis com a profissão das armas, se fôsse sua vocação, que em tudo é o necessário ponto de partida. Durante minha inspecção no acampamento de Carteaux, descontente com este general e não obtendo dêle nenhuma informação satisfatória, impaciente como me achava em conhecer nossa verdadeira posição diante da cidade insurrecta, ocupei-me em visitar as vanguardas. Acompanhou-me o jovem oficial de artilharia que há pouco promovera a capitão.

“— Vai tudo muito mal, disse-me êle. Cidadão representante, devo informar-vos do estado em que as coisas se encontram; vossa lealdade e vossa graduação militar asseguram-se que acolhereis minhas observações. Encontro-me, continuou êle, em choque com a arrogância de Carteaux e de sua mulher; penso que tenho algum conhecimento da arma de artilharia. Apelo para vossa inteligência: tudo o que proponho de útil é desprezado. Recebi ordem de sustar a disposição de uma bateria. Tencionava colocá-la num môrro que o inimigo não pensou em ocupar. Essa bateria nos punha em condições de fechar a passagem e de preservar de um ataque de surpresa o batalhão comandado por Victor. Além disso, o môrro está situado de tal maneira que o fogo da bateria atingiria as posições do inimigo; solicito vosso apôio. Meu devotamento corresponderá à proteção que me concederéis quando houverdes tudo examinado.

“Assim falando, ofereceu-me Bonaparte alguns exemplares de uma brochura que acabara de compor e de imprimir em Avinhão. “Se o permitis, acrescentou, oferecerei êste trabalho aos oficiais e soldados do exército republicano”. Consentí. Com um enorme pacote debaixo do braço, fazia a distribuição a cada um e dizia: “Pode-se ver se eu sou patriota! Pode-se ser bastante forte em matéria de revolução? Marat e Robespierre, eis os meus santos!”. Êle não se vangloriava absolutamente ao anunciar esta profis-

são de fé: seu opúsculo é hoje uma peça interessante para o processo da história.

“A brochura que Bonaparte espalhava assim profusamente, e cuja despesa elle solicitou, depois, aos representantes do povo, que lhe reembolsassem (o que fizeram, votando ainda uma gratificação para o autor), era seu famoso **Souper de Beaucaire**. Em obras posteriores a essa circunstância, vê-se que, por ocasião da ascensão de Bonaparte ao Consulado, a viúva do livreiro de Avinhão, que imprimira seu **Souper de Beaucaire**, apresentou-se em Paris ao Cônsul, para lhe solicitar o pagamento das despesas de impressão, ainda não saldadas. Não sem humilhação, decidiu-se o Primeiro Cônsul a saldar enfim essa dívida insignificante. Ele poderia tê-la pago mais cedo; seus vencimentos de general-em-chefe do exército da Itália lhe davam os meios para isso. Deduz-se dessa circunstância, evidentemente, se é verídica, que, depois de haver sido pago por nós, guardara Napoleão o dinheiro destinado ao livreiro. Tal reclamação despertou em seu espirito a lembrança de uma produção que elle supunha apagada na memória dos personagens da época e desconhecida dos contemporâneos. Perguntou com interêsse se ainda havia alguns exemplares nas livrarias e prometeu determinada quantia para retirar da circulação todos os que se encontrassem. A busca a que se procedeu foi de fato muito minuciosa. Eu mesmo anunciei a compra dêsse opúsculo, que não esquecera, mas não pude obter nenhum exemplar. Soube, depois, que uma única prova tipográfica, corrigida pelo próprio Bonaparte, escapara à pesquisa feita, com muita despesa, por todos os lugares onde era possível encontrá-la. Esse exemplar se achava milagrosamente entre as mãos do Sr. Agrícola Moureau, que nunca quisera desíazer-se d’elle.

“Querendo o Sr. Panckouke fazer, em 1818 (7), uma edição completa do que denominou **As obras de Bonaparte**, desejou incluir nelas a famosa peça, em cuja existência ouviu tanto falar, como sendo uma obra inteiramente **jacobina**, consequentemente renegada pelos cortesãos que, desejando adular seu imperador, pretendem que elle nunca tenha sido senão um anjo de modera-

---

(7) — É engano de Barras; a edição é de 1821.

ção. O Sr. Moureau confiou ao Sr. Panckouke o exemplar único desta edição *princeps*. O livreiro incluiu-o em sua coleção e este trabalho é atualmente divulgado pelos compiladores. Assim, bastou um exemplar conservado pelo impressor do departamento de Vaucluse, para que se conservasse este monumento do mais cínico jacobinismo, pois que a imprensa não permite mais a destruição dos trabalhos que a Sociedade tem interesse em não deixar perecer!"

"Após a tomada de Toulon, foi Bonaparte nomeado general de brigada e designado para servir no exército da Itália, sob as ordens do general Dumerbion: foi lá que elle se ligou, pela proteção de Aréna, a Robespierre Junior, Ricord e sua mulher, que se tornaram depois seus profetores. (8).

"Desde o primeiro exército da Itália, onde, sendo apenas um official subalterno, já tinha o desejo e o sistema de vencer por todos os meios, e convencido de que o desejo das mulheres é poderoso, assiduamente fazia a côrte à mulher de Ricord, que, como elle o sabia, exercia muita influéncia sôbre Robespierre Junior, colega de seu marido. Procurava Bonaparte agradar por todos os meios à Senhora Ricord: apanhava-lhe as luvas e o leque; quando esta montava a cavallo, segurava-lhe a rédea e os estribos com profundo respeito; acompanhava-a em seus passeios a pé, de chapéu na mão, sempre receioso de que lhe acontecesse qualquer acidente.

Antes da partida dos generais e dos representantes do povo, que haviam reconquistado Toulon, e quando as execuções militares, impossiveis de evitar, ainda não haviam terminado, como era do desejo dos toulonêses republicanos, povo e funcionários, as comissões revolucionárias, que haviam substituído as comissões realistas, quizeram oferecer-nos um banquete de amizade e fraternidade. Prepararam uma mesa de cem talheres. Em tôrno dela se agitava um grande número de patriotas; êstes justificavam plenamente o título de *sans-culottes* (9), pelo qual éramos todos

---

(8) — O editor só inseriu esse opúsculo nas "Obras de Napoleão" porque o imperador estava prêso e doente em Santa Helena, e nada podia fazer.

(9) — Nome pelo qual eram designados os revolucionários. Haviam substituído a calça curta, ou calção até os joelhos (*culotte*), que usavam antes, pela calça comprida (*pantalon*), como se usa hoje.

designados, tal era o estado de suas calças, que mais pareciam trapos velhos. Entre os representantes do povo já se havia sentado Fréron e, no grupo dos militares, o jovem capitão, cujo caráter e atividade no assédio de Toulon eu já havia apreciado. Estava tão maltrapilho e chamava tanto a atenção pelo seu *sans-culottisme*, que me pareceu achar-se assim pela sua inexperiência e atividades precoces na arte da guerra. Deram-me a honra de me esperar, e, quando cheguei, encontrei vago o meu lugar, como sinal de distinção. Confesso que, não obstante toda a minha boa vontade em fazer justiça aos homens do povo que tanto mereceram nesse grande combate da liberdade, fiquei surpreendido com a composição desse banquete, onde reinava a mais ampla liberdade de gestos e de palavras. Julguei de meu dever, na qualidade de representante do povo, dizer que, embora fraternizando de coração aberto com todos os cidadãos ali presentes, devíamos jantar um pouco afastados. Pedi que se colocasse uma mesa noutra andar, onde pudéssemos ainda nos ocupar dos negócios da República sem sermos incomodados e distraídos pelas naturais expansões de alegria (10). Vi-me saudado muito respeitosa-mente pelo jovem capitão, que, se bem que disposto a jantar com os *sans-culottes*, me demonstrava pelo olhar e pelos modos, que pareciam genuflexões, o desejo de ficar com os representantes do povo e de já desfrutar um privilégio. Disse-lhe: "Capitão, virás jantar com os representantes". Bonaparte, ao me agradecer, mostrava-me as mangas do paletó furadas à altura dos cotovelos, o que o preocupava, por não se encontrar em condições de se sentar à nossa mesa. Se bem que não estivéssemos preocupados com a questão de indumentária, era difícil, entretanto, não levar em consideração que o jovem capitão poderia estar melhor vestido.

---

(10) — Esclarece George Duruy, o editor das "Mémoires de Barras", que êsse era aristocrata de origem, de educação, de gostos; demagogo experimentado; terrorista sem maldade, mas não sem certa inclinação para o mal; sanguinário em alguns momentos de sua vida, se bem que possuindo certa dose de bonomia, até mesmo de generosidade natural. — porque vivia numa época terrível, em que cada qual temia perder a cabeça e em que o meio mais seguro de escapar à guilhotina era enviar para ela quem quer que nos ameaçasse; tacho vermelho e boné vermelho, eis o mais epicurista, o mais refinado, o mais "antigo regime" dos *montagnards* e o mais fofo revolucionário dos gentis — homens convencionais — o visconde jacobino Paul de Barras".

“Vai mudar de roupa no depósito militar, digo-lhe eu; vou dar ordem nesse sentido ao commissário da guerra”. A ordem foi cumprida Bonaparte voltou pouco depois, ostentando um traje completo, com tudo novo dos pés à cabeça, mantendo-se a respeitosa distância dos representantes do povo e sempre com o chapéu na mão; segurava-o tão baixo quanto seu braço podia descer.

Durante o jantar, como então era de uso, trocavam-se propósitos patrióticos; nessa conversação exprimiam-se sentimentos muito ardentes. Bonaparte, de momento em momento, participava da conversa com a maior vivacidade; mas já começava a representar o duplo papel que estava em seu carácter. Achava tempo para alternar: ora, convivia dos representantes do povo, mostrava-se feliz e muito ativo entre elles; ora, descendo á outra sala, onde estavam os *sans-culottes*, parecia mostrar-se-lhes pesaroso por não estar ao lado déles, fazendo os galanteios italianos cujo prelúdio pode ser desde já entrevisto e em cuja continuação serão conhecidos outros pormenores.

## I V O D O P R A D O

Discurso pronunciado pelo desembargador Gervásio de Carvalho Prata, por ocasião do lançamento da pedra angular do monumento ao grande sergipano, em 25-4-1934.

Exm<sup>o</sup>. Sr. Interventor Major Augusto Maynard:

Meus patricios:

Dez anos, exatamente, faz hoje, que faleceu, na manhã de 25 de abril de 1924, à rua Minas n<sup>o</sup> 58, da cidade do Rio de Janeiro, aquêlê que teve o nome de Ivo do Prado Montes Pires da Franca, nascido no sítio "Vigia", subúrbio da cidade de São Cristóvão, ao alvorecer também do dia 20 de maio de 1860.

Durante 74 anos, quanto viveu, banhou-se nessa luz descida dos espaços a individualidade do nosso patricio. E tão felizes as energias da natureza raiaram sôbre aquêla organização, dotando-a de tecidos bem formados, que bem aproveitada na carreira do seu destino, veio a tornar-se, ao fim da sua vida, um paradigma de cidadão do seu país e historiador notável da sua terra, um nome prestigioso, um nome símbolo, "um verdadeiro deus da nossa mitologia regional, um santo da nossa igreja sentimental" — na peroração exaltativa de Gilberto Amado, fazendo do morto o seu necrológio na Câmara dos Deputados.

Quiséssemos exprimir, em figuração maior, as proporções em que se alevantam as linhas dêsse perfil superior de homem e seria preciso traçar todo o quadro de sua sucessão de cimos, emergindo dos rasos desta plaga até as azas do céu. Cada qual dêsse cimos evocando um grande patricio e num déles e de mais altaneria havíamos de divisar a silhuêta eminente de Ivo do Prado

Ele foi, para nós, um grande na extensão capitão da palavra. Foi o patrono sem igual da defesa territorial do nosso querido Sergipe.

É aí que ele se distende na estrutura de um gigante.

Aí é que se o surpreende em todas as dimensões do seu vulto.

Contam-nos aquêles que foram seus colegas de curso que Ivo do Prado, já ao tempo da sua formação militar, tinha por preocupação constante o estudo da nossa questão de limites.

Era já um predestinado que se lançava nas vias da pesquisa histórica, uma revelação que se teria de consagrar mais tarde.

Foi ele que, imergindo nas trevas do passado, acendeu o facho de luz que nos deixou vêr, com as claridades de sol, os vivos relevos da antiga Capitania de Sergipe d'El Rei, desenterrando marcos escondidos, mostrando rios esquecidos, avivando rumos apagados, restaurando vestígios sumidos, com a bússola da cartografia e a consulta aos historiadores, pertinaz como um explorador e como um decifrador paciente, para nos poder dizer, em suma, com a fé dos documentos e a lógica das provas, que o direito sergipano vai ao alto São Francisco, muito além do Salitre, e não somente até à linha imaginária que une as vertentes do Real ao Xingó, como dantes se fazia acreditar.

Tudo isso, toda essa tese com exaustiva demonstração, fruto de uma existência consumida na meditação e no estudo de uma causa, não-lo transmitiu ele num livro soberbo — **A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias** — obra que vale para nós os créditos de uma Bíblia.

A êsse patricio assim exalçado na nossa consciência, é que se vem de erguer, em nome da gratidão sergipana, a primeira pedra do monumento à sua memória imperecível.

Para isto se escolheu êste lugar: um pedaço insignificante da terra que ele tanto fez grande.

Nêste lugar, precisamente, é que se vai substituir a figura do homem mortal, que desapareceu, pelo homem imortal, que o bronze ressoa às gerações do futuro.

É êste, sergipanos, o lugar próprio, o local escolhido para o monumento de Ivo do Prado.

Aqui, na orla de Sergipe, por onde passam todos os dias, carregadas na correnteza das águas, as terras sergipanas que ele

muito amou, onde se ouvem, a todo instante, os marulhos das vagas que êle sentia com emoção, a cantarem os poemas mudos de sua terra. Aqui, no litoral, onde êle mediu e remediou tantas vêzes as cincoentas léguas da Capitania Sergipana, para que não houvesse um palmo de prejuizo na justa contagem da sua costa. Aqui, defronte do sol e das águas, dos nossos coqueirais sussurrantes e das brisas que sopram do Atlântico, imprecando os milagres da luz e da gleba estremecida. Aqui, a descoberto, como balisa plantada nêsse pequeno pedaço de mundo, olhando as estradas do mar e do céu, por onde entram e saem os que pisam as plagas sergipanas.

Aqui, no borborinho da nossa vida, em contacto conosco, como se presente fôsse, com o seu ardor e o exemplo seu. Aqui, no nosso seio e da nossa gente, a nossa sorte comungando, a sorte do nosso direito, para que êle não pareça por inércia ou por fraqueza nossa não se venha consumir em definitivo o nosso esbulho. Aqui, aos nossos olhos e sob a guarda dos nossos desvélos, como o Messias da nossa causa, nos guiando e abrazando com o fogo sagrado que temos por missão sustentá-lo, com a sua mesma tenacidade, o seu saber, a sua coragem, o seu sacrifício, a sua fé deixada no triunfo inevitável da verdade.

Mais do que o simples lugar de um monumento. É o próprio de um culto de fé na realização de um Sergipe integrado.

Não nos acoimem, por isso, de regionalistas aquêles que não experimentaram ainda o espólio de suas terras. Se êles conhecessem, como nós, quanto dói êsse sofrimento, fariam o que estamos agora fazendo com o nosso amor próprio sublimado na glorificação do nosso herói.

Porque nada na vida é capaz de aproximar tanto os homens e os povos como o sacrificio padecido.

Era natural que habitando na exiguidade de um território, cumprindo o destino de povo de espírito e de trabalho, tivéssemos dentro dêle um certo regionalismo, imposto pelas condições de nossa vida e pelo sentimento de rebeldia contra a lesão de que somos vítimas, há mais de dois séculos, detendo as nossas possibilidades e fechando os horizontes do nosso futuro. Seríamos, então, regionalistas, por injustiçados ou espoliados, ao mesmo titulo que outros ostentam um outro regionalismo provocado por



suas riquezas e por seu poderio, ameaçador até da unidade nacional!

Pois bem. Se foram as forças íntimas dêsse regionalismo trabalhadas no coração e na mente de Ivo do Prado que tornaram possível a restauração da verdade histórica sôbre a territorialidade de Sergipe, então bendito seja êsse regionalismo que lançou nas trilhas da história o nosso patricio, clareando, com êle, ainda mais, o nosso direito e oferecendo à justiça os dados irrefragáveis de que tanto se teme o nosso poderoso antagonista.

Ora, sergipanos, é a nossa consciência moral, êste raio de infinito e princípio de vida que trazemos no mundo, que nos move, dez anos depois da morte do nosso patricio, sôbre as margens dêsse rio e as areias de nossa cidade, onde nos reunimos neste momento.

É o coração sergipano, com toda a vida que nêle palpita, transfigurando-se em imagens e sentimentos.

É a transcendência de nossas qualidades superiores, transformando a nossa individualidade natural de simples humanos em personalidade ideal de herói e de símbolo.

É o sulco deixado pelo homem onde êle passa com a rapidez de uma vaga que aparece e se defaz no oceano do tempo.

É a ação de cada sêr inserida na vida coletiva da espécie como um átomo no turbilhão do Universo.

É o papel que desempenha o símbolo na conversão do homem ao imaterial e ao inefável.

É a visão notada por Aristóteles, de prosseguir o homem, ainda que mortal, a fins imortais.

É a lei inelutável de sermos governados pelos mortos.

É a verdade que a sabedoria popular pôs de sôbre e aviso a todos os homens e que Pasteur dignificou, com estas palavras pronunciadas no seu jubileu: **É preciso que o homem se aproxime do grande fim em estado de poder dizer — fiz o que pude.**

É todo êsse ideal, brilhando como uma estrela na alma sergipana, que justifica êste ato de reconhecimento e dever à memória de Ivo do Prado.

Queriam os antigos que os seus grandes personagens não desaparecessem da vida, depois de mortos. Criaram, então, o culto do lar e da Pátria, onde êles continuavam a existir, como

numes tutelares da família e do povo. E nessa ante-visão tiveram a vida feliz sonhando que privavam com os seus entes caros e desaparecidos.

Não é mais possível, porém, na mentalidade nossa, essa estranha concepção. Mas podemos supri-la por essa outra mais compreensível e real: a de nos lembrarmos dos nossos mortos, ao invés de pôr êles chorarmos, a de supôrmos que êles continuam a existir naquilo que nos legaram e de que nos servimos, dando-nos a ilusão de conosco estarem, como se vivos fôsem, porque, propriamente, só são verdadeiros mortos os que ficam esquecidos.

E Ivo foi e continúa a ser um principio de vida espiritual no seio sergipano.

Podeis, pois, bater, agora, Exmo. Interventor, a pedra fundamental do Monumento que pretendemos erigir.

Esta honra ninguém a merece mais do que vós. Porque, no vosso pôsto, a causa sagrada reviveu dias inesquecíveis de esperanças e de angústias. Puzestes, a serviço dela, o vosso espírito de sacrifício, a vossa chama de patriota, fizestes converter em artigos de fé os preceitos do nosso direito histórico, ordenando que por êles se instruisse a mocidade das nossas escolas, os vindouros cidadãos que terão de receber a herança do nosso direito, imprimistes á causa a vitalidade que lhe é própria, nêsse período revolucionário da Nação.

Batei, pois, como Govêrno e autêntico varão sergipano, Sr. Interventor Major Augusto Maynard, a pedra base de onde se há de levantar á nossa veneração, como uma lição e um exemplo admiráveis, o defensor excelso do nosso território.

Copias de documentos relativos a Sergipe existentes no arquivo do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano.

Officio do Dr. Juiz de Direito interino de Penêdo, de 21 de Março de 1841, ao Presidente da Provincia, sobre o procedimento arbitrário das forças de Sergipe estacionadas na Margem do rio São Francisco em consequencia dos acontecimentos da Villa da Capella e assassinato do Juiz de Páz della, José Alves Pereira.

Illmo. e exmo. Srn. O estado deploravel e de desordem em que se acha a Provincia de Sergipe, cujos males já vão tornando á esta, me obriga a dar a V. Excia. uma circunstânciada informação a respeito, referindo-me não só á noticias, como a cartas de pessoas fidedignas, e declarações de outras que com familias tem corrido para esta Provincia, procurando asylo a fim de escaparem da anarchia que infelizmente tem desolado aquella Provincia digna de melhor sorte.

Acontecendo na Villa da Capella da mesma Provincia o assassinato de José Alves Pereira, Juiz de Páz da dita Villa em o dia 6 de fevereiro do corrente anno, ordenou o Presidente de Sergipe a marcha de forças de Guardas Nacionaes e povo armado para aquelle lugar em numero de quinhentas praças, encumbindo o commando dessa gente a pessoas inimigas de alguns daquelles que disião compromettidos no assassinio, e que unidas ou guiadas por um Juiz de Páz baldo de conhecimentos tem-se transtornado, e pervertido toda a ordem. As ordens dadas por aquella autoridade são notadas de imprudentes, e a execução é com mais excesso. Cercando-se casas a pretexto de se prenderem os criminosos,

cercão-se também as daquellas pessoas que nem um compromisso tem, porem desafetas dos executores licenciados; e por isso não só matão sem nenhuma resistencia, como até roubão, estuprão, e derrubão casas: estas derrubas tem accoitecido até em casa de Engenhos, lançando-se fogo nos canaviaes, matando-se a fabrica de bois, roubando-se a de escravos; esta mesma tropa coberta com o manto de legalidade ou de Governo, tem-se dividido em grupos de saltiadores, e tem occupado a margem do rio de São Francisco principalmente no lugar denominado Jaguaripe, defronte da povoação de São Bráz, ou de debaixo do Commando de um Furtado tenente de Permanentes, tem commettido toda sorte de roubos e hostilidades, não só aos povos daquella Provincia, como aos desta que navegão pelo rio, fazendo ali aportar as canoas, roubando dinheiros e generos, e para mais bem fazerem sua emprêza, tem aquelles roubadores uma canôa veleira com gente armada em que andão em forma de Corçario, e por isso tem dezaninado e ameaçado o commercio principalmente depois do roubo feito a negociante desta Villa.

Não cessão de ameassarem a passagem para esta Provincia, o que será facil, e de conseguirem seus malvados fins, pelo estado indefeizo em que nos achamos, não só á falta de armamento como de munição; acrescendo mais, que o resto de armas que havião nesta Villa fôrão mandadas para o engenho do Commte. Suppor. desta Comarca por ordem do mesmo: o lugar de Villa Nova defronte desta Villa e que é governado por pessoas que dirigem ou apôião o partido d'aquelles saltiadores, muitas desconfianças nos offerecem por symptomas, que se observão. O Juis de Páz do Districto de São Bráz me dirigio o officio incluso, que levo ao conhecimento de V. Exc.; e os povos me tem requisitado, como Chefe de Policia, medidas preventivas, sem que essas mesmas eu possa tomar pela falta que levo dito, e que requisito a V. Exc., pedindo ao mesmo tempo que me esclaresca do mais que em taes circumstancias deva eu obrar. — Ds. Ge. a V. Exc. Penêdo 21 de Março de 1841 — Illmo. e Exmo. Sru. Dr. Mel. Felisardo de Sousa e Mello, Presidente desta Provincia. — João Alves da Graça Bastos Junior, Juiz de Direito interino do Penêdo.

O Commandante do destacamento de Policia na Villa do Penêdo, dá em 21 de Março de 1841, parte das occurrencias em consequencia dos acontecimentos de Sergipe.

Illmo. e Exmo. Snr. Os acontecimentos da Provincia de Sergipe, tem dado lugar a se postarem destacamentos nas fronteiras da mesma Provincia em diversos lugares da margem do Rio de São Francisco, e esses destacamentos além de commetterem crimes de toda natureza contra pessoas daquella Provincia, tem commettido roubos e violencias contra pessoas deste Municipio, para o que armarão uma canôa, em que fazem o seu côrso. Estes factos, tem irritado bastante os animos dos habitantes desta Villa, que estão quase alarmados em rasão de constar, que aquella gente ameaça de vir á esta Villa, até gabando-se de que esperão, que V. Exc. concêda licença para virem aqui prendêr criminosos, e talvez não se possa evitar muita desordem se vierem á este lugar; por que não se seppõe, que seu fim seja outro que o de roubar e assassinar.

Faço essa participação a V. Exc., por que me parece isto do meo dever. Ha poucos dias foi roubada um portuguez desta Villa de nome Antonio Jacintho, negociante, que tendo occasião de descançar a cima de Propriá, condusindo um ajoujo carregado de varios generos de seu negocio, destes parte foi lançada ao rio, e parte roubada até a propria roupa e dinheiro, escapando apenas de ser assassinado. He o que tenho desta vêz a communicar á V. Exc. — D. s G. e V. Exc. — Quartel na Villa do Penêdo 21 de Março de 1841. — Illmo. e Exmo. Snr. Dr. Mel. Felisardo de Souza e Mello, Presidente da Provincia das Alagoas. — Luiz Gomes Ribeiro, Alféres Ajudante e Comm.te do destacamento do Penêdo.

O Juiz de Páz da Villa do Penêdo em 22 de Março de 1841 ao Presidente da Provincia, sobre as diligencias empregadas para capturar o assassino, que tentou apunhalar o Commandante Supperior.

Illmo. e Exc. Sr. Tenho presente o officio que V. Exc. com data de 10 do andante mez me dirigio ordenando-me que não poupe os meios ao meu alcance nem omita diligencias para descobrir e capturar o ousado criminôso que apunhalou o Comm.te Supp.or desta Comarca; e a seu contheúdo respondo, que no dia 28 de Fevereiro proximo transacto tendo-me recolhido a minha casa a uma para duas horas da tarde, no mesmo instante recebi a infausta noticia do desastroso acontecimento de tentativa de morte contra o mesmo Comm.te Supp.or com quem a poucos momentos estivera conversando, e sobremancira desejóso da captura e punição deste horrôroso attentado, não só como autoridade, mas tambem como amigo, immediatamente acompanhado de muitos cidadãos que expontaneamente se prestarão busquei o Juiz de Direito interino deste Município, e de commum accordo com este, e com o Comm.te da Guarda de Policia o Ajudante Luiz Gomes Ribeiro, pessoalmente procedi com esmérô a todas as diligencias possiveis, fazendo correr todas as casas contra que ainda por leves noticias militares a suspeita de ter acolhido um malvado aliás tão digno da exacração do mundo inteiro; mas a despeito de me occupar nestas diligencias até cinco horas, não foi possivel conseguir o desejado fim por que aquelle perverso evadio-se intacto. Tendo assim perdido a esperança de prender o culpado passei a formar a culpa e tendo-se procedido o-Corpo de delicto directo, no dia seguinte ao do acontecimento, dei as precisas ordens, e no dia 17 do mez corrente procedi a inquisição de cinco testemunhas prohibôsas, que forão, o Alferes Francisco Antonio de Souza Estacio, o Tenente João José de Monte, o Tenente Joaquim da Costa Campos, o Tenente Antonio Geraldo Soares, e Francisco do Bomfim Dultra, e apesar de fazer uma inquisição minuciosa, e serem todas estas testemunhas incapazes de mentir, e moradoras na mesma rua em que foi commettido o crime,

não pude descobrir o criminoso por ser desconhecido de todas as pessoas desta Villa, e por consequencia, menos pode descobrir-se os seus consocios no attentado: a vista do exposto não teve lugar pronuncias-se pessoa alguma; mas eu assevero á V. Exc. que serei incansavel em procurar meios de descubrir o autor do facto, e seus comparces. Creio, que tenho cumprido a tal respeito quanto me incumbe a lei na ordem das minhas attribuições, entretanto porém se V. Exc. vir que falta ainda proceder a alguma deligencia legal, digne-se advertir-me, e esclarecer; certo de que será immediatamente obedecido. — Bs. Ge. a V. Exc. — Penêdo 22 de Março de 1841 — Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Manoel Felisardo de Souza e Mello, Presidente desta Provincia. — Manoel Gomes Ribeiro, Juiz de Páz.

---

O Juiz de Páz do Penêdo, na mesma data, participando as occorrencias havidas no districto de sua jurisdicção motivadas pelas forças que a Provincia de Sergipe collocou em seus limites na margem do rio São Francisco.

Illmo. e Exmo. Sr. — Julgo do meo dever participar a V. Exc. todos os movimentos do districto da minha jurisdicção, que de qualquer modo possão perturbar a tranquillidade publica, por isso tenho de communicar á V. Exc., que uma porção de tropa que em consequencia dos acontecimentos da Provincia de Sergipe as authoridades da mesma Provincia tem feito destacar em diversos pontos da beira do rio S. Francisco, tem-se precipitado a todos os crimes que podem commetter impunes, e não contentes com os homicidios, roubos, estupro, e ferimentos que tem praticado em pessoas da mesma Provincia, até se tem arrojado a commetter roubos, e outras violencias a pessoas desta Villa, obrigando-as a tomar posto em um lugar denominado Jaguaripe, para o que já se apossarão de uma canôa em que se armão para seu côrso, bem como succedô ao negociante desta Villa Antonio Jacintho Leite, que vindo de cima com um ajôjo carregado de saccas de lã, e meios de sóla, lançarão-lhe n'agua as saccas e em terra a

sóla, roubando-lhe igualmente um clavinote, uma rêde, uma coberta, um capôte, o dinheiro que lhe acharão, e dois papagaios. E como estes factos além de outros se acham bastante escandalizado o pôvo desta Villa, que está quase em alarma por occorrer mais a noticia de que aquella gente desmoralizada ameaça de vir a esta Provincia; mas eu tenho procurado acalmar os animos dizendo que jámais isso acontecerá, porém é preciso asseverar para nada occultar, que segundo animo do pôvo não se poderá evitar uma desordem terrivel no caso de que por fatalidade aquella ameaça tenha execução. Neste estado de cousas, e de indisposição não parece defficiê que aquella tropa desemfreada, por vontade de roubar queira commetter o attentado de invadir o territorio deste Districto, como já se afirma: por tanto cumpre-me ponderar a V. Exc. que aqui não ha quasi armamento algum de que se possa lançar mão para quaes quer medidas que as circumstancias exigirem por que pouco que havia foi remettido para o engenho do Com.te Supp.or que o exigio dos officiaes de Companhias de Guardas Nacionaes.

Espero que V. Exc. se digne esclarecer-me sobre a maneira por que devo obrar, e providenciar sobre o armamento de que tanto se carêsse. Ds. Ge. a V. Exc. — Villa do Penêdo 22 de Março de 1841. — Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Manoel Felisardo de Souza e Mello, Presidente desta Provincia. — Manoel Gomes Ribeiro, Juiz de Páz.

---

O Presidente Mel. Felisardo, aproveita a occasião para ir visitar a cachoeira de Paulo Affonso.

Illmo. e Exmo. Sr. — Posto que o Termo do Penêdo esteja em socêgo, com tudo esta tranquillidade não tem bases sólidas, e a todo o momento pode perturbar-se em consequencia das intrigas de Manoel Gomes Ribeiro, João Gomes Ribeiro, e Comm.te Supp.or João da Silva Maynard, das quaes tenho, em diversos officios meus, dado parte ao Gov.<sup>o</sup> pelo Ministério a cargo de V. Exc. e o da Justiça. Em o Porto da Folha, outro Termo da Comarca do Penêdo, dous chefes de quadrilhas tem praticado diffe-



rentes attentados, e com quanto a Presidencia tenha empregado os meios a seu alcance, isto é, recommendação ás authoridades Policiaes e força, pouco tem conseguido, por que os desordeiros desaparecem sempre que qualquer destacamento é mandado para ali: mas se appresentão com mais audacia logo que a força se retira. Querendo remediar taes males, e não o podendo fazer sem que conheça de perto os meios que mais proficuos sejão, deliberei ir a esses dous Municipios, e talvez tambem ao da Matta Grande, e no 1º do seguinte mez tenciono daqui subir.

A Provincia goza de páz e segurança e nenhuma falta de serviço publico pode cauzar a minha ausencia da Capital por alguns dias.

Julguei do meu dever dar de tudo isto parte a V. Exc. declarando assim já os motivos por que pelo primeiro Paquête não me será possivel officiar. — Ds. Ge. a V. Exc. — Palacio do Governo das Alagoas, 26 de Agosto de 1841 — Ilmo. e Exmo. Srn. Candido José de Araujo Viana. — Manoel Felisardo de Souza e Mello.

---

O Correio Sergipana de 10 a 13 de Fevereiro refere, que, no dia 6 do dito mêz, fôra barbaramente assassinado o Juiz de Páz da Villa da Capella, José Alves Pereira, pelo Padre Dr. Manoel Je. da Sa. Porto, o qual acompanhado de um bando de 50 a 60 homens; entrou em casa do mencionado Juiz de Páz fazendo fogo, e, depois de o ter assassinado, arrombou gavetas e rasgou varios processos que n'ellas estavam; isto em presença de sua mulher e filhos, que rogarão ao deshumano Padre permittisse fossem ministrados ao semi-morto os ultimos socorros da religião: mas elle sem attender a taes supplicas fez rasgar com um punhal o corpo ainda palpitante do infeliz, e mandou-o arrastar pelas ruas!!! (Ext do Despertador nº 939 de 20 de Março de 1841).

O Pe. Manoel Je. da Sa. Porto é Bacharel em leis, e irmão do Vigario da Frega. da Capella Pe. Gratuliano Je. da Sa. Porto, que não deixou de ter grande parte no attentado perpetrado por seu irmão, coadjuvado pelo seu sobrinho Ten.te Mel. José de Mello, por seu cunhado José Antonio Ribeiro, seu sobrinho

Pedro Bamalho, João Zacharias de Olva. Pitanga, e mais 60  
agregados do Dr. Porto. (V. a correspondencia Offcl. no-O  
Despertador-n<sup>o</sup> 940 de 21 de Março de 1841).

## O ALMIRANTE SALDANHA DA GAMA

OLIVEIRA BELLO

Bem sei que é tarefa difícil, que demanda sabedoria e engenho, traçar uma biografia, porque para ela ser completa, perfeita e exata, precisa que se tenha conhecido as principais circunstâncias que cercaram a vida da pessoa estudada, no seu meio e no seu tempo, e mais o seu caráter, o seu temperamento, as suas qualidades, aspirações, atitudes e defeitos.

Não tendo tido a ventura de conhecer o Almirante Luiz Philippe de Saldanha da Gama em vida, para o demorado estudo que fiz da sua personalidade, li seguidamente, durante os últimos seis meses, as várias obras que dele tratam ou a ele se referem e também numerosos escritos publicados em jornais e revistas, alguns dos quais venho guardando há muito tempo. E de todo esse vasto acervo, acrescido com a opinião pessoal de alguns contemporâneos e discípulos seus, com quem tive a ventura de servir na Marinha e gozar de sua amizade, abalancei-me a coordenar elementos que me pareceram suficientes para um estudo da sua individualidade, do qual extraí este relance.

Fi-lo com o espírito sereno, a razão clara, sem nenhuma paixão, sem preconcebida simpatia ao Almirante e nem pre-estabelecido rancor aos seus desafetos. Fi-lo com a inteligência, a consciência e o coração livres para bem compreender o seu caráter, temperamento, sentimentos e atuação na sua afanosa e curta vida.

Não penso ter feito obra perfeita, mas esforcei-me para aproximar-me da verdade, senão a real, pelo menos a histórica.

## 1) — O HOMEM, O MARINHEIRO E O BRAVO

Na Marinha Nacional, durante o Império, notabilizaram-se três Almirantes, devotados exclusivamente á classe e á profissão, possuidores de nobre carater, ardorosos defensores da Pátria, semelhantes na carreira, diversos no temperamento e na cultura, destacados na eficiência, e que ascenderam a uma justa glória pelos seus acertos, sua bravura e seus eminentes feitos de guerra.

Barroso revelou-se grande herói em Riachuelo e Inhauma em Humaitá, e suas vitórias os cobriram de glória. Tamandaré que, em prélios anteriores, já havia sido consagrado herói, na Guerra do Paraguai colheu novos louros, nela justamente se engrandeceu, sobrelevou-se e, hoje, figura no panteon da História Nacional.

Todos três foram esforçados expoentes da vetusta escola profissional, formadora de grandes marinheiros em todo o mundo, que foi a audaciosa e valorosa Marinha á vela, na qual a vocação para a vida do mar, o engenho, a férrea vontade, a dedicação, o destemor, a perseverança e o pronunciado espirito de classe estruturaram farta cópia de bravos, heróis e homens de robusto carater.

Embora Saldanha da Gama houvesse ingressado na carreira marítima, quando essa Marinha já declinava e principiava a viver de suas glóriasas tradições, e a Marinha a vapor avançava, ainda nela cautelosamente apoiada, foi na fase transitória da Marinha mista que êle começou a adquirir a instrução, experiência e prática que, com o decorrer do tempo e sulcando vários mares, ponde engrandecer e se distinguir entre os companheiros.

E foi aos dezenove anos apenas, nessa idade virente, quando o sangue estua mais ardente nas veias, o cérebro funciona mais cêlere e desanuviado, a vontade age mais forte procurando vencer todos os obstáculos, o orgulho envaidece e a glória das vitórias entontece os heróis, que o Tenente Saldanha da Gama, com os conhecimentos iniciais que então adquirira, pela primeira vez, enfrentou com êxito e bravura, aguerrido inimigo, a quem, na ânsia de castigar e vencer, em sublime desafio, expusera o seu forte peito, começando assim a se destacar.

Realmente, como porta-bandeira de uma companhia de fuzi-  
leiros-navais, embarcados no navio do bravo Comandante Mariz

e Barros e sob sua direção, tomou parte em um desembarque no sitiado porto de Paissandú, onde, sob nutrido fogo do inimigo, num rasgo sublime de bravura, primeiro penetrou nas trincheiras adversas e nelas fincou a Bandeira Nacional. Esse ato de audácia valeu-lhe o respeito de seus chefes e expressivo elogio em Ordem do Dia e, no mesmo ano, merecida promoção. Em seguida na Guerra do Paraguai, durante cerca de quatro anos, despendeu maiores esforços, entrando em vários combates, numerosas ações bélicas, algumas bastante arriscadas e outras de sua iniciativa e, em todos os prélios revelou-se denodado guerreiro clarividente, ativo e provido de recursos ocasionais. Em duas delas foi ferido, porém nunca se afastou do terreno da luta.

Possuía o espirito forte do lutador consciente, que sabe animar, agir e conduzir e, por isso, nos navios em que embarcava, em geral, era escolhido para as missões de caráter limitado, que demandavam inteligência, audácia, rapidez, sacrifícios e bravura. É na sua execução, nunca fracassava, logrando sempre o apoio e a cooperação dos seus comandados e o reconhecimento dos chefes. Não foi um guerreiro somente de lutas. Com cultura, invulgar na sua idade precoce, estudava as ações militares e bélicas, que se iam realizando, criticava-as, apontava as falhas, sugeria soluções e apresentava idéias aos seus comandantes, que jamais o censuravam por tão singular iniciativa. Ao contrário, por vezes, davam-lhe a devida atenção, e as levavam ao conhecimento dos Chefes.

Durante a mesma guerra fôra elogiado várias vezes e galgara dois postos e, no fim do ano em que dela se retirou, foi novamente promovido, sempre por merecimento. Recebeu a medalha de quatro anos de campanha. Assim, pois, quando Saldanha da Gama reentrou na vida pacífica e profissional da Marinha, já como Capitão Tenente, além da aureolada fama que trazia dos bancos escolares, onde a vocação para a carreira, inteligência vivaz, dedicação aos estudos, respeito à disciplina, espirito de ordem, método de trabalho e atividade, já o salientavam, trazia a glória dos seus feitos na guerra, o apreço geral dos Chefes, a admiração dos que lhe foram subordinados e a estima dos companheiros. E sobre todos esses louros já se projetavam a sua empolgante figura profissional e requintada polidez de cavalheiro.

Nobre de nascença e de sentimentos, digno de caráter por índole, esmeradamente educado dentro de princípios cristãos e sólidamente morais, bastante sensível, espírito curioso e ávido de saber, grande poder de compreensão, fácil assimilação, temperamento próprio, devotado à profissão, amigo da classe, consciente dos seus deveres e obrigações militares e sociais, através desse superior complexo de qualidades e atributos, de fato, não poderia deixar de se distinguir e irradiar os seus predicados. Possuidor de tão singular personalidade, também, não poderia deixar de ser cioso dela e procurar aprimorá-la, mais por amor próprio, que por vaidade, para torná-la mais engrandecida e útil à Marinha e à Pátria. E parece haver pensado sempre assim, porquanto por tal forma norteou toda sua vida profissional e social que, cêdo, logrou a ventura de poder apresentar-se, em qualquer meio ou ambiente, com pé firme e passo certo, jamais deslustrando a sua presença e o alto conceito que já gozava.

Era homem que tendia para a sublimidade. Culminava no intelectual, no moral, no sentimental sem ser compassivo, e no profissional, e se destacava no físico, no cultural, e, mesmo, no mundanismo social, talvez sem perceber todo o seu valor. Todavia, sendo um eclético, não era presunçoso. Não poderia ser perfeito, por ser obra humana, mas em sua vida jamais se lhe apon- tou algum deslize ou qualquer mácula. Espírito sentimental, aos vinte anos, enleou-se nas insídias do amor e casou-se. Pouco em seguida partiu para a guerra, em cujo teatro permaneceu, continuamente, três anos e meio. Sua prolongada ausência do lar foi a causa da sua infelicidade conjugal. Altruista e patriota, deu mais apreço aos interesses da Pátria, que defendia, do que aos seus, que deixou perecer. A ninguém culpou do seu transe e, esquecido pela espôsa impaciente, cortou relações com Cupido e passou a se dedicar exclusivamente à profissão e aos interesses da sua classe.

Em todos os seus gestos, atitudes e atos pairava sempre a nobreza dos seus sentimentos e a bondade do seu coração. Sabia tolerar, transigir e perdoar, desde que não tentassem contra os princípios da dignidade pessoal, os deveres da moral e o respeito à disciplina. Exigente e severo, não abria exceções, nem para si,

no exato cumprimento de leis e ordens. Controlava seus sentimentos, sabia represar as máguas e ocultar as surpresas e decepções.

Era ativo e operante, sintético de gestos e expressões. Culto, observador e arguto, meditava, ponderava, comparava e concluía, antes de ordenar e agir. Desprendido, abnegado, estóico, perseverante e paciente, abafava os seus interesses em benefício de interesses de ordem geral. Compartilhava sinceramente das emoções dos que convíviam com elle, quer superiores, quer subordinados, vibrando com suas alegrias e pesares.

Não era vaidoso e sim orgulhoso da sua linhagem de família e de seu caráter, o que não constituía jaça, por ser isto natural, comum, lógico e estimulante. Era ativo e sobranceiro, por amor-próprio, o que não parece condenável. A sua natural simplicidade e polidez no trato, com todos, aliadas a uma aprimorada educação e variada e intensa cultura, constituíam o talismã com que, em qualquer meio ou ambiente, fãcilmente, conquistava simpatia, admiração e respeito. Os companheiros de profissão e classe, particularmente, os seus comandados, em convívio mais íntimo com elle, bem o compreendiam e lhe tributavam sincero aprêço. Alguns, mesmo, verdadeira amizade, reconhecendo o seu grande espírito, a sua alma pura e o seu bom coração.

Era simples, frugal, e parcimonioso no seu conforto pessoal e só caprichava nos trajes militares, ocasião em que se apresentava inexcedível. Era um abstermio dos jógos, das bebidas e da luxúria. Apreciava a História e conhecia a vida dos grandes homens, especialmente os Capitães de terra e mar, cujas principais ações conhecia e citava, com frequênciã. Estimulava-se lembrando-as. Respeitava as tradições dos seus antepassados e, no convívio espiritual com elles, procurava haurir fôrças para não quebrantar as linhas de seu caráter forte e retilineo.

Gosava ótima saúde e desconhece-se qualquer enfermidade que o afastasse da sua contínua atividade. Era fisicamente equilibrado, de compleição robusta e estatura pouco acima da mediana. Apresentava uma cabeça airoza, testa ampla, olhar penetrante e doce, fisionomia simpática e expressiva de quem presava a vida e encarnava com energia, coragem e otimismo. Possuía um espírito pensativo, criador e realista, sem devaneios, nem veleidades.

Seu temperamento extravasava atividade, energia, coragem e probidade e irradiava-se entre todos que se agitavam na sua esfera de ação. Era uma verdadeira antena transmissora.

No ambiente em que exercia a sua atividade reinava sempre vida intensa, ordem, entusiasmo e confiança. A sua presença animava o trabalho, despertava os lerdos, elevava o moral e estimulava o devotamento à profissão. Respeitava as boas tradições, porém era um sensato renovador, cujo cérebro abrigava idéias avançadas, que desejava ver em execução. Não se iludia com as aparências e procurava esquadriñar tudo. Era analítico na execução descendo às minúcias, porém, sintético nas ordens e na escrita.

Não acreditava em situações insolúveis, nem crises invencíveis. Sabia contorná-las, quando não as podia enfrentar, e disso deu várias provas nos prélios em que tomou parte e nas viagens por mares bravios. Nunca se mostrava esmorecido ou imbuido de temeroso pessimismo. Ao contrário, tôdas as suas ações tendiam para animar, estimular, manter elevado o moral, impedir as fraquezas e esperar o êxito ou a vitória. Assim na guerra, como na paz. Possuía um pronunciado golpe de vista que penetrava os mínimos detalhes, grande poder de visão que alcançava longe o futuro, invejável memória, claro discernimento, tudo isso lhe permitindo intuir com lucidez e concluir com segurança.

Era cristão, por princípios de educação e tradição, mas não se revelava zeloso pela religião. O seu raro caráter emanou naturalmente desses princípios que, na sua família, remotamente procedente de varões ilustrados com relevantes serviços na guerra e na administração do Estado, subsistiram entre as gerações e vieram se fortificando, com o tempo, até produzir o homem superior que ele foi.

Suas atitudes, sempre ponderadas, altivas e firmes, não eram impulsivas, nem acintosas. Eram espontâneos brados de consciência, emanados de uma alma cristã, simples e bem formada, que procurava agir de boa fé e com lealdade. Claras, precisas, próprias, justas e oportunas, nada tinham de ambíguas ou insidiosas. Por serem assim raras e francas é que causavam admiração e, por vezes, chocavam os tímidos e incapazes de seguir os seus exemplos. A sua extrema sensibilidade e superioridade moral o con-



duziam, naturalmente a seu contragosto, a choques com companheiros, que, por alergia ou interesses, se revelavam mais transigentes em pontos que preferia intangíveis.

É incontestável que sua forte personalidade irradiava, com natural simplicidade, nobreza, simpatia, dignidade, ação e estímulo, e incentivava os bons exemplos. Para êle, no homem, o que prôpriamente valia era o caráter. Tudo mais, posições, crachás, galões, cargos, títulos e outras benemerências, eram vaidades que se poderiam alcançar por vários meios. Mas um caráter nobre e firme era um dom, e quem o possuía, tinha a obrigação e o dever de manter íntegro. Razão porque, os que tinham êsse dom, sofriam muito por seu amor.

Eis, em traços rápidos, o perfil moral do Almirante Saldanha da Gama, que muito cedo, já aos vinte e três anos de idade e apenas com seis de oficialato, começou a desempenhar importantes comissões na sua carreira. Recém-vindo da campanha do Paraguai em fevereiro de 1869, em dezembro dêsse ano era promovido a Capitão-Tenente, isto é, ao quarto posto e logo, em seguida, passava a exercer as elevadas funções de encarregado do ensino dos Guardas-Marinha, a bordo da corveta "NITERÓI", comandada pelo bravo, culto e enérgico Arthur Silveira da Motta, mais tarde Barão de Jacaguay. Por tal modo se credenciou nessas funções que, no ano seguinte, passou a exercê-las, de modo semelhante, a bordo da Corveta "BAHIANA", do comando do bravo e respeitado "talha ao laís", o grande patasca Capitão-de-Fragata Alves Nogueira. Só o renome dêsses dois capitães, os mais experimentados e audaciosos do quinquênio 68-73, cuja fama, sempre enaltecida, ultrapassou meio século e ainda é lembrada, bastariam para focalizar o alto conceito em que, nessa época, já gozava Saldanha da Gama pela sua cultura, competência, disciplina e dotes morais, requisitos exigidos para um oficial que devia completar a instrução de Guardas-Marinha, em viagem por mares diversos.

Em tão proveitosas viagens êle teve a oportunidade de identificar-se mais com a vida do mar e despertar a atenção dos seus discípulos para os encantos, surpresas e ilusões que ela encerra, e tanto embevecem o espírito sentimental e vibrante dos jovens marinheiros. Ministrou-lhes com eficiência, carinho e paciência,

em linguagem apropriada, as disciplinas que lhe competiam, e do- sou o ensino com adequadas observações, que o seu arguto espí- rito havia feito e confirmado. E, desde essa ocasião, talvez até sem perceber, veio criando entre os jovens oficiais, um particular apreço à sua pessoa e um respeitoso acatamento à sua autoridade, misto de energia, polidez e bondade, que muito influíram na edu- cação, preparo profissional e esmero dos sentimentos dêles.

Mais tarde, já como Comandante, no cruzador "ALMIRAN- TE BARROSO" em longos cruzeiros, por águas estrangeiras e mares longínquos, em extensa viagem de instrução de Guardas- -Marinha, mais se pronunciou o seu carinho pelo ensino dêsses oficiais, que com a sua assistência e cooperação continuas, logrou atingir um elevado nível cultural, teórico, prático e esportivo, como êle julgava indispensável que fosse ministrado a quem qui- sesse vir a ser realmente um eficiente oficial. É ôbvio, também acentuar, que oficiais e alunos, ao desembarcarem do saudoso ve- leiro, levaram do seu Comandante a mais lisonjeira e perdurável impressão. Haviam encontrado nêle, além de um solícito amigo um nobre cavalheiro.

É tal processo de comandar, dirigir, ensinar, educar e per- suadir, Saldanha da Gama, mais tarde, soube imprimir perseve- rantemente na Escola Naval, em dois anos letivos em que foi seu Diretor. De tôdas as comissões que exerceu fôra a que melhor consultou o seu pendor. Autônomo na administração, tanto quan- to possível, e por sua variada cultura podendo se imiscuir no método e programas de ensino, com a experiência e prática ad- quiridas, e cooperar na execução de manobras, exercícios e es- portes, encontrou amplo e fértil campo onde, com descortínio e fiscalização, aprimorou, de um modo geral, tôda a instrução da Escola que dirigia. Passou a ser um contínuo e exigente colabo- rador de seus professores e instrutores e um educador de senti- mentos e civismo, que vinha preparando, sob novos moldes, uma geração que deveria insinuar, na vida da Marinha, uma forte seiva para sustar o seu deperecimento, ocorrido com sua pouca ativi- dade depois da Guerra do Paraguay.

Com propriedade, elegância de maneiras e suavidade de pro- cessos logrou impor a seus comandados uma nova mentalidade, que se refletia por dedicação à profissão, respeito às boas tradi-

ções da Marinha, veneração aos seus bravos e heróis, acatamento á ordem e á disciplina, completo alheamento á politica e devotamento á Nação. Tinha por principal escopo imprimir a cada Guarda-Marinha e a cada Aspirante a personalidade correspondente ao seu posto, para que, no desenvolvimento da carreira, no convívio da profissão e com o decorrer do tempo, ela se fosse consolidando em linhas amplas, fortes e firmes para engrandecer-se posteriormente.

Mas a capacidade intelectual e de trabalho de Saldanha da Gama era de grande teor e correspondia a um alto expoente. Essas Comissões, que havia exercido, a focalizaram, sómente em um determinado setor. Outras desempenhou, quer no mar, quer em terra, em que também deixou traços marcantes de elevada competência, atividade e cultura. Foram mais de carater científico, diplomático e representativo que profissional e algumas se realizaram no estrangeiro, em meios super-cultos. Em tódas a sua personalidade culminou, deixando os seus pares cativos da sua polidez, gentileza e simpatia e admirados da sua superior, variada e extensa cultura. Falando bem a lingua nacional e exprimindo-se compreensivelmente em quatro idiomas, versando múltiplos assuntos, empregando com propriedade o "double sens" e o chiste em conversas de salão, dansando com primor, cantando com arte e voz suave e dedilhando o piano com virtuosidade, Saldanha da Gama, em qualquer meio ou ambiente onde se apresentava, despertava, de início, a atenção geral e, em breve tempo, tornava-se a sua figura predileta.

Foi assim na Exposição de Filadelfia, na Missão á China, na Exposição Continental de Buenos Aires, na comissão de Punta Arenas para observar a passagem de Vénus, na Exposição de New-Orleans e, finalmente, no Congresso Maritimo Internacional de Washington, em que tomou parte e apresentou idéias, discutiu e revelou a sua polimorfa cultura. Sem credenciais de embaixador, em tódas elas, com exeeção da Missão á China, em que o Almirante Jaceguay, seu chefe possuidor de marcante personalidade e farta cultura, ocupava a chefia e se representou condignamente, Saldanha da Gama, como Delegado do Brasil, soube sempre se representar com superioridade, revelando-se elevado expoente profissional, cultural e diplomático.

Mas um cérebro cheio de idéias, uma alma bem sensível, um espírito observador e bastante arguto, com facilidade de assimilar e escrever, não poderia, egoisticamente, guardar só para si as variadas impressões dos diversos panoramas e cenários que havia visto e sentido através da sua imaginação cultivada. Por isso, traduziu em relatórios escritos em linguagem vernácula e escorreita, com clareza, exatidão, minúcias, interessantes observações e proveitosas considerações, o que viu, sentiu, observou, anotou e, mais interessantemente, o impressionou.

Era visceralmente disciplinado, respeitador de autoridades e acatador das leis e ordens, mas a sua disciplina não era coercitiva da consciência, nem da razão. Era persuasiva pela palavra e compreensiva pela sua execução e estimulante pelos bons resultados que produzia. Auxiliava a ordem, facilitava o progresso e fortificava o moral. Era uma disciplina inteligente, educativa e que não agredia a consciência de quem a ela se sujeitava, jamais o tendo conduzido a qualquer excesso. Assim, ela constituía a melhor base da ordem, da moral, do respeito e da harmonia, que devem reinar em tôda a coletividade.

O Almirante não ignorava que, mesmo entre seus comandados, havia desobedientes, o que não seria para admirar porque em tôdas épocas, ambientes e meios sociais, sempre houve espíritos retardados e rebeldes.

Suas atitudes refletiam sempre sensatez, lógica, compostura e discrição e eram tão consentaneas que podiam ser facilmente previstas, levando-se em conta o seu firme carater, seu equilíbrio moral, sua sinceridade e o desprendimento pelas posições. Em geral, a sua palavra era pouco discutida e suas opiniões preferentemente aceitas, embora, por vêzes, no momento não fossem bem compreendidas. Mas o tempo se encarregava de mostrar o seu acêrto.

A despeito de suas citadas qualidades e predicados, do seu inegável devotamento á profissão e á classe e do brilho que emprestava ao desempenho das comissões e tarefas que lhe confiavam, Saldanha da Gama, teve desafetos, invejosos da sua marcante personalidade. Todavia, mantendo-se em plano moral superior ás mesquinhas da vida social, nunca os hostilizou e mesmo nem lhes deixou perceber que os conhecia.

Jamais pleiteara posto, cargos e comissões. Uns e outros lhe foram conferidos por exclusiva escolha das autoridades competentes, confiantes na sua competência, cultura, experiência e apropriados esforços, já sobejamente comprovados, desde os primeiros postos. Nenhuma culpa poderia lhe caber por haver sido sucessivamente promovido por merecimentos e ter passado a maior parte da sua vida profissional no mar em várias comissões, algumas de alto relêvo, nas quais destacou as suas poliformes qualidades de marinheiro, homem de cultura e requintada sociedade. Tudo correu à sua revelia e sem nenhuma influência estranha, ou de amigos. Foi apenas o reconhecimento justo do seu mérito e valor, firmados atravez de inconcussas provas e sem nenhum favoritismo.

## FENÔMENO SOCIAL

JOSÉ AMADO NASCIMENTO

(Do Instituto Histórico e Geográfico de Serajps)

A História e a Sociologia, em que se distinguem essas ciências?

Não tratam ambas de fatos da vida humana, no tempo e no espaço? Não estudam ambas os acontecimentos em que o homem entra como parte ativa e, ao mesmo tempo, paciente? eventos dos quais é, simultaneamente, ator e espectador?

Podéria parecer, pois, que ambas as ciências focalizassem o mesmo objeto, e nesse caso, uma delas não seria verdadeira ciência. Uma delas seria, apenas, intrujice no mundo cultural, falsificação científica, uma espécie de estelionato. . . E, como a História é mais antiga de séculos do que a Sociologia, então a dúvida seria lançada sôbre a legitimidade desta última.

Como resolver o problema?

Cabe, aqui, a aplicação das velhas noções, sempre atuais, de matéria e forma, que nos foram legadas pela filosofia grega. Tôda ciência possui, ao mesmo tempo, objeto material e objeto formal. Isto é: o objeto de cada ciência pode ser considerado sob perspectiva material e sob perspectiva formal. Assim, um objeto único pode pertencer a duas ou mais ciências, do ponto de vista material, mas diferenciando-se tais ciências, entre si, pelo ponto de vista formal sob o qual encarem o mesmo objeto.

É o caso da História e da Sociologia.

— “Il suit de là que si l'histoire et la sociologie peuvent avoir le même objet matériel, elles ne l'envisagent pas du même point de vue: elles ont chacune

un objet formel distinct, à savoir: l'histoire, la détermination de l'ordre des événements singuliers; la sociologie, la détermination des types sociaux et des lois de la vie sociale" (JOLIVET, Régis — TRAITÉ DE PHILOSOPHIE — I — 3e. édition — 1949 — Emmanuel Vitte, éditeur — Paris — Pag. 238).

Outro problema poderia ser, ainda, colocado: quais as relações existentes entre a História e a Sociologia, além da circunstância de possuírem o mesmo objeto material?

A solução dest'outro problema, nós a podemos colher n'outro filósofo francês: C. Lahr.

A Sociologia estuda os fatos sociais, nos seus aspectos tipicamente sociais e somente sociais. "Ora — começa aqui aquêlê filósofo — sendo pouquíssimos os fatos que nos fornece a observação direta, é forçoso recorrer ao testemunho do passado. Com efeito, tôda a História é, para o sociólogo, uma imensa experimentação retrospectiva". Por outro lado, a História se beneficia dos estudos da Sociologia, deixando de ser predominantemente um relato de "guerras, tratados, grandes homens, acontecimentos externos e excepcionais das nações". Poderá reviver todo o estado social de cada povo, "porque nele encontraremos a razão profunda dos acontecimentos históricos propriamente ditos" (LAHR, C. — MANUAL DE FILOSOFIA — 5.ª edição — 1950 — Livraria Apostolado da Imprensa — Porto — Pag. 430).

Mas, o fenômeno social, em que consiste êle? Qual o seu conceito?

A êste aspecto da questão pretende responder o presente ensaio, com os seus 3 Capítulos, aliás capítulos de um livro inédito, intitulado "FENÔMENO ECONÔMICO E FENÔMENO SOCIAL", a saber :

1. — Conceitos Básicos em Sociologia
2. — Fenômenos Sociais no Brasil
3. — Os Fenômenos Sociais e a Imprensa

O primeiro capítulo apresenta determinados instrumentos teóricos da Sociologia, conclusões gerais e certas, já formuladas.

O segundo capítulo mostra, concretamente, no Brasil, alguns fenômenos sociais, consoante nos têm sido revelados e sistematizados nas tabelas estatísticas oficiais.

O terceiro capítulo é uma tentativa de colocação dos deveres da imprensa diante dos fenômenos sociais. Em face desse capítulo, seria oportuno discutir os limites da sociologia — ciência de observação e interpretação dos fatos sociais — e as campanhas de política social, de reforma da sociedade, as reivindicações sociais. Parecem-me coisas bem distintas, que muita gente anda inadvertidamente confundindo. "But, that is the other question..."

## 1 — CONCEITOS BÁSICOS EM SOCIOLOGIA

### 1. — Conceito de Sociologia como ciência:

#### 1.1 — Conceito Subjetivo

— SOCIOLOGIA é a ciência de relações humanas que estuda os fenômenos sociais em sua estrutura e em seu funcionamento.

#### 1.2 — Conceito Objetivo

— SOCIOLOGIA é o conjunto sistemático de princípios e leis que explicam a formação e o funcionamento dos grupos sociais humanos.

### 2. — Objeto da Sociologia

2.1 — Os fenômenos sociais. Fenômenos ocorridos na sociedade, enquanto puramente sociais, pelo seu conteúdo social, pelo seu caráter social. Não fenômenos de conteúdo econômico ou jurídico, nem pelo seu caráter político ou pedagógico.



### 3. — Finalidade da Sociologia

3.1 — Estudar os fenômenos sociais. Explicar a formação e o funcionamento dos grupos sociais humanos. Sistematizar os princípios e leis relativos aos fenômenos sociais. Descrever as forças sociais e definir os valores sociais.

### 4. — Conceito de Fenômeno Social :

4.1 — Fenômeno social é aquela relação humana de:

41.1 — estruturação, ou  
.2 — funcionamento  
dos diversos agrupamentos humanos.

### 5. — Classificação dos Fenômenos Sociais :

5.1 — Fenômenos sociais de estrutura

— Aquelas relações entre seres humanos que determinam a formação e organização dos grupos sociais,

5.2 — Fenômenos sociais de funcionamento

— Aquelas relações entre seres humanos que determinam o funcionamento dos grupos sociais interna e externamente,

### 6. — Causas do Fenômeno Social

6.1 — Causas Extrínsecas

61.1 — Causa Eficiente

— A natureza sociável do homem : necessidade de comunicação com os seres humanos,

A condição de dependência em relação aos demais seres humanos: necessidade dos serviços dos semelhantes.  
As forças sociais.

#### 61.2 — Causa Final

— Realizarem-se os homens em sua natureza sociável.  
Suprirem deficiências de sua condição e alcançarem a meta de seus ideais.  
Os valores sociais.

### 6.2 — Causas Intrínsecas :

#### 62.1 — Causa Material

— As interrelações dos homens e dos grupos sociais.

#### 62.2 — Causa Formal

— As interrelações humanas em seus aspectos de interação social, seja de concordância ou discordância, de estabilidade ou de mobilidade.

### 7. — Análise da Causalidade Formal:

#### 7.1 — Interrelações humanas

— As interrelações humanas, ou relações entre seres humanos, podem ser:

- 1 — Interrelações religiosas
- 2 — Interrelações morais
- 3 — Interrelações pedagógicas
- 4 — Interrelações jurídicas
- 5 — Interrelações políticas

- 6 — Interrelações econômicas
- 7 — Interrelações culturais
- 8 — Interrelações lúdicas
- 9 — Interrelações sociais.

## 7.2 — Interrelações humanas sociais

— As interrelações humanas sociais se caracterizam pelo seu processo próprio de interação social. Interação social é “a sucessão dos atos de aproximação ou separação” entre os homens. A interação pode ser de concordância ou discordância, estabilidade ou mobilidade social.

## 7.3 — Interação Social

### 7.4 — Fenômenos de Concordância Social:

- 74.1 — Comunicação Social
  - .2 — Socialização
  - .3 — Cooperação e Assistência Social
  - .4 — Acomodação Social
  - .5 — Assimilação Social

### 73.2 — Fenômenos de Discordância Social:

- 732.1 — Competição Social
  - .2 — Conflito Social

### 73.3 — Fenômenos de Estabilidade Social:

- 733.1 — Organização Social
  - .2 — Isolamento Social
  - .3 — Estratificação Social

### 73.4 — Fenômenos de Mobilidade Social:

- 734.1 — Desorganização Social
  - .2 — Migrações Humanas
  - .3 — Ascensão Social

## 8. — Exemplos de Fenômenos Sociais

### 8.1 — De Comunicação Social:

- 81.1 — Serviços postais, telegráficos, jornalísticos, radiofônicos.
- .2 — Publicação de livros, realização de comícios políticos, homilias das Missas.
- .3 — Espetáculos teatrais, cinematográficos.

### 8.2 — De Socialização:

- 82.1 — Incorporação da criança no grupo de vizinhança e na escola.
- .2 — Participação do indivíduo em associações, em reuniões, em bailes.
- .3 — Participação ativa em atos religiosos coletivos.

### 8.3 — De Cooperação e Assistência Social:

- 83.1 — Cooperação através do serviço social que procura reajustar os indivíduos ao seu meio.
- .2 — Assistência aos necessitados: orfanatos, asilos, esmolas, hospitalização gratuita.
- .3 — Seguro mútuo e cooperativas em geral.

### 8.4 — De Acomodação Social:

- 84.1 — Modus vivendi entre governo e oposição na elaboração do orçamento anual.
- .2 — Solução das grèves pela justiça do trabalho.
- .3 — Transações e compromissos para extinção de dívidas.

### 8.5 — De Assimilação Social:

- 85.1 — Incorporação de grupos estrangeiros ao ambiente e costumes sociais de um país: alemães em Santa Catarina, italianos e japoneses em São Paulo.

- .2 — Aprendizado da nova língua, ação das escolas, influência das novas gerações.
- .3 — Sincretismo religioso afro-brasileiro.

#### 8.6 — De Competição Social:

- 86.1 — Campanhas políticas para alcançar cargos eletivos.
- .2 — Concorrência comercial para venda de artigos.
- .3 — Concursos para cargos ou prêmios os mais diversos.
- .4 — Pugnas esportivas em geral.

#### 8.7 — De Conflito Social:

- 87.1 — Gréve de trabalhadores: pacífica ou predatória.
- .2 — Dissolução de comícios populares pela polícia.
- .3 — Lutas internas (revoluções) e lutas externas (guerras)
- .4 — Partida de futebol que termina em murros.

#### 8.8 — De Organização Social:

- 88.1 — A família: grupo fundamental.
- .2 — A escola, os sindicatos, o Estado, a Igreja.
- .3 — Constituição, incorporação e fusão de sociedades.

#### 8.9 — De Isolamento Social

- 89.1 — Segregação dos negros nos Estados Unidos.
- .2 — Situação dos reclusos e detentos.
- .3 — Separação entre católicos e protestantes.
- .4 — Situação dos indígenas diante da sociedade brasileira.

8.10 — De Estratificação Social:

- 8.10.1 — Maioria da população brasileira trabalhando na agricultura.
- .2 — Maioria da população brasileira constituída de analfabetos.
- .3 — Proletariado urbano e “gente bem” do “café society”.
- .4 — Classe dos funcionários públicos.

8.11 — De Desorganização Social:

- 8.11.1 — Afrouxamento dos vínculos familiares, seja com os casos frequentes de desquites, seja com as uniões sexuais ilegais.
- .2 — O fenômeno crescente da “juventude transviada”.
- .3 — Dissolução de sociedades comerciais por falência.

8.12 — De Migração Humana — (mobilidade social horizontal):

- 8.12.1 — Deslocamentos de nordestinos para a amazônia, no passado e para São Paulo no presente.
- .2 — Êxodo populacional do sertão para as Capitais.
- .3 — Círcos e companhias teatrais em “tour-née”.
- .4 — Deslocamentos de tropas militares.

8.1. — De Ascensão Social — (mobilidade social vertical):

- 8.13.1 — Mudança da situação dos negros no Brasil: da escravidão antiga à atual participação em todas as camadas sociais.

- .2 — Melhoria da condição dos operários, ex-vi da chamada legislação trabalhista.
- .3 — Nova posição da mulher na sociedade: pelo acesso aos cargos públicos e às escolas superiores, e pelos direitos políticos.

9. — **Fôrças Sociais:**

9.1 — “Fôrças físicas :

- 91.1 — “Ontogenéticas, que têm por fim a subsistência.
- .2 — “Filogenéticas, que visam a reprodução.

9.2 — “Fôrças espirituais ou sociogenéticas:

- 92.1 — “Morais, que procuram o bem e o certo.
- .2 — “Estéticas, criadoras da arte em seus vários ramos.
- .3 — “Intelectuais, que visam a aquisição de conhecimentos.

9.3 — “Os desejos são a fôrça motriz dos processos sociais e da conduta humana. A função do espírito, que cresce gradualmente, é guiar as fôrças cegas dos desejos” (BRANDÃO, Geraldo — NOÇÕES DE SOCIOLOGIA GERAL — 1955 — Editora do Brasil S. A. — São Paulo — Pags. 64/5). Esses desejos constituem fôrças sociais enquanto determinam relações sociais, e só nessa condição.

10. — **Valores Sociais :**

10.1 — Cónsoante a classificação do sociólogo norte-americano David Sneed, os Valores Sociais podem ser sistematizados em nove categorias, a saber:

- 101.1 — A Segurança — da vida, da propriedade, da liberdade, da reputação.

- .2 — A Retidão, a Moralidade e a Justiça — ausência de falsidade, dolo, fraude; presença de boa-fé; bem moral.
- .3 — O Bem-Estar Físico — saúde; libertação da dor física, do desfiguramento humilhante, da fraqueza confinante.
- .4 — O Bem-Estar Econômico — meios de subsistência, padrões de vida, bens comuns.
- .5 — O Conhecimento — interesse científico, conhecimento puro e aplicado.
- .6 — A Beleza — função social das belas-artses.
- .7 — A Religiosidade — meio de regulação social, culto, dedicação à caridade.
- .8 — O Convívio — amor da convivência e companheirismo, respeito, estima social e honra.
- .9 — A Progenie e a Raça — família, interesse pela descendência, interesse público votado à infância (in SNEEDEN, David — SOCIOLOGIA EDUCACIONAL. — I Parte — Sociologia Geral — Tradução de Adolfo Packer — 1941 — Saraiva & Cia. — São Paulo — Pags. 391/439).

A essa sistematização, podemos acrescentar ainda os quatro valores abaixo indicados :

- .10 — A Desportividade — satisfação do instinto lúdico, desenvolvimento físico, cultivo do espírito de luta, através da prática de todos os esportes, em clubes.
- .11 — O Patriotismo — culto das tradições e dos heróis nacionais, serviço público e defesa da soberania externa.
- .12 — A Educação — formação da personalidade humana e preparação dos profissionais, através das escolas de vários graus, e de acôrdo com as aptidões e interesses.



.13 — A Independência Econômica Nacional — ideal a ser alcançado por todo o povo em conjunto (ou mantido naqueles países que o possuem realizado): libertação da tutela econômica de outros povos, auto-affirmação e direção do grupo nacional.

## 2 — FENÔMENOS SOCIAIS NO BRASIL

À semelhança do que tentamos fazer com os fenômenos econômicos, elaboramos, com base nos dados dos recenseamentos, uma série de Quadros que nos mostram alguns fenômenos sociais brasileiros.

Não se tratando da série completa dos fenômenos sociais no Brasil, mas apenas de alguns — com o objetivo de inserir a teoria na realidade concreta — excusamo-nos de não fazer a interpretação total e o comentário exaustivo das 11 tabelas abaixo.

Tabela I

### SITUAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL — 1950

#### População Presente

REGIÕES BRASILEIRAS	DOMICÍLIO URBANO	DOMICÍLIO SUBURBANO	DOMICÍLIO RURAL	TOTAL DOS DOMICÍLIOS
Região Norte .....	300.403	280.408	1.260.788	1.841.600
Região Nordeste .....	1.702.142	1.587.175	9.205.160	12.494.477
Região Leste .....	5.357.267	2.004.747	11.520.993	18.893.007
Região Sul .....	5.284.877	1.632.319	9.858.097	16.975.293
Região Centro-Oeste .....	302.854	120.643	1.313.469	1.736.966
<b>BRASIL .....</b>	<b>12.957.543</b>	<b>12.625.345</b>	<b>33.161.305</b>	<b>58.744.193</b>
<b>MAIORES UNIDADES</b>				
São Paulo .....	3.647.804	1.156.407	4.330.212	9.134.423
Distrito Federal .....	1.779.326	—	—	—
Minas Gerais .....	1.429.894	890.160	5.397.738	7.717.792
<b>MENORES UNIDADES</b>				
Amazonas .....	80.187	57.549	376.363	514.099
Mato Grosso .....	122.022	55.798	344.214	522.044

Trata-se de um aspecto da ecologia humana brasileira. Distribuição ou localização dos agrupamentos humanos no espaço geográfico do Brasil. Tal espaço está dividido em regiões. Nessas regiões, a população está distribuída em outras unidades ecológicas, a saber: domicílios urbanos, domicílios suburbanos e domicílios rurais. Pela Tabela I, verifica-se que as nossas maiores aglomerações humanas localizam-se nas regiões leste e sul, e em domicílios rurais. Além de outras informações que, aí, se podem colher, vemos que São Paulo e Minas Gerais são os Estados mais populosos, enquanto Amazonas e Mato Grosso se apresentam como os menos habitados. Para completar a Tabela, falta a densidade demográfica (relação de habitantes por km<sup>2</sup>) e a situação de cada Estado da Federação brasileira.

**Tabela II**

**Mobilidade Populacional Brasileira — 1940/50**

— Migrações Interiores —

REGIÕES BRASILEIRAS	Brasileiros de outras Re- giões presentes nesta		Brasileiros desta Região presentes noutras		SALDO ATIVO (+) OU PASSIVO (-)	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Norte .....	151.966	223.652	75.158	148.655	+ 76.808	+ 74.997
Nordeste .....	646.535	806.965	1.009.132	1.382.513	- 362.597	- 575.548
Leste .....	1.339.517	1.894.717	1.827.897	2.698.972	- 488.380	- 804.255
Sul .....	1.086.957	1.921.551	486.571	902.882	+ 600.386	+ 1.018.669
Centro-Oeste .....	225.989	359.434	52.206	73.297	+ 173.783	+ 286.137
<b>BRASIL .....</b>	<b>3.450.964</b>	<b>5.206.319</b>	<b>3.450.964</b>	<b>5.206.319</b>	—	—

**NOTA:** — Saldo ativo (+) é aquele que indica aumento da população da região: entraram nela mais brasileiros de outras regiões, do que saíram dela para as demais regiões.

— Saldo passivo (-), aquele que indica diminuição da população da região: maior saída da região, do que entrada.

Trata-se de um aspecto da mobilidade social horizontal no Brasil. Passagem de populações de uma a outras regiões do Brasil, migrações interiores, sucessão demográfica espacial. Compararam-se as situações em 1.940 e em 1.950, calculando-se os res-

pectivos saldos positivo ou negativo de cada região naqueles anos. Verifica-se, pela Tabela II, que é do Nordeste e do Leste que mais emigram brasileiros, e que êstes vão para a região Sul e para a região Centro-Oeste, na razão de 5:1 entre aquela e esta. Por outro lado, as regiões onde existem mais brasileiros imigrados são Leste e Sul. Pode-se pois, concluir que a maior mobilidade populacional se realiza na região Leste. Tabela completa seria a que trouxesse a mobilidade social de cada Estado.

Tabela III

OCUPAÇÃO DO POVO BRASILEIRO — 1940/50

— De 10 anos e mais —

Nº	RAMOS DE ATIVIDADE PRINCIPAL	1940	1950	DIFERENÇAS
1	Agricultura, pecuária, silvicultura .. .. .	9.453.512	9.885.915 +	433.403
2	Indústrias extrativas .. .. .	390.560	483.016 +	92.456
3	Indústrias de transformação ...	1.400.056	2.231.198 +	831.142
4	Comércio de mercadorias ....	749.143	958.421 +	209.278
5	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização .. .. .	51.777	115.500 +	63.723
6	Transportes e comunicações ....	473.676	697.042 +	223.366
7	Administração pública, justiça, ensino público .. .. .	310.726	260.767 -	49.959
8	Defesa nacional, segurança pública .. .. .	172.212	251.877 +	79.665
9	Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada .. .. .	118.687	78.858 -	39.829
10	Serviços, atividades sociais ....	899.774 (+)	2.107.094 +	1.207.320
11	Atividades domésticas, atividades escolares .. .. .	11.909.514	16.464.031 +	4.554.517
12	Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades não definidas ou não declaradas .. .. .	3.108.212	3.023.271 -	84.941
	TOTAL .. .. .	29.037.849	36.557.990 +	7.520.141

(+) — Em 1950, as "atividades sociais" incluem: culto, ensino particular e Público.

Trata-se de um aspecto da estrutura social brasileira, com base em grupos de ocupação permanente. Divisão e estratificação social, segundo os ramos da principal atividade da população brasileira, em 1940 e em 1950. Verifica-se, pela Tabela III, a confirmação da velha assertiva de ser o Brasil um país agrícola, pois cerca de 27% de sua população trabalha em agricultura, pecuária e silvicultura. Isto em 1950, pois em 1940 a proporção era maior. Ainda, do ponto de vista econômico, as indústrias de transformação se destacam pelo seu crescimento no decênio em causa. Do ponto de vista das ocupações não econômicas, e concentração maior do povo brasileiro está nas atividades domésticas e nas atividades escolares discentes. Mais significativa seria a Tabela, se contivesse a estratificação por sexo e por idade.

Tabela IV

SITUAÇÃO RELIGIOSA NO BRASIL — 1940/50

RELIGIÕES EXISTENTES	NÚMEROS ABSOLUTOS		% SOBRE O TOTAL	
	1940	1950	1940	1950
Católicos Romanos .....	39.177.880	48.558.854	95,01	93,49
Protestantes .....	1.074.857	1.741.430	2,61	3,35
Ortodoxos .. .....	27.952	41.156	0,09	0,08
Israelitas .. .....	55.656	69.957	0,13	0,13
Espíritas .. .....	468.400	824.553	1,12	1,59
Outras Religiões .....	237.255	296.405	0,58	0,57
Sem Religião ou sem declaração de religião .....	189.304	412.042	0,46	0,79
<b>BRASIL .. .....</b>	<b>41.236.315</b>	<b>51.944.397</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Trata-se de um aspecto da cultura não-material do Brasil, através da manifestação religiosa da população. A Tabela IV nos dá uma primeira indicação a respeito dos principais tipos de culto religioso existentes no país, bem como a relação percentual dos adeptos de cada religião em face da população total. Continua o Brasil a ser um povo predominantemente católico: 95,01% em 1940, e 93,49% em 1950. Seria interessante pesquisar a contribui-

ção dos estrangeiros para os diversos grupos religiosos, e examinar as estatísticas dos atos de culto, para termos uma visão completa do tema.

Tabela V

Alfabetização no Brasil — 1940/50

SITUAÇÃO DE INSTRUÇÃO	1940		1950		DIFERENÇAS
	DE 5 ANOS E MAIS	% s/ O TOTAL	DE 5 ANOS E MAIS	% s/ O TOTAL	
Sabendo Ler e Escrever					
Homens .. .. .	7.344.772	21,11	9.966.389	22,87	+ 2.621.617
Mulheres .. .. .	5.947.833	17,09	8.622.340	19,79	+ 2.674.507
TOTAL .. .. .	13.292.605	38,20	18.588.729	42,66	+ 5.296.124
Não Sabendo Ler e Escrever					
Homens .. .. .	9.906.255	28,67	11.645.573	26,73	+ 1.737.318
Mulheres .. .. .	11.387.235	32,73	13.282.023	30,44	+ 1.894.788
TOTAL .. .. .	21.293.490	61,40	24.927.596	57,17	+ 3.634.106
Sem Declaração de Instrução					
Homens .. .. .	105.560	0,30	37.190	0,08	- 68.370
Mulheres .. .. .	103.010	0,30	40.028	0,09	- 62.982
TOTAL .. .. .	208.570	0,60	77.218	0,17	- 131.352
TOTAL GERAL					
Homens .. .. .	17.358.587	49,20	21.649.125	49,68	+ 4.290.538
Mulheres .. .. .	17.438.078	50,80	21.924.399	50,32	+ 4.486.321
TOTAL .. .. .	34.796.665	100,00	43.573.524	100,00	+ 8.776.859

Trata-se de um aspecto da mudança cultural e social no Brasil, através da difusão do ensino no país. A Tabela V mostra o grau de alfabetização do nosso povo, e a marcha desse fenômeno, nos anos limites do decênio 1940/50. Para uma população de 34 milhões, em 1940, somente 13 milhões sabiam ler e escrever; tínhamos, então, 21 milhões de analfabetos. A mudança operada em 10 anos foi a seguinte: a população de 5 anos em diante au-

mentou em 8 milhões, dos quais, 5 milhões são de alfabetizados, mais de 50% portanto. A Tabela V apresenta essa mudança também segundo os sexos.

Tabela VI

Pessoas que possuem curso completo — 1950

GRAU DO ENSINO	Pessoas de 10 anos e mais	% sobre o total	% sobre a População
<b>Grau Elementar</b>			
Homens .. . . . . . . . . . .	2.704.836	41,34	5,21
Mulheres .. . . . . . . . . . .	2.683.859	41,02	5,17
TOTAL .. . . . . . . . . . .	5.388.695	82,36	10,38
<b>Grau Médio</b>			
Homens .. . . . . . . . . . .	495.910	7,58	0,95
Mulheres .. . . . . . . . . . .	491.258	7,51	0,95
TOTAL .. . . . . . . . . . .	987.148	15,09	1,90
<b>Grau Superior</b>			
Homens .. . . . . . . . . . .	144.233	2,20	0,28
Mulheres .. . . . . . . . . . .	13.837	0,21	0,03
TOTAL .. . . . . . . . . . .	158.070	2,41	0,31
<b>Sam Declaração de Grau</b>			
Homens .. . . . . . . . . . .	2.657	0,05	0,01
Mulheres .. . . . . . . . . . .	4.109	0,09	—
TOTAL .. . . . . . . . . . .	8.766	0,14	0,01
<b>Todos os Graus</b>			
Homens .. . . . . . . . . . .	3.347.036	51,17	6,44
Mulheres .. . . . . . . . . . .	3.195.043	48,83	6,16
TOTAL .. . . . . . . . . . .	6.542.679	100,00	12,60
<b>População do Brasil</b>			
Homens .. . . . . . . . . . .	25.985.001	—	49,84
Mulheres .. . . . . . . . . . .	26.059.396	—	50,16
TOTAL .. . . . . . . . . . .	51.944.397	—	100,00

Trata-se de um aspecto da formação das elites no Brasil. Sabendo-se do prestígio social de que gozam os formados em nosso país e da necessidade social cada vez mais crescente da instrução,

a Tabela VI revela, de algum modo, o nosso atraso. Com menos de 200.000 formados de grau superior, numa população de 51 milhões de habitantes, verificam-se logo duas coisas: a) é muito pequena a elite com instrução superior completa em nossa Pátria; b) dada a grandeza numérica da população, seus líderes são, na quase totalidade, pessoas que possuem apenas instrução de graus elementar e médio completos. Nota-se, ainda, que a ascensão das mulheres aos graus superiores de ensino é diminuta.

Tabela VII

Situação do Ensino no Brasil — 1940/50

FENÔMENOS ESCOLARES	CURSO PRIMÁRIO		TODOS OS CURSOS	
	1940	1950	1940	1950
Unidades escolares .. .. .	41.670	78.340	46.582	88.694
Corpo docente .. .. .	80.920	138.423	115.836	213.500
Matricula geral .. .. .	3.302.857	5.175.867	3.732.878	6.153.759
Conclusões de curso .. .. .	240.383	472.611	322.555	686.414

Trata-se de um aspecto da interação escolar no Brasil, manifestada pela situação do ensino de todos os graus, em números de unidades escolares, de corpo docente, de matrícula geral e de conclusões de cursos, em 1940 e em 1950. Verifica-se, pela Tabela VII, que as unidades funcionais e os grupos em contacto (de professores e alunos) são mais numerosos nos cursos primários, que abrangem a quase totalidade. Outro tanto se diga da influência da escola no meio social por meio dos concludentes. Considerando a grande desproporção entre a matrícula geral e as conclusões de curso, valeria examinar o problema da evasão escolar brasileira.

Tabela VIII

Organização Sindical no Brasil — 1943/53

ENTIDADES SINDICAIS	1943	1953	DIFERENÇAS	
			ABSOLUTAS	%
<b>SINDICATOS</b>				
De empregados .. .. .	758	1.195	437	57,65
De empregadores .. .. .	451	787	336	74,50
De profissões liberais .. .. .	61	97	36	59,01
TOTAL .. .. .	1.270	2.079	809	63,78
<b>FEDERAÇÕES</b>				
De empregados .. .. .	13	59	46	353,84
De empregadores .. .. .	9	46	37	411,11
De profissões liberais .. .. .	—	3	3	—
TOTAL .. .. .	22	108	86	390,90
<b>CONFEDERAÇÕES</b>				
De empregados .. .. .	—	3	3	—
De empregadores .. .. .	1	2	1	100,00
TOTAL .. .. .	1	5	4	400,00
TOTAL DAS ENTIDADES .. .. .	1.293	2.197	899	69,12

Trata-se de um aspecto da organização profissional no Brasil, por meio de grupos estáveis (sindicatos). A Tabela VIII, referente aos anos de 1943 e 1953, apresenta os órgãos de primeiro, segundo e terceiro graus, dos empregados, dos empregadores e dos profissionais liberais. Como se vê é organização social para conflito e para acomodação, e que teve crescimento digno de nota no decênio observado. Caberia completar o quadro com a situação de cada Estado, inclusive com o número de sindicalizados e o número dos operários existentes, para se aferir do espírito de associação dos profissionais brasileiros.



Tabela IX

Conflitos de Trabalho — 1953

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO	NÚMERO	VALOR CR\$ 1.000	% S/TOTAL DOS Nos.
PROCESSOS SOLUCIONADOS			
Conciliações .. .. .	26.192	72.561	26,90
Reclamações :			
Totalmente procedentes .. .. .	27.837	85.148	28,58
Parcialmente procedentes .. .. .	3.793	23.402	3,69
Improcedentes .. .. .	9.179	42.034	9,43
Não conhecidas e arquivadas .. .. .	25.594	61.028	25,28
Julgamentos de infrações :			
Penalidades aplicadas .. .. .	390	—	0,43
Penalidades relevadas .. .. .	25	—	0,03
Outras .. .. .	4.375	—	4,49
TOTAL DE RECLAMAÇÕES SOLUCIONADAS	97.366	284.173	100,00
TOTAL DE RECLAMAÇÕES RECEBIDAS .. .. .	124.761	—	—

Trata-se de um aspecto dos conflitos de trabalho no Brasil. A Tabela IX revela as reclamações recebidas e julgadas pelas Juntas de Conciliação e Julgamento em todo o território nacional. Destaca o número das conciliações efetuadas entre empregados e empregadores, ou sejam as acomodações voluntárias: 26,90% das reclamações solucionadas. As restantes tiveram acomodações especiais, não voluntárias, mediante julgamento a que as partes em conflito devem submeter-se em obediência ao controle da ordem jurídica. Tratando-se de simples tabela numérica de conflitos, não se têm aí elementos para analisar as causas desses desajustamentos.

Tabela X

Movimento de Diversões Públicas — 1953

ESPECTADORES	TEATROS	CINE — TEATROS	CINEMAS	OUTRAS	TOTAL
Concertos e recitais .. .. .	282.413	89.586	13.243	124.157	509.399
Teatro musicado .. .. .	799.311	104.298	—	27.017	930.626
Teatro declamado .. .. .	902.759	436.822	1.680	364.061	1.705.322
Cinematografia .. .. .	11.240	153.293.725	92.978.628	4.075.917	250.959.510
Outros gêneros .. .. .	268.122	632.227	40.507	1.128.431	2.069.287
<b>TOTAL .. .. .</b>	<b>2.283.845</b>	<b>154.556.656</b>	<b>93.034.058</b>	<b>6.319.565</b>	<b>256.194.124</b>

  

ESPETÁCULOS	TEATROS	CINE — TEATROS	CINEMAS	OUTRAS	TOTAL
Concertos e recitais .. .. .	493	238	19	696	1.446
Teatro musicado .. .. .	4.300	353	—	98	4.751
Teatro declamado .. .. .	5.595	1.529	10	1.355	8.489
Cinematografia .. .. .	33	605.550	371.796	29.511	1.007.900
Outros gêneros .. .. .	690	1.857	146	6.035	7.728
<b>TOTAL .. .. .</b>	<b>11.111</b>	<b>610.537</b>	<b>371.971</b>	<b>36.695</b>	<b>1.030.314</b>

Trata-se de um aspecto da comunicação e difusão cultural no Brasil, por meio das artes musicais e de representação, recreação coletiva, organizada, permanente. A Tabela X, para o ano de 1953, mostra que, a um total de 1.030.314 espetáculos, compareceram espectadores num total de 256.194.124, o que equivale a uma média de 248 espectadores por espetáculo. Refere, ainda, a Tabela X, os tipos de casas de espetáculos: teatros, cine-teatros, cinemas e outras. Tabela complementar e elucidativa do fenômeno seria aquela que contivesse esses mesmos dados por Estado, pois, no Brasil, havendo apenas 256.194.124 espectadores para uma população estimada em 1953 de 55.772.000, segue-se que ape-

nas 4,59 brasileiros vão a casas de espetáculos por ano. Essa média, porém, é um número arbitrário, porquanto, no Estado de São Paulo a relação seria de 8,83, no Distrito Federal seria de 18,85, ao passo que, em Sergipe, de uma população estimada de 679.000, somente 2,03 pessoas foram a espetáculos.

Tabela XI

Crimes e Contravenções

Distrito Federal

1942

N.º	NATUREZA DOS ILICITOS PENAIS	N.º DE ORIGEM	N.º DE CONTRAVENÇÕES	AUTORES			
				CRIMES		Contravenções	
				H	M	H	M
I	Contra a pessoa . . . . .	3.307	162	3.621	290	163	—
II	Contra o patrimônio . . . . .	632	9	780	46	1	8
III	Contra a propriedade (material)	2	x	2	—	x	x
	Contra a organização do trabalho . . . . .	2	1	2	—	1	—
V	Contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos	—	x	—	—	x	x
VI	Contra os costumes . . . . .	409	420	406	13	497	2
VII	Contra a família . . . . .	13	x	11	6	x	x
VIII	Contra a incolumidade pública . . . . .	65	5	63	5	5	—
IX	Contra a paz pública . . . . .	1	4	4	1	2	2
X	Contra a fé pública . . . . .	44	3	50	4	4	—
XI	Contra a administração pública	72	8	91	3	8	1
	TOTAL DOS ILICITOS . . . . .	4.547	612	5.030	368	681	13
	População do Distrito Federal em 1940 :						
	Homens . . . . .	878.299					
	Mulheres . . . . .	885.842					
	TOTAL . . . . .	1.764.141					

(x) — Não constam da relação das contravenções penais.

Trata-se de um aspecto de desajustamento social e do controle social no Distrito Federal, em 1942. Crimes e contraven-

ções penais constituem infrações dos padrões legais de comportamento social. São casos de desajustamento social. A sua cominação em lei e o seu processamento pela Justiça constituem, por outro lado, expressão de controle social. A Tabela XI traz os números de crimes e contravenções, segundo a natureza dos ilícitos penais, e segundo o sexo dos autores. Por onde se verifica que a criminalidade masculina é mais frequente. O leitor poderá fazer a comparação do número de crimes com o número de habitantes do Distrito Federal.

As II Tabelas anteriores foram elaboradas à vista das informações constantes dos Anuários Estatísticos do Brasil, de 1941/45, 1950 e 1954. Não houve intenção de mostrar um retrato sociológico do Brasil. Têm a intenção de mostrar fenômenos sociais.

### 3 — OS FENÔMENOS SOCIAIS E A IMPRENSA

Quando ARISTÓTELES afirmou que “o homem é um animal político”, não quis apenas dizer que o ser humano se caracteriza pela vocação, pelo pensamento e pela ação política. Não é o homem, unicamente, um animal que exerce a política, seja elegendo, periodicamente, os governantes, seja ele mesmo, diretamente, ocupando o poder. “Animal político” significa — numa interpretação mais ampla do conteúdo do pensamento aristotélico — um animal que vive na “polis”, que vive na cidade, na sociedade ou em grupos. É assim o homem, por exigência de sua própria natureza, um animal social.

Formador e mantenedor da sociedade, o homem é, ao mesmo tempo, sustentado e condicionado pela sociedade. Toda a sua vida se realiza e decorre nos ambientes sociais, alimenta-se das contribuições do trabalho social. Por outro lado, seus atos de cada dia repercutem, com maior ou menor intensidade, no convívio social.

Os atos dos homens entre si, na comunhão social, é que constituem os fenômenos sociais. Dentre esses atos, destaca-se aquele conjunto de trabalhos a que se deu o nome de imprensa.

Mais que qualquer outra atividade humana, ou tanto quanto as que mais o forem, é a imprensa uma atividade social, já pelo ambiente em que vive e do qual vive, já pelo conteúdo de suas mensagens, já pelos objetivos que persegue junto aos leitores.

Enquanto empresa jornalística, enquanto organização, a imprensa é fenômeno social de estrutura. Enquanto atividade de grupo, a imprensa é fenômeno de funcionamento.

Qual a interação exercida pela imprensa? Qual a sua função social?

Para responder a essas perguntas, teremos de examinar os processos sociais abaixo relacionados:

- I — A Imprensa e a Comunicação Social
- II — A Imprensa e o Contrôlo Social
- III — A Imprensa e o Conflito Social
- IV — A Imprensa e a Acomodação Social
- V — A Imprensa e a Mobilidade Social
- VI — A Imprensa e os Valores Sociais.

Ao processo fundamental da vida social humana deram os sociólogos o nome técnico de “interação social”, o que quer dizer que as pessoas inter-agem ou agem entre si, formando os grupos, e estes, por sua vez, inter-agem formando grupos mais amplos.

Todavia, nenhuma sociedade poderá existir e não se efetuará nenhuma interação, sem a **comunicação social** que os sociólogos classificam como sendo a forma mais geral do processo de interação.

Diversos, inúmeros e conhecidos são os sistemas de comunicação existentes, destacando-se, dentre eles, a imprensa pela sua importância hodierna. E’ pelo jornal e pelo rádio — imprensa escrita e “falada” — que se exerce, em nossos dias, grande parte da atividade comunicativa dos homens.

Pelo jornal e pelo rádio se transmitem as idéias e se noticiam os fatos, expõem-se programas e efetuam-se críticas. Isto significa, em outros termos, que o povo em geral, isto é: indivíduos e grupos entram em comunicação com os pensadores, e que os habitantes de uma região ou de uma cidade têm comunicação dos fatos da vida social de outras regiões e cidades.

Estabelece-se, desse modo, no corpo social, uma circulação ativa, mental e forte, que mantém unidos, por alegrias, tristezas e ideais, todos os componentes da sociedade brasileira. E’ o primeiro grande serviço prestado ao Brasil pela imprensa.

Justamente, por essa razão, é que a imprensa, através da comunicação, exerce função de liderança de parcelas da opinião pública regional ou nacional.

O jornalista é, por conseguinte, um líder social.

Mas, a sua liderança não se enquadra no chamado tipo "soberano", que é o líder egocêntrico. Antes, se ajusta aos tipos do líder "pedagogo", que é altruista, e do líder "apóstolo", ou seja aquele que encarna um ideal. Possui o jornalista o altruismo de focalizar, permanentemente, os problemas da coletividade local ou nacional. Cultiva o ideal de, cotidianamente e a seu modo, cuidar do bem público.

Que essa liderança é de caráter social e assume o aspecto de uma das funções sociais da imprensa, basta citar a seguinte conceituação do antropologista brasileiro ARTHUR RAMOS:

— "O líder não é, absolutamente, um ser estanque, isolado no tempo e no espaço. Ele só pode ser compreendido como entidade dinâmica, um precipitado social, uma parcela dirigente do grupo social completo... O líder é aquele indivíduo que, por suas qualidades de iniciativa e conformidade social, filtrou os anseios e necessidades do grupo e soube, melhor que outros, resolvê-los e orientá-los".

Essa — a liderança do autêntico jornalista, toda voltada e dirigida para a satisfação dos anseios e necessidades sociais.

Através da comunicação e da liderança sociais, exerce a imprensa a função do **contrôle social**. É que, segundo o sociólogo ROSS, um dos fatores do **contrôle social** é, exatamente, a opinião pública.

A imprensa, ajudando poderosamente a formar a opinião pública, é fator preponderante da constituição e da manutenção do chamado "**contrôle social interno**". Os valores sociais, as normas sociais, as forças sociais encontram na imprensa, através da interação comunicativa, um instrumento de difusão e de penetração no seio do povo. Faz a imprensa que esses valores e normas sejam assimilados, que essas forças sociais sejam respeitadas.

Mas, ainda, exerce a imprensa outro tipo de controle: o "controle social externo", desde quando entra na análise de determinados atos humanos praticados pelos responsáveis, pelos líderes sociais mais diversos. O aplauso e a crítica, o prêmio e a denúncia são os meios de que se serve o jornalista para tornar realidade esse processo social.

Com essa atitude, pode a imprensa fomentar as grandes causas que visam o bem-estar social e levá-las à vitória, assim como pode, pela crítica racional e bem fundamentada, levar os governantes a corrigir erros cometidos ou evitar a prática de injustiças. Pode e deve estimular o bem e vergastar o mal, fazendo implantar aquele e erradicar a este do convívio social.

A função de controle social, por parte da imprensa, assume, assim, o aspecto de verdadeira defesa da sociedade.

Acontece, porém, que determinados comportamentos sociais, evoluem ao longo da história: variando os ideais humanos, variam necessariamente as suas manifestações sociais. Na variação histórica desses ideais e desses correlativos comportamentos, dão-se os chamados conflitos sociais, em que indivíduos e grupos se atrimam à procura de soluções para os problemas que a vida, constantemente, engendra.

Aí, a função social da imprensa se exerce pela participação no **conflito social**, pela tomada de posição no entrelaço das idéias. O conflito determina uma mudança do "status social".

Se tomarmos para exemplo a História do Brasil e de sua imprensa, veremos, em retrospecto sumário do passado, que os jornalistas sempre tomaram parte ativa nesses conflitos sociais. Todos sabemos — e esta evocação tem apenas caráter de confirmação — a saliente função assumida pela imprensa brasileira nas lutas em favor da independência, da abolição e da república, no século passado.

Todos estão lembrados das memoráveis campanhas de Ruy Barbosa, pela imprensa, em defesa da liberdade e do direito, nos começos deste século. Todos estão lembrados vivamente das mais recentes campanhas da imprensa nacional, as quais determinaram grandes mudanças de "status" econômico, político e social em nosso País.

Consoante o ensinamento dos sociólogos HERBERT BALDUS e EMILIO WILLELMS, "a luta social é compatível com a vida em sociedade; a luta social supõe, pela sua natureza, uma certa ligação interna entre os contendores; a ação de luta pode tornar-se, segundo um caráter emocional, um meio associativo".

Entrando, portanto, nos conflitos da sociedade brasileira, e tomando posição de combate em favor de um dos lados, a imprensa exerce importante função social, porque dinamiza ainda mais a vida social e contribui para que se acelere o processo da mudança que vai colocar o homem brasileiro ao nível das exigências do nosso tempo.

Todo conflito, porém, se resolve em **acomodação social**. O conflito é sempre oriundo, proveniente de situações de desajustamento nas idéias e nas condições de vida de indivíduos e grupos humanos. Nesse sentido, podemos dizer que todo conflito tende para um ajustamento.

Pela sua função de liderança social, a imprensa, ao participar dos conflitos, visa como finalidade os ajustamentos e, para tanto, enceta campanhas sociais, ou sejam: movimentos sociais.

Segundo esclarece o sociólogo HERBERT BLUMER, os movimentos sociais apresentam o seguinte mecanismo:

- “ a) agitação;
- b) desenvolvimento de um espírito de grupo, "nosso grupo", camaradagem e cerimoniais;
- c) desenvolvimento de uma moral, convicção no intento, fé no alcance do objetivo, crença na "missão sagrada";
- d) formação de uma ideologia, doutrinas, crenças, mitos, que dão força ao movimento e não o deixam desfalecer;
- e) desenvolvimento de táticas de operação: ganhar aderentes, segurá-los, alcançar objetivos" (in BRANDÃO, Geraldo — NOÇÕES DE SOCIOLOGIA GERAL — 1955 — Editora do Brasil S. A. — São Paulo — Pag. 143).



Tais movimentos sociais, assim delineados e realizados, não apenas têm contado com a presença e a ação da imprensa. Podemos até mesmo dizer que movimentos dessa natureza não podem, hoje, ter vida real e alcançar vitórias se não contarem com a ação dos jornalistas.

Dentre os mais importantes movimentos sociais de nossos dias em favor da acomodação social, devemos pôr em destaque para a imprensa brasileira os seguintes:

- I — Ajustamentos familiares — através de campanhas organizadas e bem dirigidas em favor da preparação adequada dos candidatos ao casamento, e campanha sistemática em favor do apêlo necessário às técnicas do serviço social científico para ajustamento dos casais que se desentenderam e conflitaram.
- II — Ajustamentos no trabalho — através de campanhas de esclarecimento dos direitos e deveres dos empregadores e dos empregados; campanhas em favor da melhoria das condições de trabalho e de salário; campanhas em favor da regulamentação do direito de greve e do maior prestígio da Justiça do Trabalho.
- III — Ajustamentos raciais e aculturações — através de campanhas que impeçam, entre nós, a formação do preconceito de raça, e combatam o ainda existente preconceito de côr; campanhas que levem os governos e os grupos sociais privados a tudo fazerem pela integração dos grupos estrangeiros na corrente da cultura brasileira, impedindo-se, por êsse modo, a formação dos quistos.
- IV — Ajustamentos citadinos ou de urbanismo — através de campanhas que se realizam de duplo modo: a) por meio de reportagens a respeito das necessidades reais das populações urbanas em matéria de moradia, lixo, água, luz, esgôto, abastecimento de víveres, escolas, costumes públicos, transportes, diversões, etc.; b) por meio de sugestões, de planos, de programas apresentados às autoridades públicas e aos grupos sociais privados que se encarregam daqueles serviços.

V — Ajustamentos rurais — através de campanhas da mesma natureza da anterior, agora, porém, em relação ao homem do campo, para quem as conquistas da civilização ainda não chegaram de todo, ou chegaram sem regularidade nos diversos setores geográficos e sociais do Brasil do interior.

Fenômeno social tipicamente do século XX é, segundo observação do filósofo francês JACQUES MARITAIN, “a tomada de consciência da classe operária”. Por outras palavras, verifica-se o fenômeno da elevação das massas que, ainda consoante o mesmo filósofo, passa da minoridade ao estado da maioria social.

É mudança de “status” através da mobilidade social.

Essa tendência — pode-se acrescentar — está coincidindo com a mais profunda orientação política do nosso século, com a corrente racional e afetiva das populações humanas do século XX: — a democracia. A mobilidade social contribui para estender ao campo social as conquistas da democracia política. Queremos todos a democracia social. E esse ideal se realiza através da circulação das elites.

Cabe à imprensa incentivar, ativar, orientar essa mobilidade social, visando o maior e mais perfeito equilíbrio social, pela abolição dos desnivelamentos injustos.

Sabem os jornalistas que “há elite em cada grupo social. Elites técnicas e econômicas, religiosas e eclesiásticas, militares e nobiliarias, políticas, administrativas e judiciárias, intelectuais, profissões liberais, morais, caritativas, esportivas, mundanas e mistas” (BRANDÃO, Geraldo — Op. Cit. — Pag. 103).

São essas elites que merecem ocupar os postos de direção da sociedade hodierna, ao invés do predomínio permanente de certas classes. Mas, todos os seres humanos devem ter as mesmas oportunidades sociais para galgarem a posição de membro de elite, todos devem gozar dos mesmos direitos e meios de ascensão social.

Onde quer que existam estorvos à realização desse ideal superior de democracia social; onde quer que os privilégios se instalem diminuindo ou retardando a mobilidade social — aí deve comparecer a imprensa para verificar o fato e combatê-lo.

Estamos, a esta altura, tratando já da função da imprensa em face dos valores sociais.

Conforme declara THURNWALD: — “Tôda sociedade cultiva, de maneira consciente, um sistema de valores, pelo qual aprova certas atitudes, desaprovando outras. As atitudes aprovadas são condicionadas, antes de tudo, pelo que a sociedade julga útil”. Mas, acrescentamos nós, — nessa utilidade devem entrar os conteúdos de verdade e de bem.

Os valores sociais tornam-se indispensáveis à convivência humana. DAVID SNEEDEN afirma que “alguns dos valores sociais da atualidade são: segurança, justiça (retidão, moralidade), bem-estar físico, bem-estar econômico, riqueza, conhecimento, beleza, religiosidade, convívio e progênie (raça)”.

Cumpre à imprensa brasileira tomar a si a defesa dos valores sociais da nação, o que poderá efetuar-se, dentre outras, por meio de quatro (4) funções mais gerais, a saber:

a) — Função Política:

— Ensinar doutrinas políticas, divulgar fatos políticos, criticar programas e realizações de partidos e de governos, apresentar sugestões para a solução de problemas de política, discutir questões internacionais.

b) — Função cultural:

— Divulgar as verdades científicas, as descobertas, as invenções; discutir e esclarecer as concepções filosóficas; prestigiar os movimentos artísticos; sobretudo defender a liberdade e os direitos da verdade.

c) — Função econômica:

— Agitar idéias e soluções racionais em torno de problemas econômicos nacionais, tais como: reforma agrária, participação dos operários nos lucros das empresas, sistema de transportes e de crédito, aumento crescente da produção, e nacionalização das indústrias básicas, assim: ferro, carvão, petróleo, minerais atômicos.

d) — Função religiosa:

- Estimular o sentimento religioso popular; prestigiar os atos do culto pela sua divulgação; apoiar as campanhas da religião em favor do povo; defender a santidade da vida, da moral e do direito; conduzir o povo ao aperfeiçoamento espiritual.

### Conclusões

- A Imprensa constituiu elemento dos mais ponderáveis no processo básico da interação social humana.
- A função social da imprensa, que é das mais relevantes, assume os seguintes aspectos:
  - É instrumento de comunicação social e meio de liderança social.
  - Torna mais efetivo o controle social dos comportamentos humanos.
  - Dinamiza a vida social, pela participação ativa nos conflitos sociais.
  - Contribui, decisivamente, para a boa convivência humana, fomentando a acomodação social.
  - Pode ser instrumento da democracia social, orientando a mobilidade social.
  - Deve defender, intransigentemente, os valores sociais fundados na verdade, na liberdade e no bem comum.
- É a Imprensa, portanto, um dos mais importantes instrumentos dinamizadores da vida social.

## O RETRATO DE ARTUR FORTES (\*)

GARCIA MORENO

Senhor Presidente do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE:

Ao trazerem para esta Casa uma dádiva que lhe enriquece a galeria plutarchiana de seus varões, os amigos de ARTUR FORTES não o quiseram fazer em silêncio, sem algumas palavras. Por mais que reconhecessem a fidelidade do artista, nos traços e nas tintas, ao retratar a fisionomia do Mestre inesquecível, escolheram alguém para o trabalho comovente da dedicatória. Aqui estou, somente, para isto. Não será, nas linhas breves e sóbrias de uma dedicatória, o lugar para o estudo da personalidade de um homem, cuja vida deixou às tradições de nossa política, de nosso magistério e de nossas letras a herança de muitos exemplos.

Se o tempo parasse, ou a vida se extinguisse, nesta terra, com o efêmero das gerações presentes, de quase nada valeria este retrato. Melhor do que ele, há dentro de nós, ao milagre da evocação, a figura rediviva do Mestre. Nos caminhos de nossos passos diários, sentimos toda a presença invisível de FORTES. As portas das livrarias, no vício intelectual das tertúlias crepusculares, nós o encontramos na finura de uma anedota francesa, na sutileza de um juízo literário, na citação erudita de uma passagem

---

(\*) Discurso proferido na solenidade da entrega ao Instituto Histórico, a 23 de julho de 1945, do retrato do Prof. Artur Fortes, oferecido ao mesmo Instituto por amigos do poeta e Prof.

histórica. Nas "salas de professores" dos nossos ginásios, entre uma aula e outra, enquanto as gargantas cansadas recompõem, com o café pequeno, o timbre claro para a dissertação próxima, êle se encaminha até nós e entra em nossas conversas: a memória prodigiosa e a palavra milagreira fazem para todos a síntese da última leitura. Nos pequenos círculos, à entrada das lojas elegantes, lá está êle, com a risada livre e inconfundível, arrematando a história galante ou a nota maledicente que alguém acaba de narrar. Findo o dia, em marcha serena de quem passeia, a caminho de casa, êle, às vêzes, volta com a gente, multiplicando a distância com paradas frequentes, para nos falar dos triunfos escolares da neta querida ou recitar os versos feitos na última visita ao Recife. À noite, os que vamos ao cinema, lá o vemos, sempre no mesmo lugar, denunciando-se com o riso largo, ante os diálogos espirituosos ou as atitudes risíveis dos bonecos. Quem, entre os seus amigos e discípulos, não sentiu a sua presença, nas ruas e nas praças, ao calor das vibrações humanas, no meio do povo, na madrugada do Mundo renascente, da Humanidade reconduzida aos dias da grande fraternidade? Quem, entre nós, não ouviu, na voz dos oradores da Liberdade, a sua grande voz? Quem, de nós, não viu a FORTES de pé, na tribuna do povo, falando sobre a reconquista dos Direitos do Homem, incendiando ao fogo de suas apóstrofes os cadáveres dos tiranos e os escômbros residuais da tirania? Nós devíamos ter ouvido a sua grande voz, erguida num hino de glórias, a todos os heróis e mártires da Liberdade. Aos soldados do Brasil que reafirmaram, nos montes nevados da Itália, o heroísmo tradicional dos seus maiores, que tantas vêzes a sua palavra mágica de professor de História reconstruiu, aos nossos olhos, com um realismo de filme moderno. Ao povo da França, da sua doce França, na intimidade de cuja história êle aprendeu a lição de viver e morrer pela Liberdade. Quem não o viu ao nosso lado, trepidante de entusiasmo, ante os portões escancarados das prisões vazias? Ouvindo e vendo conosco que os homens libertos só trazem amor no coração e, nas palavras, u'a menságem de concórdia, de grande concórdia brasileira, de uma imensa concórdia universal. Ele está conosco nesta hora, em que, acima das discurséiras de políticos ressentidos, uma voz

grande se alevanta a conclamar pela ordem e pela união dos homens.

Mas, Senhor Presidente, o tempo não pára. A vida se há-de perpetuar com as gerações que virão depois de nós. Esta Casa, por ser do passado, é especificamente, do futuro. Hoje, ela vale pelo que tem de ontem. Amanhã, valerá pelo que tiver de agora. Esta Casa é, sobretudo, da posteridade. Bem vale, aqui, o retrato de ARTUR FORTES. Os porvindoiros hão de conhecer-lhe a vida. José Calazans e Freire Ribeiro lhes ensinarão, com seus livros, que, em Sergipe, um Poeta fez uma revolução para morrer em praça pública e que outro Poeta, menor e mais môço, estêve a seu lado, ardente e incendiado. Contar-lhes-ão as tradições de nossos colégios que o seu maior professor de História era um poeta magnífico, que conduzia ao peito uma rosa vermelha, a comenda que lhe conferiram a beleza e a sensibilidade. Dir-lhes-á a crônica parlamentar de Sergipe que houve, entre seus legisladores, uma voz respeitável, cansada da disciplina partidária, que se chamava o franco-atirador. Quando, enfim, nos dias do futuro, ARTUR FORTES fôr tão somente um nome, desligado, pelo tempo de suas feições físicas; a que, ainda hoje, está e, por longos anos estará associado, êste retrato valerá uma recomposição do homem aos olhos dos que o terão no espirito. Aí está, pois, Senhor Presidente, o retrato de FORTES. Reflete o professor, o político, o poeta, diante da vida. Reflete o homem, diante da vida. Como êle foi, ardoroso, sincero, desassombrado.

Os amigos de FORTES, os que lhe assistiram os sofrimentos de meses a fio; os que estiveram presentes à hora derradeira de sua grande vida; os que lhe escutaram as palavras ofegantes na medonha agonia e viram, nos seus olhos suaves e mansos, que a luz se ia, de-vagar, como num pôr-de-sol; os que, no palôr daquela face tranquila a que as barbas loiras e crescidas davam a serenidade de um mártir cristão, viram a vida fugir sem pressa; os que viram chegar a medicina para ensombrecer aquela consciência, que jamais desertara de outras lutas e aceitava, de frente, a que a morte lhe oferecia, têm de FORTES mais que um retrato. Têm de FORTES u'a máscara. A máscara que, modelada aos traços de seu rosto ainda quente do último sópro, nos está a dizer que, às vezes, os poetas morrem como os santos...

Mas... Senhor Presidente, aqui vim, apenas, para trazer uma dedicatória. Êi-la:

Êste é o retrato de ARTUR GENTIL FORTES. De ARTUR FORTES. De FORTES. Poeta, amou a Beleza. Homem, amou a Liberdade!

\*\*\*\*\*

Aracaju, 23 de julho de 1945.

GARCIA MORENO



## A PRIMEIRA REVISTA JURÍDICA EM SERGIPE

J. Dantas M. dos Reis

Aqueles que já partiram da última fase da vida merecem de todos nós, além do respeito que lhes devemos tributar, ser lembrados por nós que ficamos, quando alguma coisa fizeram em bem da coletividade. Está neste caso o velho escrivão Manuel Júlio da Silva que fundou a primeira revista jurídica em terras de Sergipe, a qual deu o nome, em 1907, de — REVISTA FORENSE DO ESTADO DE SERGIPE. — Foi uma tentativa digna de ser lembrada. É certo que a revista teve vida muito breve, como tiveram outras, no mesmo gênero, que surgiram muito mais tarde. O nosso Estado, por ser muito pequeno, não pode agasalhar certas idéias e tentativas, quando vão além das suas possibilidades. Manuel Júlio da Silva, que tanto trabalhou na imprensa do Estado, foi também Escrivão do então Tribunal da Relação, de 1893 a 1934. Somente afastou-se do cargo, quando a sua idade já não lhe permitia exercer as funções do mesmo. Teve como substituto o seu genro, o Cirurgião-dentista Martinho Cardoso, que o vem exercendo com inteligência, competência e bastante dedicação.

Como tudo na vida tende a cair no esquecimento, é preciso que aqui se relembre a idéia de Manuel Júlio corporificada na publicação que teve este frontispício: —

Ano I Novembro — 1907 — Número I Volume I — REVISTA FORENSE DO ESTADO DE SERGIPE. Doutrina, Jurisprudência e Legislação — Mensal — Colaboradores Diversos — Proprietário — Manuel Júlio da Silva Escrivão da Relação. Ass-natura anual — 22\$000. Número avulso — 2\$000.

Publicados os doze fascículos correspondentes aos meses do primeiro ano, o primeiro do segundo (novembro de 1908), II volume, ainda trazia, por um lapso talvez, a continuação da numeração das páginas do volume anterior. O fascículo imediato, de março de 1909, conservou os mesmos dizeres dos anteriores, apenas com esta alteração:

Publica-se quatro vezes por ano.

Logo depois deste fascículo foi suspensa a publicação, possivelmente por não ter o proprietário obtido a recompensa desejada pelo seu trabalho.

Assim terminou a revista fundada por Manuel Júlio da Silva.

Muitos anos depois surgiram outras — SERGIPE JUDICIÁRIO e SERGIPE FORENSE. A primeira ainda conseguiu manter-se por dois anos, ao passo que a última, não foi além do quarto mês.

Assim temos lembrado a criação da primeira revista jurídica em Sergipe focalizando o nome do seu idealizador e criador.

**CORRESPONDÊNCIA OFFICIAL DO GOVERNO DA  
PROVINCIA DE SERGIPE COM O GOVERNO  
IMPERIAL (\*)**

— JUNHO —

Para Sua Magestade o Imperador informando sôbre o Requerimento do Cap. mor Henrique Luiz de Araujo Maciel.

SENIOR — O Supplicante Henrique Luiz de Araujo Maciel exerce o Posto de Capitão mor das Ordenanças d'esta Cidade de São Christovão; mas sem Título legitimo por isso que foi promovido sem que o Capitão mor effetivo estivesse compettente-mente inhabil. A Pretensão de Coronel Aggregado me parece incompatível com a situação fisica do Supplicante, visto sêr de avançada idade, como affirma o Governo Provisorio em sua Informaçãõ incluza. Em quanto a sua conducta Patriotica não he abonada pela opinião publica. He o q. tenho a informar a Vossa Magestade Imperial, que Ducidirá, como for justo. Palacio do Governo de Sergippe 1.º de Junho de 1824, 3.º da Independencia e do Imperio — Manoel Fernandes da Silveira.

---

Para Sua Magestade o Imperador informando sobre o Requerimento de José Antonio de Abreu.

SENHÓR — O Supplicante José Antonio d'Abreu se acha presentemente com baixa, e consta que athe prézo por crimes

---

(\*) Continuação do número anterior. Observou-se a orthographia da época.

atrocés, que se diz haver cõmettido. He o que posso informar a Vossa Magestade Imperial em prova do seu merito.

Palácio do Governo de Sergippe 1.º de Junho de 1824, 3.º da Independencia e do Imperio — Manoel Fernandes da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
(pag. 29v)

---

Para Sua Magestade o Imperador informando sobre o Requerimento de Antonio Luiz de Araujo Maciel.

SENHOR — A pretensão do Supplicante Antonio Luiz de Araujo Maciel me parece não ter lugar, assim por não ser apadrinhada por Ley, como por o mesmo Supplicante não haver verificado a offerenda, que se propôs. Em quanto ao seu merecimento patriotico, não he illibado na opinião publica. He o que posso informar a Vossa Magestade Imperial, que Decidirá como for justo. Palacio do Governo de Sergippe de Junho o 1.º de 1824, 3.º da Independencia e do Imperio — Manoel Fernandes da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pag. 29v

---

Para Sua Magestade o Imperador informando sobre o Requerimento do Coronel Manoel Ignacio da Silveira.

SENHOR — Manoel Ignacio da Silveira, sendo Capitão da 2.ª Companhia do 1.º Esquadrão de Cavalleria da Legião de 2.ª Linha da Estancia, foi provido no Posto de Tenente Coronel do

mesmo Corpo pelas razões, que o General Labatut, provendo-o, expendêo sua Nomeação, que o mesmo Supplicante juncta. A razão que expecialmente se ali produz, para ter logar o accesso, he veridica. Defacto o Supplicante estava em circumstancias, porque se tornava preferivel aquelle aquem o Governo Provisorio da Ba. em 1821 escolheo para o mesmo Posto de Tenente Coronel talvez que pela só qualidade de Portuguez, que defacto dezempenha accerrimamente desd'ocomeço da Cauza da Independencia do Brasil, sendo della inimigo. Em quanto ao Posto de Coronel a que o promovêo o Governador das Armas intirino José de Barros Pimentel; como esteja dependente da Vacancia, a que se refere, somente verificada esta pelo accesso do Coronel Guilherme José Nabuco de Araujo, poderá ter logar est'outra pretensão do Supplicante. Pelo que, e avista dos seos serviços Patrioticos Vossa Magestade Imperial lhe defirirá, como for de justiça. Palacio do Governo de Sergippe na Cidade de São Christovão 9 de Junho de 1824 — Manoel Fernandes da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 30 e 30v

---

Para Sua Magestade o Imperador informando sobre a Representação do Conego Antonio Fernandes da Silveira.

SENHOR — Cumprindo as Provizoens de 26 de Novembro de 1823, e de 5 de Fevereiro do anno que corre pelo que diz respeito a Representação do Conego Antonio Fernandes da Silveira; informo a Vossa Magestade Imperial com o que me ha informado o Escrivão intirino da intirina Junta da Fazenda por o achar veridico. O dolo, que poderia haver nas arremataçoens, me parece ser mais de Direito, que de facto. João de Aguiar Caldeira Botto, rematante do primeiro contracto com effeito Genro de José Mathéos da Graça Leite Sampaio ao tempo da arrematação Presidente do Governo desta Provincia, Francisco José da Graça Leite

Sampaio, rematante do segundo Contracto de miunças passa por filho do sobredito Presidente. He o que posso informar a Vossa Magestade Imperial, que Decidirá, como for justo. Palacio do Governo de Sergippe na Cidade de São Christovão de Junho 14 de 1824, 3.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio — Manoel Fernandes da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 30v e 31

---

Para Sua Magestade o Imperador in-  
formando sobre o Requerimento de Ignacio  
Antonio Dormundo.

SENHOR — O Supplicante Ignacio Antonio Dormundo se achava na Secretaria do Governo d'esta Provincia ao tempo da minha posse, e, depois deixou de frequenta-la dando por motivo o achar-se impossibilitado de assiduo trabalho pela sua avançada idade. Informando-me do Secretario Antonio Pereira Rebouças me declarou, que iutentando conhecer da pericia do Supplicante incumbindo-o de algumas funções de Official da Secretaria bem que treviaes, verificou que nenhuma capacidade tinha para servir similhante Emprego, athe por ser a sua Letra pouco legível, e que depois dessa experiencia (que o Supplicante conhecêo-lhe não ter sido vantajoza) se foi esquivando da Secretaria, e a desamparou de tudo, produzindo, alem d'aquellas razões de ancianidade, as de insufficiencia por nunca ter tido noticia de Negocios, Diplomaticos, se não depois que o Governo Provisorio o enganara, provendo-o em Official maior. He o que posso informar a Vossa Magestade Imperial bem como que inda se acha vago o mesmo logar de Official maior, ou primeiro official, por isso que se não encontra n'esta Provincia pessoa que bem o

exerça. Palacio do Governo de Sergippe na Cidade de São Christovão quinze de Junho de 1824 — Manoel Fernandes da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 31 e 31v

---

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, João Severianno Maciel da Costa participando de se ter já expedido as participações necessárias ás Camaras d'esta Prov.<sup>a</sup>, afim de ser jurada a Constituição politica d'este Imperio.

Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. — Em consequencia da Imperial Determinação de 13 de Março, fiz expedir as Participações competentes a todas às Camaras da Provincia, afim de ser logo jurada a Constituição politica do Imperio, na conformidade do Decreto de onze do mesmo mêz; como será presente a V. Ex.<sup>a</sup> e a Sua Magestade o Imperador, pelas Participações directas. Devendo-se n'esta Capital celebrar com o possivel Fausto hua Acção tão Indelevel, como aquella, que tinha de Sellar, pela maneira mais irrefragavel, o Codigo Constitucional da Nação Brasileira; foi necessario demorar-se the o Dia 6 do corrente para maior celebridade; e com effeito, então, se verificou da maneira mais augusta, e correspondente a Grandêza do objecto. Em consequencia, passei logo a expedir as necessarias Determinações, afim de se proceder a Eleição dos Deputados, Senadores, e Conselheiros Geraes, na conformidade do outro Imperial Decreto de 26 do sobredito mêz de Março. Quiz a Providencia que aos Habitantes d'esta Provincia, após Aquelle se lhe seguissem outros tantos motivos de jubilo e satisfação; pois que, pouco depois chegou a esta Cidade o Coronel Manoel da Silva Daltro, que tomou posse do Cômmando das Armas no Dia 9 do Corrente em vertude da Carta Patente de 29 de Dezembro; tendo-se recentemente verificado a eleição do Conselho de seis, q. se hade reunir e installar mui

cedo em suas funções. He portanto de esperar q. progressivamente melhore o estado d'esta Provincia, em verdade carecedôra de muitas reformas e innovações peculiares a seus interesses e segurança; tanto mais se as Authoridades existentes se unir um Ouvidor e Juiz de Fora, bem como um bom regimen de Finanças conforme tenho representado a Sua Magestade o Imperador pelas competentes Estações. O Ouvidor intirino, por mim nomeado em conformidade do Cap. 20 do Regimento do Ouvidor Geral de Pernambuco, mandando applicar a Ouvidoria de Sergipe por Provisão de 9 de Maio de 1709, ha desempenhado as funções d'um tal Emprego, como era de esperar da sua pericia, sezudez e experiencia e com tudo não tem a força moral que d'ordinario concorre ao Funcionario, que he actual e da Imperial Escolha ou A-provação.

Consta n'esta Provincia que se acha nomeado um Patrão mor para as Barras; este Logar interessa muito não esteja vago por isso que da sua falta resulta gravissimos prejuizos a Lavoura e Comércio; e consequentemente a Fazenda Nacional Imperial. Pelo que rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digne de have-lo em ponderação por que esse nomeado, ou outro qualquer venha remediar tão urgentes males. Eu tenho a maior satisfação em levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> para scientificar a Sua Magestade Imperial tão agradaveis noticias e me felicito em poder assegurar a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Mesmo Augusto Senhor, que a Provincia está em Paz e tranquillidade susceptivel de optimos progressos. Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Palacio do Governo de Sergipe 16 de Junho de 1824, 3.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio — Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. João Severianno Maciel da Costa. Do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio — Manoel Fernandes da Silveira.



— JULHO —

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio João Severianno Maciel da Costa sobre Vicente José Mascarenhas.

Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. Nessa Corte se acha Vicente José Mascarenhas, que pela Camara da Capital d'esta Provincia de conformidade com o Governo Provisorio fôra ahí mandado para tractar de requiziçoens a seu beneficio. O mesmo Governo Provisorio mais inteirado da desnecessidade da continuação de um tal Encarregado na Corte do Imperio em officio que lhe dirigio em datta de 9 de Fevereiro lhe intimou que devêra regressar porque lhe não assistia com mais despezas. Todayia elle não verifica o regresso. E como o actual Governo se não duvide conformar com aquella intimação tanto mais porque se aligeire. O pèzo de despezas inofficiozas, o faz presente a V. Ex.<sup>a</sup> afim de que, levando-o ao conhecimento de Sua Magestade o Imperador, se Digne de Haver ao mesmo Mascarenhas por desencarregado da cõmissão mandando-o rititar salvo se Sua Magestade o Imperador Houver por bem o contrario.

Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Palacio do Governo de Sergippe 7 de Julho de 1824, 3.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio — Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. João Severianno Maciel da Costa. Do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio — Manoel Fernandes da Silveira.

Registo do Officio dirigido ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, João Severianno Maciel da Costa, participando da installação do Conselho de Governo d'esta Provincia.

Illm.<sup>o</sup> e Ex.<sup>o</sup> Senr. — O Governo da Provincia de Sergippe, composto do Presidente e Conselho nomeado em virtude da Carta de Ley de 20 de Outubro, tendo dado principio a suas funcões em 23 de Junho proximo passado, não podia deixar-se em Silencio para participar a V. Ex.<sup>a</sup>, e, por seu intermedio, a Sua Magestade o Imperador, assim de sua mesma installação; como do inexplicavel prazêr com que se congratula, considerando-se na posse e fruição d'uma carta Constitucional, como Aquella, que o Mesmo Augusto Senhor Mandou Jurar e o ha sido por toda esta Provincia, para Felicidade Geral. O Conselho abaicho assinado, com quanto se não julgue assaz illuminado para dar completa conta das attribuições, que lhe ha marcado a mesma Ley; motivo de sua existência; toda via, animado dos sentimentos de Amor da Patria e ao Augusto Chefe da Nação Brasileira, não se arreceia de fraquejar em seu curso; maiormente tendo por Norma de seus devêres além da prestante Ley de 20 de Outubro, a mesma Constituição politica do Imperio, Aquem não só os Maiores Politicos Nacionaes, como athe os Extranhos, com Justiça augurão duração, que affronte a Eternidade. O Governo da Provincia de Sergippe, assim como se acha legitimamente organizado, poderá soffrer em sua administração os embates, a que não são exemplos as Authoridades que se Guião pela Ley e pêla Justiça tanto mais se encontra rivaes em outras, que apezar de seus Devêres se guiem por conducta inversa; e com tudo elle se atreve assegurar a V. Ex.<sup>a</sup>, como a Sua Magestade o Imperador, que a Patria será sempre livre, a Independencia segura, e o systema Constitucional aguardado da mais ligeira violentação. Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Palacio do Governo de Sergippe em Sessão do Presidente e Conselho 5 de Julho de 1824, 3.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio — Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. João Severianno Maciel da Costa. Do Con-

selho de Sua Magestade o Imperadôr, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio — Manoel Fernandes da Silveira, Presidente — Jozé de Barros Pimentel — Manoel de Deos Maxado — João Fernandes Chaves — Francisco Felix Barreto de Menezes — Jozé Roiz Dantas e Mello — Manoel Ignacio da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 34 e 35

---

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra João Gomes da Silveira Mendonça, sôbre o Cômmandante das Armas d'esta Provincia Manoel da Silva Daltro.

Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. — Quando a Provincia de Sergipe soube que o Coronel Manoel da Silva Daltro era despachado por Sua Magestade o Imperador para Cômmandante das Armas d'Ella, logo se lembrou, que elle fôsse o mesmo Daltro, que, governando a Ilha de Itaparica deixára de sér propicio a Cauza do Brazil em seu comêço.

Em similhante lembrança em tristecêo a mesma Provincia, vacilou e ficou um pouco hesitante pela noticia da Nomeação, mas assim que se ponderou sobre o Acatamento a mesma Nomeação divido por sér do Augusto Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil; o conforto, a confiança, e idéias um tanto vantajozas substituirão aquelles juizos; havendo-se desde logo de aguardar ao mesmo Cômmandante das Armas para vir reorganizar os Corpos das suas Linhas, assás barulhadas, e inconsequentes; revêr e cuidar da Fortificação das Barras; e emfim de locupletar suas funcçoens em harmonia com o Governo Provincial. Os mais sensatos, e, por isso mais cautelozos Sergipenses, tendo os primeiros Abonadôres da Nomeação em o Coronel Daltro em público, sempre em particular não deixavão de reflexionar, que não

bastava a Imperial Nomeação para em bom aquelle, que já tinha verificado que o não era pois que Sua Magestade o Imperador Poderia não ser bem informado. Todavia a opinião publica se preparava, assim mesmo a favor do nomeado, e, de forma estava ao ponto de sua vinda que, entrando pela Capital da Provincia em 8 de Junho, no seguinte dia tomou posse e foi investido sem estôrvo em as funções do Cômmand das Armas. Mas que mostraria de seu bom senso e consentaneas intencões ao bem publico, e empaga da opinião que desmercidamente se lhes grangeára, este Empregado Eminente. Ao entrar pela Capital da Provincia se fez notar, trazendo a seu lado um criminozo, athe então escondido para não ser prezo, como Reo na Devassa de 28 de Abril. Fez-se mais notável occupando-se, não de tractar de objectos militares e muito especialmente de cumprir como incumbia as Imperiaes Portarias de 21 de Fevereiro, e 17 de Março, que o Presidente da Provincia lhe transmittira; mas de falar d'essa unica Devassa, condemnando a mesua a ser queimada, e a the (para se tornar accreditavel em suas invectivas) trazendo o nome do Imperador a quem attribuia o maior odio a Devassas como se ao supremo Chefe do Poder Executivo se podesse adaptar a idéa incompativel de aversão a Ley; que tal equivalia o embuste do Cômmandante das Armas. Mais começava por chamar a seu partido, comunicando-se com os desgostozos das medidas do Governo actual, que são nada menos que os Inimigos da Cauza do Brazil; e lisonjeando-os de tal arte que, nem a mais illimitada credulidade poderia admittir.

Não foi isso tudo — Suas vistas se estenderão adiante: Suas mas intencões propendião a mergulhar a Provincia nos horrores de que acabava de ser salva! Por cumulo de maldades, pois, alem de reincididas ingerencias nas attribucões do Presidente da Provincia, como publicar um Bando a rufo de caixas, convocando Cidadãos para sentarem praça, e sentarlh'as sem as previas requiziçõens, ordenadas pela Lei de 20 de Outubro athe em fim chegouse a determinar para na noite de 28 de Junho auxiliar a claudistina soltura dos Militares co Reos d'aquelle seu protegido; pô-los a frente da Tropa de primeira Linha; e em fim expor a Provincia aos horrores d'uma Guerra Civil. Parece de certo inaccreditavel conducta tão absurda em similhante Empregado; mas

o facto de mandar o Cômandante das Armas sem cauza publica, recolher todas as Praças de Linha ao Quartel; incluindo o Cyrurgião; mas exceptuando um Tenente e Sargento Ajudante por lhe parecerem incapazes de traição; servir-se das sombras da noite para transferir dos Depozitos competentes ao Quartel o cartuxame embalado, e por transvios a intuito de não ser visto, mandar por pederneiras nas armas, tirando-lhes as de páo; fasêr recolher a sua caza de residencia pêlo Quintal, algumas Armas das do Quartel com outras muitas circumstancias especificamente confessadas ao Presidente da Provincia por Officiaes, e athe Soldados d'aquelles mesmos, que se crião da confiança do proprio Cômandante das Armas não deixavão nada a duvidar do malvado proposito. Havia muito que ao Presidente, Cidadãos Zelozos prevenião da noticia d'um tal intento, a cujo exame dizião-lhes convidára o Zêlo da segurança publica, attenta a extemperansa satisfação e prazer devizado aos Reos e outros symptomas manifestados consequentemente da parte do cômandante das Armas. Havia muito que publicamente se falava de similhante attentado, e com tudo o mesmo Presidente (lêvado da bôa fé tão deliberada a abraçar, o que se compadece com a razão e prudencia, como repugnante e absurdos) tiria, enfim, extendido a mais sua vingança credulidade, se circumstancias decididas o não instassem pelo remedio mais prompto.

Resolvêo, pois, e de facto dirigio ao Cômandante das Armas pelas sete horas e meia da noite do mesmo dia 28 de Junho o Officio, que a Vossa Excellencia se transmite por copia em numero primeiro, e que, servindo para frustar quanto estava premeditado, foi toda via respondido na conformidade da segunda copia, a que se lhe continuou como da 3.<sup>a</sup> ja mais respondido. O Presidente, e Consêlho reconhecem a toda a evidencia, que o Cômandante das Armas Manoel da Silva Daltro se tem ultrapassado dos limites de suas attribuiçoens, deixando em vasio o espaço circunscripto a seus deveres prostergando por mais de uma vêz o artigo 29 da Ley de 20 de Outubro, e a Constituição Política do Imperio, arrogando-se, ou invadindo attribuiçoens do Poder Judiciario. Reconhecem junctamente que era de seu De-

ver verificar em conjunctura tal o remdio d'aquella prestante Ley; mas d'outra parte reconhecendo igualmente que não fosse tão urgente a sua applicação como debilitada a opinião publica, e confiança em o mesmo Cōmandante das Armas, para se temêr, que medrassem suas Infernaes tentativas; e de mais d'isso considerando que as continuadas alteraçoes e mudanças de Authoridades, não sendo por Mando Imperial, mutilão a opinião cōmum, e se por ventura chegão a sêr efficazes, ja mais deixão de concorrêr para um tal qual azo ao Póvo ignaro, e mal capacitado da legitimidade das couzas: por estas e outras ponderaçoes. Resolverão mais antes, sobre estar em qualquer outra Resolução decisiva, em quanto Sua Magestade o Imperador, sabendo-o, por Sua Alta Munificencia não occorrêsse com applicação de mais sabio e salutar Remedio. Quando assim, concluem apresente exposição, se recordão o Presidente e Conselho da certêza, armonia, e conformidade, em que se achão o Presidente e Cōmandante das Armas da Bahia, tanto mais depois da noticia da Expedição Militar de Portugal; e não podem occultar sua emulação. Mas a diferença he palpavel — o Cōmandante das Armas d'aquella Provincia ama verdadeiramente a Patria. O de Sergippe d'esta virtude não tem atequi verificado que avessas provas. Digne-se, pois, Vossa Excellencia de levar o exposto ao Imperial conhecimento e interessar-se pêla Decizão, por que d'ella depende a segurança e prosperidade d'esta Provincia. Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. Palacio do Governo de Sergippe 5 de Julho de 1824 — Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. João Gomes da Silveira Mendonça; Do Consêlho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra — Manoel Fernandes da Silveira, Presidente — José de Barros Pimentel — Manoel Fernandes alias Manoel de Deos Maxado — João Fernandes Chaves — Francisco Felix Barreto de Menezes — Manoel Ignacio da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 35 a 38

Para Sua Magestade o Imperadôr informando o Requerimento de Antônio Thomás d' Oliveira Botêlho.

SENHÔR — Os Serviços de Antonio Thomás d' Oliveira Botêlho não consta sêrem outros que os que elle mesmo allega no seu Requerimento, e instrue com o Documento que lhe ajunctou.

Justifica têr inteira adhesão a Cauza do Brasil; que estêve na Cidade da Bahia e d'ella se evadió, escapando a sanha Lusitana; justifica mais que com o seu dinheiro concorrêo para a emigração de alguns Soldados d'aquella Praça para o Exercito Pacificadôr, e que affiançou a prol da soltura do Conego Antonio Fernandes da Silveira, quando prêzo ali por amigo da Cauza do Brasil. Se prestou n'esta Provincia algum Serviço seria de tão pouca consideração, que d'elle se não faz menção. Parece, pois, que se o Suppe. foi condecorado na Ordem de Christo por esta mesma razão, está justamente remunerado. He o que posso informar sôbre o requerimento incluzo. Vossa Magestade Imperial Decidirá, como fôr justo. Palacio do Govêrno de Sergippe de Julho 20 de 1824, 3<sup>o</sup> da Independência e do Imperio — Manoel Fernandes da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 38 e 38 v

---

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha, Francisco Vilella Barboza sôbre a Subscrição a favôr da Marinha Nacional Imperial.

Illm.<sup>o</sup> e Em.<sup>o</sup> Senr. Tinha a meu cuidado promovêr a Subscrição a favor da Marinha Nacional e Imperial, quando pêlo Aviso de 25 de Maio do anno corrente se Dignou Sua Magestade o Imperador de Recômandar-me haja de promovêr, quanto em mim couber a mesma subscrição encarregando (no caso de

não podêr continuar n'ella Eusebio Vanerio) a qual quer outro Individuo, que unindo da sua parte Zêllo e actividade a confiança dos Povos, possa conseguir o melhor resultado em tão importante objecto.

E como com effeito não possa continuar o referido, por athe se achar prêzo na Bahia, e entregue ao Poder Judiciario: Resolvi sêr eu mesmo o Agente Geral n'esta Provincia, encarregando da agencia em cada uma Villa aos respectivos Capitaens mores. D'esta forma me persuado que d'ora em diante haja de prosperar a mesma Subscrição.

A idéa de estar a meu cargo conciliará aquella importancia e confiança, que talvez não houvesse na incumbencia d'um particular por mais bem conceituado que fosse, e apartará toda a idéa de rivalidade que podesse impecer o progresso da mesma Subscrição a influxo e indisposicoens particulares. Igualmente me pareço o meio que passo a adoptar, preferivel ao do Plano approvado pelo Imperial Decreto de 24 de Janeiro de 1823 ao menos peculiarmente a esta Provincia, pois que se se encarregasse as Camaras, cahiria em total tibiêza, como a experiencia tem mostrado a respeito d'outros objectos menos dependentes de assiduidade e consideração. Existe em bôa arrecadação uma quantia maior de seiscentos mil reis afim de sêr remetida ao Agente Geral n'essa Côrte; e por quanto os meios de verificar-se similhante remessa daqui não são promptos, espero que V. Excia. se digue de instruir-me a esse respeito, declarando-me, se convem ser feita a mesma e as ultiores por intermedio da Thsouraria da Bahia ou pôr onde. Deos Guarde a V. Ex<sup>a</sup>, Palacio do Govêrno de Sergippe vinte trez de Julho de 1824. 3<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio — Illm<sup>o</sup>. e Exm<sup>o</sup>. Senr. Francisco Vilella Barboza. Do Consêlho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha — Manoel Fernandes da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 38 v a 39 v



Para Sua Magestade o Imperadôr, informando o Requerimento do Sargento Manoel Paula.

SENHÔR — Por Portaria de 21 de Fevereiro do Corrente anno, expedida pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra, Manda Vossa Magestade Imperial informar sobre o Requerimento do segundo Sargento do Corpo de Infantaria de 1<sup>a</sup>. Linha desta Cidade, Manoel Paula, que se achava adido ao 1<sup>o</sup> Regimento de Cavalleria do Exercito, acompanhando o mesmo Requerimento os officios do respectivo Cômmandante e do General das Armas da Côrte, em o qual pede a Vossa Magestade Imperial o Posto de Alferes em attenção a sua antiguidade, e ter quatorze annos servido sem nota. Parece que o Supplicante está nas circumstancias de obter a Graça que implora, pelo que allega, e louvavel procedimento com que se conduz, não obstante a informação junta do Cômmandante das Armas; pois que o mesmo Sargento quando veio para esta Provincia, já foi para servir na Arma de Infantaria, e presentemente se acha com praça no Batalhão de Caçadores de primeira Linha d'esta mesma Cidade, onde tem aprendido o competente exercicio e Jurou a Constituição do Imperio do Brasil, e tem inteira adhesão a Sagrada Cauza do mesmo.

He o que posso informar a V. M. I. que Decidirá como for justo. Palacio do Governo de Sergipe 23 de Julho de 1824 — Manoel Fernandes da Silveira, Presidente.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 39 v e 40

Para Sua Magestade o Imperador, informando sobre o Requerimento de Antonio Thomaz d'Oliveira Botelho, que pede a Confirmação do Posto de Capitão do Regimento de Cavalleria de 2a. Linha d'esta Cidade.

SENHOR — Manda Vossa Magestade Imperial informar sobre o Requerimento de Antonio Thomaz d' Oliveira Botelho, em que pede a confirmação do Posto de Capitão do Regimento de Cavalleria de 2a. Linha d'esta Cidade; para melhor o fazer cõmetti ao Cõmandante das Armas, cuja informação se acha junta e com ella me não conformo, por ser o dito provido contra a Ley, Vossa Magestade Imperial, porem, Decidirá, como for de seu Imperial Agrado. Palacio do Governo de Sergipe 26 de Julho de 1824, 3º da Independencia e do Imperio — Manoel Fernandes da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pag. 40 v.

---

Para o Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios da Guerra, João Gomes da Silveira Mendonça, participando ao mesmo q. o Coronel Cõmde. das Armas Manoel da Silva Daltro não tem dado cumprimento as Imperiaes Portarias q. lhe forão transmittidas.

Illmº. e Exmº. Senr. — Tenho presente as Portarias expedidas por essa Secretaria d' Estado dos Negocios da Guerra em data de 8 de maio, 1º, e 11 de Junho do corrente anno, e a que em data de 3 de Novembro do anno passado accompanhou os Exem-

plares do Decreto de 7 de Sbr<sup>o</sup>, e o Plano dos uniformes para o Estado maior do Exército, Praças e Corpo de Engenheiros; e inteirado assim de todo o seu contheudo, dar lhes hei o devido cumprimento pela parte que me toca. Tendo affiançado a V. Ex<sup>a</sup>, que mui recentemente daria cumprimento as Imperiaes Portarias de 21 de Fevereiro e de 11 e 21 de Março por estar persuadido de que com a chegada do Cômandante das Armas Manoel da Silva Daltro, entrarião em via regular os negócios militares da Província, agora me vejo obrigado a declarar que absolutamente me enganei, avançando, se bem que de boa fé, semelhante asserção; pois q. apezar de toda a minha solicitude, the ao presente nada tenho obtido da parte do mesmo Cômandante das Armas, que bem longe de admittir a boa ordem de que tanto se caresse, augmenta a desordem, de dia em dia, e tocará o extremo, si Sua Magestade o Imperador nos não Accode com remedio prompto e efficaz. Mandou-o Mesmo Augusto Senhór por aquella primeira Portaria de 21 de Fevereiro "não só lembrar ao Governo a necessidade de remeter a essa Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra circunstanciada conta do Estado dos Cropos de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Linha da Província, sua Força, n<sup>o</sup>, disciplina e armamento como com o das Praças e Fortalêzas de Guerra, bôcas de Fogo existentes, correspondente Palamenta e mais artigos bellicos para se providenciar ao que faltar para a sua defeza, como recômandar a maior circunspecção e prudencia em qualquer alteração ou innovação a que se veja forçado a procedêr por imperiozas circumstancias de segurança pública, que não permitão esperar pela Imperial Resolução.

Mandou similhantemente pela segunda de 11 de Março mui positivamente recomendar ao mesmo Governo a remessa dos mappaes demonstrativos do Estado actual dos Corpos de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, e 3.<sup>a</sup> Linha da Província, huã disciplina, Força e armamento, e bem assim das Fortalezas, ou Fortes com a Relação de sua Artilheria, correspondente Palamenta e mais Artigos de Guerra, afim de se lhe podêr acudir com os auxilios que forem necessarios, indicando tambem o Governo as innovaçoes e alteraçoes que tem havido n'esta parte do Serviço militar com os motivos que obrigão a tal procedimento". Estas duas Imperiaes Portarias, cujas premissas deveria o mesmo Cômandante das Armas havêr bastantemente

em vista para lhe servirem de Linha de Conducta, lhe fôrão por mim transmittidas por Cópia immediatamente a sua chegada e tendo-lhe, como já dice, solicitado repetidas vezes pelo seu cumprimento na parte respectiva a Força de 1a. e 2a. Linha elle o tem procrastinado; e emfim já não responde aos officios que por isso mesmo lhe dirijo. Ninguem ha que não conhêça que a deformidade e barulho, em que se acha a Força Militar de 2a. Linha, pouco mais que zero para o seu verdadeiro fim, tem por cauza principalmente o apinhamento de Postos desregradamente concedidos pelo Governo transacto. Sua Magestade o Imperadôr não deixa de Havê-lo reconhecido a vista da concorrência de grandes e incuriaes Patentes que, para serem confirmadas, tem Sobido a Sua Imperial Presença, de maneira que tornou me para de novo informar algumas de similhantes pretensões depois mesmo de favoravelmente informadas pelo mesmo Governo Provisorio e Cōmandante das Armas intirino. Nada d'isto he occulto ao Cōmandante das Armas Manoel da Silva Daltro; muitos desses Papeis tem elle em seu podêr por que eu lh'os transmitti afim de me cōmunicar o seu Parecêr junctamente com essas Portarias, que muito sabias Razoens appresentão; e toda via novos Postos se accumulão; novas Creaçoens de Batalhoens sem primeiro se ter sabido d'onde se hão de tirar os Soldados: as Leys, os costumes, e praxe militar não tem a menor influencia nas funcçoens do actual Cōmandante das Armas — Estão-se chamando para officiaes de 2a. Linha athe menores — O Descrédito se tem apossado de negocios publicos tão serios — os Partidos crescem, e se chocão surrateiramente — Emfim a marcha do Cōmandante das Armas Manoel da Silva Daltro não se compadece com o bem publico da Provincia.

Tenho lhe ponderado mais d'uma vez por palavra e officialmente que cumpre primeiro saber qual seja a Força da Provincia, e em que circumstancias se acha para podêr entrar em detalhes, satisfazendo desde logo as sobreditas Portarias de 21 de Fevereiro, 11 e 21 de Março. Minhas ponderaçõens sempre consoantes com as Ordens Imperiaes não tem produzido utilidade alguma. A Provincia ignora a Força que tenha a sua Disposição em conjectura como a presente, ou mais antes, reconhece que a que ha he

nulla. O recem estado de comoçoens politicas ao mesmo tempo: que deixou consideravelmente defalcada a população livre assim pelo serviço de Guerra como em consequencia das emigraçoens que por não terem abraçado a Cauza do Brasil inutilizara algumas pessoas que se achavão para assim dizêr, removidos da cômunnão Brasileira.

Alguns destes erão Officiaes de 2a. Linha, e de facto se ti-nhão como demettidos. A alguns d'estes o Cômandante das Armas tem tido a impolitica de com remoção dos effectivos ponderar que semelhante procedimento he notoriamente discordante. Talvez q. isso seja consequencia do nenhum conhecimento que tenha do que Sua Magestade Imperial previne por a mencionada Portaria de 21 de Março q. alias deveria remediar por méio de Revistas para entrar no conhecimento da Gente da Provincia. Parece incrível mas a recordação de sua conducta na Ilha de Itaparica o caso da noite de 28 de Junho n'esta Cidade quando menos não consentem q. a disconfiança se disvie, suspeita q. media e pode vir a ser fatal.

Tenho-le instado para que conhêça do estado em que se achem os Redutos das Barras para se cuidar da melhor forma defensiva. Tem-me sido respondido q. he um absurdo pretender q. elle em tempo de Inverno — Em fim nem vai nem manda e the ao pre-zente uma vêz não sahio do recinto da Cide. aprot do Serviço Na-cional Imperial. Digne-se pois V. Ex<sup>a</sup>, levar o dedusido ao co-nhecimento de Sua Magestade Imperial, e intercedêr pela tran-quilidade, segurança e prosperidade d'esta Provincia desde a sua Independencia sempre exposta a mãos Governadôres de Anar-quistas e Orgulhosos. Deos Ge. a V. Ex<sup>a</sup>. Palacio do Governo de Sergipe de Julho 26 de 1824, 3<sup>o</sup> da Independencia e do Impe-rio — Ilhm<sup>o</sup>. e Exm<sup>o</sup>. Sr. João Gomes da Silveira Mendonça — Mel. Frz. da Silveira.

Para Sua Magestade o Imperador informando o Requeriment<sup>o</sup>. de Vicente José Mascarenhas, contra a Officialidade de 1a. Linha desta Provincia.

SENHOR — Para informar ao Requeriment<sup>o</sup>. incluzo de Vicente José Mascarenhas, conforme Vossa Magestade Imperial me ordenou em a Portaria expedida pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra com data de 19 de Maio do anno corrente: commetti ao Ouvidor intirino da Comarca o conhecimento Summario do objecto da queixa; ao que elle tem correspondido com o que consta da sua Informação juncta. Por ella se verifica a veracidade do Requerimento do Suppe. dito Vicente José Mascarenhas, sobre Antonio Joaquim da Silva Freitas, Francisco Glz. da Cunha, Manoel José de Magalhães Leal, José da Trindade Prado, Manoel José da Lapa Trancôzo, Pedro Muniz Telles, Antonio José Pereira Guimarães, Manoel de Jesus Freire, e Antonio Manoel de Almeida, igualmente pelos mesmos factos já pronunciados na Devassa, que otve Logar pela conspiração de 28 de Abril, de que dei conta a Vossa Magestade Imperial; e agora milhormente com a remessa do Traslado da Propria Devassa. Acrescenta o Ouvidor em sua Informação que alguns dos sobreditos se achão outro sim culpados pelas querellas produsidas pelo Conego Antonio Fernandes da Silveira, e pelo Sarg. mor Antonio José da Cruz e Menezes, ambos por assacinhos nocturnos contra elles perpetrados, sendo o primeiro ao tempo do assacinato, Deputado ao Govêrno Provisorio pela Villa do Lagarto e o 2<sup>o</sup> Cōmandante das Rondas da Policia. Ultimamente informa o mesmo Ministro que contra Manoel José de Magalhães inda ha outra querella, dada por José Grigorio, e que todos se achão affectos a Relação do Destricto a da B<sup>a</sup>., e ali prêzos em consequencia da sobredita Devassa. A informação indicada me conformo. Enquanto aos Serviços attribuidos pelo Suppe. ao Tene. Corel. José Eloi Pessoa no breve tempo em que governou esta Prov<sup>a</sup>. estão a mais possível exaggerados. He o que posso informar a V. M. I., q. decidirá

como for justo. Pal.<sup>o</sup> do Governo de Sergé. de julho 30 de 1824,  
3.<sup>o</sup> da Independência e do Imperio — Manoel Fernandes da Sil-  
veira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 43 v a 44 v

---

Para o Ministro e Secretario de Esta-  
do dos Negocios da Guerra João Gomes da  
Silveira Mendonça, remettendo o Traslado  
da Devassa q se procedeo pa. se conhecêr  
dos Authores da Conspiração de 28 de  
Abril.

Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. — Remetto a V. Excia. o Traslado da  
Devassa a que se procedo para se conhecêr dos Authores e com-  
plices da conspiração de 28 de Abril, de que tenho dado conta a  
Sua Magestade Imperial, a fim de V. Ex.<sup>a</sup> o leve ao conhecimento  
do Mesmo Augusto Senhor, fazendo-lhe igualmente certo  
que os Reos prêzos se achão na B.<sup>a</sup> e affectos a Relação res-  
pectiva. Deos Ge. a V. Ex.<sup>a</sup> Palacio do Governo de Sergipe 30  
de Julho de 1824, 3.<sup>o</sup> da Independência e do Imperio — Illm.<sup>o</sup> e  
Exm.<sup>o</sup> Senr. João Gomes da Silveira Mendonça. Do Conselho de  
Sua Magestade o Imperadôr, Ministro e Secretário d'Estado  
dos Negocios da Guerra — Manoel Fernandes da Silveira, Pre-  
sidente.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 44v e 45

---

Para o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha sobre as Portarias expedidas pela mesma Secretaria q. manda remetter as Relações dos Correios, Barcas e Canhoneiras pertencentes ao Estado existentes nesta Prov.<sup>a</sup>, bem como dos Indivíduos q. se empregão como Marinheiros &.

Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. — Tenho presente as duas Portarias expedidas pr. essa Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha: a 1.<sup>a</sup>, pela qual Sua Magestade o Imperadôr me ordena remetta a mesma Secretaria com a possivel brevidade uma Relação dos Correios, Barcas canhoneiras, e quaesquer outras Embarcaçoens do Estado, existentes nesta Prov.<sup>a</sup>, declarando-se o estado em que se achassem, e em que se occupassem. A 2.<sup>a</sup>, Ordennando que se enviassem igualme. relaçãoens exactas dos Indivíduos q. pertencendo a esta mesma Provincia se empreguem como Marinheiros, quer em a navegação do alto mar, quer na de cabotagem, e assim nas pescarias, intelligenciando logo a este Govêrno de devêr continuar a satisfazêr com igual remessa todos os annos. Em quanto a 1.<sup>a</sup> cumprirei com declarar a V. Ex.<sup>a</sup> não havêr nêsta Provincia Correios, Canhoneiras, ou outra alguã Embarcação do Estado.

Pelo que diz respeito a 2.<sup>a</sup>, tendo immediatamente dado as providencias mais convenientes, he de esperar que com a brevidade recomendada, satisfaça com a remessa das mesmas Relaçãoens. Deos Ge. a V. Ex.<sup>a</sup> Palacio do Gov.<sup>o</sup> de Sergipe de Julho 30 de 1824 — Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. Francisco Vilella Barbosa. Do Conselho de Sua Magestade o Imperador, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha — Manoel Fernandes da Silveira.



Para o Ministro e Secretario d'Estado  
dos Negocios do Imperio:

Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. Tenho presente as Portarias de 15 e 25 de Maio, e as duas de 11 de Junho; a primeira pela qual Sua Magestade o Imperadôr Ordena que nas Informaçoes se declare impreterivelmente se as pessoas a que se referirão tem, alem da qualidade de Adhezão a Sagrada Cauza do Brasil, jurado a Constituição politica do Imperio; a 2.<sup>a</sup> pela qual Manda prevenir a execução dos §§ 21 e 22 do Projecto de Ley de 2 de Outubro sobre os abuzos da Liberdade da Imprensa; procedendo-se igualmente, pelos Collegios Eleitoraes, que se reunissem para a Elleição dos Senadôres e Deputados, aquella dos 60 Jurados; a 3.<sup>a</sup>, pela qual o Mesmo Augusto Senhor Inspirado aos seus Fieis Subditos os mais bellos sentimentos de amôr da Patria, Recommenda o maior interesse e energia em repellir qualquer aggressão inimiga. A 4.<sup>a</sup> e ultima pela q. Mandou remettêr os Exemplares Da Proclamação do Mesmo Augusto Senhor aos Subditos do Imperio para que as fizesse distribuir pelos Povos da Provincia. E tendo-o cumprido em quanto está da minha parte, dignar-se-há V. Ex.<sup>a</sup> de o levar ao Imperial conhecimento, bem como q. tendo recebido a Carta de 19 de Maio pela qual Sua Magestade o Imperador me participa Haver Feito Mercê ao Bacharel Joaquim Marcellino de Brito do Logar d'Ouvidôr desta Comarca, dando-lhe por acabado o de Juiz de Fora da nova Bragança, e havendo por bem que, sem embargo de não apresentar a sua respectiva carta, tome posse e entre no exercicio; ao q. inda não dei cumprimt.<sup>o</sup> pr. q. o sobredt.<sup>o</sup> não tem chegado a esta Provincia como se dezeja. Deos Ge. a V. Ex.<sup>a</sup> Palacio do Governo de Sergipe de Julho 30 de 1824 — Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senr. João Seviriano Maciel da Costa, Do Consêlho de Sua Magestade o Imperadôr, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio — Manoel Frz. da Silveira.

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 45v e 46v

Para Sua Magestade o Imperadôr sobre a Creação das duas Povoações das Laranjeiras e de Nossa Senr.<sup>a</sup> do Rio Real para Villas pr. terem sufficiencia &a.

SENHOR — O Govêrno da Provincia de Serge. composto do Presidente e Conselho abaixo assignados, uza pr. esta occasião da attribuição q. lhe está ottorgada no paragrafo 4.<sup>o</sup> do artigo 24 da Ley de 20 de 8br.<sup>o</sup>, e se compraz de advogar a bem dos Povos Sergipanos, propondo a Vossa Magestade Imperial, pa. erigirem Villas as duas Povoações das Laranjeiras e dos Campos do Rio Real, a primeira comprehendida no extensissimo Termo desta Cide. de São Christovão e a segunda no da Villa do Lãgarto. Pelo q. toca a Povm. de Nossa Senr.<sup>a</sup> dos Campos do Rio Real; a primeira comprehendida digo do Rio Real, o Govêrno da Prov.<sup>a</sup> conformando-se ao q. se deduzio na Representação inclusa, limita-se a declarar, que o seu contheudo he verdadeiro; e a Pretensão tão justa e interessante como digna do Imperial Assenso de Vossa Magestade Imperial. Em quanto a Povoação das Laranjeiras, será apenas bastante ajuizar sobre a descripção, que se passa a fazer de suas proporçoens, para decidir-se da conveniencia da Proposta. He a mesma Povoação das Laranjeiras distante seis Legoas da Capital de São Christovão; he central, populoza, e a mais rica da Provincia. O seu Local he de tal forma frequentado que se tem constituido uma Praça de grosso Comercio; assim dos generos de exportação, como de importação.

Tem a margem o exuberante Rio denominado — Cotinguiba —, e lhe fica em torno um fertillimo Reconcavo em cujo terreno avultão mais de sessenta Engenhos de fazer açucar, e outros muitos estabelecimentos. de Agricultura, assaz pingueis, assim a prol da subsistencia interna, como do mercado de exportação. Haverá trinta annos que foi fundada e todavia actualmente consta de oito centos cincoenta e tantos fogos entre Edificios menores, e aquelles que fazem a sua decoraçào — os habitadôres excedem a trez mil.

Si no gôzo de tantos bens naturaes os habitantes da Povoação das Laranjeiras, ou para melhor dizer os Freguêzes da Paróchia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, partilhão outros tantos cômodos a sua fortuna; não deixão contudo de lamentar-se sempre q. tem occasião de recorrêrem ás Justiças por algum motivo publico ou particular; de mandarem as Authoridades Locaes stantes na Capital da Provincia. Si sempre as avultadas, e as vêzes insuperaveis despêzas os constringem, poucas vêzes podem amoldar-se aos meios; e muito peor surmentar a impracticabilidade dos transitos nestes tempos Invernozos, e quando inundão os cinco Rios — Tramandahi — Ribeira — Poxim mirim — Poxim grande, e — Pitanga — mediante as seis mencionadas Legoas. A orfandade em que se achão de Authoridades municipaes continua por acanhar sua carreira a Prosperidade; e, se a não entorpece de todo, he porque aly o impulso natural não sofre resistencia inteira na parte productiva, a proporção q. se deplora em total paralizia pelo que toca a instrucção e Civismo de seus naturacs, aquem não favorecem outras luzes, que as mais aproximadas ao atilado instincto cômum dos Brasileiros. Dahy o extravio das rendas publicas, aequalize geral impunidade dos delictos e outros males que senão compadem com o estado regular de uma Sociedade. E por tanto he tal o dezêjo que tem os mesmos Laranjeirenses de apartarem tão pezados males, que muito spontaneamente se declarão promptos para erigirem a sua custa immediatamente que se lhes permitta, as Decoraçoens de Villa, como cazas do Consêlho, Cadêa e Cazas para Aposentadoria dos Ouvidores. Ha de mais na mesma Povoação uma Planicie denominada — Largo da Feira, que oferece optimas proporçoens pa. uma bella Praça, em cujo âmbito se fundem os Edificios publicos.

A mesma Planicie já pertence a Nação por lh'ater doado ur: Escripura publica Chrispim Gomes Nogueira e he justamente onde concorrem em os Sabbados do anno, trez, quatro e cinco mil pessoas a afeirarem suas mercadorias e ruraes producçoens. Assim descriptas e ponderadas as Proporçoens, interesse e urgencia da Creação proposta, cumpre agora expôr a Vossa Magestade Imperial qual deve ser o terreno, que haja de formar o respectivo Termo; e quaes os seus limites divisorios com os mais Termos circunferentes.

O Terreno pa. o Termo da Villa das Laranjeiras, conveni, que não seja outro, que o mesmo da sua Freguesia do Soccorro da Cotinguiba, a saber, partindo da Barra do Rio Poxim que devida a mesma Freguesia de Nossa Senhora do Soccorro com a de Nossa Senhora da Victoria da Cidade de São Christovão; e sobindo pelo Rio Geral acima the a Divizão, chamada Ponta da Cotinguiba dahy pêlo Rio Sergippe acima the a passagem real de São Gonçalo; e dahy pelo Rio denominado Jarassica acima the a encosta das serras da Itabaiana, marchando pela mesma encosta the as Cabeceiras do Rio vermelho e por elle abaixo the a entrada do Poxim meirim, que faz parte do Sul toda a Divizão com a Freguezia de Nossa Senhora da Victoria the a sua Barra já mencionada. Assim demarcado o Termo ou Destricto, vem a ficar com dez Legoas de longitude que medião da mencionada Barra do Poxim a passagem de São Gonçallo; e com cinco ditas de latitude, que tanto dista da passagem da Pedra-branca, the a do dito Rio vermelho, vindo a ficar a Villa no centro, e o Territorio do Termo occupado de quatro mil Fogos, habitados por mais de dezesseis mil almas; e assim mesmo sem prejudicar aos dois Termos limitrofes de Santo Amaro das Grotas e Itabaiana por sérem assaz extensos e populozos; e seguir-se a melhor conveniencia, vindo tractar cada qual de suas dependencias a distancia de trez e quatro Legoas e não como dantes, a distancia de oito e dez. A denominação, Senhor, que se lhe tem lembrado he de Imperial Villa das Laranjeiras — que muito lhe quadra pêla decidida Cohezão com que os seus habitantes se tem desenvolvido pr. Vossa Magestade Imperial e pela Patria.

E como esteja a ser despachado Juiz de Fora para a Cidade de São Christovão, conveni que elle igualmente seja o da Villa das Laranjeiras. Em quanto a outra acima dita dos Campos, Vossa Magestade Imperial Dignar-se-Ha de dar-lhe a Denominação mais propria, visto q. os Representantes a não lembrarão, talvez porque mesmo almejem que seja da Imperial Escolha. Si Vossa Magestade Dêr a Aprovação q. esperão o Presidente e Conselho a esta sua Proposta, Fará Justiça aos suppes.; e ao Governo q. pr. elles advoga, lisonjearã muito pelo Accôrto da Moção. Deos Ge. a Vossa Magestade Imperial, como he voto dos Brasileiros. São Christovão 27 de Julho de 1824, 3.<sup>o</sup> da Independ.<sup>a</sup>

e do Imperio — Manoel Frz. da Silvr.<sup>a</sup> — José de Barros Pimentel — Manoel de Deos Maxdo, — João Frz. Chaves — José Roiz Dantas e Mello — Franc.<sup>o</sup> Felix Barreto de Vascos. e Menes. — Manoel Ignacio, da Silveira,

Cópia do livro 1.081, existente no  
ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO  
pags. 46v a 49

## UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE SERGIPE

RODRIGUES DÓRIA  
1908 — 1911

J. PIRES WYNNE

Filho de pais não abastados, Rodrigues Dória cedo conheceu a luta pela vida, e, como se sabe, não possuindo bens de fortuna, e só contando com as luzes do seu espírito, a constância nos ideais e a seriedade da sua conduta, teve de abrir por si mesmo o caminho, e assim se fez médico, e assim se fez professor nas Faculdades da Bahia.

Como professor foi um pesquisador e analista de assuntos ligados a ciência de Esculápio, concorrendo com os seus estudos para o desbravamento de certos rincões da Medicina Legal, cadeira que ocupou com evidente autoridade, merecendo o respeito e a estima dos contemporâneos, discípulos e colegas, conterrâneos e amigos.

Também fui seu discípulo na Faculdade de Direito da Bahia, e com êle aprendi, sorvendo valiosos ensinamentos, e assim tomando os primeiros contatos com o ainda hoje tão controvertido, tão complexo ramo científico — o da Medicina Legal, tão útil, tão indispensável, tão necessário para o melhor conhecimento do Direito, para o sentido da equidade na Justiça e oportuna e certa aplicação do Código Penal.

Homem bem maduro, já veterano no exercício de sua cátedra, já conhecido de muitas gerações de estudantes e acatado na sua

terra, por onde passara dando exemplos de honestidade à frente da Administração Pública do Estado, Rodrigues Dória, de apreciável estatura, robusto, trajando sempre roupas sombrias e pesadas, solene na sua postura, de voz pausada e grave, inspirando respeito e simpatia, se impunha, despertando a atenção dos alunos, e as suas aulas jamais cansativas, prendiam pela clareza e segurança das lições, sempre atraentes e oportunas.

Vários são os trabalhos deixados pelo eminente médico e professor, sempre estudioso nos rumos da sua cátedra, e vale dizer que por ele foi feito, entre nós, o primeiro ensaio a respeito dos **efeitos e males do vício da maconha**, valiosa contribuição científica apresentada por ocasião da realização do SEGUNDO CONGRESSO CIENTIFICO PAN-AMERICANO, reunião que teve lugar em Washington em 1915.

Compareceu ao Congresso Científico o nosso conterrâneo, representando o Estado da Bahia e também a Faculdade de Direito e outras instituições.

O assunto, hoje focalizado nos meios científicos do Brasil, e motivo de sérias e constantes preocupações da Polícia, pois que a **maconha** é objeto de comércio clandestino em larga escala não obstante as medidas de repressão postas em prática pelas autoridades competentes, continua na ordem do dia, enchendo o noticiário da imprensa e despertando a atenção dos pesquisadores e estudiosos da Medicina Legal.

Entre nós, um outro médico e professor sergipano, Garcia Moreno, vem se dedicando, também, ao assunto, e os seus trabalhos a respeito da perigosa erva valem por uma afirmação de penetração intelectual.

Cabe ao nosso Rodrigues Dória, sem dúvida nenhuma, a prioridade, e o seu trabalho é tido como o primeiro publicado no país.

A Eutanásia, capítulo hoje tão discutido, a Responsabilidade Médica, Os ossos e os dentes na Identificação, O Infanticídio — Legislação e Doutrina, O Crime, suas causas, seus autores e seu tratamento, estudo interessante pela clareza da exposição e cuja leitura tanto me valen no aprendizado jurídico, são outras seguras e simpáticas contribuições, importantes páginas saídas da inteligência e da capacidade crítica do médico e do professor efi-

ciente, e atestam o seu zêlo e constante interêsse pelos problemas da profissão. —

Como surgiu a Medicina Legal?  
Que importância tem?

A Medicina Legal saiu da arte pericial.

A Justiça teve de valer-se dos conhecimentos dos homens de arte, ordinariamente dos médicos, se estava em jôgo a pessoa humana, para informar-se devidamente, ao dar uma sentença.

Médico creditur in sua medicina.

Cumpria-lhe ver e observar, às vêzes examinar e pesquisar, para reportar e referir.

Visum et Repertum.

Êsses conhecimentos esparsos por todo o vasto domínio da medicina se reuniram em livros, a principio de casos ou questões, depois tratados sistemáticos.

Das *Questiones medico-legales*, de Zacchias, a um Tratado, de Brouardel, ou Hofmann, Filippi ou Strassmann, há não só a distância no tempo, como a que vai dos casos particulares às generalizações didáticas.

Essa Medicina Legal continúa prestimosa, instruindo, na arte, a futuros peritos, assessôres da Justiça. Ela já se levanta, de sua reserva, sem ser mandada, para intervir na facção das leis, para reclamar uma lei sábia, uma lei melhor. Souza Lima gastou o maior de seu livro, e de seu magistério, criticando as nossas leis defeituosas. Nina Rodrigues interveio, eficazmente, publicando o seu *O Alienado no Direito Civil Brasileiro*. (*Novos Rumos da Medicina Legal-Afrânio Peixoto*).

Afrânio Peixoto, Flamínio Fávero, Souza Lima, Estácio de Lima, Nina Rodrigues, José Higino, Alcântara Machado, Helio Gomes, Porto Carrero, Pais Barreto, Almeida Junior, Franco da Rocha, Alves Garcia, Soriano de Souza, Amancio de Carvalho, e



tantos outros, precursores, inovadores, descobridores de novas facetas dentro no campo do Direito Penal, dedicados pesquisadores e autores citados em assuntos médico-legais, são afirmações positivas do interesse e valimento dos estudos científicos no Brasil.

Rodrigues Dória, despretencioso e sério no seu labor e no seu ensinamento, não fica longe dessas figuras.

No âmbito da sua especialidade, militando ativamente, produziu apreciáveis estudos, concorrendo para o esclarecimento de certos problemas.

Homen modesto e avesso as luzes da publicidade, de vida sóbria, fazendo da cátedra um sacerdócio, através de uma linguagem amena, simples, sem preocupações de estilo, soube contribuir sem alarde, derramando os ensinamentos da sua experiência e os frutos dos seus estudos, e os seus trabalhos aí estão confirmando a seriedade do seu espirito e o seu anseio de ser útil.

Útil, tanto na cátedra como no desempenho dos mandatos legislativos ou como administrador do Estado natal, que Presidente de Sergipe foi no período a começar em 1908, durante três anos, bem curto espaço, que era então o tempo da governança.

Pugnou pelo desenvolvimento econômico do pequenino Estado, apresentando projetos valiosos e louváveis, e entre as suas proposições então encaminhadas e defendidas no Plenário da Câmara Federal, vale destacar, neste momento, uma que de muito perto fala aos propriaenses, e assim quero fazer referência a que autorizou a construção da linha férrea ligando o Norte ao Sul do Estado, a chamada linha Timbó-Propriá.

Defendeu, com brilhantismo, animando os debates e esclarecendo o Plenário da Câmara Federal, a reforma da legislação Penal, atacando com segurança problemas relegados até então, como a construção de Manicômios Judiciários.

Um espírito ativo, vigilante e renovador, acompanhando sempre com interesse o progressivo avanço da ciência e a evolução social, lutando como tantos outros com as deficiências do meio, Rodrigues Dória não se descurava jamais no estudo das doutrinas.

Renovador, mas um tanto ou quanto cauteloso, sentindo a cada passo a influência de velhos hábitos do seu século, e assim é que se revelava o senso da medida, nunca avançando demasiado no louvor ou accitação das idéias, mais conservador que rebelde.

Se pelo espirito de economia, quando no desempenho do mandato de Presidente do Estado, mereceu a crítica, às vèzes zombeteira, dos contemporâneos, também estes jamais lhe desconheceram o rigor na honestidade.

O que procuro fazer tecendo estes comentários, simples digressão memorativa, não é uma profunda análise da actividade intellectual, ou professional, do médico, do homem de ciência ou do politico.

Longe vai o tempo da acção desenvolvida por Rodrigues Dória, e o que vale fazer, como nota marcante e oportuna, é mostrar numa síntese as suas idéias, os rumos seguidos pelo professor, os trabalhos do administrador, destacando as notas mais expressivas, definidoras do seu carácter e assim permanentes e ainda vivas.

Conta-se que quando Presidente do Estado jamais se negava como médico de servir aos amigos, mesmo aos mais modestos.

Conta-se que no seu zêlo pelos dinheiros públicos, exculpulo relativamente ao bom emprêgo das rendas do Estado, êle mesmo em pessoa procurava saber dos preços do material a ser utilizado nas construções.

Conta-se que num caso de licença requerida por uma profesôra, para fazer gracejo, afirmam os que não se demoram na apreciação da sua personalidade, deferindo, assim se expressará:

“Concedo a licença requerida, sem vencimento algum, visto não constituir moléstia o estado em que se acha a suplicante, e nem situação independente de sua vontade”.

Não se trata de nenhuma invençionice. O caso é verídico, e o despacho se encontra assinado pelo próprio Rodrigues Dória, não apenas transcrito em Mensagem dirigida ao Poder Legislativo como em outros trabalhos, e dêle — do despacho, logo entrado na história anedótica, e servindo de pasto para a crítica

de fáceis comentaristas, muito se ocupou posteriormente o seu autor, não negando jamais a autoria nem as razões, a lógica do seu fundamento.

“Uma professora casada, de Sergipe, tinha a séde de sua escola em pequena localidade, uma légua distante da cidade em que seu marido residia, e onde exercia a sua profissão de comércio. O ensino andava descurado, porque a mestra vivia na cidade, em companhia do espôso, colocando as obrigações conjugais acima das do magistério. Logo que tive noticia do que se passava, providenciei para que a irregularidade não continuasse, com detrimento das crianças do povoado. Vendo-se fiscalizada, recorreu a professora ao expediente, de que, em casos anteriores que precederam ao meu govêrno, não teve necessidade: requereu uma licença de 90 dias **POR ESTAR EM ADIANTADO ESTADO DE GRAVIDEZ, E NÃO PODER, PELOS SINTOMAS, CONTINUAR NO EXERCÍCIO DA CADEIRA, PRECISANDO DESSE TEMPO PARA A COMPETENTE DIETA, DE ACÔRDO COM O REGULAMENTO**”.

Tendo viajado pelos Estados Unidos, Rodrigues Dória na sua volta proferiu na Bahia duas ou três conferências, dando impressões colhidas em contato com o grande país — o seu povo e instituições.

Fala-nos apaixonadamente dos métodos de ensino então em voga, revelando um grande interesse pelo assunto, e em certo passo de novo se refere ao despacho e se mostra desvanecido, pois que na América o seu despacho teria curso e não seria alvo de comentários.

No Relatório do Superintendente das Escolas de Nova York, William M. Maxwell, às páginas 66/68, e trabalho que se refere ao ano de 1915, encontra o ex-presidente de Sergipe motivo para se sentir amparado, pois corrente era o debate e opiniões surgiam restringindo o direito da mulher quando casada ao ingresso no magistério.

Idéias que resistiam ao avanço sempre crescente do movimento expansionista das reivindicações femininas, e que, aos poucos, quebrantadas aqui e ali cediam passo, dando lugar para novas vitórias.

O despacho que tanta celeuma levantou, celeuma que não passava de um sentimentalismo, e que às vezes se confundia com a crítica intempestiva e tendenciosa da imprensa, deturpadora e fácil nos ataques, sem capacidade para uma apreciação serena, fruto era de convicções que enraizadas desde muito no espírito do homem público e do estudioso, então se revelavam através de um critério justo relativamente a aplicação dos dinheiros recolhidos aos cofres do Estado, e também reflexo de uma atitude em face do problema do ensino e da concepção desigualitária do papel dos sexos masculino e feminino.

Rodrigues Dória não aceitava a libertação total da mulher, e vendo-a como criatura diferenciada e com outra destinação social, se fazia adepto de uma restrição mais ou menos lógica e bem de acôrdo com o seu tempo, bem distante do presente.

Não era uma negação de valor, uma diminuição das qualidades, mas uma limitação racional, que éle sustentava amparado na fisiologia e psicologia, e que preocupa o seu espírito mesmo quando trata da reforma da legislação penal e se volta para o capítulo da responsabilidade.

“Segundo dados fornecidos pela UNESCO, antes de 1914, sômente poucos países outorgavam o direito de voto à mulher no plano nacional, a saber, a Nova Zelandia em 1893, a Austrália em 1902, a Finlândia em 1906 e a Noruega em 1913”.

(Pinto Ferreira — Teoria Geral do Estado).

Hoje a situação é bem outra, e sômente quinze países ainda não concedem o direito de voto aos indivíduos do sexo feminino.

“Os motivos ideológicos que procuram explicar esta exclusão derivam do fato de que se tem uma concepção desigualitária do papel dos sexos masculino e feminino, procurando-se reservar as funções extra domésticas e políticas ao homem, enquanto que se limitam as atividades familiares e caseiras à mulher.

(P. Ferreira — O Regimen Eleitoral).

Atualmente, em nosso país, uma Embaixatriz, contraindo casamento, não poderá continuar exercendo o pôsto.

Recentemente, através da imprensa, tivemos conhecimento de um caso, e a embaixatriz, preferindo o matrimônio, teve de aceitar a exoneração.

Rodrigues Dória, explicando, procurando esclarecer o debatido caso:

“Em Sergipe só tive o pensamento e o desejo de beneficiar o Estado, melhorando os seus serviços, ou pelo menos não os prejudicar; como médico tenho sempre presente ao espírito o — **PRIMO NON NOCERE**.

Partidário da professora solteira, em proveito e benefício do ensino, não aventei esta questão quando presidi Sergipe, nem ela de leve fêz parte dos Regulamentos que promulguei, por motivos vários. A opinião não estava preparada para isso: ou teria de encontrar na Assembléia uma grande repugnância em adotar a medida salutar.

Assim, como se vê, já não andava tão só, nem tão empiricamente agia, como faziam crer os adversários e a imprensa do tempo, e tudo se resume num mal entendido e risonho reparo.

Destaca-se a sua administração justamente pelo interêsse revelado relativamente ao ensino — instrução e educação dos sergipanos.

Recordemos aqui, através de palavras suas, as realizações de Rodrigues Dória, durante o curto periodo de administração, zelosa, parcimoniosa nos gastos, produtiva e digna dos louvores da posteridade.

Referindo-se ao Estado, diz:

Reconstrui as suas finanças avariadas, saldando dentro de dois anos precisos toda a dívida flutuante de 500 contos aproximadamente. Do terceiro mês de governo até a minha saída pagou o Tesouro pontualmente os vencimentos de todos os funcionários, nos dias

determinados, sem distinções, sem preferências, sem pedidos ou empenhos, desde o mais graduado até o mais humilde.

Pagou o Tesouro rigorosamente os juros das apólices no começo de cada semestre, sem proteção, sem atender a posições, no momento em que se apresentava o credor. Resgatou igualmente todas as apólices sorteadas imediatamente depois de apresentado o título. Foram resgatadas no triênio 1127 apólices no valor de duzentos e vinte e cinco contos e quatrocentos mil reis. Não emiti apólices.

Fui cuidadoso na fiscalização das rendas e parcimonioso nas despesas públicas. Não aumentei taxa de imposto, nem criei novos, e não recorri a empréstimos de qualquer natureza; tudo o que fiz foi dentro das disposições orçamentárias, ou com suas sobras.

Reformei a instrução pública, dando-lhe a feição a mais moderna e adiantada, e esplêndida execução por ação de um ilustre e habilitado professor, dr. Carlos Silveira, que me forneceu o governo do Estado de S. Paulo. Tive nas nomeações a máxima isenção, e nem o mais leve traço de partidarismo entrou em qualquer ato meu.

Remodelei a organização municipal, de modo a garantir melhor a arrecadação e aplicação das rendas.

Institui na Cadeia o serviço de identificação dactiloscópica.

Fiz efetivo o concurso cercando-o de todas as garantias, para o preenchimento das vagas na instrução pública e no Tesouro, observando o veredictum das congregações e das comissões examinadoras. Dei a Justiça todas as garantias, acatando as suas decisões, e fazendo-a gozar de todas as prerrogativas da Lei.

Fui de severo escrúpulo na escolha dos juizes, atendendo a sua idoneidade moral e competência.

Procurei estabelecer ordem nos serviços públicos, dando completa e essencial autonomia aos chefes das

repartições — guiei-me pelo merecimento e pelo direito na escôlha e promoção dos funcionários.

Realizei melhoramentos materiais como a construção do Palácio da Escola Normal e do Grupo Modelo; construí dois pavilhões no Ateneu, e montei gabinete de física, química e história natural e geografia; adaptei o antigo edificio do Ateneu, e nele estabeleci o Grupo Escolar Central; reconstruí a ponte do Jabotiana; aterrei várias lagoas no centro da cidade e fiz calçamento nas ruas. Respeitei com religioso cuidado todas as liberdades. Governei em Sergipe como se governam iguais, e não fiz da presidência estadio forçado para posições mais cômodas.

Não resta dúvida, bela prova testemunhal é o que acabamos de ver, depoimento de um homem que governou o Estado, num tempo de bem poucos recursos e que atacando problemas do seu meio soube revelar interesse honesto através de realizações oportunas.

Como se vê, o médico, homem de espirito precavido, estudioso e observador, nunca alheio pelos caminhos da profissão, também no govêrno se revelava cauteloso e seguro nas previsões e resultados almejados.

Por ocasião da instalação da segunda sessão ordinária da décima legislatura, dirigindo-se ao Poder Legislativo do Estado, através de bem interessante Mensagem, minuciosa e clara prestação de contas, dias antes de deixar o govêrno, assim se exprimia:

Não empreendi, logo que assumi o Govêrno, a reforma da instrução, porque não é meu processo fazer com açodamento trabalhos que exigem ponderação, e porque precisava indagar os pontos que necessitavam e mereciam ser modificados e alterados.

Era assim, revelando ponderação, sempre cauteloso em face das despesas e resultados quanto a aplicação das rendas, deseioso de servir, e voltando suas vistas, sempre, principalmente para o problema da educação e do ensino, questão de constantes preo-

cupações e estudos, o que é fácil observar através da primeira mensagem e trabalhos de várias épocas, que o ilustre conterrâneo, médico e professor, portador de espírito público, polido e previdente, orientava os seus passos.

Três anos de administração, três anos mantendo a mesma linha de conduta. Mas não se diga que foram 3 anos de paz, pois, para surpresa sua teve de, interrompendo uma licença, regressar, imediatamente, reassumindo o posto de Presidente para impedir a trama de politiquieiros ambiciosos de mando e que já forjavam mesmo um movimento sedicioso, e para isso nem se descuravam do preparo e arregimentação de homens armados, envolvendo-se mesmo na ação o Corpo de Polícia.

Eleito sem competidor, confirmando o respeito que se lhe votava e que era confiança nas qualidades do homem ponderado e avesso às chicanices da política, Rodrigues Dória à frente do Governo traçara uma linha de equidade, superior aos influxos deturpadores dos próprios correligionários.

Politiquieiros! Politiquice!

Não! O que se revelava era a inquietação de uma velha ordem de vanguardeiros, agora um tanto ou quanto quebrantada pela perda do velho chefe, e que em face da quebra da sobrançaria antiga das velhas hostes, sem o manejo da máquina política e sem intromissões fáceis na administração, uma coisa e outra às mãos zelosas de um homem sério, que se não torcia e zelava pela paz e segurança dos dinheiros públicos, trancado aos fáceis negócios, se movia sorradeira, atizada pelas paixões.

Mas isto é um outro capítulo.

A história é uma velhota cativante e indiscreta. Através dos ensinamentos que destila, muito aprendemos, e não foi sem razão que Cicero, agradecido, e previdente, e já também ensinando, achou de definir — chamando-a de *mestra da vida*.

Quem se aventura a penetrar pelos caminhos do Passado, descendo pelos declives dos tempos que se foram, não raro se encontra em apuros, tomando conhecimento de fatos que gostaria lá ficassem nos esconderijos da esquecida memória.

Rodrigues Dória é um capítulo da História de Sergipe.

Aqui, tomando a vossa atenção, e tomando lugar entre vós como participante das comemorações do centenário que passa e



nos recorda uma figura ilustre, não se coloca êste trabalho entre os estudos pormenorizados e nem se faz obra de historiador, como página narrativa, e assim não tereis a massuda parlenga dos rebuscadores, vício que também possui o conterrâneo que vos fala, pelo gôsto dos alfarfábios e destemor com que lida, às voltas com a **traça**, espécie destruidora e que na sua faina daninha tanto concorre, às vêzes, para alterar os juízos, prejudicando a prova documental.

O que aqui se faz é ameno passeio pelos caminhos do passado, e se não é história completa de um período da vida política de Sergipe, nem biografia completa, senão traços de uma personalidade, crítica é serena e desapaixonada, revelando a psicologia de um homem público, as idéias que animavam o seu espirito.

---

Os partidos políticos se desagregavam, e já por êsse tempo distante, desanimados, enfraquecidos depois de tantas lutas, também em Sergipe, o mesmo fato se verificava, e com grande acerto, já falando como historiador de uma época e ajuizando com isenção de ânimo, na mensagem de 1911, apreciando a evolução da politica no Estado assim se expressava o então Presidente Rodrigues Dória:

Houve, de fato, neste Estado, um partido arregimentado e grande, à frente do qual se achavam Monsenhor Olímpio Campos, homem de combatividade e com envergadura para chefe, o Senador Coêlho e Campos e dr. Leandro Maciel.

A candidatura do Snr. Josino Menezes à presidência do Estado, em 1906, fraccionou esse partido, separando-se de Monsenhor Olímpio Campos as duas últimas influências políticas, e daí para cá a politica, do Estado tem sido de GRUPOS QUE SE HOSTILIZAM no desejo da eliminação recíproca dos partidários.

Outros rumos tomava a política nacional. Em Sergipe, o desaparecimento trágico de Fausto Cardoso, de grande repercussão no país, e fonte de imensa tristeza entre os sergipanos, e, logo após, também, o triste desenlace ocorrido na Capital Federal, a morte de Olímpio Campos, tudo concorria para um enfraquecimento dos ânimos, e quebra do velho prestígio dos que empunhavam bastão de chefia; e para o arrefecimento de uns e desespero de outros, tomando forma e se positivando ia a política dos Presidentes e Governadores, política de centralização de poderes nas mãos do Presidente da República, desfraldada pela presidência Campos Sales, preconizada por ele, e manejada habilmente, com segurança e consciente visão da realidade brasileira pelo indômito e felino espírito do Pinheiro Machado, valoroso caudilho gaúcho, possuidor de uma penetrante inteligência e justamente ambicioso de mando. Pinheiro Machado, cuja morte repercutiu em todos os recantos, provocando um sério estremeço no mundo da política, com a sua queda alguns poucos anos depois abriria um novo período, positivando-se decisiva e ostensiva a intromissão do poder do Catete na solução dos problemas afetos, diretamente ligados aos princípios da autonomia dos Estados.

Para Rodrigues Dória, tal estado de coisas, tão cedo vislumbrado, já em 1911, historiando, dando contas da sua ação, desprendido, e aceitando o rigor das críticas, claramente se mostrava, e ele mesmo assim traduzia:

Atualmente nenhuma influência política reúne em torno de sua pessoa um grande partido, forte e decidido.

O Chefe de maior prestígio é o Presidente do Estado. Esse prestígio não transpõe invulnerado o último dia do período governamental, enfraquecendo muita vez ao aproximar-se o término desse tempo, o que não é só em Sergipe.

O clínico que se voltava para a anatomia humana, previdente e zeloso no estudo das síndromes, e constante se revelava no estudo das tendências patológicas causadoras dos conflitos e da criminalidade, também com segurança sabia analisar os fenômenos

sociais que se geravam no mundo do seu tempo, e assim com argúcia e sabedoria sabia julgar os homens.

---

Neste ponto vale recordar passagens interessantes da vida do político, reveladoras da sua sincera e constante peleja em prol dos interesses de Sergipe, e também do seu temperamento — equilíbrio, seriedade e tolerância.

A história das linhas férreas em Sergipe remonta aos tempos do Império, pois se sabe que outros se preocuparam com o assunto, e até uma sociedade se organizou, iniciou trabalhos e se desfez, ou faliu, nada tendo conseguido.

Rodrigues Dória se preocupou com a abertura da barra da Capital, tendo em vista o fácil acesso de navios de maior calado e pensando no maior desenvolvimento do comércio e exportação das riquezas, e que ainda hoje são constantes inquietações e motivos de apelos por parte dos sergipanos.

A linha Timbó—Propriá, iniciativa sua, motivo de debates, mereceu a melhor atenção do conterrâneo, e dele é o Projeto, autorizando a construção, proposição felizmente aprovada, e apresentada em 15 de setembro de 1903, quando em Sergipe o partido situacionista obedecia a batuta de Olímpio Campos, chefe de real prestígio e que enfeixava em suas mãos os postos de mando e os colégios eleitorais.

Anos depois, já muito distante daquele em que redigira e apresentara o projeto, e já bem afastado do tempo em que governara o Estado, recordando os passos dados, e voltando as suas vistas para a linha férrea em fase final de construção, e então inaugurada, Rodrigues Dória, reivindicando a sua posição na história, em livrinho raro, publicado na Bahia, e cuja leitura ainda se poderá fazer, pois um exemplar existe na Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, assim se expressava:

A pesar dos meus constantes esforços não foi possível iniciarem-se os estudos da estrada antes de 1905, e na inauguração desses estudos, em Laranjeiras, a 4

de abril de 1904, depois de batida a primeira estaca ao som do hino nacional, diz o ESTADO DE SERGIPE de 7 daquele mês, houve aclamações ao governo da República, ao do Estado, dr. Josino Menezes, a Monsenhor Olímpio Campos, e ao povo sergipano.

O nome do apresentador do Projeto, o nome de quem mais se havia esforçado pela realização dos estudos, não foi lembrado.

Falando da inauguração do trecho Barracão-Aracaju, ocorrida em 1913, anota:

Das notícias que li sobre a inauguração não descobri neles o meu nome. O dr. A. de Carvalho, chefe da empresa construtora, que acompanhava desde o começo a questão da estrada de Timbó-Propriá, e o primeiro a discursar, fazendo o histórico da construção da linha férrea, diz o JORNAL DE NOTÍCIAS, desta cidade, de 31 de maio de 1913, recordou os serviços prestados pelo falecido Mons. Olímpio Campos, e pelo ilustre baiano ex-Ministro dr. Miguel Calmon. O chefe da empresa em seu brinde, fazendo justiça aos dois nomes lembrados, prestando devida homenagem à memória do primeiro, e mostrando o seu agradecimento ao segundo, não desconhecia o meu papel nesta questão; mas não pôde esquecer o ter eu, como Presidente de Sergipe, firmado na Lei, mantido decisão do Tesouro na cobrança de impostos de objetos que, não fazendo parte da construção da estrada de ferro, serviam para comércio particular da empresa, que assim ficaria em posição especial em relação ao comércio local...

Adiante, concluindo, de olhos voltados para o seu berço natal, e certo com a recordação dos primeiros anos, afirma:

No dia 4 de maio entrou debaixo de festas, muito justificadas, na minha cidade natal, Propriá, a primeira

locomotiva. Houve vários discursos, e a três dos oradores, dr. Inácio Valente, Virgílio Prado, Guimarães Torres, devo as primeiras referências elogiosas e públicas ao meu nome com relação à estrada de ferro, cuja chegada à margem do S. Francisco a mim entusiasma como a ninguém mais. Amo a minha terra sem licença ou ordem de quem quer que seja, e nem por conveniências de ocasião; quero-a porque nela nasci, criei-me, fiz-me homem; nela, em suas paisagens, em seus sítios pitorescos, sempre descubro recordações saudosas dos belos tempos da minha mocidade; estimo-a ainda porque nela tenho um crescido número de amigos, dos quais me não poderei nunca esquecer. Fóra de Sergipe, para onde me levaram as vicissitudes da vida, nunca me esqueci da minha terra, nem deixei de me esforçar sempre por honrar o nome de Sergipano, que me orgulho de trazer.

## UM DISCURSO FAMOSO

ABDON LIMA (Tradução)

No inverno de 1807 a 1808, entre o rufar dos tambores de Napoleão Bonaparte, o luzir das baionetas francesas e o eco plangente das derrotas sofridas em Iena e em Friedland, numa das salas da Academia de Berlim se elevou a voz de um homem corajoso, um filósofo, lançando a seu povo, subjogado e oprimido, e com o objetivo de retemperar-lhe o caráter e reerguê-lo, os seus **Discursos à nação alemã**, impregnados de nobre e viril energia, nos quais mostrava que a salvação de seu país só se podia encontrar na instrução do povo.

Com elevada compreensão, que prova sua magnanimidade, não consentiu Napoleão que a policia francesa incomodasse o filósofo. Talvez tenham esses discursos contribuído para o despertar da Alemanha e preparado a reação de 1813 contra o maior capitão de todos os tempos.

Chamava-se esse homem Johann Gottlieb FICHTE.

Traduzido da versão francesa, dos seus quatorze discursos leiamos o undécimo, que é uma lição para qualquer país, em qualquer época.

“Até o presente momento, tanto mais um Estado se julgou esclarecido, quanto mais pensou que podia privar-se de cidadãos honestos; que lhe bastavam instituições repressivas para atingir seu objetivo, e que, possuindo meios coercitivos, podia manter-se indiferente à educação dos cidadãos. Possam ao menos nossas recentes e dolorosas experiências lhe ter aberto os olhos! Sabe hoje o Estado que isto não pode ser, e que, se descemos tanto, foi precisamente por falta de moralidade.

Mas como ! dirá o Estado, encontro-me eu em condições de suportar as despesas de uma completa educação nacional? Oh ! que pena não se poder convencê-lo de que, desde que essa despesa única fôsse feita, teria cumprido de modo mais econômico e mais sábio a maior parte de suas obrigações; que, se afinal ousasse empregar êsse capital, dentro em pouco não teria mais outra despesa importante senão aquela. Até hoje, a parte mais considerável das rendas do Estado tem sido empregada na manutenção de exércitos permanentes. Vimos as belas consequências que disto resultaram para o país. É o suficiente. Não nos move o desejo de criticar a organização dêsses exércitos e de explicar assim as causas especiais de nossas catástrofes. Mas que o Estado organize de uma vez, de maneira geral, a educação nacional tal como propuzemos, e no dia em que uma nova geração houver passado por nossas escolas, não haverá mais necessidade de um exército especial: tôda a nova geração formará um exército e um exército como nenhum século viu igual.

Com efeito, cada cidadão praticou todos os exercícos imagináveis para o completo desenvolvimento de sua fôrça física e agora compreende qualquer manobra que lhe é ordenada; está habituado a suportar os esforços e as fadigas; seu espirito, que se desenvolveu pela visão imediata das coisas, está sempre ativo e de posse de si mesmo; em sua alma vive o amor do ser coletivo de que é um dos membros, do Estado e da Pátria, e êste amor destrói qualquer movimento egoísta. O Estado pode convocar tais homens, pode pô-los sob as armas e estar certo de que nenhum inimigo os vencerá.

Nos Estados bem administrados, a atenção do govêrno dirige-se para a melhoria da situação econômica, no mais extenso sentido desta palavra. Elevadas somas destinam-se, no orçamento, ao fomento da agricultura, da indústria, do comércio. Mas o pouco de instrução das massas, sua profunda incapacidade têm muitas vêzes tornado inúteis assim os esforços como as despesas. Geralmente, pouca coisa representam os resultados obtidos. Nossa educação atual, ao contrário, é orientada no sentido de integrar no Estado as classes trabalhadoras habituadas desde a infância a refletir a respeito de suas diversas atividades profissionais, além

dião capazes de resolver seus problemas por si mesmas, e com aptidão para a iniciativa. Que se disponha o Estado a ajudá-las de maneira judiciosa, e facilmente compreenderão, e aproveitarão, reconhecidas, os conselhos que lhes forem dados. Todos os ramos da economia social adquiririam, em pouco tempo e sem muito esforço, tal desenvolvimento como não houve em nenhuma época; e, visto que convém calcular, reverteria para o Estado, multiplicado por cem, e até mais do que isso, o adiantamento que houvesse feito.

Até hoje tem feito o Estado grandes despesas com as instituições de justiça e de policia; tem gasto muito dinheiro com os estabelecimentos de detenção e de correção; tem construído asilos, estabelecimentos de caridade que, em se desenvolvendo, nada mais têm feito que aumentar a miséria e parece terem por missão encorajar o pauperismo. Mas, num Estado em que a nova educação se tornasse geral, ficaria muito reduzida a necessidade de estabelecimentos penitenciários, desapareceria completamente a de instituições de beneficência. Em seus primeiros anos, educai a criança sob o jugo da disciplina e já não tereis mais tarde o cuidado de prover à sua difficilima e duvidosa reeducação. Educai conveniente o vosso povo, e nunca mais vereis pobres entre elle.

Que tenha o Estado, que tenham todos aquêles que o dirigem ou aconselham a coragem de olhar frente a frente, sem receio de se confessarem a si mesmos a situação dos nossos problemas! Que se repita sempre: a educação das futuras gerações é hoje o único domínio em que nosso Estado possa agir livremente; o único em que elle seja verdadeiramente Estado independente e dono de seus destinos; o único em que tenha o direito de decidir para e por si mesmo. A menos que haja absolutamente renunciado a tudo, deve a educação ser por elle considerada a única coisa que ainda possa fazer. Mas que a faça, — essa coisa essencial, — e terá toda liberdade. É uma tarefa que ninguém lhe disputará, um mérito que ninguém lhe invejará. Resistir, opôr a força à força, não podemos mais fazer isso, evidentemente; todos concordam com isso, sempre nos temos apoiado nesta confissão como num inevitável ponto de partida. Nossa existência está arruinada, e no entanto nós a prolongamos, nós vivemos. Somos, então, co-



vardes? Será um indigno amor à vida o que nos prende a ela? Como afrontar tal censura? — Decidindo a não mais vivermos para nós mesmos; não nos considerando mais que a semente de que um dia surgirão mais dignos descendentes; não tendo mais outra razão de viver senão nossos filhos e o preparo de melhores dias que sonhamos para eles. Sem tal propósito conferido a nossa existência, que nos restaria então tentar? Elaborar-se-ão as nossas constituições, os nossos tratados; impôr-nos-ão tal ou qual emprêgo de nossas forças militares, emprestar-nos-ão um Código! O próprio direito de applicarmos êste Código, distribuindo a justiça, muitas vêzes nos será arrebatado. No momento, o vencedor nos poupa o cuidado de tudo isto. Sômente uma coisa há em que ainda se não pensou: é a educação! E nós repetimos ainda: **Que fazer?** E por que não nos aproveitariamos de tal esquecimento? E por que não nos empenhariamos na única forma de atividade pública e nacional que não partilhamos com ninguém? É possível que me engane; quero, — e não posso viver sem essa esperança, — quero crer que conseguirei convencer alguns de meus concidadãos desta grande verdade: **Sômente a educação nos pode salvar de todos os males que nos esmagam.** Comprazo-me em esperar que a desgraça nos terá ensinado a refletir e nos terá tornado mais sérios. O estrangeiro possui a seu alcance outras consolações, outros recursos além da educação. Mesmo que êsse objetivo ocupe por um instante seu pensamento, é pouco provável que se detenha a examiná-lo e lhe conceda alguma atenção. Calculo que, ao contrário, no estrangeiro os leitores de jornais acharão a coisa agradável e divertir-se-ão com a idéia de que alguém, na Alemanha, pôde esperar grandes vantagens da educação!

Possa, pois, o Estado, possam todos aquêles que o dirigem e aconselham, não se desencorajar diante de sua nova tarefa, pelo pensamento de que estão distantes os resultados esperados.

Certamente, são muito complexas e de difícil solução as causas de nossas desgraças presentes; mas, se se quizesse analisar a parte que cabe aos governos nesse estado de coisas, seu êrro específico, se chegaria à conclusão de que os senhores do Estado, aos quais compete, mais que aos outros, prever o futuro para o dominar, em face dos acontecimentos dêste século não têm pen-

sado senão numa coisa: livrar-se o melhor possível dos embaraços imediatos. Afastaram o pensamento do futuro; esperaram vagamente que o acaso impedisse o longo encadeamento dos efeitos e das causas. Tais esperanças são enganosas. Qualquer força, qualquer princípio de ação que se permitiu se introduzisse na trama dos acontecimentos, continua seu progresso, prossegue em sua obra, e, cometida a primeira negligência, não pode uma reflexão demasiado tardia evitar seus efeitos. Não podemos mais cometer o erro de só pensarmos no presente; o presente não está mais em nós. Não incorramos no segundo erro, qual seja o de esperarmos de outrem e não de nós mesmos um futuro melhor. Quem quer que, para viver, não tenha necessidade de outra coisa senão do simples alimento para o corpo, certamente não encontra no presente nada mais que o possa consolar do dever de viver; a confiança no futuro é o único elemento que ainda nos permite respirar. Mas somente um sonhador, somente um louco poderia basear esta esperança noutra coisa que nos germes que nós mesmos depositamos no presente para prepararmos o futuro. Que aquêles que nos governam nos permitam ter dêles tão boa opinião quanto de nós mesmos; que nos permitam atribuir-lhes os sentimentos que atualmente em seu coração abriga todo bom cidadão! Que se coloquem, pois, à frente da obra cuja necessidade percebemos com tanta clareza, e que assim possamos ainda ver com os nossos próprios olhos nascer e crescer essa educação que deve um dia lavar a nossa memória da vergonha sob a qual se encontra embaciada a glória da nação!

Dentre êsses homens de Estado, alguns não consideram, geralmente, a educação mais que um luxo de que se pode prescindir, como uma despesa mediocrementemente útil que é preciso reduzir tanto quanto possível; ou então, não verão êles em nossos projetos senão uma tentativa aventureosa, uma experiência que sem dúvida pode trazer bons resultados, mas que também pode falhar. Só se pode louvar tanta economia e tanta prudência! Outros vivem cheios de admiração pelo estado illorescente da educação pública. Meditai, pois, que é sob sua direção que ela atingiu sua maravilhosa perfeição; vêde seu contentamento, e ainda esperais contar com êles para uma causa em que não pensaram! Não, nada te-

mos a esperar de todos êsses senhores; seríamos dignos de lástima se lhes deixássemos o cuidado de estatuirem sôbre esta questão essencial. Mas esperemos que haja outros homens do Estado que se darão a si mesmos, através de um estudo profundo e consciencioso da filosofia e da ciência, uma verdadeira educação; homens que se devotarão a sua missão com seriedade, que possuirão acêrca do homem e do seu destino noções claras e precisas; homens capazes de compreender o tempo presente e de se inteirar das necessidades da humanidade atual. Oh ! se tais homens houvessem podido, em nos escutando, convencer-se de que sômente a educação nos pode salvar da barbária e da decadência ! Se pudessem ter sempre presente no espírito a imagem da humanidade nova que a educação das massas deve criar ! Se estivessem profundamente convencidos da infalibilidade dos meios que propuzemos ! Se isso acontecesse, não seria demais esperar dêles, assim como os supôr capazes de reconhecer ao Estado, em sua qualidade de supremo administrador dos negócios humanos e de tutor dos filhos menores, pelos quais respondo perante Deus e a consciência, o direito de usar, no próprio interêsse dêsses filhos, de constrangimento para com êles.

Onde se encontra hoje o Estado que duvide de seu direito de forçar os cidadãos a prestarem o serviço militar e de arrancar, para êste serviço, os filhos a seus pais, mesmo que pais e filhos queiram ou não queiram? E, entretanto, não é pouca coisa obrigar um jovem a adotar, durante vários anos, um gênero de vida que lhe é antipático e que muitas vêzes tem para o moral, a saúde e até mesmo a vida as mais funestas consequências. Em face disto, que significa um constrangimento salutar que, desde que a educação termine, restitui a cada qual sua inteira liberdade e não traz senão as mais benéficas consequências? Tempo houve em que o serviço militar era inteiramente voluntário; mas, desde que ficou demonstrado que tal recrutamento era insuficiente para o fim almejado, não se hesitou em usar a convocação compulsória; a necessidade ordenava e êste serviço se tornou obrigatório. Se os nossos olhos se abrissem afinal para as necessidades prementes da situação atual, se a questão da educação pública se nos impuzesse, enfim, como não menos urgente que a organização

militar, nossos escrúpulos cairiam por si mesmos. Além disso, a primeira geração será a única para com a qual será preciso usar de constrangimento: assim que houver recebido a educação desejável, ela mesma enviará suas crianças às escolas. Mais ainda: ao mesmo tempo, o constrangimento imposto pelo serviço militar tornar-se-á inútil: os cidadãos que houvermos educado estarão todos aptos a pegar em armas pela pátria.

É preciso começar. Desde que seja empreendida, tal obra não parará; não poderá senão crescer e estender-se em todos os sentidos. Qualquer cidadão que recebeu a verdadeira educação é um testemunho vivo de seus bons efeitos e faz propaganda a seu favor. Ele deseja pagar a dívida que contraiu e tornar-se mestre quando chegar sua vez. Tantos alunos convictos haja, quantos apóstolos surgirão. É uma sucessão de esforços que só deve parar após a inteira execução da tarefa começada.

Se os pais ricos se mostrarem pouco dispostos a enviar seus filhos às escolas organizadas de acôrdo com o nosso sistema, que o nosso interêsse se dirija então para os pobres órfãos, para os vagabundos das ruas, para tudo o que o mundo repele e despreza. Demos pão a êsses infelizes, para que ao mesmo tempo aceitem a instrução. Não temamos que a miséria e a desordem de sua situação anterior se tornem um obstáculo aos nossos projetos. Arranquemo-los completamente e súbitamente dêsse deplorável estado. Criemos-lhes um mundo inteiramente novo. Não lhes deixemos nada que possa lembrar-lhes sua antiga condição: êles esquecê-la-ão e tornar-se-ão criaturas novas. Substituamos por coisas novas tudo o que subsiste em seu espirito. Que êsse espirito constitua uma página em branco em que o nosso ensino, nossa disciplina só bons preceitos gravarão. Que testemunho contra nosso século, que exemplo para a posteridade, se se pudesse ver um dia êsses sêres, desprezados pela sociedade em que vivem e por nós educados fora dela, se tornarem, devido mesmo a esta exclusão, o ponto de partida de uma humanidade melhor! Poderia até acontecer que êsses pobres alunos se tornassem, em comparação com os filhos daquêles que os desprezavam, os representantes, os tipos do novo mundo, e que fossem, assim, os ancestrais de

nossos futuros heróis, de nossos sábios, de nossos legisladores, dos salvadores da humanidade !”

Traduzimos agora um fragmento do 14.º discurso à nação alemã:

“Decidi-vos, pois, a ser sérios; ao menos hoje, não abandonéis este recinto antes de haverdes tomado uma resolução, e que cada um daquêles que me ouvem tome essa resolução como se estivesse só no mundo e que sózinho houvesse que fazer tudo. No dia em que muitos indivíduos assim pensarem, logo formarão um bloco compacto, animado por uma força única; quando, ao contrário, cada um, contando com o seu vizinho, se exclui da obra e deixa aos outros o cuidado de agir, está tudo mal calculado! Acontece que todo mundo é vizinho e que ninguém nada fez. Tudo ficou no mesmo ponto de partida. Tomai, pois, imediatamente, a resolução que é preciso tomar. . Não se trata mais dessas meias resoluções, dessas veleidades que não são mais que uma vontade de querer, dessas falsas modéstias que se entricheiram atrás de uma confissão de insuficiências ! O que se deseja de vós é uma resolução imediata e ativa, que não vacile nem esmoreça, que dure e se afirme até que seja atingido o objetivo. Teríeis então perdido completamente o princípio interior, que só êle pode produzir essas resoluções vigorosas? Não seríeis mais que seres extenuados e reduzidos ao estado de sombra, corpos sem seiva, exangues e privados de energia própria? Seríeis semelhantes ao homem que sonha e cujo espirito vê ainda as imagens variadas agitarem-se e cruzarem-se em todos os sentidos, mas cujo corpo prostrado e esticado apresenta a aparência da morte? Muito tempo há que nos lançam isto ao rosto, que no-lo repetem em todos os tons. É mais ou menos isso o que pensam de nós. Tendes ouvido tais coisas e vos tendes indignado com o ouvi-las! Provai, então, àquêles que assim falam que êles se enganam, mostrai a todo o universo que não sois o que dizem de vós, e o universo inteiro saberá que mentiram !. . .

Por mais fracos que sejais, os acontecimentos tomaram o cuidado de vos facilitar a tarefa da reflexão e de forçar, afinal, a abrir os olhos. Quem nos jogou nesta desordem, nos encobriu nossa verdadeira situação, nos manteve em nossa leviandade e em

nossa cega negligência? Não foi nossa opinião favorável de nós mesmos? Podiam as coisas andar melhor do que andaram? Não nos dignavamos responder a quem nos aconselhava a refletir; bastava mostrarmos com ares de triunfo a nossa brilhante existência se sustendo por si mesma e sem nenhum esforço de nossa parte; e, com efeito, tudo ia bem, esperando o dia da provação! A provação chegou enfim, e que quéda!

Nada se pode esperar se cada indivíduo entre nós não fizer tudo o que puder, e se não o fizer como se estivesse sôzinho no mundo e sòmente nêle repousasse a salvação das gerações futuras!”

## JAPARATUBA

HÉRCULES CAMPOS

Ah ! minha Terra, Terra da Luz !

Como eu te amo, como eu te idolatro !

Orgulho-me de ser um dos teus mais humildes filhos; lembro-me da minha mocidade e dos dias felizes que passei ali ao lado de minha família, ouvindo os salutares conselhos de um pai extremoso, animando-me sempre a cultivar o caminho da honra e do dever, e a lutar por essa vida tão amarga, tão cheia de peripécias, tão árdua e tão espinhosa !

Quanto êsse pai se sentia bem ao lado de seus filhos queridos !

Ah! minha saudosa e boa Japaratusba, os que te desdenham não te conhecem !

Se soubessem que és a terra da luz e o berço de tantos intellectuais !...

Nunca me esquecerei de ti, prefiro-te a êsse mundo tão vasto e todo cheio de grandezas; prefiro-te porque aí soltei o primeiro vagido; foi aí que cursei o collegiozinho de um padre illustrado e naquela época o primeiro orador sacro de Sergipe, o Reverendíssimo Firmínio Brandão Rocha; foi aí onde convivi ao lado de meus colegas e amigos de infância, (oh! os amigos de infância) uns já falecidos e outros espalhados por êsse mundo afóra, colimando bem alto e dando renome a êsse Sergipe tão culto; foi aí que tive felizes negócios comerciais e agrícolas; foi aí onde casei-me e tive filhos que são a minha honra, o meu orgulho, a minha esperança, a minha grandeza e o meu patrimônio !

E por que não hei de amar-te, minha Japarutuba, Terra da Luz e dos homens de bem ?

Ainda me lembro daquelas festas bonitas que fazíamos com o auxílio do povo e que eram concorridas por todas as moças a quem acariciávamos.

E aqueles sambas formidáveis em que o Rosendo Garcia Rosa, hoje tenente do Exército, cantava a "Margarida diz que tem uma vara de colar para dar a sua filha se casar com um General".

Que noites de Natal concorridas por aquelas moreninhas matutas que vinham de longe assistir à missa do galo ! Que feira repleta de rapazes alegres e simpáticos com a sua roupa nova, flôr no peito e ao lado de suas namoradas !

Quantas cabacinhas quebrei no colo dessas morenas bonitas e ingênuas !

Que graça ao vê-las correr atrás de mim, para se vingarem, quebrando cabacinhas também.

Ainda me lembro de uma que não tendo mais cabacinhas atirou-me uma chuva de confeitos de açúcar que foram se espedaçar na cara de uma velha muito feia, que vendia bolos de mandioca, a qual levantando-se furiosa disse :

Ó xentes, vocês qué me furá os óios?...

Foi uma gargalhada geral, e para consolar-mos a velha demos-lhe uma sangria.

Sangria se chama, lá no interior, vinho, açúcar e água, que os tabaréus muito apreciavam.

Para tua glória, minha Japarutuba, e para que se saiba que tens concorrido para as letras, aqui vai a nomenclatura dos teus filhos que se distinguiram e se distinguem.

### BACHARÉIS

- 1 — Dr. João José do Monte, Redator e Proprietário do "Direito", revista que seus filhos ainda publicam no Rio de Janeiro.
- 2 — Fenelon Monte, Advogado mui hábil.
- 3 — Dr. João Maria Loureiro Tavares, desembargador da Relação e Presidente do Estado na última revolta.



- 4 — Dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares, Juiz de Direito no Estado de Minas Gerais.
- 5 — Dr. Antônio Dias Rollemberg, ex-Procurador da República.
- 6 — Dr. João Batista de Oliveira, juiz municipal no Estado de Minas Gerais.
- 7 — Leandro Maciel Junior, juiz municipal de Japarutuba e Deputado Estadual.
- 8 — Dr. Gonçalo Bôto, desembargador da Relação da Paraíba e orador de primeira plana.
- 9 — Dr. João de Aguiar Teles de Menezes, juiz municipal no Estado do Rio Grande do Sul e em o nosso Estado.
- 10 — Major Manuel Rollemberg de Menezes, advogado hábil e Secretário da Junta Comercial.
- 11 — Dr. Francisco Xavier de Matos Teles, juiz municipal em Japarutuba e Maruim.
- 12 — Dr. Edmundo Noxetti Daltro, proecto juiz de direito de Laranjeiras.
- 13 — Simeão Teles de Menezes Sobral, desembargador do Tribunal da Relação de Sergipe, caráter sem jaça e orador.

### MÉDICOS

- 14 — Dr. Helvécio Monte, clínico no Estado do Ceará. (\*)
- 15 — Dr. Gonçalo de Faro Rollemberg, médico dos pobres, inteligente e criterioso.
- 16 — Dr. Antônio Garcia Rosa, médico em Maruim.
- 17 — Dr. Cesário de Brito Travassos, residente no Estado de São Paulo. Como acadêmico foi sempre aprovado com distinção.
- 18 — Dr. Galdino Teles de Menezes, com grande clinica no Estado de São Paulo.
- 19 — Dr. João das Chagas Rosa, orador primoroso.
- 20 — Dr. Antônio do Rêgo Travassos, talento másculo.

---

(\*) Há engano: o Dr. Helvécio Monte nasceu no Ceará.

### ENGENHEIROS

- 21 — Dr. Inácio Garcia Rosa, comissionado pelo Governo Federal, com residência em Santa Catarina.
- 22 — Dr. Domingos Dias Sobral, muito prático na sua profissão.
- 23 — Dr. Francisco Vieira de Campos, residente no Estado de Minas Gerais, tendo exercido diversas comissões do Governo Federal.

### PADRES

- 24 — Dr. Urbano da Silva Monte, Diretor do Parthenon Bahiano.
- 25 — Caio Soter Loureiro Tavares, célebre por sua franqueza e seu caráter de homem de bem.
- 26 — Adalberto Sobral, secretário do bispo de Sergipe, inteligente, muito digno e virtuoso.
- 27 — Cantidiano Campos, ex-vigário da velha São Cristóvão.

### FARMACÊUTICOS

- 28 — Antônio Garcia Rosa, professor do Ateneu Sergipense e poeta de valor.
- 29 — Aspázia de Menezes Travassos, com farmácia no Estado de São Paulo.
- 30 — Antônio de Brito Travassos.
- 31 — Francisco de Brito Travassos, cirurgião dentista e professor de desenho na Escola de Aprendizes Artífices.
- 32 — Adolfo Loureiro Tavares, residente no Estado de Minas Gerais.
- 33 — Helvécio Campos, com farmácia em Japaratinga.
- 34 — Odilon Teles, com farmácia na cidade de Capela.

### MECÂNICOS

- 35 — Manoel Sátiro Barreto, diplomado pela escola da Bahia.
- 36 — José Francisco da Silva Zuca, o gênio, o caráter e o talento.

### OFICIAIS DO EXÉRCITO

- 37 — Gil Almeida, com estudos na Escola Militar.
- 38 — Agripino Campos, também com estudos na Escola Militar.
- 39 — João Príncipe, tenente coronel do Exército e também com estudos na Escola Militar.
- 40 — José Moura, Capitão de Fragata. Estudou na Escola Naval.

### JORNALISTAS

- 41 — Coronel João Menezes, inteligência lúcida, lealdade excepcional e amigo delicado, redator e proprietário do "Correio de Aracaju", (jornal de combate).
- 42 — Antônio Garcia Rosa Travassos, acadêmico de medicina, escritor primoroso, poeta melífluo e homem de bem.
- 43 — Crispiniano Garcia Rosa, poeta de valor que fez época no Rio de Janeiro.
- 44 — Manoel José dos Santos Melo, seminarista e diretor do Grupo Escolar General Siqueira.
- 45 — Nilo José de Melo, seminarista e 3.º escriturário da Alfândega do Rio de Janeiro.

Abençoada terra, tão pequenina no aspecto e tão grande no valor de seus filhos !

Abençoada terra !

Deus te conserve para gáudio de teus filhos que se ufanam de possuir uma mãe tão feliz !

Aracaju, 23 de dezembro de 1914.

## ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO

1951

**Ata da sessão ordinária da Diretoria  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 9 de Fevereiro de 1951.**

Aos nove dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos cinquenta e um, no edifício social, às 18 horas, presentes o Dr. Garcia Moreno, Dr. Felte Bezerra, senhores Eplônio Dória e Amintas Garosz, comigo, Maria da Conceição Melo Costa, 2.º secretário, foi aberta a sessão sob a presidência do Dr. Garcia Moreno.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente consistiu da seguinte:

Cartas (10) da firma Santos Leitão & Cia., do Rio de Janeiro (3) referentes à compra realizada pelo Instituto de um exemplar da 5.ª edição do Catálogo de Moedas Brasileiras, editado pela mesma; da Companhia Melhoramentos de São Paulo, comunicando ter atendido a um pedido do Instituto; dos diretores dos jornais O Debate, desta Capital e Folha Trabalhista, da Estância, acusando o recebimento do cartão em que o Instituto lhes agradeceu a remessa dos seus jornais no correr do ano findo; do comerciante Inácio Soares do Nascimento, fazendo referências elogiosas ao distinto sergipano Dr. Francisco Antonio de Oliveira; do intelectual sergipano, padre Aurélio Vasconcelos de Almeida, agradecendo a sua admissão ao quadro de sócios correspondentes; da Universidade de Santo Domingo, de Trujillo, República Dominicana, pedindo o livro Etnias Sergipanas do consócio Dr. Felte Bezerra e do Instituto de Relações Culturais México-Israel, da Capital do México, pedindo a remessa de livros brasileiros para a sua biblioteca.

Cartões (5) do Príncipe D. João e da Princesa D. Fátima, sua esposa, enviando cumprimentos de boas festas; da Diretoria da Sociedade Sergipana de

Fotografia, convidando o Instituto para a inauguração do seu 1.º Salão Sergipano de Arte Fotográfica; do Capitão dos Portos do Estado de Sergipe, enviando cumprimentos de boas festas; do Departamento Estadual de Estatística de Sergipe, enviando uma de suas publicações ao Instituto, e da Inspetoria Regional de Estatística Municipal neste Estado, enviando os ns. 8 e 9 da Revista Brasileira dos Municípios.

Mensagem de boas festas enviada pelo consócio Dr. Copérnico Pinto Coelho, 1.º secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Ofícios (3) do Conselho Nacional de Geografia, comunicando ter atendido a um pedido do Instituto; do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Aracaju, comunicando a eleição de sua Diretoria, e do Secretário da Fazenda, Produção e Obras Públicas do Estado, agradecendo a comunicação que se fez da eleição do consócio Amintas Andrade Góes para o lugar de Tesoureiro do Instituto.

Proposta firmada por cinco sócios no sentido de ser aceita para o quadro de sócios efetivos a distinta educadora conterrânea D. Maria das Graças de Azevedo Melo, a qual foi despachada à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (2) do consócio Dr. Joaquim Sabino Ribeiro, comunicando não lhe ter sido possível comparecer à sessão do Instituto, na qual teria de receber, solenemente, o seu diploma de sócio benfeitor, e do consócio Dr. Orlando Damasceno, residente em S. Paulo, enviando cumprimentos de boas festas.

Aberta a ordem do dia o Tesoureiro comunicou que em 31 de Dezembro do ano passado o saldo em espécie do Instituto, recolhido aos Bancos, era de Cr\$ 72.574,50 e que no dia 31 de Janeiro deste ano era de Cr\$ 63.749,00.

O consócio Epifânio Dória, comunicou que ocorrera em Japaratinga o falecimento do antigo sócio efetivo major João Francisco de Campos, e propôs que se lançasse na ata do dia um voto de pesar, tecendo elogios à memória do saudoso consócio, proposta que foi aprovada. Sugeriu ainda o consócio Epifânio Dória que se homenageasse a 21 de corrente, com uma sessão solene, a memória do sócio benfeitor Maximino Chaves José Ribeiro, sugestão que foi aceita.

Foram considerados renunciantes ao quadro de sócios efetivos, na conformidade do artigo 10 dos Estatutos, os sócios Dr. Vicente Barreira de Alencar e João Freire Ribeiro, que não vinham pagando suas anuidades desde 1945, a despeito do aviso de que trata o referido artigo, sendo de cem cruzeiros, o débito de cada um; o mesmo aconteceu com o sócio Monsenhor Laura de Souza França, que não vinha pagando as suas mensalidades desde 1946, sendo de 88 cruzeiros a importância do seu débito; o mesmo se deu com os sócios Dr. Antonio Xavier de Assis Junior, Dr. Arlindo Ribeiro da Silveira, Manoel Luiz Dantas e Manoel Rodrigues do Nascimento que não vinham pagando as suas mensalidades desde 1948, importando em 64 cruzeiros o débito de cada um.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata calcada sobre as notas do 2.<sup>o</sup> secretário, D. Maria da Conceição Melo Costa.

(a. a.) Garcia Moreno  
Felle Bezerra  
Maria da Conceição Melo Costa  
Eπιfânio Dória  
Aminias Andrade Garces

---

**Ata da sessão ordinária da Diretoria  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 7 de março de 1951.**

Aos sete dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e um, às cinco horas da tarde, no edificio social, presentes os membros da Diretoria, Drs. Garcia Moreno e Felle Bezerra, Epifânio Dória, e Professor José Augusto e D. Maria da Conceição Melo Costa, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Garcia Moreno. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. O expediente constou do seguinte:

Cartas (2) do sócio Orlando Damasceno, oferecendo ao Instituto uma rica coleção de retratos, avultando-se entre eles a coleção completa dos retratos dos bispos e arcebispos da diocese de S. Paulo; e do Inspetor Regional de Estatística, remetendo números da Revista Brasileira dos Municípios, que lhe foram pedidos.

Circular do Prefeito desta Capital, Aldebrando Franco de Menezes, comunicando a sua nomeação e posse no cargo de Prefeito.

Ofícios (5) do diretor regional de Estatística, enviando um questionário para ser respondido; do diretor do Instituto Joaquim Nabuco, comunicando a fundação do mesmo na cidade do Recife e pedindo a cooperação deste sodalício para o êxito da nóvel instituição, do Departamento de Estatística do Estado de S. Paulo, em resposta a outro em que este Instituto pediu-lhe publicações; do secretário geral do Conselho Nacional de Estatística, comunicando a remessa de volumes da Revista Brasileira dos Municípios que lhe foram pedidos e do secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, comunicando a remessa de uma publicação que lhe foi pedida.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios favorável à admissão da Professora Maria das Graças de Azevedo Melo ao quadro de sócios efetivos, parecer que ficou reservado à ordem do dia da presente sessão.

Proposta firmada por cinco sócios pleiteando a admissão de Clovis de Faro Rollemberg ao quadro de sócios efetivos, a qual foi encaminhada à Comissão de admissão de Sócios.

Telegramas (2), do Presidente da Assembléa Legislativa do Estado, convidando o Instituto a se fazer representar na sessão de instalação da mesma e do general João Pereira de Oliveira, apresentando despedidas por ter de viajar para a Capital da República.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Admissão de Sócios emitido em favor da admissão de D. Maria das Graças de Azevedo Melo, o qual foi aprovado unanimemente. O presidente Dr. Garcia Moreno sugeriu que no dia que se designar para a solemnidade da entrega dos diplomas aos médicos, ultimamente aceites sócios efetivos, seja apesto em nossas galerias o retrato a óleo do saudoso consócio Dr. Antonio Militão de Bragança, oferecido por sua digna mãe D. Terezinha Bragança, genitora do Padre Dr. Alberto Bragança, que lhe comunicará esse gesto da mesma D. Terezinha. Fazendo esta sugestão o Dr. Garcia Moreno se comprometeu a realizar no referido dia uma conferência sobre o saudoso esculapio sergipano, a quem Laranjeiras ficou a dever tanto, devendo falar na mesma oportunidade o Dr. Antonio Garcia Filho no seu nome e no dos demais sócios médicos que vão receber o diploma de sócio.

A feliz sugestão foi unanimemente aprovada. A seguir propôs o mesmo Dr. Garcia Moreno que a contribuição mensal que se estabelecera para ser feita pela Sociedade de Cultura Franco Brasileira, sediada no edifício do Instituto, fosse reduzida de cem para cinquenta cruzelros, a partir de 1.º de Janeiro deste ano, tendo-se em vista as dificuldades de ordem financeira com que vem lutando ultimamente a mesma Sociedade. Esta proposta foi também aprovada por unanimidade.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetérib Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, para isto designado, lavrei a presente ata, calcada sobre os dados coligidos pelo segundo secretário D. Maria da Conceição Melo Costa.

(a. a.) Garcia Moreno, P.  
Felte Bezerra  
José Augusto H. Lima  
Eplânio da Fonseca Dória  
Maria da Conceição Melo Costa

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 9 de Abril de 1951.

Aos nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um, no edifício social, às dezessete horas, presentes os membros da Diretoria, Drs. Garcia Moreno e Felte Bezerra, Professores D. Maria da Conceição Melo Costa e José Cruz e Eplânio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Garcia Moreno.

Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária de Março. O expediente consta do seguinte :

Cartas (4) do redator do periódico Juvenil espirita enviando números do mesmo periódico que lhe foram pedidos; da Biblioteca da Escola Caetano de Campos, agradecendo a remessa que se lhe fez de um exemplar de Etnias Sergipanas do padre Aurélio Vasconcelos, enviando a relação de números da revista, faltantes em sua coleção e do secretário da comissão encarregada das comemorações do centenário de Sílvia Romero, convidando o presidente do Instituto para uma reunião da mesma comissão.

Cartão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, comunicando o envio de uma de suas publicações.

Circular da Casa do Sargento de Sergipe, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria.

Ofícios (6) do Secretário da Justiça e Interior do Estado, convidando o Instituto para se fazer representar em todas as comemorações do centenário de Sílvia Romero, designando um dos seus membros para fazer uma conferência sobre a vida e obra do Dr. Sílvia Romero, tendo o presidente do Instituto respondido que designou o professor José Augusto da Rocha Lima para realizar a conferência sugerida numa sessão solene que o sodalício realizará no dia 15 do fluente mês; do diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pedindo informações que que já lhe foram ministradas; do preposto do Escritório Saturnino de Brito, fazendo uma reclamação na qual já foi atendida; da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, comunicando a remessa de publicações que lhe foram pedidos; da Inspeção Regional de Estatística em Sergipe, pedindo a devolução de um questionário, no que já foi atendida, e do tenente Pascal Bandeira Moreira, pedindo a sua admissão ao quadro de sócios correspondentes.

Parecer da comissão de admissão de sócios, opinando pela aceitação do nome do candidato ao quadro de sócios efetivos deputado Clovis de Faro Rollemberg, a qual ficou reservado à ordem do dia da sessão de hoje.

Proposta firmada por cinco sócios quites para admissão do intelectual tenente Pascal Bandeira Moreira ao quadro de sócios correspondentes, a qual foi despachada à comissão de admissão de sócios.

Telegramas (2) do Presidente da Assembléa Legislativa do Estado, convidando o Presidente do Instituto para a solenidade da abertura da mesma Assembléa e do Diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação informando que o Instituto poderá requerer pelos restos a pagar das dotações orçamentárias de 1950 o auxilio de vinte mil cruzetras, concedido ao Instituto no referido ano.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da comissão de sócios, emitido na proposta do deputado Clovis de Faro Rollemberg para sócio efetivo, parecer que foi unanimemente aprovado.

O Secretário geral comunicou que o sócio efetivo Edgard Barroso se excusou de efetuar o pagamento das mensalidades, alegando não querer continuar como sócio, resolvendo-se retirar o seu nome da lista. Comunicou ainda o Secretário que se acha residindo na cidade do Rio de Janeiro o sócio efetivo Dr. Paulo



Xavier de Andrade Monte, propondo a transferência do seu nome para o quadro de sócios correspondentes, na conformidade do Art. 20 dos Estatutos. Comunicou ainda o Secretário geral que estando residindo no Estado os consócios Dr. Pedro Alves dos Santos e Vicente Hora de Mesquita, antigos sócios efetivos que passaram ao quadro dos correspondentes, na forma do citado artigo 20, oficiou aos mesmos comunicando-lhes que lá reincluílos na lista dos sócios efetivos.

O presidente Dr. Garcia Moreno comunicou estar designado o consócio professor José Augusto para realizar no dia 15 do corrente uma conferência sôbre Sílvia Romero, na sessão solene que este Instituto vai realizar, dando início às festas comemorativas do centenário de Sílvia Romero. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão, de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, calculada sôbre notas fornecidas pelo 2.º secretário D. Maria da Conceição Melo Costa.

(a. a.) Garcia Moreno, P.  
Felto Bezerra  
José Augusto R. Lima  
Epifânio da Fonseca Dória  
Maria da Conceição Melo Costa

---

**Ata da sessão solene do Instituto  
Histórico e Geográfico de Sergipe, de 15  
de abril de 1951.**

Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um, às vinte horas, no salão de festas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria do mesmo Instituto, grande número de sócios, o governador do Estado, várias outras autoridades civis e militares, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão pelo presidente do Instituto Dr. Garcia Moreno, que expôs, em rápido improviso, o objetivo da sessão que era render homenagem à memória do notável polígrafo sergipano Dr. Sílvia Romero, isto feito passou a presidência ao presidente honorário, o Governador do Estado Arnaldo Rollemberg Garcez.

Não houve leitura de ata, nem de expediente.

Foi em seguida dada a palavra ao orador oficial do Instituto, professor José Augusto da Rocha Lima, que ocupou a tribuna sob palmas da assistência, e leu brilhante conferência que mereceu efusivos aplausos do seletto auditório. Além da conferência houve números de música, executados por professores e alunos do Instituto de Música e Canto Orfeônico, sob a regência do professor Genaro Plech. A banda da Força Policial executou peças musicais à entrada do edifício.

Terminadas as solenidades, com o Hino Nacional foi encerrada a sessão, agradecendo a presidente a quantos a ella compareceram, lavrando eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, a presente ata, calcada sobre os dados fornecidos pelo segundo Secretário, D. Maria da Conceição Melo Costa.

(a. a.) Garcia Moreno, P.

Felto Bezerra

José Augusto R. Lima

Epifânio da Fonseca Dória

Maria da Conceição Melo Costa

---

**Ata da sessão ordinária da Diretoria  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 14 de maio de 1951.**

Aos quatorze dias do mês de maio de mil novecentos cinquenta e um, na sede social, às dezessete horas, presentes os Drs. Garcia Moreno e Felto Bezerra, professores José Augusto e D. Maria da Conceição Melo Costa e Epifânio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do Dr. Garcia Moreno.

Foram lidas e aprovadas as atas das sessões de 9 e 15 de abril findo. O expediente constou da seguinte :

Cartas (12) da Biblioteca da Escola Caetano de Campos, de S. Paulo, acusando o recebimento de correspondência; do consócio Dr. José Calasans, prestando uma informação que lhe foi solicitada; do consócio Dr. Pedro Alves dos Santos, comunicando estar inteirado da sua inclusão no quadro dos sócios efetivos, na conformidade do art. 20 dos Estatutos; do senhor Kurt Prober, numismata, residente no Rio de Janeiro, enviando a descrição das moedas comemorativas do IV centenário de S. Vicente; do consócio Francisco de Barros Melo, doador das referidas moedas ao Instituto, em idéntico sentido; do tenente Pascal Bandeira Moreira, proposto para o quadro de sócios correspondentes, enviando dados pessoais que lhe foram pedidos; do consócio Dr. Pinto da Cunha, pedindo volumes de autores sergipanos; do consócio Orlando de Carvalho Damasceno, acusando o recebimento de números da Revista que lhe foram enviados; do consócio Dr. Lauro Barreto Fontes, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Sergipe, pedindo a entrega de velhas peças das ruínas da antiga igreja do Gerú, recolhidas ao Instituto; da Organização dos Estados Americanos, com sede em Washington, sobre permuta de obras em duplicata, e do advogado José S. Lima, do Ceará, pedindo volumes da Revista deste sodalicio.

Cartões (4) do Dr. Jordão Emerenciano, comunicando a remessa de volumes; do Dr. Abelardo Duarte, comunicando não ser possível a remessa de um volume da Revista do Instituto Histórico de Alagoas, que lhe fora pedido; do Inspetor Regional de Estatística Municipal, em Sergipe, enviando um opúsculo; e do jornalista José Maria Pontes, enviando números de jornais ao Instituto.

Circulares (9) dos Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Norte, de Petrópolis e do Pará e da Associação dos Servidores Públicos em Sergipe, comunicando a eleição e posse de suas Diretorias; da Federação das Academias de Letras, convidando o sodalício para uma sessão da mesma Federação em homenagem à memória do Dr. João Passos Cabral; da Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, pedindo a remessa de volumes publicados pelo Instituto; do Dr. Luiz Menezes Monteiro da Costa, comunicando a sua nomeação para o cargo de Diretor do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura Municipal da Bahia; do Albergue Noturno Lívio Pereira da Silva, por seu secretário, convidando o Instituto para assistir a sua inauguração a seis deste mês e do Centro Operário Sergipano, convidando o Instituto para uma comemoração do dia 1.º do fluente.

Ofícios (5) do Diretor do Arquivo, Divulgação e Estatística Municipal da Bahia, agradecendo a comunicação da posse da Diretoria deste Instituto; do bibliotecário da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, comunicando ter atendido ao pedido deste Instituto; do Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, agradecendo o envio de um questionário seu devidamente respondido; do diretor do Departamento do Serviço Público da União, comunicando estarem esgotados os volumes de sua jurisprudência pedidos por este Instituto e do Escrivão do 2.º Ofício da cidade da Estância, enviando uma cópia do termo de audiência especial do juiz de direito da comarca, em comemoração do centenário do Dr. Sílvio Romero.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação do tenente Pascal Bandeira Moreira, para o quadro de sócios correspondentes, o qual ficou reservado à ordem do dia da presente sessão. Constatou também do expediente grande porção de revistas, jornais, livros e opúsculos recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Admissão de Sócios opinando pela aceitação do candidato Pascal Bandeira Moreira para o quadro de sócios correspondentes, o qual foi aprovado unanimemente, mandando o presidente que se comunicasse ao interessado este resultado.

O secretário geral Epifânio da Fonseca Dória propôs que se aumentasse a gratificação do auxiliar Emetério Francisco do Nascimento de Cr\$ 250,00 mensais para Cr\$ 350,00, dando o mesmo auxiliar três e meia horas por dia, das duas às cinco e meia da tarde a partir de 1.º de Junho próximo, proposta que foi unanimemente aceita.

Propôs mais que se consignasse na ata de hoje o pesar do Instituto pelo falecimento do sócio honorário Professor Magalhães Carneiro e o da atriz Italia

Fausia, o que foi também aprovado. Continuando com a palavra comunicou que o tesoureiro Amintas Andrade Garcez, não podendo comparecer à sessão, mandara um balancete do estado das finanças do Instituto a 1.º de maio fluente segundo o qual tinha um saldo de Cr\$ 63.488,10, estando quase todo recolhido aos bancos que enumerou, havendo na tesouraria apenas Cr\$ 214,10 para despesas meudas e urgentes.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emelério Francisco do Nascimento, lavrei a presente ata, calcada sobre as notas fornecidas pelo 2.º secretário, D. Maria da Conceição Melo Costa.

(a.a.) **Garcia Moreno, P.**  
**Maria da Conceição Melo Costa**  
**Epifânio da Fonseca Dória**  
**Felto Bezerra**

---

**Ata da sessão ordinária da Diretoria  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 18 de junho de 1951.**

Presentes os membros da Diretoria: Dr. Garcia Moreno, Epifânio Dória, Dr. Felto Bezerra, Amintas Garcez e D. Maria da Conceição Melo Costa, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. O expediente constou do seguinte:

**Cartas** (7), do diretor do periódico *Emancipação*, comunicando a remessa de números da sua folha, pedidos pelo Instituto; do Departamento de Arquivo Histórico da Prefeitura de S. Paulo, comunicando a remessa de um número da Revista do mesmo Departamento; do sócio benfeitor, Dr. Raul Schmidt, enviando um retrato que lhe fôra pedido; do sócio Dr. Pinto do Carmo, acusando o recebimento de volumes que lhe foram enviados; do sócio Luiz Carlos Sampaio de Mendonça, pedindo dados genealógicos de ascendentes seus; do sócio Dr. Bruno de Azevedo Filho, pedindo dados para estudos biográficos de Sívio Romero e do Barão de Maracajú e do sócio Orlando de Carvalho Damasceno, oferecendo numerosas fotografias.

**Cartões** (2), do desembargador Simeão Sobral e do Dr. Francisco Actoll Sobral, agradecendo as condolências que lhes foram enviadas pelo Instituto por ocasião do falecimento do arcebispo D. Adalberto Sobral.

**Circulares** (8), do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Aracaju; do Centro Acadêmico Sívio Romero, desta Capital, comunicando a eleição e posse de suas diretorias; do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, pedindo o apoio deste Instituto à campanha que o mesmo tomou a si para que o ensino da história do Brasil e da geografia do Brasil seja feito nas três primeiras séries do primeiro ciclo do

curso médio; da União Pan-Americana, enviando um número da revista "Americas; do Grêmio Cultural Graco Cardoso, convidando o Instituto para a sessão de posse de sua Diretoria; da Câmara Municipal de Aracaju, comunicando o reinício dos seus trabalhos legislativos e do Diretor do Instituto Nacional do Livro, enviando uma coleção de livros, de grande valor.

**Ofícios** (5), do Conselho Nacional de Geografia, agradecendo a remessa de volumes; do Secretário da Segurança Pública do Estado, acusando o recebimento de um ofício deste Instituto; do Diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação, comunicando a aprovação da prestação de contas feita por este Instituto, quanto ao emprego dado ao auxílio de cem mil cruzeiros concedido no orçamento federal de 1949; do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, seção de Sergipe, oferecendo publicações à este Instituto e do Serviço Social do Comércio, seção de Sergipe, em idêntico sentido.

**Propostas** (3), indicando os nomes de Inácio Soares do Nascimento e Demócrito de Brito Cortes para sócios efetivos e Dr. Heleno Santiago para sócio correspondente, as quais foram encaminhadas à Comissão de Admissão de Sócios.

**Telegramas** (2), do Secretário da Segurança Pública, convidando o sodalício para o desembarque do governador do Estado Arnaldo Rollemberg Garcez, de volta do Rio de Janeiro, e do desembarcador Edson Nobre de Lacerda, comunicando ter remetido volumes da Revista da Academia Paraense de Letras, que lhe foram pedidos.

Aberta a ordem do dia não houve matéria para debates. O presidente lembrou que se aproxima a época da eleição da nova Diretoria, recomendando ao Secretário Geral a publicação de edital convidando os sócios para a mesma eleição. O secretário geral, Epifânio Dória, comunicou aos demais companheiros presentes que o número 20 da Revista está em via de sair impresso. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, calcada sobre as notas fornecidas pelo 2.º secretário D. Maria da Conceição Melo Costa.

(a. a.) Garcia Moreno, P.  
José Augusto R. Lima  
Felte Bezerra  
Maria da Conceição Melo Costa  
Epifânio da Fonseca Dória

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 6 de julho de 1951.

Presentes os membros da Diretoria, Dr. Garcia Moreno, D. Maria da Conceição Melo Costa, Dr. Felte Bezerra, Prof. José Augusto e Epifânio Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do Dr. Garcia Moreno.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente constou da seguinte:

**Cartas** (5), dos sócios benfeitores Antônio Benevides do Rioário e Alípio Ribeiro de Araújo, enviando retratos que lhes foram pedidos; do diretor do Serviço Social de Comércio, neste Estado, oferecendo livros à biblioteca; do sócio correspondente Orlando de Carvalho Damasceno, sobre a idéia da tiragem de uma separata de um trabalho seu a sair no n.º 20 da Revista e do diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação, ministrando instruções que lhe foram pedidas, em caráter obsequioso, sobre processos de recebimento de cotas federais.

**Cartões** (4), do Presidente Dr. Getúlio Vargas, agradecendo cumprimentos que lhe foram enviados no transcurso do seu aniversário natalício; da Inspeção de Museu e Monumentos da Bahia, acusando o recebimento de publicações que lhe foram enviadas; do Departamento Estadual de Estatística do Estado, enviando um número do seu Boletim; e do Presidente do Banco do Brasil, enviando o Relatório do mesmo Banco do ano de 1950.

**Circulares** (4), da União Pan-Americana, enviando números da revista *América*; da Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura do município da Bahia, enviando o 6.º volume dos seus "Documentos Históricos"; do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, agradecendo a comunicação da eleição e posse da nova Diretoria deste Instituto, e da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe, comunicando a sua recente fundação, nesta Capital e a eleição e posse dos membros de sua Diretoria.

**Pareceres** (3), da Comissão de Admissão de Sócios, os quais ficaram reservados à ordem do dia da sessão de hoje.

**Propostas** (2), no sentido de serem aceitos os senhores Dr. Sebastião Pagan, residente em S. Paulo, e Camilo de Calazans, residente nesta Capital, o primeiro para o quadro de sócios correspondentes e o segundo para o de sócios efetivos.

O presidente mandou à Comissão de Admissão de sócios as referidas propostas. Constatou ainda o expediente de vários livros, revistas, jornais e opúsculos recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foram lidas as três pareceres da Comissão de Admissão de sócios, opinando pela aceitação das candidatas Dr. Helena Santiago para o quadro de sócios correspondentes, Inácio Soares do Nascimento e Demócrito de Brito Cortes para o de sócios efetivos, pareceres que foram aprovados, mandando o presidente que a secretaria fizesse as devidas comunicações.

Falou em seguida o secretário geral, Epifânio Dória, comunicando que admitiu o preparatoriano Antônio da Rocha Menezes, para ajudar na secretaria no espaço de 3 horas por dia útil, no primeiro horário, mediante uma gratificação mensal de cem cruzeiros, enquanto convier ao Instituto, ficando o mesmo encarregado do recebimento de mensalidades e jotas mediante a comissão de 10% sobre as quantias que arrecadar, o que fôra feito com prévio entendimento com o Tesoureiro. Pediu a deliberação da Diretoria sobre a matéria sendo aprovada.

Comunicou em seguida o falecimento dos cultos sergipanos Drs. Florivaldo Linhares, Felix Soares de Melo e Ascendino Fontes de Rezende, ocorridos em S. Paulo, e o da Princesa Elisabeth de Orleans Bragança, viuva do Príncipe D. Pedro de Orleans Bragança, filho da Princesa D. Isabel, a Redentora, propondo que se lançasse na ata do dia um voto de pesar por esses falecimentos, por se tratar de pessoas de grande projeção na vida cultural e social do Brasil, proposta que foi aprovada. Comunicou que o Instituto recebeu recentemente um retrato a óleo do antigo deputado provincial comendador Cândido da Prado Pinto, figura de projeção social e política em Sergipe, na sua época, sendo o referido retrato uma tela do pintor C. Hatuchter, o qual não estando em bom estado de conservação por contar 80 anos de existência sem tratos, o Secretário Geral mandou fazer os devidos reparos e dar-lhe um banho de verniz. Deu conhecimento de ter mandado fazer reparos imprescindíveis na grande tela do pintor Oséas Santos, o retrato do Dr. Tobias Barreto, cujo estado éra também de má conservação.

Disse mais que mandára fazer um novo encerramento, que se achava ainda em execução. Deu parte a Secretário Geral do esforço que vem desenvolvendo para conseguir o pagamento do auxílio de vinte mil cruzeiros e a subvenção de dez mil concedidos ao Instituto no orçamento federal de 1950, e a subvenção de dez no orçamento dêste ano, apresentando uma carta íntima que recebera do Diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação, Dr. Abelardo de Almeida Nogueira, prestando informação que, a respeito, solicitára ao mesmo.

Generalizadamente tratou-se da eleição da nova Diretoria, a ocorrer a 15 do fluente, cuidando-se, com elevação de vistas, de um razoável revestimento de cargos.

Foram lembrados para presidente, o Dr. Felte Bezerra, para vice-presidente, o Prof. José Augusto, para 1.º e 2.º secretário, D. Maria da Conceição Melo Costa e Dr. Severino Uchôa, respectivamente; para orador e tesoureiro, o Dr. Celso Oliva e Amintas Andrade Garcez, respectivamente, fazendo-se pequenas alterações nas comissões permanentes.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, de acôrdo com notas fornecidas pelo 2.º secretário, D. Maria da Conceição Melo Costa.

(a.a.) Garcia Moreno, P.

**Felte Bezerra**

**José Augusto R. Lima**

**Maria da Conceição Melo Costa**

**Epifânio da Fonseca Dória**

**Ata da sessão de Assembléa Geral  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, para a eleição de sua nova Di-  
retoria, à 15 de julho de 1951**

Às dez horas do dia quinze de julho de mil novecentos e cinquenta e um, no edificio social, presentes vinte e oito sócios quites, foi aberta a sessão pelo presidente doutor João Batista Perez Garcia Moreno, que formou a mesa convidando o sócio major Onésimo de Araujo Pinto para ocupar o lugar de primeiro secretário, na falta do professor José Hermenegildo da Cruz, ocupando eu, Maria da Conceição Melo Costa, o lugar de segundo secretário, na forma dos Estatutos. Não houve leitura de ata nem de expediente. O presidente, comunicando o fim da sessão, annunciou que se ia começar a votação.

Abriu a urna que se achava sobre a mesa, mostrando-a aos presentes, que verificaram estar vazia. Fechou-a a chave e convidou os sócios presentes a votarem. Cada sócio assinava o livro de presença e deixava na urna a sua cédula. Encerrada a votação viu-se que haviam assinado o livro e votado, vinte e oito sócios. Aberta a urna verificou o presidente que o seu conteúdo era de vinte e oito cédulas, igual ao de nomes lançados no livro de presença. Anunciou em seguida que ia ter início a apuração, designando para escrutinadores os sócios João Rezende e Sálvio Oliveira.

Concluída a referida apuração verificou-se o seguinte resultado: Para presidente, doutor Felte Bezerra, vinte e sete votos; Dr. Garcia Moreno, um voto; para vice-presidente, doutor Lauro Barreto Fontes, vinte e sete votos; major Onésimo Pinto um voto; para primeiro secretário, professora Maria da Conceição Melo Costa, vinte e sete votos; Sálvio Oliveira, um voto; para segundo secretário, doutor Severino Pessoa Uchôa, vinte e oito votos; para orador, professor José Augusto da Rocha Lima, vinte e sete votos; doutor José Garcez Dória, um voto; para tesoureiro, contador Amintas Andrade Garcez, vinte e sete votos; José Aloísio de Campos, um voto; para a Comissão de Fazenda e Orçamento: Irineu Marques de Oliveira, professor Benedito Alves de Oliveira e coronel Francisco de Souza Porto, vinte e oito votos cada; para a Comissão de História: doutores Manuel Ribeiro, Gonçalo Roemberg Leite e Paulo Costa, vinte e oito votos cada; para a Comissão de Geografia: doutor João de Araujo Monteiro e professores Napoleão Agêlia de Oliveira Dória e Maria Thetis Nunes vinte e oito votos cada; para a Comissão de Manuscritos e Autógrafos: doutor João de Seixas Dória e professores Acrício Cruz e Maria das Graças de Azevedo Melo, vinte e oito votos cada; para a Comissão de Revista: doutor João Batista Perez Garcia Moreno, professor José Amado Nascimento e José Apóstolo de Oliveira Neto, vinte e sete votos cada; doutor Celso Oliva, um voto; para a Comissão de Admissão de Sócios: doutor Lauro Dantas Hora, major Nicason Ribeiro Nunes e Armando Barreto, vinte e oito votos cada; para a Comissão de Estatística: professores José Hermenegildo da Cruz, José Aloísio de Campos e Carlos Alberto Sampaio, vinte e oito votos cada.



O presidente, anunciando êste resultado, franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso para reclamação ou protesto. Reunido silêncio proclamou eleitos os que obtiveram maioria o que foi aprovado pela assembléa, por uma salva de palmas.

Foi então suspensa a sessão afim de que fosse lavrada esta ata que eu, Maria da Conceição Melo Costa, segundo secretário, lavrei. Foi então reaberta a sessão, sendo lida e legalmente aprovada a mesma ata que a mesa assinou, dando-lhe autenticidade.

(a.a.) Garcia Moreno, P.  
Onésimo de Araujo Pinto 1.º Sec.  
Maria da Conceição Melo Costa

---

**Ata da sessão de Assembléa Geral  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 6 de agosto de 1951.**

Com a presença do número legal de sócios, às dezesseis horas do dia seis de agosto do ano de mil novecentos cinquenta e um, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Garcia Moreno, que explicou ser o seu fim tomar deliberações de interesse geral para o sodalicio e dar posse à Diretoria e às comissões permanentes eleitas para o biénio de 1951-1953, declarando não ser ela solene por estar em obras o edificio social. Foi lida e aprovada a ata de 6 de julho passado. O expediente consistiu do seguinte:

Cartas (5) do Secretário do Governador do Estado, apresentando, em nome do mesmo, uma caravana de estudantes bahianos que desejava visitar este Instituto; da Biblioteca Municipal de Uberlândia, Estado de Minas, pedindo o ênvio das publicações dêste sodalicio; do sócio correspondente Luiz Carlos Sampaio de Mendonça, agradecendo informações que lhe foram enviadas; do escultor conterrâneo Cotinho Pinto de Mendonça, pedindo para serem conservados neste Instituto, em caráter obsequioso, três bustos em gesso, de sua autoria, a saber: do Monsenhor Silveira, de Gumerstina Bessa e de Francisco Camerino; e do professor Eduardo Prado de Mendonça, pedindo informações sobre a pessoa e obra do Dr. Prado Sampaio.

Cartões (3) de Inácio Soares do Nascimento, enviando dados pessoais que lhe foram pedidos; do sócio correspondente Messias Tavares da Cruz, comunicando ter recebido o seu diploma de sócio e agradecendo a remessa, e da Faculdade de Direito de S. Paulo, oferecendo um exemplar do último volume de sua revista.

Circular da firma Sobral & Cia., desta Capital, comunicando que a REAL S/A TRANSPORTES AÉREOS, adquiriu, por compra, o controle da antiga LINHA-AÉREA TRANSCONTINENTAL BRASILEIRA S/A., de que a mesma firma era agente.

Pareceres (2) da Comissão de Admissão de Sócios opinando pela aceitação dos candidatos, Dr. Sebastião Paganu para o quadro de sócios correspondentes e Camilo de Calzans para o de sócios efetivos, os quais ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Proposta firmada por cinco sócios para admissão do Dr. José Silvério Leite Fontes ao quadro de sócios efetivos, a qual foi encaminhada à Comissão de Admissão de sócios.

Telegrama do Secretário do Prefeito Municipal de Santos, dando resposta a uma sugestão enviada ao mesmo Prefeito. No expediente foram apresentados vários volumes, jornais e revistas de várias procedências.

Aberta a ordem do dia, foram lidos e votados cada um de sua vez os pareceres da Comissão de Admissão de sócios acima mencionados, os quais foram aprovados, mandando o Presidente que o Secretário geral comunicasse este resultado aos candidatos.

O Secretário geral Epifânio Dória, ponderando que a sessão era de Assembleia Geral, podendo haver deliberações de caráter geral, apresentou o seguinte projeto de Resolução:

Art. 1.º — O Parágrafo Único do Art. 13 dos Estatutos passa a ter a seguinte redação:

— Parágrafo Único. As vagas ocorridas ou que ocorrerem, por falecimento, no quadro de sócios benfeitores poderão ser preenchidas, observando-se no preenchimento o disposto nos parágrafos do Art. 9.º dos mesmos Estatutos e nas Resoluções ns. 5 e 6, de 17 de janeiro e 8 de junho de 1948, respectivamente.

Art. 2.º — O Parágrafo Único do Art. 72 fica assim redigido:

— Parágrafo Único. O disposto neste artigo não prejudica as concessões até agora feitas, nem veda permissão para que outras instituições realizem sessões econômicas nos salões térreos, sem direito à guarda de arquivo ou biblioteca; e festivas no salão de conferências, estas, porém, depois de prévio entendimento com o presidente e aprovação da Diretoria.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Lido e submetido à discussão o referido projeto não houve debates. Submetido a votos foi unanimemente aprovado, mandando o presidente pô-lo em forma para a devida sanção. Propôs mais o secretário Epifânio Dória que se consignasse na ata da sessão de hoje um voto de pesar pelo falecimento do sócio coronel Francisco Porfírio de Brito, ocorrido em Propriá a 20 de julho último, proposta que foi igualmente aprovada.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, redigida pelo Secretário Geral Epifânio da Fonseca Dória.

(a. a.) Lauro Barreto Fontes  
Maria da Conceição Melo Costa  
Severino Pessoa Uchoa  
Epifânio da Fonseca Dória  
Aminias Andrade Garces

**Ata da sessão ordinária da Diretoria  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 10 de setembro de 1951.**

Aos dez dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria Drs. Lauro Barreto Fontes e Severino Passôa Uchôa, Pro<sup>l</sup>ª Maria da Conceição Melo Costa e Epifânio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Lauro Barreto Fontes, vice-presidente, na falta do presidente Dr. Faletto Bezerra.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. O expediente foi o seguinte:

Carta (uma) do sócio benfeitor Dr. Genran da Souza, enviando um retrato que lhe foi pedido.

Cartão (um) da Associação Sergipana de Imprensa, convidando o Instituto para a sessão de posse de sua nova Diretoria.

Circulares (três) de Adão Santos Silva, de Castro Alves, Estado da Bahia, expondo à venda maquinário tipográfico; da Livraria J. Villegas, de Madrid, propondo ao Instituto comprar-lhe um exemplar da obra "Mapas Espanhóis, Siglos XV-XVIII"; e do Delegado Geral, em exercício, do Conselho Britânico, no Rio de Janeiro, H. Coulhard Burrow, enviando uma lista de bolsas de estudos na Grã-Bretanha, oferecidas pelo mesmo Conselho.

Ofícios (11) do Prefeito desta Capital, do Presidente do Tribunal de Justiça, do presidente da Assembléa Legislativa, do gerente da Agência do Banco do Brasil, do Delegado Fiscal do Tesouro Nacional, do Secretário da Justiça e Interior, do Departamento Estadual de Estatística e do Governador do Estado, todos agradecendo a comunicação de posse deste Instituto; do Chefe do Serviço de Divulgação, pedindo a designação de um representante deste Instituto para realizar uma palestra na Rádio Difusora, na "Semana da Pátria"; do Ministério das Relações Exteriores, remetendo publicações que lhe foram pedidas e da Faculdade de Direito do Recife, pedindo a remessa de publicações, em permuta.

Parecer (um) da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação do Dr. José Silvério Leite Fontes, para o quadro de sócios efetivos, o qual ficou reservado à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (9) indicando para sócios efetivos Djalmir Ferreira de Oliveira e Antônio Torres Junior; para sócios correspondentes o comandante Thier Fleming, os Drs. Joaquim Ribeiro, Manuel Diegues Junior, Renato Almeida e Francisco Conceição Menezes e o Monsenhor José Alves Landim; e para sócio benfeitor o Dr. Francisco Antônio de Oliveira, propostas que foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (três) do embaixador Lourival Fontes, comunicando, em nome do chefe da nação, que o pedido do Instituto, relativo ao pagamento das verbas do orçamento de 1950 tinha sido encaminhado ao Ministério da Fazenda; do Presidente da Assembléa Legislativa do Estado, convidando o Instituto para a solenidade da abertura da sessão ordinária deste ano, e do Prefeito da Capital con-

vidando, por sua vez, o sodalício para a solenidade da inauguração da Lavanderia Manoel Cruz.

Constou mais o expediente de crecida porção de revistas, jornais, livros e opúsculos recebidos de várias procedências.

O sócio Epifânio Dória comunicou o falecimento do Cónego Serapião Machado de Aguiar Menezes, ocorrido a 12 de agosto d'êste ano, propôs que se lançasse na ata um voto de pesar acrescentando que esse falecimento constitua uma sensível perda para o clero sergipano, para o Estado e para o Instituto. Comunicou mais que o sócio efetivo Justino Marques de Almeida se transferiu para fóra do Estado, estando quites com o sodalício e passando a sócio correspondente, na forma do artigo 20 dos Estatutos.

Troux das reformas porque vem passando o prédio, com ampliação da área destinada ao público no salão de conferências, uma modificação no balcão da Diretoria, aumento do estrado do plano e da instalação de luz, pintura e construção de um pequeno apartamento reservado aos artistas que venham realizar concertos e festas no salão de conferências, reformas estas promovidas pela nova diretoria, sob a presidência do Dr. Felte Bezerra. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, lavrei a presente ata redigida pela secretário geral Epifânio da Fonseca Dória.

(a. a.) Felte Bezerra

Epifânio da Fonseca Dória

Severino Pessoa Uchoa

Maria da Conceição Melo Costa

Aminias Andrade Garcez

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 6 de outubro de 1951.

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos cinquenta e um, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros de sua Diretoria, Dr. Felte Bezerra, Aminias Andrade Garcez, prof.<sup>ª</sup> Maria da Conceição Melo Costa, Dr. Severino Uchoa e Epifânio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente foi o seguinte:

Cartas (2) do Prof. José Augusto da Rocha Lima, orador do Instituto, renunciando o mandato, assunto que ficou reservado à ordem do dia da presente sessão, e do presidente da Sociedade Geográfica Brasileira, de S. Paulo, propondo-se a estabelecer com este Instituto colaboração recíproca nas tarefas culturais de ambas as instituições.

Cartões (3) dos consócios coronel Laurentino Lago e Dr. Abelardo Duarte, agradecendo a remessa do n.º 20 da Revista, e da Inspeção Regional de Esca-

tística Municipal, comunicando o envio de volumes da Revista Brasileira dos Municípios.

Circulares (2) da Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais, de João Pessoa, Paraíba, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria e do Desembargador Humbold Santaflor Cardoso, comunicando ter assumido a presidência do Tribunal de Justiça do Estado, para a qual fôra eleito.

Ofícios (8) do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, e dos Institutos Históricos da Paraíba e Pernambuco, agradecendo a comunicação de posse da nova Diretoria d'êste Instituto; do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, convidando o sodalício para a posse solene do novo Presidente do mesmo Tribunal; do Diretor da Casa da Moeda, em resposta a uma consulta que lhe foi dirigida e da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Secção de Sergipe, pedindo para ser reduzida para cinquenta cruzeiros mensais a contribuição de cem cruzeiros estabelecida, para que a mesma Associação realizasse suas sessões no edifício do Instituto, assunto que ficou reservado à ordem do dia da presente sessão.

Pareceres (4) opinando pela aceitação do Dr. Francisco Antônio de Oliveira para o quadro de sócios benfeitores, na vaga aberta com o falecimento do coronel Maximino José Ribeiro; dos Drs. Joaquim Ribeiro, Manuel Diegues Junior, Francisco Cancelção Menezes e Renato Almeida, do Monsenhor José Alves Landim e do Capitão de Mar e Guerra Thier Fleming para o quadro de sócios correspondentes e dos senhores Djalma Ferreira de Oliveira e Antônio Torres Junior para sócios efetivos, os quais ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Proposta, uma, no sentido de ser aceito sócio correspondente Dr. Jaime de Sá Menezes, médico residente na cidade da Bahia.

Telegrama do Embaixador Lourival Fontes, secretário da presidência da República, comunicando que o chefe da nação tinha encaminhado ao Ministério da Fazenda o apêlo d'êste sodalício, no sentido de lhe serem pagas as dotações orçamentárias de 1950.

Aberta a ordem do dia foram lidos um a um e submetidos a debate também um a um, os pareceres da Comissão de Admissão de sócios, acima mencionados, os quais foram unanimemente aprovados, mandando o presidente que o secretário Geral fizesse as devidas comunicações. Foi lido e submetido a discussão o pedido formulado pela Associação dos Ex-Combatentes, Secção de Sergipe. Falou no momento o secretário geral Epifânio Dória, apoiando o pedido e sugerindo que, por medida de equidade, se fizesse o mesmo com a Casa do Sargento e a Academia Sergipana de Letras. Ficou deliberado que se atendesse ao apêlo da Associação dos Ex-Combatentes, incluindo-se na medida a Casa do Sargento e a Academia Sergipana de Letras e que se oficiasse ao Sindicato de Construções Cíveis, para que o mesmo pague, consoante já prometêra, a mensalidade de cinquenta cruzeiros, como fazem as demais instituições que têm permissão para realizarem suas sessões no edifício do Instituto.

Mandou o presidente que se fizessem as devidas comunicações.

Lida a carta em que o consócio professor José Augusto da Rocha Lima renunciava o mandato de orador, em face da multiplicidade de suas tarefas de ordem educacional e cultural, recesso de faltar ao cumprimento do seu dever de orador na hora precisa, resolveu a Diretoria, unanimemente, não aceitar a renúncia, sem deixar de reconhecer a realidade dos seus motivos, pelo que, ficou assente poupar-se o mais possível o ilustrado e digno orador de tarefas que possam agravar-lhe a situação de excessivamente atarefado, constituindo esta excusa de aceitar a renúncia uma justa homenagem ao culto educador, homem de letras e estimado consócio.

O secretário geral, Epifânio Dória, lembrando que no dia em que se estava realizando a sessão ocorrida, em 1855, o falecimento do fundador da cidade Dr. Inácio Barbosa, propôs que se consignasse na ata um preito de saudade, como uma reverência à sua grande memória, o que foi aprovado.

O presidente Dr. Felte Bezerra propôs que se lançasse na ata do dia um voto de pesar pelo falecimento do antigo associado Dr. Hêlio José Ribeiro, comunicando-se à sua virtuosa genitora e à firma comercial Ribeiro & Cia., de que o falecido fôra chefe.

Foi eliminada, a pedido verbal, a associada do quadro de sócios efetivos, D. Maria Rinalvada Souza.

O Secretário geral sugeriu que se cuidasse de uma ampliação do prédio, aproveitando-se a área desocupada do fundo do mesmo prédio.

O presidente aprovou a sugestão, devendo-se examinar, previamente, quais os recursos disponíveis.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, redigida pelo secretário geral Epifânio da Fonseca Dória.

(a. a.) Felte Bezerra

Maria da Conceição Melo Costa

Epifânio da Fonseca Dória

Amintas Andrade Garcez

Severino Pessoa Uchoa

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 7 de novembro de 1951.

Aos sete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos cinquenta e um, na sede social, presentes os membros da Diretoria Dr. Felte Bezerra, prof.<sup>o</sup> Maria da Conceição Melo Costa, Amintas Andrade Garcez e Epifânio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente foi o seguinte:

Cartas, 9: do ministro Aníbal Freire, comunicando ter recomendado ao bibliotecário da Academia Brasileira de Letras a remessa da revista da mesma Aca-

demia ao Instituto; do Dr. Batista Ramos Bittencourt, acusando o recebimento do n. 20 da Revista; do Monsenhor José Alves Landim, enviando a importância de sua joia de sócio correspondente; do Dr. Renato Almeida e do comandante Thier Fleming, agradecendo a eleição de sócios correspondentes; do sócio padre Aurélio Vasconcelos de Almeida e do coronel Augusto de Araujo Dória, agradecendo a comunicação que lhes fora feita da posse da nova Diretoria e do sócio Tenente Pascal Bandeira Moreira (2) sobre assuntos diferentes de interesse do Instituto.

Cartões, 3: do diretor do Arquivo Público de Pernambuco, comunicando a remessa de Publicações; do sócio coronel Salvador de Moya, agradecendo a comunicação que se lhe fez da posse da nova Diretoria e do Dr. Hélio Viana, agradecendo a remessa do livro Etnias Sergipanas e enviando cópia da nota que forneceu a uma revista mexicana sobre o mesmo livro.

Circulares, 5: do Sr. Antônio d'Ávila Nabuco, comunicando ter assumido as funções de Prefeito da Capital, para as quais fora nomeado; da Tattwa A. O. Rodrigues, desta Capital, convidando o Instituto para uma solenidade; da Família do Dr. Hélio José Ribeiro, agradecendo as condolências que lhe foram enviadas por ocasião do falecimento do mesmo Dr. Hélio; da União Sergipana dos Estudantes Secundários, e da União dos Empregados Públicos do Estado de Sergipe, comunicando a eleição e posse de suas diretorias.

Offícios, 7: do Conselho Nacional de Estatística, comunicando estarem esgotados os ns. 1 e 2 da Revista Brasileira dos Municípios; da Casa do Sargento de Sergipe, comunicando achar-se instalado na rua de Laranjeiras e agradecendo ao Instituto o ter-lhe abrigado por muito tempo no seu edifício; da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (2), agradecendo a remessa de volumes que lhe enviamos e comunicando não ser-lhe possível o envio de outros que lhe pedimos em permuta; da Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura Municipal de Salvador, comunicando a remessa de um volume pela mesma publicado; do Secretário da Segurança Pública do Estado e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, agradecendo a comunicação da eleição e posse da nova Diretoria deste Instituto; do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, agradecendo a remessa dos números da Revista deste Instituto.

Parecer da Comissão de Admissão de sócios, opinando pela aceitação do candidato Dr. Jaime de Sá Menezes para o quadro de sócios correspondentes, o qual ficou reservado à ordem do dia da sessão de hoje.

Propostas, (4): dos senhores Elias Domit, coronel Augusto de Araujo Dória e Príncipe Ligny-Luzemburg, para sócios correspondentes e 1.º tenente Kranger Cavalero de Oliveira, para sócio efetivo, propostas que foram despachadas à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas, (2): do Deputado Amando Fontes, prestando uma informação que lhe fora pedida e do Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social, pedindo o envio de documentos para instruírem as comprovações de despesas.

Constou ainda o expediente de grande porção de revistas, jornais, livros e opúsculos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Admissão de sócios, opinando pela aceitação do Dr. Jaime de Sá Menezes para o quadro de sócios correspondentes, o qual foi unanimemente aprovado, mandando o presidente fazer a devida comunicação ao novo sócio.

O Tesoureiro Amintas Andrade Garcez apresentou o balanço encerrado a 31 de outubro findo, segundo o qual o sodalicio tinha um saldo em depósitos bancários do valor de Cr\$ 71.010,40, o qual responde por pagamentos a serem feitos à Livraria Regina, P. Franco & Cia., Viuva Ottoniel Dória e José Domingues Fontes.

O presidente comunicou que o grande escritor Erico Verissimo estava realizando uma excursão pelo norte, devendo realizar conferências na Bahia e no Recife e sugeriu que se o convidasse para visitar a nossa Capital e realizar uma conferência, sugestão que foi aceita, telegrafando-se, de logo, ao mesmo. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emetério Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata, redigida pela secretário geral Epiânio da Fonseca Dória.

(a. a.) Felte Bezerra

Epiânio da Fonseca Dória

Amintas Andrade Garcez

Maria da Conceição Melo Costa

Severino Pessoa Uchoa

---

Ata da sessão solene conjunta do  
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,  
Academia Sergipana de Letras e In-  
stituto Brasileiro de Educação, Ciência e  
Cultura.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de mil novecentos e cinquenta e um, presentes os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Dr. Felte Bezerra, da Academia Sergipana de Letras, Dr. Marcos Ferreira e do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, seção de Sergipe, Dr. Gonzalo Rollemberg Leite presentes também o representante do governador do Estado, Dr. José Silvério Leite Fontes e o Prefeito da Capital, senhor Antônio de Avila Nabuco, membros das três instituições, representantes da imprensa local, cavalheiros, senhoras e senhorinhas, foi aberta a sessão pelo Dr. Felte Bezerra que declarou ser a mesma destinada a propiciar à sociedade da Capital uma festa cultural com uma conferência do intelectual contemporâneo Dr. Mário Cabral, girando em torno do folclore infantil.

Não houve leitura de ata nem de expediente.

Aberta a sessão foi concedida a palavra ao Dr. Mário Cabral que leu sua brilhante conferência intitulada "Retorno ao país da infância". Terminada a lei-



tura do esplêndido trabalho foi o orador vivamente aplaudido por palmas da numerosa e luzida assistência.

Foi em seguida encerrada a sessão de que eu, Emetório Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata redigida pelo secretário geral do Instituto Histórico Senhor Epifânio Dória.

(a. a.) Felte Bezerra

Epifânio da Fonseca Dória

Maria da Conceição Melo Costa

Amintas Andrade Garcez

Severino Pessoa Uchoa

---

Ata da sessão ordinária da Diretoria  
do Instituto Histórico e Geográfico de  
Sergipe, de 7 de dezembro de 1951.

Aos 7 dias do mês de dezembro de mil novecentos cinquenta e um, às dezessete horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico, presentes os membros da Diretoria Drs. Felte Bezerra e Severino Uchoa, professora Maria da Conceição Melo Costa, Amintas Andrade Garcez e Epifânio Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foram lidas e aprovadas as atas das sessões de 7 e 23 de novembro. O expediente lido foi o seguinte:

Cartas (8) do consócio Joaquim Lins de Carvalho, comunicando a transferência de sua residência para Santos; do dr. Valentim Bougas, do Archivo General de la Nación, de Montevideo, do sócio Dr. Manuel Carlos e da Biblioteca Rio-Grandenas (4), acusando o recebimento do número 20 da Revista; do dr. Francisco Antônio de Oliveira, agradecendo a sua eleição para o quadro de sócios benfeitores; do dr. Joaquim Ribeiro, agradecendo a sua eleição para o quadro de sócios correspondentes; da Escola de Estudos Hispano-Americanos, o envio de números atrasados da Revista e do Escritório Oficial de Iniciações e Colocação de Imigrantes de S. Paulo, comunicando a remessa de um exemplar do seu Boletim.

Cartões (8) do sócio Príncipe D. Pedro de Orleans, agradecendo condolências que lhe foram enviadas; do Rotary Club de Recife, comunicando a remessa de exemplares do seu Boletim; de José Prudêncio dos Santos Sobrinho, oferecendo seus serviços de procuradorias, mediante comissão; do sócio correspondente Dr. Jordão Emerenciano, remetendo a sua joia de sócio; do bacharelado João Eudes Leite Soares, convidando o Instituto para a sua colação de grau na Faculdade de Direito de Alagoas; da Biblioteca Central da Universidade de S. Paulo e da Inspeção de Museu e Monumentos da Bahia, acusando o recebimento do número 20 da Revista e do sócio benfeitor João Quintiliano da Fonseca, respondendo uma consulta do Instituto.

Circular da Inspeção do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura da Cidade do Salvador, Bahia, oferecendo um exemplar do livro "A Primeira Revolução Social Brasileira", do escritor Prof. Afonso Rui.

Ofícios (3) da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação, comunicando ter sido aprovada a prestação de contas do emprego dado à subvenção federal do exercício de 1950 e dos Institutos Históricos do Pará e do Rio Grande do Sul, agradecendo a participação de posse da Diretoria deste Instituto.

Pareceres (4) da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação do Barão Elias Domit, do coronel Augusto de Araujo Dória e do Príncipe Ligny-Luxemburg para o quadro de sócios correspondentes e do 1.º tenente do Exército Kronzer Cavaleiro de Oliveira para a quadro de sócios efetivos pareceres que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Proposta indicando o nome do alto comerciante desta capital, senhor Eliseo Pedrosa Rocha, para sócio benéfico, na vaga aberta com o falecimento do sócio Dr. Alonzo Azevedo, a qual foi encaminhada à Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (2) do Presidente do Tribunal de Justiça convidando o Instituto para a solenidade da aposição do retrato do Dr. Gumercindo Bessa na galeria dos presidentes do mesmo Tribunal e do escritor Erico Veríssimo comunicando não ser possível aceitar o convite que lhe dirigiu este sodalício.

Constou ainda o expediente de grande porção de revistas, livros, opúsculos e jornais recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia foram lidos, discutidos e votados, separadamente, os quatro pareceres da Comissão de Sócios, sendo todos aprovados unanimemente, ficando aceito para o quadro de sócios efetivos o 1.º tenente do Exército Kronzer Cavaleiro de Oliveira, para o de correspondentes o Barão Elias Domit, o Príncipe Ligny-Luxemburg e o coronel Augusto de Araujo Dória, mandando o presidente fazerem-se as devidas comunicações.

O Tesoureiro Amintas Andrade Garcez apresentou o balanço do mês de novembro findo, segundo o qual havia em 1.º do fluente um saldo de Cr\$ 70.953,80 recolhida a estabelecimentos bancários desta Capital. O Secretário geral comunicou que vem se empenhando perante a Divisão de Orçamento do Ministério da Educação para obter o pagamento da subvenção federal do corrente exercício, tendo apelado mais uma vez para a prestimosidade do consócio Deputado Amando Fontes, não tendo até agora conseguido ver realizado o referido pagamento. Continuando propôs que o Instituto, por seu presidente, enviasse ao consócio Joaquim Lins de Carvalho agradecimentos pela sua colaboração dada ao sodalício, como sócio e tesoureiro, que o foi por muito tempo.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Emérito Francisco do Nascimento, auxiliar administrativo, lavrei a presente ata redigida pelo secretário geral Senhor Eplânio da Fonseca Dória.

(a. a.) Felte Bezerra

Eplânio da Fonseca Dória

Amintas Andrade Garcez

Severino Pessoa Uchoa

Maria da Conceição Melo Costa

**SÓCIOS EFETIVOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1959 (\*)**

Abdon de Barros Monte, Dr. — Marum	Benedito Alves de Oliveira, Prof.
Acilii Porto	Benedito da Silva Cardoso, Dr.
Adalberto Vieira Dantas, Dr.	Benjamin Alves de Carvalho, Dr.
Alaide de Barros Prado D.	Cacildo Dantas
Alcibiades Melo Vilas-Boas, Prof.	Camillo Calazans
Alfredo Sabião Busch	Caputo Garcia Moreno, Dr.
Aloisio Barbosa Porto, Dr.	Carlos Fernandes de Melo, Dr.
Aloisio Coutinho Neves, Dr.	Carlos Vieira Sobral, Desembargador
Aloisio Pereira de Melo, Dr.	Celso Oliva, Dr.
Aloisio Vilas-Bôas, Dr.	Cláudio Martins Fanles
Alvaro Andrade, Dr.	Clevis Conceição, Dr.
Alvaro Azevedo Santana, Dr.	Clovie Mozart Teixeira, Dr.
Alvaro Santos	Clovie Rollemberg
Amintas Andrade Garcez	Dalila Côrtes Rollemberg, D.
Antônio Correia de Melo, Dr.	Demócrito de Brito Côrtes
Antônio Garcia Filho, Dr.	Djalma Ferreira de Oliveira, Dr.
Antônio Garcia Rosa, Dr.	Djalma Moreira Faria
Antônio Grossi Missano	Domingos Fonseca de Almeida, Monsen-
Antônio Machado, Dr.	hor
Antônio de Oliveira Brandão, Dr.	Edélio Vieira de Melo, Dr.
Antônio Tavares de Bragança, Dr.	Edgard Lacerda Ferreira
Antônio Torres Junior, Dr.	Edilécio Andrade Vieira, Dr.
Arício de Guimarães Fortes, Dr.	Edson Brasil, Dr.
Arisevaldo Figueiredo Santos, Dr.	Eliszer Leopoldino Santana
Arivaldo Prata	Elisan Hora Fontes, Capitão-de-Corveta
Armando Barreto — Brasília, D.F.	— Rio
Armando Rollemberg Leite, Dr.	Emmanuel de Barros Franco, Dr.
Artur Santana, Prof.	Eraldo Barbosa, Monsenhor — Aracaju
Augusto Pereira de Azevedo, Prof.	Etelvino de Menezes Tavares, Dr.
Basilio dos Santos Amaral, Dr.	Eusápio Linhares Nou, Dr.

(\*) Os sócios cujos nomes estiverem sem indicação de residência é que a têm em Aracaju.

- Felto Bezerra, Dr. — Rio  
Fernando Figueiredo Porto, Dr.  
Fernando do Prado Maia, Dr.  
Fernando Sampaio, Dr.  
Filadelfo Jônatas de Oliveira, Cónego —  
Laranjeiras  
Flávio da Rosa Melo, Dr.  
Florival Santos  
Francisco Alves Pereira  
Francisco Quintiliano da Fonseca, Dr.  
Francisco Sales de Menezes — Tobias  
Barreto  
Francisco de Souza Porto, Cel.  
Gentil Tavares da Mota, Dr.  
Geraldo Majela de Menezes, Dr.  
Gersinoud de Lacerda Filho  
Gileno Francisco de Jesus, Dr.  
Gongalo Rollemberg Leite, Dr.  
Hélio Andrade Amado, Dr. — São Cris-  
tóvão  
Hercllio Cruz, Dr.  
Heribaldo Dantas Vieira, Dr.  
Hermeto Rodrigues Feitosa, Cel.  
Hilda Sobral Faria, Prof.<sup>a</sup>  
Hugo Gurgel, Dr.  
Irineu Marques de Oliveira  
João Alves Bezerra  
João Andrade de Almeida  
João de Araujo Monteiro, Dr.  
João Barbosa dos Santos  
João Barreto Sobrinho  
João Batista Perez Garcia Moreno, Dr.  
João Bosco da Andrade Lima, Desembar-  
gador  
João Cardoso do Nascimento, Dr.  
João de Carvalho Aragão, Dr.  
João Conrado Guerra, Dr.  
João Dantas Martins dos Reis, Desembar-  
gador  
João Evangelista Cajueiro, Prof.  
João Machado de Faro Rollemberg, Dr.  
João Maynard Barreto, Dr.  
João Marques Guimarães, Dr.  
João Melo de Oliveira  
João Moreira Lima, Cónego  
João Pires Wynne, Dr.  
João Rezende  
João Rodrigues da Cruz, Dr.  
João do Rosário Dória  
João Seixas Dória, Dr.  
João Teiss de Souza  
Joaquim Vieira Sobral, Prof.  
Jocelina Emília de Carvalho  
Joel Macieira de Aguiar, Dr.  
Jorge de Oliveira Neto, Dr.  
Josaiá Brandão, Dr.  
José Alcides Brito  
José de Alencar Cardoso, Prof.  
José Aloisio de Andrade, Dr.  
José Aloisio de Campos, Dr.  
José Amado Nascimento, Prof.  
José Antonio Nunes Mendonça, Prof.  
José Apóstolo de Oliveira Neto  
José Augusto Garcez  
José Barreto Fontes, Prof.  
José Bezerra das Santos, Dr. — Itabaiana  
José Bonifácio Fortes Neto, Dr. — São  
Cristóvão  
José de Carvalho Andrade  
José Conrado de Araujo  
José Correia dos Santos, Tenente  
José de Carvalho Dêda — Simão Dias  
José Danilus do Prado, Dr.  
José Dias Sobral  
José Fernandes Barros de Mendonça, Dr.  
José Fernandes Prado Vasconcelos, Dr.  
José Fontes Cardoso, Prof.  
José Francisca de Menezes — Tobias Bar-  
reto  
José Garcez Dória, Dr.  
José de Góes Duarte  
José Hemenegildo da Cruz, Prof.  
José de Lima Gama  
José Machado de Souza, Dr.  
José Mesquita da Silveira  
José Monteiro de Menezes  
José Noronha Moura  
José Olino de Lima Neto, Dr.  
José Passos Porto, Dr.  
José Rollemberg Leite, Dr.

- José Sales de Campos  
José Santos Souza  
José Sebeão de Carvalho Sobrinho, Prof.  
José da Silva Ribeiro Filho, Dr.  
José Silvério Leite Fontes, Dr.  
Judith de Oliveira Ribeiro, Prof.<sup>a</sup>  
Jaquira Feliosa Franco, Prof.  
Juliano Calazans Simões, Dr.  
Júlio Flávio Prado, Dr.  
Ladisláu Estevão Milet, Dr.  
Laura de Brito Porto, Dr.  
Lauro Dantas Hora, Dr.  
Lauro Pacheco de Oliveira, Dr. — Simão  
Dias  
Leandro Maynard Maciel, Dr.  
Lourival Batista, Dr.  
Lourival Bomfim, Dr.  
Luciano Cabral da Góes Duarte, Mense-  
nhor  
Luclio da Costa Pinto, Dr.  
Luiz Bosco Vieira Sobral, Dr.  
Luiz Carlos Fontes de Alencar, Dr.  
Luiz Garcia, Dr.  
Luiz Kráus  
Luiz Magalhães, Desembargador  
Luiz Otávio de Araújo, Dr.  
Luiz Pereira de Melo, Desembargador  
Luz Rabelo Leite, Dr.  
Maçoas de Espírito Santo, Cel.  
Manoel Aquiles de Lima, Dr.  
Manoel Barbosa de Souza, Dr.  
Manoel Cabral Machado, Dr.  
Manoel Ferreira da Silva Neto, Dr.  
Manoel Franco Freire, Prof.  
Manoel Nicamor Nascimento  
Manoel Sobral  
Marcos Ferreira de Jesus, Dr.  
Maria de Aguiar Barreto, D.  
Maria da Conceição Mota Costa, Prof.<sup>a</sup>  
Maria das Graças de Azevedo Melo, Prof.<sup>a</sup>  
Maria de Lourdes Avila Lima, D.  
Maria Purity Santana de Moraes, D.  
Maria Thetis Nunes, Prof.<sup>a</sup>  
Mário de Araujo Cabral, Dr.  
Max José Ribeiro, Cel.  
Miguel Monteiro Barbosa, Cônego — N. S.  
das Dóres  
Napoleão Agêlia de Oliveira Dória, Prof.  
Norma Monte Alegre Reis, Prof.<sup>a</sup>  
Odilon Soares de Melo  
Ostenista Soares Freire, Prof.<sup>a</sup>  
Olavo Ferreira Leite, Dr.  
Onésimo de Araujo Pinto  
Oriando Vieira Dantas  
Oséas Maynard Lemos, Dr.  
Osman Hora Fontes, Dr.  
Osman da Silva Buarque, Dr.  
Osório do Prado Leite  
Otávio de Espírito Santo, Dr.  
Otávio Teles de Almeida, Desembargador  
Paulo Costa, Dr.  
Paulo Acioli de Faro Borges, Dr.  
Pedro Alcantara Braz, Dr.  
Pedro Barreto de Andrade, Dr.  
Pedro da Silva Bastos  
Pedro Soares, Dr.  
Pedro Vieira de Matos, Dr.  
Rinaldo Oliveira Vasconcelos, Dr.  
Roosevelt Cardoso Menezes, Dr.  
Rosa Moreira Faria, D.  
Ruy Eloy dos Santos, Dr.  
Sálvio Oliveira  
Sebastião Batista Barato  
Sebastião Celso de Carvalho, Dr. — Si-  
mão Dias  
Serapião de Aguiar Torres, Dr.  
Severino Pessoa Uchôa, Dr.  
Temístocles Alves Viana  
Temístocles Diniz Gonçalves, Dr.  
Temístocles Fruteira  
Teodamiro Andrade  
Teotônio Mesquita, Dr.  
Urbano de Oliveira Lima Neto, Dr.

Vicente Hora de Mesquita  
Waldemar Fortuna de Castro, Desembargador  
Waldemar Vieira Dantas  
Walter Cardoso, Dr.

Wilson Barbosa de Melo  
Zacarias Lourenço de Carvalho, Desembargador  
Zózimo Ferreira de Almeida  
Zózimo Lima

### SÓCIOS BENEMÉRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1959

Amando Fontes, Dr. — Rio de Janeiro  
Aminias de Faro Sobral — São Paulo  
Ariston Azevedo, Dr. — São Paulo  
Arnaldo Arantes, Dr. — São Paulo  
Epifânio da Fonseca Dória  
Eronides Ferreira de Carvalho, Dr.  
Francisco de Barros Melo — Santos — São Paulo  
Francisco Leite Neto, Dr. — Aracaju  
Godofredo Moraes de Menezes, Dr. — Rio de Janeiro

Humberto de Andrade Amado, Dr. — Rio de Janeiro  
João Rodrigues da Costa Dória, Dr. — Bahia  
Jordão Oliveira, Dr. — Rio de Janeiro  
Jorge Campos Myrland, Dr. — Rio de Janeiro  
Luiz Barros — Rio de Janeiro  
Orlando de Carvalho Damasceno — São Paulo  
Ulisses Dória — Itabuna — Bahia

### SÓCIOS BENFEITORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1959

Abelardo Barreto do Rosário, Dr. — Rio de Janeiro  
Acrísio de Avila Garcez — Lagarto  
Adelson Noqueira Barreto — Santos — São Paulo  
Afonso Quintiliano da Fonseca — Bahia  
Agnela Vasconcelos Torres — Propriá  
Alberto Costa — Bahia  
Alberto Decato Maia Barreto, Dr. — Belo Horizonte  
Alcides da Silveira Faro, desembargador — São Paulo  
Alípio Ribeiro de Araujo — Bahia  
Ananias Dória — Itabuna — Bahia  
Aníbal Freire da Fonseca, Ministro — Rio de Janeiro  
Antônio Campos de Oliveira, Dr. — São Paulo  
Antônio de França Pacheco — Recife  
Ariovaldo Barreto — Capela  
Arnaldo Rollemberg Garcez — Aracaju

Ascendino de Barros Pimentel — Rio de Janeiro  
Augusto Andrade — Itabuna — Bahia  
Baltazar Xavier de Andrade e Silva, Dr. — Niterói  
Cândido Joaquim de Almeida — Recife  
Carlos Dantas — Aracaju  
Carlos Waldemar Acioli Rollemberg, Dr. — Recife  
Carpóforo da Rocha Franco, Cel. — Itabuna — Bahia  
Cleómenes Campos — São Paulo  
Clóvis Betslho Vieira, Dr. — São Paulo  
Constância de Souza Vieira — Estância  
Demócrito de Vasconcelos Linhares, Dr. — Rio  
Durval Rollemberg Rodrigues da Cruz, Dr. — Rio  
Edson Nobre de Lacerda, desembargador — Curitiba  
Eleyson Cardoso, Dr. — Belém  
Elílio Pedrosa da Rocha — Aracaju

- Fernando Garcez Vieira, Dr. — Aracaju  
Flávio de Barros Pimentel — Rio Branco  
— Acre  
Francisco de Araujo Machado, General  
— Rio  
Francisco de Avila Melo — Itabunina  
Francisco Benício dos Santos — Bahia  
Francisco Fontes Lima — Itabuna —  
Bahia  
Francisco Muniz Barreto — Mococa —  
São Paulo  
Francisco da Silveira Dória — Rio de  
Janeiro  
Gabriel Benevides do Rosário, Cel. —  
Bahia  
Géllo de Araujo Lima, General — Rio de  
Janeiro  
Genaro da Mota Rabelo — São Paulo  
Gileno Amado, Dr. — Ilhéus — Bahia  
Gileno da Silveira Lima, Dr. — Aracaju  
Godofredo Diniz Gonçalves — Rio de Ja-  
neiro  
Gonçalo Pinto de Mendonça — Itabuna  
— Bahia  
Gontran Reis, Dr. — São Paulo  
Gontran de Souza — Rio de Janeiro  
Gotardo Correia de Araujo — Bahia  
Heleno de Barros Santiago, Dr. — Rio de  
Janeiro  
Heráclito Dantas de Oliveira — Bahia  
Herculio Porfino de Brito, Dr. — Propriá  
Jaime Péricles de Souza Guimarães, Dr.  
— Rio  
João Alves de Carvalho — Bahia  
João de Avila Lima — Belmonte —  
Bahia  
João Fontes de Faria, Dr. — Rio de Ja-  
neiro  
João de Matos Carvalho, Dr. — Simão  
Dias  
Joaquim Sabino Ribetto, Dr. — Aracaju  
José de Brito Silva, General — Rio de  
Janeiro  
José de Côrtes Duarte — Almenara —  
Minas Gerais  
José Franco Sobrinho — Itabuna — Bahia  
José Garcez Vieira — Aracaju  
José Prado Vasconcelos — Aracaju  
José Quintiliano da Fouseca Sobral —  
Aracaju  
José Ramos de Andrade — Belmonte —  
Bahia  
José da Silva Peixoto, Dr. — Neópolis  
Júlia Cesar Leite, Dr. — Aracaju  
Laura de Melo Andrade, Dr. — Rio de  
Janeiro  
Lutz Guarandá, Dr. — Rio de Janeiro  
Manoel Campos de Oliveira (Manuelito)  
— Bahia  
Manoel Gonçalves, Comendador — Neó-  
polis  
Manoel dos Passos Galvão Filho — Rio  
Branco — Acre  
Manoel Prado Vasconcelos — Aracaju  
Manoel Rollemberg de Aguiar — Aracaju  
Mário Cravo Junior, Dr. — Bahia  
Mavioel Prudente de Souza — Santos —  
São Paulo  
Melchisedek Monte, Dr. — Rio de Janeiro  
Miguel Benevides do Rosário — Ilhéus —  
Bahia  
Newton Nabre de Lacerda, Dr. — João  
Pessoa  
Nicolodemas Barreto — Itabuna — Bahia  
Oscar Coelho e Melo — Santos — São  
Paulo  
Paulo Nunes — Itabuna — Bahia  
Pedro Mentalvão Amado, Dr. — Rio de  
Janeiro  
Raul Schinódi, Dr. — Bahia  
Robustinjano da Silveira Góes — Bahia  
Sancho de Barros Pimentel — Santos —  
São Paulo  
Synval Coelho de Barros Melo — Santos  
— São Paulo  
Tancredo de Souza Campos, Dr. — Ara-  
caju

Teonilo Leite — Londrina — Paraná  
Teodoro Camargo do Nascimento, General — Rio

Tillemont Fonseca Andrade — Bahia  
Virgílio Rezende — Rio de Janeiro  
Walke Correia de Araújo — Bahia

### SÓCIOS EFETIVOS PERPÉTUOS, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1959

Açenor Monte, Cel. — Rio de Janeiro  
Alfredo de Amaral Rocha, Dr. — Rio  
Alcísio Calazans da Silveira — Rio  
Alcísio Garcia da Costa Barros, Desemb. — Curitiba  
Amadeu Queiroz Guimarães, Cel. — Rio  
Amisio Dantas — Aracaju  
Antônio Correia de Andrade — Bahia  
Antenor Lúcio Coelho, Dr. — Rio  
Antônio Carlos do Nascimento Junior, Cel. — Rio  
Antônio Cid, Major — Rio  
Antônio Franco Filho — Aracaju  
Antônio Freitas, Monsenar  
Antônio Joaquim de Figueiredo, Cel. — Rio  
Antônio Leôncio Pereira Ferraz, Cel. — Rio  
Antônio Soares Sabino de Melo — Rio  
Antônio Sobral Sobrinho — São Simão — São Paulo  
Aquilino Mascena — Aracaju  
Arivaldo da Silveira Fontes, Major — Rio  
Arnaldo da Silveira Faro  
Artur Tavares de Souza — Simão Dias  
Austelino Rocha — Aracaju  
Ayrton Valença Monteiro  
Beimiro da Silveira Góes, Dr. — Estância  
Carlos Pantes Ribeiro Dr. — Juiz de Fora  
Carlos João Silveira — Aracaju  
Carlos Sudá de Andrade, Cel. — Rio  
Cesar Ribeiro  
Cid Silveira Pacheco, Te.Cel. — Rio  
Claudio Vasconcelos —  
Cleóbulos Amazonas Duarte, Dr.  
Darcy de Siquetra Vilçaça Major — Rio  
Davi Antônio da Silva Carneiro, Dr. — Paraná

Décio Garcez Vieira — Aracaju  
Deusdeth Barbosa Amado — Juiz de Fora — Minas  
Domingos Felix de Santana — Aracaju  
Domingos Sávio Barreto de Andrade — Aracaju  
Eduard Coelho — Aracaju  
Edilberto Souza Campos, Dr. — Rio  
Edmundo Menezes Dantas, Dr. — Belo Horizonte  
Enéas de Almeida Fontes — Rio  
Emani de Souza Freire — Aracaju  
Ernesto Leite Machado, Cel. — Recife  
Euler José Ribeiro, Cel. — Aracaju  
Ezequias Nunes —  
Fernando Dantas da Cruz — Itabuna — Bahia  
Fernando Duarte dos Santos — Aracaju  
Fiel de Menezes Dantas, Dr. — São Paulo  
Floriano de Faria Amado, Cel. — Juiz de Fora — Minas  
Florival Brito —  
Francisco Soares Nascimento — Aracaju  
Franklin de Oliveira Ribeiro Dr. —  
Gabriel da Silveira Faro, Dr. — São Paulo  
Gaspar Farias — Aracaju  
Gastão Fonseca de Carvalho Rocha, Cel. — Rio  
Gervásio de Carvalho Prata, Desemb. — Simão Dias  
Ginaldo de Almeida Araújo —  
Gonçalo Barreto de Menezes — Bahia  
Helder Leal — Aracaju  
Helestan Saraiva O'Reilly, Capitão — Rio  
Heráclito de Oliveira Sampaio, Alm.  
Heraldo Menezes Santos —



- Ernani Sávio Sobral, Dr. — Aracaju  
Horácio Vieira de Melo, Dr. —  
Humberto Diniz Sobral, Dr.  
Humberto de Souza Melo, Cel. — Rio de Janeiro  
Inocêncio Astério de Menezes Lins, Dr.  
Inocência Nascimento — Simão Dias  
Isaac Chapemann — Aracaju  
Jaime Figueiredo, Dr. — Niterói  
João Alberto da Rocha Franco, Major — Rio  
João Alfredo Libânio Guedes, Dr. — Rio  
João Batista de Rezende — Ilhéus — Bahia  
João Cesar de Oliveira  
João Montalvão Matos — Aracaju  
João Nunes de Andrade —  
João Tavares Filho, Cel. — Belo Horizonte  
Jonas de Moraes Correia Filho, Cel. — Rio  
Jonas de Moraes Correia Neto, Capitão — Rio  
Jocélia Carlos Borges, Dr. — Bahia  
José Barreto Filho, Dr. —  
José Benedito de Oliveira Bomfim, Dr. — Rio  
José Charves Dantas — Manaus  
José de Faro Menezes —  
José Hermógenes de Andrade Filho, Major — Rio  
José Job de Carvalho — Aracaju  
José Luiz Bragança de Azevedo, Dr.  
José Mota Fernandes —  
José Prata Góes — Aracaju  
José Ramos de Moraes —  
José Rodrigues Bastos Coelho, Dr. — Rio  
José Vieira Sobral, Cel.  
Josias Ferreira Nunes — Propriá  
Josias Vieira Dantas — Maracá  
Luciano da Silveira Amado —  
Luiz Carlos Ralenberg Dantas, Dr. — Aracaju  
Luiz Felipe da Silva Wiedmann, Cel. — Rio  
Luiz de Freitas Melo — Blumenau — Santa Catarina  
Luiz Gonzaga de Melo —  
Luiz Teóforo de Brito, Cel. — São Paulo  
Manoel de Aguiar, Dr. Simão Dias  
Manoel de Carvalho Barros, Dr. — Rio  
Manoel Cavalcante Proença, Cel. — Rio  
Manoel Messias Araújo de Almeida — Aracaju  
Manoel de Oliveira Martins — Aracaju  
Manoel da Silveira Dória —  
Manoel Xavier de Figueiredo Mante, Dr. — Propriá  
Mário de Araújo Hora — Rio  
Mauro de Faria Becker, Major — Rio  
Melício de Souza Machado — Aracaju  
Milton Pereira de Azevedo, Cel. — Rio  
Milton Tiarço de Melo, Major — Rio  
Moacir de Andrade Melo — Lorena — São Paulo  
Moacir Rabelo Leite, Dr. — Aracaju  
Morency do Couto e Silva, Cel. — Rio  
Murilo de Menezes Dantas — Aracaju  
Oldemiro Ferreira, Capitão — Rio  
Otávio da Silveira Sales, desemb.  
Otávio Ismaelino de Castro, Cel. — Rio  
Paulo Figueiredo Barreto — Aracaju  
Raul de Freitas Meiro, Dr. —  
Roger Pereira Coelho —  
Rogério Gardilho de Faria —  
Serafim Gonçalves de Oliveira — Aracaju  
Sérgio Faria Lemos Fonseca —  
Tácio Altino de Andrade —  
Teófilo Saraiva Vaz, Major — Rio de Janeiro  
Terezinha de Castro, D. — Rio de Janeiro  
Tito Valente de Avilez, Major — Rio  
Umberto Peregrino Seabra Fagundes, Cel. — Rio  
Virgílio Pedro de Almeida  
Walter de Assis Pereira Batista — Aracaju

## SÓCIOS HONORÁRIOS

- Adolfo de Avilá Lima, Dr. — Aracaju  
Alberto del Salas, Prof. — Buenos Aires  
Alfredo Braquirix Moreno, Prof. — Equador  
Alfredo Galvão, Dr. — Rio de Janeiro  
Altino Arantes Marques, Dr. — São Paulo  
Alvino Vasconcelas — Santos — São Paulo  
Ana Menezes, D. — Rio de Janeiro  
Antônio da Silva Vale — São Cristóvão  
Antônia Augusto Borges de Medeiros, Dr. — Rio Grande do Sul  
Augusto Alvaro da Silva, D. — Bahia  
Augusto Cesar Leite, Dr. — Aracaju  
Aurélio de Azevedo Barreto — Marum  
Bruno Lobo, Dr. Rio de Janeiro  
Carlos Benedito Ottoni, Dr. — Belo Horizonte  
Cáudio Ganns, Dr. — Petrópolis  
Daniel Villey, Prof. — Paris  
Edgard da Cruz Cordeiro, Cel. — Rio de Janeiro  
Edmundo Gutierrez — Santiago — Chile  
Edison Mota, Dr. — Rio de Janeiro  
Estácio Valente de Lima, Dr. — Bahia  
Eugênia Vilhena de Marais, Dr. — Rio de Janeiro  
Fernando Gomes dos Santos, D. — Goiânia  
Francisco de Sales Meira Sá, Desemb. — Rio  
Gilberto Amado, Dr. — Rio de Janeiro  
Gilberto Freire, Dr. — Recife  
Gustavo Capanema, Dr. — Rio de Janeiro  
Helena de Magalhães Castro, D. — São Paulo  
Hélio Viana, Dr. — Rio de Janeiro  
Henrique Deschamps — Paris  
Hunald Santallor Cardoso, Desemb. — Aracaju  
João Batista de Matos, General — Rio de Janeiro  
João Pedro Cardoso, Dr. — São Paulo  
José Carlos de Macedo Soares, Embaixador — Rio  
José Maria Barreto, Dr. — Rio de Janeiro  
Josué Serôa da Mota, Dr. — Rio de Janeiro  
Juares do Nascimento Fernandes Távora, Gal. — Rio  
Laurival Fontes, Dr. — Rio de Janeiro  
Luiz da Câmara Cascudo, Dr. — Rio Grande do Norte  
Marta da Conceição Freire de Menezes, D. — Rio  
Martinho Garcez Neto, Desemb. — Rio  
Nelson Romero, Dr. Rio de Janeiro  
Niceu Correia Dantas, Dr. — Aracaju  
Oswaldo Teixeira, Dr. — Rio de Janeiro  
Paulo Parreiras Horta, Dr. — Rio de Janeiro  
Renato de Barros Franco — Bahia  
Ricardo Coto, Prof. — São José da Costa Rica  
Robustiano Patroa Costa — Buenos Aires  
Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Dr. — Rio  
Santiago Dias, Cel. — Córdoba — Argentina  
Stela Gutmann Bicho, D. — Rio de Janeiro  
Virgínio Santana, Dr. — Aracaju  
Wencesláu Braz Pereira Gomes, Dr. — Itajubá — Minas

SÓCIOS CORRESPONDENTES, EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 1959

**ALAGOAS** (Maceió)

Aníbal de Melo, Dr.  
Artur Bulhões  
Francisco Tibúrcio da Silva Rizz, Prof.  
Lafaiete de Assis Belo, Dr.  
Luiz Lavenère Wanderley, Prof.  
Nelson Vitor de Moraes Belo Prof.  
Teotônio Vilela Brandão, Dr.

**BAHIA** (Salvador)

Alfredo Gomes de Oliveira  
Altamirando Requião, Dr.  
Antoniêta de Aguiar Nunes, Prof.<sup>a</sup>  
Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho, Dr.  
Antônio Carlos Brochado Príncipe, Dr.  
Antônio Curvelo Neto  
Arron Rodrigues Sandes  
Arquimedes Pereira Guimarães, Dr.  
Avacy Primado Vieira Lima  
Dalva Matos, Dr.<sup>a</sup>  
Evando Ribeiro da Silveira  
Francisco Gomes de Oliveira Neto, Dr.  
Henriqueta Martins Catarina, Dona  
Jaime de Sá Monesca, Dr.  
João da Costa Pinto Dantas Junior, Dr.  
João da Costa Pinto Vilória  
José Calazans Brandão da Silva, Dr.  
José Couto de Faria  
José de Figueiredo Lobo, Te. Cel.  
Lauro Barreto Fontes, Dr.  
Leopoldo Campos Monteiro, Dr.  
Mário Torres, Dr.  
Messias Tavares da Cruz, Dr.  
Nelson de Souza Oliveira, Dr.  
Otávio Mangabeira, Dr.

**CEARÁ** (Fortaleza)

Carlyle Martins, Dr.  
Heilo de Souza Melo, Dr.

Péricles Souza de Carvalho Gama  
Raimundo Girão, Dr.

**DISTRITO FEDERAL** (Rio de Janeiro)

Abdon de Carvalho Lima, Prof.  
Abelardo Gonçalves Torres, Dr.  
Alexandre Passos da Silva, Dr.  
Aloisio Prata  
Antônio Simões dos Reis, Prof.  
Carlos Alberto Campos Seabra, Dr.  
Carlos Coslha Muniz  
Carlos Garcia, Dr.  
Cícero Sampaio  
Cornélio da Silva Monteiro, Prof.  
Granger Cavalheiro de Oliveira, Major  
Damião Mendonça de Santana, Te. Cel.  
Evaristo da Fonseca, Dr.  
Exupero de Santana Monteiro, Prof.  
Fernando Valadão, Dr.  
Floro Edmundo Feste, Dr.  
Gastão Ruch, Dr.  
Gileno Amado, Dr.  
Ivan Hora Fontes, Dr.  
Jadial Benevides, Cel.  
Jaime Rollemberg de Lima, Te. Cel.  
João Pereira de Oliveira, General  
Joaquim Proça Lima, Dr.  
Joaquina Ribeiro, Dr.  
José Arimatéa Pinto do Carmo, Dr.  
José Cláudio Fontes de Alencar, Dr.  
Kurt Prober, Prof.  
Levi Fernandes Carneiro, Dr.  
Luiz Alves de Oliveira Bala, Comandante  
Luiz do Prado Ribeiro, Dr.  
Manoel Diegues Junior, Dr.  
Miguel Costa Filho, Dr.  
Osman Lima  
Oswaldo Melo Braga de Oliveira, Dr.  
Pascoal Bandeira Moreira  
Paulo Oriando, Dr.

Paulo Xavier de Andrade Monte, Dr.  
Pedro Alves dos Santos, Dr.  
Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Dr.  
Pedro Paulo Muntz Barreto de Aragão Dr.  
Rafael Xavier, Dr.  
Paul Leal  
Rosalvo Fernandes dos Santos, Dr.  
Thier Fleming, capitão de mar e guerra  
Virgílio Correia Filho, Dr.

**ESPÍRITO SANTO (Vitória)**

Nelson Abel de Almeida, Dr.

**MARANHÃO (S. Luiz)**

José Tomás Gomes da Silva

**MATO-GROSSO (Cuiabá)**

José de Mesquita, Desemb.

**MINAS GERAIS (Belo Horizonte)**

Aníbal Pinto Matos, Dr.  
Antônio dos Santos Cabral, Dom  
Copérnico Pinto Coelho, Dr.  
Herculano Teixeira de Assunção, Cel.  
José Guimarães, Dr.  
Milton Xavier de Carvalho  
Salomão de Vasconcelos, Dr.

**PARÁ (Belém)**

Antônio Soares Santana

**PARAÍBA (João Pessoa)**

Antônio Bôto de Menezes, Dr.  
Isidro Gomes da Silva, Dr.  
João Coriolano de Medeiros, Prof.

**PARANÁ (Curitiba)**

Artur Martins Franco, Dr.  
Dicasar Plaisant, Dr.

Leocádio Cysneiros Correia, Dr.  
Samuel Lupton de Quadros, Dr.

**PERNAMBUCO (Recife)**

Jardão Emerenciano, Dr.  
Laura Borba, Dr.

**PIAUI (Terezina)**

Avelar Brandão Vilela, Dom

**RIO GRANDE DO NORTE (Natal)**

José Alves Landim, Monsenhor

**RIO GRANDE DO SUL (Porto Alegre)**

Dante de Laytano, Dr.  
João Solano Macedônia Soares, desemb.  
José Gusmão de Andrade, Dr.  
Rui Antônio da Silva Costa

**RIO DE JANEIRO**

Geraldo Mantedônio Bezerra de Menezes,  
Dr. — Niterói  
Guilherme Auler, Dr. — Petrópolis  
Pedro de Orleans e Bragança, Dom —  
Petrópolis

**SANTA CATARINA (Florianópolis)**

Walter Fernandes Piazza

**SÃO PAULO (Capital)**

Antônio Carlos de Sales Junior, Dr.  
Aurélio Vasconcelos de Almeida, Pe. Dr.  
— Nava Odessa  
Aulhos Pagano, Dr.  
Carlos da Silveira, Dr.  
Ciro Onésimo Mondim Pestana, Dr.  
Enzo da Silveira, Dr.  
Fausto Ferraz Dr.  
Frederico de Barros Brotéro, Dr.

Geraldo Cardoso de Melo, Dr.  
João Cruz Costa, Dr.  
José Bueno de Oliveira Azevedo Filho Dr.  
José Catalino de los Rios, Dr.  
José Pedro Leite Cardeto, Dr.  
José Pereira Negrini, Dr. —  
Lúcio Rosales, Cel.  
Luiz Amaral  
Luiz Carlos Sampaio de Mendonça, Dr.  
Luiz de Souza Freire Filho, Dr.  
Maria da Conceição Martins Ribeiro, Dr.<sup>a</sup>  
Myrtan Ellis, Dr.<sup>a</sup>  
Nicolina Bispo, Prof.<sup>a</sup>  
Rafael Pinheiro Uilhôa Cintra, Dr.  
Roque Teófilo, Dr.  
Salvador de Moya, Cel.  
Stefânio de Farias Alves, Prof.  
Tomás Oscar Marcondes de Sousa, Dr.  
Waldemar Baroni Santos, Conde

#### ESTRANGEIROS

Ademar Hora Dantas Brito, Dr.  
Alfredo Válio —  
Alicia Lardé de Venturino, Dr.<sup>a</sup>  
Aristides Filaberto Valentino, Dr.  
Carmine Manzí, Dr.  
Daniel Peña, Prof.  
Ernesto de la Torre Vilar, Dr.  
Fidelino Figueiredo, Dr.  
Nicolas Antoine de Ligny-Luxemburg de  
Lascaris Ventimiglia, Príncipe —  
Nerberto de Castro y Tosi, Conde de San  
Juan del Chaparral —  
Odette Jacquemin, Mademoiselle —  
Pietro Amososa de Aragón, Dr.  
Serge Debarbieux, Dr.  
Sylvaine Franco, Prof.  
Tomás Pidas Jimenez, Dr.

## FALECIMENTOS

### EPIFANIO DÓRIA

No decorrer do ano de 1959 perdeu o Instituto, por falecimento, nove dos seus associados, a saber:

### EFETIVOS

— **Dr. José Tomás de Avila Nabuco**, falecido em Aracaju a 21 de fevereiro. Fôra aceito sócio a 6 de setembro de 1939, pagando a joia e inscrevendo-se a 28 do referido mês. Ia completar 20 anos de associado quando faleceu. Nasceu no engenho Póços, município do Arauá, a 1.º de outubro de 1885, sendo filho legítimo do coronel João Maria de Araujo Nabuco e D. Maria Luiza de Avila Nabuco. O Dr. Manuel Armindo Cordeiro Guarani, no seu Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano, orientado pelos assentamentos escolares, deu o seu nascimento como ocorrido em 1880, mas ouvimos do próprio Dr. Avila Nabuco que foi em 1885, acrescentando que tivera de aumentar sua idade para resolver dificuldades na matrícula escolar. Fêz os quadro primeiros anos do curso médico na Faculdade da Bahia e os dois últimos na do Rio de Janeiro, onde recebeu o grau de doutor em ciências médico-cirúrgicas a 24 de dezembro de 1914. Não é possível dar aqui notícia mais ampla a seu respeito.

— **Dr. Juarez Figueiredo**. Inscreveu-se como sócio a 10 de novembro de 1955. Nasceu em Aquidabã a 11 de outubro de 1889, sendo filho legítimo de Francisco Figueiredo e D. Clara Angelina de Figueiredo. Fêz o curso de Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, onde colou grau a 4 de dezembro de 1909. Exerceu

a profissão de farmacêutico de maio de 1913 a março de 1930. Resolvendo seguir a carreira jurídica matriculou-se na Faculdade de Direito da Bahia, onde fez todo o tirocinio acadêmico, recebendo o diploma de bacharel a 13 de março de 1930. A 26 do referido mês foi nomeado juiz municipal do termo de Aquidabã, assumindo o exercício no dia 29 seguinte, judicatura que exerceu até 23 de setembro de 1932, quando foi exonerado, a pedido. A 30 do mesmo mês foi nomeado juiz municipal do termo de Riachuelo. Estava no exercício dessa judicatura quando foi nomeado, a 3 de abril de 1935, no começo do governo do Dr. Eronides de Carvalho, diretor de Finanças do Estado, função que exerceu até 11 de fevereiro de 1937, data em que foi nomeado Secretário da Fazenda do Estado, lugar então recentemente criado. Ocupou a referida Secretaria até 3 de dezembro de 1937, data em que foi exonerado, a pedido e nomeado Procurador Geral do Estado, em comissão. A 26 de fevereiro de 1938 foi nomeado juiz de direito da comarca de Vila Nova, hoje Neópolis, de onde foi removido, a pedido, para a comarca de Laranjeiras, por Decreto de 6 de dezembro de 1939. Deixando mais tarde esta última investidura consagrou-se à profissão de advogado. Estava nessa situação quando foi nomeado, por Decreto de 22 de janeiro de 1954, juiz de Direito da Comarca de Frei Paulo, de onde foi removido para a Comarca do Lagarto, por Decreto de 2 de março de 1955. Estava no exercício dessa judicatura quando a mão da morte apagou o seu nome do ról dos vivos. Casou-se, em primeiras núpcias, a 20 de fevereiro de 1914, em Simão Dias, com D. Laura Prata Figueiredo, filha do coronel Felisberto da Rocha Prata e D. Ana Hora Prata. Falecendo D. Laura, a 25 de setembro de 1925, convolveu novas núpcias, em Aquidabã, a 24 de abril de 1926, com D. Anita Figueiredo. Do primeiro consórcio deixou filhos, não acontecendo o mesmo com o segundo.

— Antonio Leite Cabral, Faleceu em Aracaju, a 23 de dezembro, quando exercia a função de Fiscal de Rendas do Estado. Foi aceito sócio a 13 de dezembro de 1945 e inscreveu-se com o pagamento da joia respectiva, em 1945. Nasceu em Propriá a 25 de outubro de 1913, sendo filho legítimo de Antônio dos Santos Cabral Sobrinho e D. Otilia Leite Cabral. Não quis ou não pôde

seguir a carreira das letras. Fêz estudos do curso secundário, consagrando-se ao funcionalismo público. Exerceu, sucessivamente, função pública no Departamento do Algodão; foi secretário do Hospital Colônia (Psicopatas), hoje Hospital de Clínica Adauto Botelho; Auxiliar de Gabinete do Governador Dr. José Rollemberg Leite e Fiscal de Rendas do Estado. Casou-se a 23 de novembro de 1946 com D. Nair Rezende Cabral, filha legítima do Prof. Miguel Rezende e D. Maria Pureza Rezende.

### BENFEITORES

— **Coronel Guilhermino Teixeira Chaves de Rezende.** Foi sócio efetivo desde janeiro de 1927 até dezembro de 1947. Criada a série de sócios benfeitores, com uma joia alta, visando a aumentar-se o prédio, foi êle um dos primeiros a inscrever-se em a nova série, com o seu alto espirito de colaboração em tudo que redundava no bem geral. O seu falecimento ocorreu em Aracaju, a 13 de setembro. Nasceu êsse dinâmico, inteligente e realizador industrial em Frei Paulo a 21 de julho de 1879. Foram seus pais Manuel Martins Rezende e D. Margarida de Jesus. Casou-se em Propriá a 17 de agosto de 1903 com D. Maria da Conceição Rezende, filha legítima de João de Oliveira Nunes e D. Maria Josefa Nunes. Começou a sua carreira de comerciante na cidade de Propriá, de onde passou-se, em 1916, para a capital do Estado, sempre prosperando, economicamente, com a sua operosidade honesta e a sua boa e esclarecida atividade no comércio. Era um verdadeiro líder na sua nobre profissão. O seu desaparecimento deixou um vácuo de difícil preenchimento na sociedade e na vida comercial de Aracaju. Partindo de origem muito modesta, nos planos social e econômico, soube orientar-se na vida, logrando culminar e tornar-se pessoa largamente estimada e admirada.

Ninguém lhe levava vantagem na delicadeza do trato e no espirito de boa compreensão para tudo resolver sem atritos nem imposições.

— **Coronel Cantidiano Vieira.** Inscreveu-se em janeiro de 1941 como sócio efetivo. Criada a série de sócios benfeitores filiou-se à mesma com o seu conhecido altruísmo. A sua morte



ocorreu em Salvador, Bahia, a 16 de outubro, mas o seu corpo foi trazido para Santa Luzia, onde foi sepultado. Nasceu esse grande industrial sergipano no antigo engenho Palha, município de Santa Luzia, a 4 de agosto de 1859. Era filho legítimo de Antônio José Vieira e D. Josefa Vieira. Foi casado com D. Maria Monte Alegre Vieira, filha legítima do coronel Joaquim Amâncio Monte Alegre e D. Maria Argemira Monte Alegre. Casaram-se no povoado Campinhos. Dêse casamento teve quatro filhos: D. Josefa Vieira Ribeiro, casada com o industrial Elmano Alves Ribeiro; D. Laurinda Vieira Santos, casada com o europeu, de Portugal, Manuel Augusto dos Santos, já falecido, sem prole; D. Mariêta Vieira e Antônio Aleixo Vieira, ambos falecidos, há muitos anos. O Coronel Cantidiano Vieira era homem de fino trato e tio do grande, inteligente e dinâmico industrial estanciano Constâncio de Souza Vieira. Desfrutava de grande influência nos meios sociais e industriais.

### HONORÁRIOS

— **Desembargador Joaquim Inácio de Almeida Amazonas.** Magistrado de grande envergadura moral e Magnífico Reitor da Universidade do Recife, cidade onde faleceu no mês de junho. Não logramos obter dados biográficos dêsse compatriota, que era tido como um dos bons oradores de sua geração na chamada "Veneza Brasileira".

— **Professor Florentino Teles de Menezes.** Foi o agitador da idéia da fundação do Instituto em 1912, idéia que logrou êxito, graças aos seus esforços. Nasceu na cidade de Aracaju, a 7 de novembro de 1886, sendo filho legítimo do Dr. Álvaro Teles de Menezes e da Professora D. Francina Muniz Teles de Menezes. Iniciou na capital bahiana os estudos secundários, vindo concluí-los em Aracaju. Dêle se ocupou, com minúcia, o Dr. Manuel Arminho Cordeiro Guaraná, no seu Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano, que recomendamos aos que desejarem obter dados mais minuciosos sobre sua vida. Faleceu em Aracaju, à rua da Estância n.º 22, em 20 de novembro, pouco depois de ter completado os seus 73 anos de idade.

### CORRESPONDENTES

— Dr. Nestor dos Santos Lima, festejado intelectual norte-riograndense. Faleceu na cidade de Natal a 22 de fevereiro. Foi dinâmico e culto intelectual, versando mais os assuntos de história que de literatura. Deixou crescida bagagem literária, destacando-se nela o trabalho "Municípios do Rio Grande do Norte", o qual não conseguiu terminar por dificuldades na busca de dados indispensáveis.

— Dr. Mário Carneiro do Rego Melo, ou simplesmente Mário Melo, como era geralmente conhecido. Consagrou-se com ardor aos estudos de história, sendo reputado um dos nossos mais competentes na historiografia. A sua morte, por um colapso cardíaco, ocorreu no Recife, a 22 de maio. Foi um grande devotado ao Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, que o tinha como prolongamento de sua própria casa. Em melhor oportunidade traçaremos mais detalhada notícia sobre a vida desse grande pernambucano, que era, sem favor, um dos mais reputados homens de letras do Brasil.

## Í N D I C E

	Pag.
1 — Rítmo Normal, por Epifânio Dória .....	3
2 — O Progresso dos Povos Católicos-Latinos, por Rolando de Serigi ..	5
3 — Apontamentos Históricos e Topográficos da Villa de Campos, pelo Professor Joaquim José de Montalvão .....	26
4 — A Morte de um Bravo, pelo Gen. João Pereira .....	23
5 — Gumerindo: Jornalista, por Zózimo Lima .....	37
6 — Relação da Freguezia de Nossa Senhora dos Campos do Sertão do Rio Real da cima da Capitania de Sergipe d'Elrei, termo da Villa de Nossa Senhora da Piedade da Lagarta, pelo Vigário André de Freitas Paiva .....	43
7 — Património da Capela de Nossa Senhora Santana de Simão Dias, pelo Prof. Sebrão Sobrinho .....	46
8 — A Questão do Acre Setentrional e o Tratado de Petrópolis, J. Dantas Martins dos Reis .....	69
9 — O Centenário do Professor Rodrigues Dória, por Alexandre Passos ..	76
10 — Napoleônica, Os Primeiros Degraus da Glória, por Abdou Lima ..	83
11 — Ivo do Prado, pelo desembargador Gervásio de Carvalho Prata ..	93
12 — Cópias de documentos relativas a Sergipe existentes no arquivo do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano .....	98
13 — O Almirante Saldanha da Gama, por Oliveira Bello .....	106
14 — Fenómeno Social, por José Amado Nascimento .....	117
15 — O Retrato de Arthur Farias, por Garcia Morena .....	148
16 — A Primeira Revista Jurídica em Sergipe, J. Dantas Martins dos Reis ..	152
17 — Correspondência Oficial do Governo da Província de Sergipe com o Governo Imperial — Junho, 1824 .....	154
18 — Um Capítulo da História Política e Administrativa de Sergipe, Rodrigues Dória — 1908-1911 — J. Pires Wynne .....	181
19 — Um Discurso Famoso, por Abdou Lima (Tradução) .....	187
20 — Japarutuba, por Hércules Campos .....	206
21 — Atas das Sessões do Instituto — 1951 .....	211
22 — Relação de Sócios do I.H.G.S. ....	234
23 — Falecimentos .....	245



REGINA

